

REPUBLICAÇÃO Nº 1

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por meio da Centralizadora Nacional de Contratações – CECOT, vem publicar a primeira Republicação do Edital da Licitação Caixa 348/2025, com as seguintes alterações:

- **ANEXO I-A (REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW)**

Inclusão do item 7.6.1.1

7.6.1.1 Em relação à indicação das placas CDP (CastoDur Diamond Plate) no Termo de Referência, esclarecemos que a menção ao referido material tem caráter meramente referencial, com o objetivo de indicar as características técnicas desejadas para o revestimento interno do cofre, especialmente no que se refere à resistência ao desgaste e dureza típica.

Assim, não há obrigatoriedade de utilização da marca CDP. A licitante poderá propor a confecção do cofre com outro material equivalente, desde que este atenda às propriedades técnicas exigidas, em especial a dureza mínima e resistência antidesgaste previstas no edital, garantindo a mesma funcionalidade e nível de segurança, especificada neste edital.

Inclusão do item 8.31.8.7.1

8.31.8.7.1 A CONTRATADA deverá fornecer uma solução plenamente compatível com os padrões CEN J/XFS e CEN XFS, conforme especificado no edital. Na eventualidade de algum comando específico não ser contemplado pelos padrões estabelecidos, será admitida, **mediante análise e aprovação da equipe técnica da CAIXA**, a utilização de uma sequência alternativa de comandos proposta pelo LICITANTE, desde que devidamente integrada às interfaces J-XFS e XFS.

Inclusão do item 8.31.8.13.1

8.31.8.13.1 A CONTRATADA deverá fornecer uma solução plenamente compatível com os padrões CEN J/XFS e CEN XFS, conforme especificado no edital. Na eventualidade de algum comando específico não ser contemplado pelos padrões estabelecidos, será admitida, mediante análise e aprovação da equipe técnica da CAIXA, a utilização de uma sequência alternativa de comandos proposta pelo LICITANTE, desde que devidamente integrada às interfaces CEN J-XFS e CEN XFS.

Onde se lê no item 8.32.8:

8.32.8. Em relação aos itens 8.1, 8.2, 8.5, 8.13, 815, 8.17.9, 8.32.1 e 8.32.2, considerando que os mecanismos recicladores geralmente possuem seis compartimentos internos ao cofre, destinados à reciclagem, depósito e rejeito de cédulas, os fornecedores deverão adotar o termo “rejeito de cédulas” em substituição às expressões “compartimento de rejeição”, “cassete para cédulas rejeitadas” e “cassete de rejeito” presentes neste edital. O compartimento de rejeito pode ser fixo ou removível, seguindo o padrão de mercado vigente. Ressalta-se que o compartimento de rejeito não deve ser compartilhado com o de depósito, conforme as práticas padrão de mercado (reciclagem, depósito e rejeito de cédulas). Todas as capacidades e funcionalidades exigidas neste edital deve ser preservadas.

Leia-se no item 8.32.8:

8.32.8 Em relação aos itens 8.1, 8.2, 8.5, 8.13, 8.15, 8.17.9, 8.32.1 e 8.32.2. Para padronização, os fornecedores deverão utilizar o termo “rejeito de cédulas” em substituição às expressões “compartimento de rejeição”, “cassete para cédulas rejeitadas” e “cassete de rejeito” mencionadas neste edital. O rejeito de cédulas poderá ser fixo ou removível, devendo ser fornecido conforme as práticas de mercado. É importante ressaltar que o rejeito de cédulas não deve ser compartilhado com o cassete de depósito. Todas as capacidades e funcionalidades exigidas neste edital devem ser integralmente preservadas.

Inclusão do item 9.15.2.1

9.15.2.1 A CONTRATADA deverá fornecer uma solução plenamente compatível com os padrões CEN J/XFS e CEN XFS, conforme especificado no edital. Na eventualidade de algum comando específico não ser contemplado pelos padrões estabelecidos, será admitida, **mediante análise e aprovação da equipe técnica da CAIXA**, a utilização de uma sequência alternativa de comandos proposta pelo LICITANTE, desde que devidamente integrada às interfaces CEN J/XFS e CEN XFS.

Inclusão do item 25.8.7.1

25.8.7.1 Conforme consta no item 25.8.7, deverá ser mantida a função de desabilitação da função de boot via portas USB Bloquear (desabilitação permanente) da função de boot de sistema pelas portas USB (retirada esta opção da árvore do menu da BIOS/UEFI). Esta é uma medida de segurança impede que qualquer pessoa inicialize o sistema do ATMR por meio de dispositivos externos, como pendrives ou HDs portáteis. Isso evita que softwares não autorizados sejam carregados antes do sistema operacional legítimo, protegendo o terminal contra invasões, adulterações e execução de códigos maliciosos.

Inclusão do item 26.6.1.1

26.6.1.1 A solução fornecida deve atender integralmente à especificação técnica definida no item 26.6.1 deste edital. autonomia mínima de 10 minutos, sob plena carga do ATMR acrescida de 70W, garantindo assim tempo suficiente para a conclusão de todas as transações financeiras em andamento. Além disso, contemplando eventuais situações de travamento da aplicação, assegurando a continuidade dos processos sem prejuízos operacionais. Portanto, somente serão aceitas soluções de UPS que garantam, no mínimo, 10 minutos de autonomia em caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

Inclusão do item 31.4.1.1

31.4.1.1 Deve-se utilizar a versão mais recente das normas citadas acima, as quais se aplicam a materiais plásticos.

ASTM D3677 de 2023
ASTM D635 de 2022
ASTM G154 de 2023
ASTM D256 de 2024

Onde se lê no item 31.4.3.4:

31.4.3.4 Deve fornecer a versão mais recente das normas.

Leia-se no item 31.4.3.4:

31.4.3.4 Caso as especificações do ANEXO I - (REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW), nos itens 31.4.3.1, 31.4.3.2 e 31.4.3.3, possuam partes metálicas, a norma se aplica e, nesse caso, deve-se utilizar a versão mais recente no caso das normas NBR 11.003/2023 e NBR 10.443/2023. Para a norma NBR 15438, essa deverá ser substituída pela versão atualizada da norma ASTM D5402/2024 (Standard Practice for Assessing the Solvent Resistance of Organic Coatings Using Solvent Rubs), conforme as recentes alterações mercadológicas. Caso não haja partes metálicas, deve-se desconsiderar as normas, por não serem aplicáveis.

- **No Anexo IX – Homologação da Amostra**

Inclusão do item 1.1.2.1

1.1.2.1 A CONTRATADA deverá fornecer uma solução plenamente compatível com os padrões CEN J/XFS e CEN XFS, conforme especificado no edital. Na eventualidade de algum comando específico não ser contemplado pelos padrões estabelecidos, será admitida, **mediante análise e aprovação da equipe técnica da CAIXA**, a utilização de uma sequência alternativa de comandos proposta pelo LICITANTE, desde que devidamente integrada às interfaces CEN J/XFS e CEN XFS.

Seguem os novos prazos:

Questionamentos e Impugnações até dia 07/01/2026

Credenciamento até dia 13/01/2026

Propostas até às 10hrs do dia 14/01/2026

Lances das 13 às 13h30 do dia 14/01/2026

Brasília, 30 de Dezembro de 2025.

Milena Campos Foeppel
Licitadora

ERRATA Nº 1

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por meio da Centralizadora Nacional de Contratações – CECOT, vem publicar a primeira Errata do Edital da Licitação Caixa 348/2025, conforme abaixo:

- **Inclusão das cláusulas relativas ao Cadastro reserva no edital:**

- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que os demais licitantes serão questionados, via Portal Licitações CAIXA – Área Logada do Fornecedor, em link específico do sistema – “Manifestar Interesse Cadastro Reserva”, sobre o seu interesse em igualar seu(s) preço(s) ao do mais bem classificado, para ser incluído no Cadastro Reserva, a manifestação deve ocorrer dentro da vigência do prazo estabelecido no agendamento, findo o qual não será mais conhecida a manifestação de interesse.
- 9.9.1 Os licitantes com propostas classificadas serão comunicados do agendamento do prazo para manifestação de interesse, via Notificação Recebidas, funcionalidade disponível na Área Logada do Fornecedor.
- 9.9.2 Concomitantemente, no ato da manifestação, aqueles que manifestarem interesse, devem anexar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pelo licitante mais bem classificado.
- 9.9.3 Os licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao do licitante vencedor irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação da Licitação CAIXA.
- 9.9.4 O não envio da nova proposta solicitada pelo Licitador na forma do item 9.10.2 impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5 O licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocado para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 26 do Decreto 11.462/23, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 9 do edital.
- 9.9.6 Os procedimentos constantes do item 10, referentes à solicitação e avaliação da amostra/protótipo da empresa que compõe o cadastro reserva

e que eventualmente for convocada também somente ocorrerá no momento oportuno da convocação.

- 9.9.7 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.9.2 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

- **Alteração do item 12.12.1 do Edital:**

Onde se lê:

- 12.12.1 O fornecedor que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item **9.10.5**, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

Leia-se:

- 12.12.1 O fornecedor que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item **9.9.5**, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

- **Alteração do item 5.1.3.1 do Anexo I – Termo de Referência:**

Onde se lê:

- 5.1.3.1 A comprovação de atendimento se dará por meio da apresentação por parte do licitante, **no ato da licitação**, de Declarações emitidas pelos fabricantes dos equipamentos, devidamente acompanhadas dos originais ou cópias autenticadas dos Certificados supracitados, assegurando que os processos fabris e de descarte destes são realizados rigorosamente de acordo com os padrões e requisitos estabelecidos nas normas acima referenciadas.

Leia-se:

- 5.1.3.1 A comprovação de atendimento se dará por meio da apresentação por parte do licitante, **no ato da assinatura do contrato**, de Declarações emitidas pelos fabricantes dos equipamentos, devidamente acompanhadas dos originais ou cópias autenticadas dos Certificados supracitados, assegurando que os processos fabris e de descarte destes são realizados rigorosamente de acordo com os padrões e requisitos estabelecidos nas normas acima referenciadas.

- **Inclusão de itens 5.1.2.1.12 , 8.32.8 e 31.4.3.4 no Anexo I-A - REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW:**

5.1.2.1.12 Deve fornecer a versão mais recente das normas.

8.32.8. Em relação aos itens 8.1, 8.2, 8.5, 8.13, 815, 8.17.9, 8.32.1 e 8.32.2, considerando que os mecanismos recicladores geralmente possuem seis compartimentos internos ao cofre, destinados à reciclagem, depósito e rejeito de cédulas, os fornecedores deverão adotar o termo “rejeito de cédulas” em substituição às expressões “compartimento de rejeição”, “cassete para cédulas rejeitadas” e “cassete de rejeito” presentes neste edital. O compartimento de rejeito pode ser fixo ou removível, seguindo o padrão de mercado vigente. Ressalta-se que o compartimento de rejeito não deve ser compartilhado com o de depósito, conforme as práticas padrão de mercado (reciclagem, depósito e rejeito de cédulas). Todas as capacidades e funcionalidades exigidas neste edital devem ser preservadas.

31.4.3.4. Deve fornecer a versão mais recente das normas.

- **Exclusão do item 5 do ANEXO II do Edital (Modelo de Proposta Comercial):**

5. Declara ainda que para a apresentação de proposta ao referido Edital, NÃO houve ocorrência de “Registro de Oportunidade”, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Instrução Normativa Nº 1 de 4 de abril de 2019 e na Lei nº 8.666, de 1993.

- **Inclusão dos valores máximos estimados de Serviços eventuais e componentes no Anexo III:**

		Serviços Eventuais				
		Código	Descrição	Valor unitário	Quantidade	Valor total para os 60 meses
101	Manutenção Corretiva Eventual – HT1	101	Manutenção Corretiva Eventual – HT1* (Hora Técnica 1)	112,82	8.839	997.215,98
102	Manutenção Corretiva Eventual – HT2	102	Manutenção Corretiva Eventual - HT2** (Hora Técnica 2)	173,04	544	94.133,76
104	Hora Plantão Sobreaviso – HT3	104	Hora Plantão Sobreaviso (HT3***)	56,38	272	15.335,36

105	Reinstalação/Desinstalação de Equipamento	105	Reinstalação/Desinstalação de Equipamento	282,14	1.632	460.452,48
106	Instalação de Software (HT1)	106	Instalação de software (HT1)	112,82	907	102.327,74
		107	Componentes e partes aplicadas nos serviços de manutenção e assistência técnica			
108	Preparação para transporte de Equipamento	108	Preparação para transporte de Equipamento	394,91	1.813	715.971,83
109	Substituição de fechadura	109	Substituição de fechadura	1.676,66	14	23.473,24
110	Abertura de cofre	110	Abertura do Cofre	1.676,66	113	189.462,58
111	Recall de cofre	111	Recall de cofre	1.933,43	91	175.942,13
112	Recall de Painel Frontal	112	Recall de Painel Frontal	2.625,02	54	141.751,08
113	Vistoria técnica ou de pré-instalação	113	Vistoria técnica ou de pré-instalação ****	644,08	272	175.189,76
114	Entintamente (por cassete)	114	Entintamento (por cassete)	3.674,96	54	198.447,84
				VALOR TOTAL		3.289.703,78

COMPONENTES			
Descrição	Valor unitário	Quantidade	Valor total para os 60 meses
ANTISKIMMING	4.681,08	54	252.778,32
CAIXA DE PROTEÇÃO LEITOR BIOMETRICO	230,89	409	94.434,01
CÂMERA DE REGISTRO DE FACE (CRF)	14.394,83	84	1.209.165,72
CONJUNTO PAINOP	4.255,46	27	114.897,42
SSD	2.429,66	227	551.532,82
FECHADURA ELETRONICA RANDOMICA	6.765,97	14	94.723,58
FONTE - MODULO RECICLADOR	3.022,77	453	1.369.314,81
FONTE PC	1.511,38	159	240.309,42

FUNIL	557,01	54	30.078,54
IMPRESSORA DE RECIBOS	3.348,79	150	502.318,50
K7 RECICLADOR - NOTAS COM ENTINTAMENTO	6.491,53	54	350.542,62
K7 DEPÓSITO e REJEIÇÃO	6.347,94	54	342.788,76
LEITOR NFC	1.537,71	4895	7.527.090,45
LEITOR BIOMETRICO	10.038,33	409	4.105.676,97
LEITOR DE CARTOES	4.041,33	4895	19.782.310,35
LEITOR DE DADOS OTICOS	465,49	136	63.306,64
MEMORIA	912,06	54	49.251,24
MONITOR	3.346,61	91	304.541,51
PLACA CONTROLADORA DE SENSORES	5.592,46	54	301.992,84
PLACA MAE CHIP TPM	2.778,52	54	150.040,08
PROCESSADOR	4.930,44	54	266.243,76
SENSOR SISMICO	1.243,35	54	67.140,90
SCANNER CHEQUES	19.028,76	6403	121.841.150,28
SHUTTER	3.772,69	40	150.907,60
TECLADO PIN	3.065,15	408	1.250.581,20
TECLADO DE FUNÇÕES - ESQUERDA	359,31	91	32.697,21
TECLADO DE FUNÇÕES - DIREITA	359,31	91	32.697,21
TOUCH SCREEN	1.970,33	453	892.559,49
UNIDADE DE ENTRADA DE CEDULAS	18.195,83	54	982.574,82
UNIDADE DE PASSAGEM DE CEDULAS	17.502,38	54	945.128,52
UNIDADE DE RECONHECIMENTO DE CEDULAS	37.029,65	54	1.999.601,10
UNIDADE DE TRANSPORTE DE CEDULAS	43.981,67	54	2.375.010,18
UPS	4.818,35	181	872.121,35
VALOR TOTAL			169.145.508,22

- **Alteração do item 2.1.5 do ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA:**

Onde se lê:

- 2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na

oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, **que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.**

Leia-se:

- 2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços.

- **Alteração dos itens 3.3.5 e 3.3.8 do Anexo IX – Homologação da amostra:**

Onde se lê:

- 3.3.5 Será solicitada avaliação da LICITANTE relativa ao tempo da transação de saque, considerando o tempo de resposta do equipamento para cada ciclo de processamento da aplicação e resposta do hardware, sendo que o tempo total da transação saque (contagem e entrega das cédulas), a partir da confirmação do cliente, deverá ser inferior a 07 (sete) segundos, conforme condições abaixo:

Leia-se:

- 3.3.5 Será solicitada à LICITANTE a avaliação do hardware utilizado na transação de saque. Para tanto, serão exigidos testes referentes às duas etapas — CONTAGEM e APRESENTAÇÃO das cédulas —, sem, entretanto, a obrigatoriedade de cumprimento de tempo específico para a finalização desses testes.

Onde se lê:

- 3.3.8 **O tempo total da** transação de saque, incluindo todos os ciclos de processamento da aplicação, incluindo identificação do cliente e validação do cartão do cliente, retornos dos sistemas corporativos e resposta do hardware, **deverá ocorrer em até 25 segundos, descontados os tempos de host.**

Leia-se:

- 3.3.8 **Para a** transação de saque, incluindo todos os ciclos de processamento da aplicação, incluindo identificação do cliente e validação do cartão do cliente, retornos dos sistemas corporativos e resposta do hardware, **não será exigido o tempo para finalizar os testes.**

Além das alterações e inclusões acima descritas, anexamos ao portal de licitações a Análise de Riscos.

Brasília, 23 de Dezembro de 2025.

Milena Campos Foeppel
Licitadora

AVISOS

AVISO 1: Os certames licitatórios da CAIXA passam a ser exclusivamente por meio eletrônico

Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2: Informamos que foi implantada, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o licitante deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA, assim o licitante não terá mais que realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenham interesse de participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/item de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;
- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos

poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;

✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;

✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;

✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;

✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.

✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA
4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC
0800 726 0101

Ouvidoria
0800 725 7474

EDITAL**CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES - CECOT****LICITAÇÃO CAIXA 348/2025 – CECOT/BR tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 03/12/2025 e REPUBLICADO EM 30/12/2025**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações Brasília/DF – CECOT/BR, representada por Licitador (empregado CAIXA que realiza os procedimentos da Licitação CAIXA), designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para o fornecimento descrito no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 13/01/2026 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 10:00 horas do dia 14/01/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às 10:00 horas do dia 14/01/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das 13:00 horas até às 13:30 do dia **14/01/2026**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até o dia

07/01/2026, exclusivamente por meio eletrônico, por umas das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23:59 horas do dia 07/01/2026, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

1 DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para fornecimento de até 6.403 (seis mil quatrocentos e três) equipamentos de Autoatendimento ATMR (Automatic Teller Machine Reciclador), a serem instalados nas agências da caixa em âmbito nacional, com operação de trade-in de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica - dll, drivers, API, firmware, correções de bugs e outros itens de software atinentes à integração do hardware com a aplicação CAIXA - manutenção corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico local e garantia, por 60 (sessenta) meses, contada a partir da instalação dos equipamentos, com operação de trade-in, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I-A	REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW ATMR V16 DIGITALIZADOR CHEQUES
ANEXO I-B	FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
ANEXO I-C	PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO
ANEXO I-D	RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
ANEXO I-E	RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – RAT
ANEXO I-F	TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SOFTWARE
ANEXO I-G	TERMO DE RECOLHIMENTO DE EQUIPAMENTOS
ANEXO I-H	FLUXO DE INCLUSÃO NA FERRAMENTA DE CHAMADOS
ANEXO I-I	RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA
ANEXO I-J	MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM API
ANEXO I-K	MODELO DE DECLARAÇÃO DE APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO
ANEXO I-L	LEIAUTE TICKET ELETRÔNICO – ABERTURA E FECHAMENTO
ANEXO I-M	UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA
ANEXO I-N	DECLARAÇÃO DE ESTOQUE MÍNIMO DE PARTES E PEÇAS
ANEXO I-O	CHECKLIST DE DESINSTALAÇÃO (MODELO).
ANEXO I-P	DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS
ANEXO I-Q	TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
ANEXO I-R	TERMO DE RECOLHIMENTO
ANEXO I-S	DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE COMPONENTES E PERIFÉRICOS

ANEXO I-T	GRAU DE CRITICIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LGPD
ANEXO I-U	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS.
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS
ANEXO IV	MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO V	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VII	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
ANEXO IX	HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS

- 1.1.1 As especificações do objeto, a quantidade total estimada, os locais de entrega e a forma de execução do objeto constam do(s) Anexo(s) deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que apresentem toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às demais exigências constantes deste edital.

- 2.1.1 A documentação de habilitação deve constar no repositório de documentos que fica no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ou na área pública do Portal em *FAQ e TUTORIAIS*. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.

- 2.1.1.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.

- 2.1.2 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.

- 2.1.2.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível

são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Qualificação Econômico-financeira.

- 2.1.2.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → *Aba Manuais*.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo VI, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.7.
- 2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.
- 2.4 Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:**
- 2.4.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
- 2.4.2 Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 2.4.3 Organizadas sob a forma de cooperativas, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a empresa contratada, bem assim de pessoalidade e habitualidade, e por definição não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados.
- 2.4.4 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 2.4.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;

- 2.4.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.10 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.4.11 Aplica-se a também a vedação prevista no item 2.4:
 - 2.4.11.1 À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - 2.4.11.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - 2.4.11.3 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
 - 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode

vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.

- 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O CADASTRO é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor

que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link “Credenciamento em Novos Certames” e marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.

- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
 - 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
 - 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA.
- 3.9 O link “*Credenciamento em novos certames*”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico – Licitações CAIXA, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, ele será suspenso e retomado somente após a comunicação via *e-mail* aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:**
- 4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2 Comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 4004-0104 - Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-104-0104 - Demais localidades**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.4.4 Manter a gestão da documentação de habilitação que ficará anexada no repositório de documentos no CADASTRO DO FORNECEDOR no Portal de Licitações CAIXA.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Licitação CAIXA.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 5.2 **A Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 **A Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao VALOR GLOBAL que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 **A Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone e *e-mail*;
- 5.3.2 Preço GLOBAL para Registro de Preços para fornecimento de até 6.403 (seis mil quatrocentos e três) equipamentos de Autoatendimento ATMR (Automatic Teller Machine Reciclador), a serem instalados nas agências da caixa em âmbito nacional, com operação de trade-in de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica - dll, drivers, API, firmware, correções de bugs e outros itens de software atinentes à integração do hardware com a aplicação CAIXA - manutenção corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico local e garantia, por 60 (sessenta) meses, contada a partir da instalação dos equipamentos, com operação de trade-in, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas,

encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos;

5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;

5.3.3 Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;

5.3.4 Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, **não inferior 60 (sessenta) meses a** partir da instalação dos equipamentos

5.3.5 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.

5.3.6 **Declaração do licitante de que:**

I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste Edital.

III) cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

IV) o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);

5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.

5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento.

5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta

anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.

- 5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

- 6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

- 6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.

- 6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.

- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- condições do item 6.5 e subitens e

- compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação.

- 6.4.1 A proposta adequadas deve ser encaminhada no prazo de até **120 (cento e cinte) minutos** a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → clicar em “**ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA**”, anexar os arquivos e confirmar.

6.5 Será desclassificada a proposta que:

- 6.5.1 Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

- 6.5.2 Contenha vícios insanáveis;
- 6.5.3 Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 Apresente preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
 - 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 Apresente preços superiores aos valores estimados pela CAIXA;
- 6.5.6 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
 - 6.8.1 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
 - 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO GLOBAL.
- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 17 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 7.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.2.2 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.2.3 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
- 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).

- 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior ao do licitante mais bem classificado que não se enquadra como MPE.
- 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as

propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.

- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I com tecnologia desenvolvida no País;
 - II produzido de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo;
 - III produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - IV produzido ou prestado por empresas brasileiras;
 - V produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - VI produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 No caso de obras e serviços de engenharia, o percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.

- 7.11.1 Para todos os objetos, na apresentação das propostas ajustadas, não será admitida majoração de preços unitários e taxas:
- a) da proposta da fase de lances em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante;
 - b) da proposta final negociada em relação à proposta da fase de lances ofertada pelo licitante;
 - c) da proposta final negociada em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante, no caso da inexistência de fase de lances.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link → “EFETUAR NEGOCIAÇÃO”.
- 7.13 Na etapa de negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com a descrição detalhada dos custos e com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
 - qualificação técnica;
 - qualificação econômico-financeira;
 - regularidade fiscal federal;
 - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na Área Logada do Fornecedor, acesse o link “VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE

HABILITAÇÃO” e selecione o item desejado, acione o botão “*VINCULAR DOCUMENTAÇÃO*”, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão “*CONFIRMAR*”. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão “*CONCLUIR/ENVIAR*”.

8.1.2 As instruções também constam do “*MANUAL DO FORNECEDOR GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.

8.1.3 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

Nível I – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.2 e subitens deste Edital.

Nível III – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal e trabalhista;

Nível V – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.4 e subitens deste Edital.

8.1.3.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.1.3.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.

8.1.3.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos

necessários, por intermédio de consulta 'on line' no SICAF, opção "Situação do Fornecedor", depois de verificada a aceitabilidade da proposta.

- 8.1.3.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> .

8.3 A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:

- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
- 8.3.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4 A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.4.1 Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, para comprovar a sua regularidade fiscal.

8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;

8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices, a partir das informações do balanço patrimonial do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 29.542.961,55 (Vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total (Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante)}$$

- 8.4.3.1.1 Para o licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.
- 8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.4.3.4 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.4.3.4.1 Publicado em Diário Oficial; ou
- 8.4.3.4.2 Publicado em jornal, ou
- 8.4.3.4.3 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- 8.4.3.4.4 Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou
- 8.4.3.4.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.
- 8.4.3.4.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.5.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.
- 8.4.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.
- 8.4.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.5 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**
- 8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e

compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

8.5.1.1 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) **atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) de execução contratual** que comprove(m) ter a licitante desempenhado atividade de fornecimento, instalação, manutenção e suporte técnico em equipamentos de autoatendimento ATM (Automatic Teller Machine).

8.5.1.1.1 Será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) a licitante ter:

- a) Fornecido e instalado, no mínimo, 15% (quinze por cento) do quantitativo de equipamentos a serem adquiridos nesta licitação;
- b) Prestado suporte técnico e manutenção em equipamentos de autoatendimento ATM (Automatic Teller Machine), instalados no território nacional, abrangendo no mínimo 01 (um) estado em cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), e, adicionalmente, em pelo menos 10 (dez) estados distintos.

8.5.1.2 Apresentar a(s) **declaração(ões) da empresa licitante**, a seguir, contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente:

- a) Declaração emitida pela empresa licitante atestando que está apta a prestar suporte técnico especializado aos produtos e componentes da Solução, bem como está apta a fornecer atualizações e correções de software, hardware e firmware.
- b) Declaração da empresa licitante de que dispõe de aparelhamento e pessoal técnico adequados para a execução da prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica com a substituição de peças, suporte e assistência técnica, inclusive para os serviços e peças não cobertos pela garantia, nas dependências das unidades indicadas pela CAIXA, sediadas em todo o território nacional, conforme os termos e prazos estabelecidos neste edital e durante o período de vigência do contrato, conforme modelo constante do ANEXO I – K – MODELO DE DECLARACAO DE APARELHAMENTO E PESSOAL TECNICO.
- c) Apresentação, pela empresa licitante, de declaração de que terá, em seu quadro permanente, pessoal técnico qualificado e aparelhamento adequado para a execução dos serviços, experiência em integração ou desenvolvimento de API e DRIVERS nos padrões CEN/JXFS e CEN/XFS, durante todo o período de vigência do contrato, ANEXO I – K – MODELO DE DECLARACAO DE APARELHAMENTO E PESSOAL TECNICO.

- 8.5.1.3 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) deve(m) ser apresentado(s) contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.5.2 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.
- 8.5.2.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.2.1.1 Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.2.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016.
- 8.5.3 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pelo licitante por meio de aceite do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.4.
- 8.7 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 Para licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;

- b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
- d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VII).
- e) Declaração de autenticidade (Anexo VIII)

8.7.2 Para licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:

- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
- b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
- d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
- e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- g) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
- f) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VII).
- g) Declaração de autenticidade (Anexo VIII)

8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.

8.7.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.

8.7.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.7.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.

8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VIII - **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE** assinado.

- 8.8.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 22.15 ou por assinatura física.
- 8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT/BR - SBS Quadra 01, Lote 28, Bloco L, Edifício Filial I, 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após solicitação do Licitador.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso o licitante vencedor seja MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 O Licitador efetuará a consulta “online” ao SICAF, para verificação da situação do licitante credenciado e cadastrado em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa a Declaração de “Situação do Fornecedor”.

- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, conforme item 8.7.3.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de até 02 (duas) horas a contar da solicitação pelo Licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo - www.portaltransparencia.gov.br;
 - ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “*Todos(as)*”;

- SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.

9.6 Não será habilitada a empresa que:

- 9.6.1 Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
- 9.6.2 Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.6.3 Esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou esteja impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
- 9.6.4 Deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.6.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.7 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.
- 9.8 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que os demais licitantes serão questionados, via Portal Licitações CAIXA – Área Logada do Fornecedor, em link específico do sistema – “Manifestar Interesse Cadastro Reserva”, sobre o seu interesse em igualar seu(s) preço(s) ao do mais bem classificado, para ser incluído no Cadastro Reserva, a manifestação deve ocorrer dentro da vigência do prazo estabelecido no agendamento, findo o qual não será mais conhecida a manifestação de interesse.
- 9.9.1 Os licitantes com propostas classificadas serão comunicados do agendamento do prazo para manifestação de interesse, via Notificação Recebidas, funcionalidade disponível na Área Logada do Fornecedor.

- 9.9.2 Concomitantemente, no ato da manifestação, aqueles que manifestarem interesse, devem anexar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pelo licitante mais bem classificado.
- 9.9.3 Os licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao do licitante vencedor irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação da Licitação CAIXA.
- 9.9.4 O não envio da nova proposta solicitada pelo Licitador na forma do item 9.10.2 impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5 O licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocado para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 26 do Decreto 11.462/23, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 9 do edital.
- 9.9.6 Os procedimentos constantes do item 10, referentes à solicitação e avaliação da amostra/protótipo da empresa que compõe o cadastro reserva e que eventualmente for convocada também somente ocorrerá no momento oportuno da convocação.
- 9.9.7 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.9.2 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.10 DA APRESENTAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS

- 10.10.1 Quando solicitado, o licitante deverá apresentar sem ônus para a CAIXA 2 **(duas) amostras do equipamento ofertado, em até 90 (noventa) dias corridos**, para homologação, após a solicitação da CAIXA, as quais deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações técnicas do Edital.
- 10.10.2 A apresentação da amostra será exigida apenas do licitante declarado vencedor na etapa de lances da licitação e habilitado.
- 10.10.3 A LICITANTE que não entregar a(s) amostra(s), ou entregar fora do prazo estabelecido, ou ainda, entregar amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da

aplicação das penalidades cabíveis, inclusive a penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA.

- 10.10.4 Caso algum requisito funcional não seja plenamente atendido nesta fase de amostra será concedido prazo de 20 (vinte) dias corridos para apresentação da correção.
- 10.10.5 Apenas na hipótese de o licitante mais bem classificado não cumprir os requisitos da especificação técnica é que se convocarão os licitantes remanescentes na ordem de classificação, até encontrar o licitante que esteja habilitado e apresente amostra em conformidade com todas as especificações contidas no Edital.
- 10.10.6 É facultado aos participantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail cecot29@caixa.gov.br.
- 10.10.7 Demais informações sobre a Homologação da Amostra, encontram-se no Anexo IX – HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS.

11 DOS RECURSOS

- 11.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “INTENÇÃO DE RECURSO” → selecionar o botão “INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO” → inserir a descrição argumentos → clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos a partir da comunicação pelo sistema.
 - 11.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
 - 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
 - 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o

botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “**CONTRARRAZÃO**”, registrar os argumentos e confirmar.

- 11.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 11.1.1, importará a decadência do direito de recurso ficando o Licitador autorizado a declarar o licitante como vencedor da licitação.
- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

12 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

- 12.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação o licitante classificado em primeiro lugar terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra o presente Edital (Anexo IV), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CAIXA.
 - 12.2.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pelo fornecedor convocado.
- 12.3 A recusa injustificada do primeiro classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, além de implicar a perda do direito ao registro de seu preço, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas no item 17 deste Edital.

- 12.4 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Após a assinatura da Ata do Registro de Preços, o extrato será publicado no Diário Oficial da União, contendo o(s) fornecedor(es) e o(s) preço(s) registrado(s), sendo que, a partir de então, poderão ser firmados os instrumentos contratuais, desde que no prazo de validade da Ata.
- 12.5.1 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumprido o requisito de publicidade.
- 12.6 A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular pelo fornecedor mais bem classificado, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, conforme minuta de Contrato que integra este Edital (respectivamente, Anexos IV e V).
- 12.7 Fica impedida de ser contratada o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.4.
- 12.8 A empresa com preço registrado que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 12.9 No ato da assinatura da Ata, o licitante vencedor firmará a declaração de vedação ao nepotismo.
- 12.10 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta da Ata (Anexo IV).
- 12.11 O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar o Contrato, conforme o caso, e devolvê-lo.
- 12.11.1 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor, por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA.
- 12.11.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preço podem ocorrer várias solicitações de execução do objeto, inclusive simultâneas.
- 12.12 Se o fornecedor primeiro colocado com preço registrado se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser

convocados os fornecedores que compõem o cadastro reserva, obedecida a ordem de classificação na Ata.

- 12.12.1 O fornecedor que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item 9.9.5, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.
- 13.1.1 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.
- 13.1.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.
- 13.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a CAIXA a firmar contratações nas quantidades registradas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, não cabendo direito a indenização.
- 13.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas hipóteses previstas na minuta da Ata de Registro de Preços.

14 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes a serem firmados, cujas minutas (Anexo IV e V) integram o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 15.1 O Fornecedor com preço registrado, quando convocado para a assinatura do Contrato, deverá prestar garantia de execução contratual, equivalente a 2%(dois por cento) do valor total do contrato.
- 15.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do Contrato:
 - 15.2.1 **Caução em dinheiro;**
 - 15.2.1.1 A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do Contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
 - 15.2.1.1.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;
 - 15.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
 - 15.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade correspondente ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do Contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do Contrato;
 - 15.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;
 - 15.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
 - 15.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
 - 15.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação)

ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

- 15.2.2.3.1.1 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;
- 15.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
- 15.2.2.3.3 A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- 15.2.2.3.4 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- 15.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 15.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 15.2.2.2.
- 15.2.2.3.7 Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
 - b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
 - c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
 - d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
 - e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

15.2.2.3.8 Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

15.2.2.3.9 A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

15.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

15.2.3 **A Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução contratual e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

15.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art.129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 30 dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do Contrato;
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - do Novo Código Civil;

e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 15.6 deste Edital;

f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

15.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do Contrato configura a recusa em assinar o instrumento, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.

15.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do Contrato/, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

15.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas na Ata/Contrato.

15.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 2% (dois por cento) do valor global contratado.

15.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

16 DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1 A CAIXA, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e no Contrato (Anexo V).

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- I) multa;
 - II) suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 17.1.1 No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.
- 17.1.2 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).
- 17.1.3 O FORNECEDOR ficará sujeito a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas na Ata de Registro de Preços (ANEXO IV).
- 17.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- I) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
 - IV) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII) Não mantiver a proposta;
 - IX) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - X) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

- 17.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.
- 17.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 17.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 17.6 A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

18 DOS ILÍCITOS PENAIS

- 18.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 19.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista nas rubricas orçamentárias 3103-01 e 5303-18.

20 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 20.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 20.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, e em decorrência dessa anulação os licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

21 DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

- 21.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão a vigência de 60 (sessenta) meses, coincidindo com o período de garantia dos equipamentos, contados a partir da instalação dos mesmos. Considera-se instalação a disponibilização para uso efetivo dos equipamentos, conforme item 2.3 do ANEXO I – B – FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 22.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 22.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 22.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 22.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 22.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 22.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT, em Brasília/DF.
- 22.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.
- 22.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da licitação.
- 22.10 No caso de retificação do Edital que não implique sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 22.10.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).

- 22.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 22.12 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 22.13 O fornecedor somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial do contrato, com a anuência prévia e por escrito da CAIXA, limitada a subcontratação para os seguintes serviços:

Tipo de Serviço	Limite de subcontratação
Serviços de Garantia (instalação, desinstalação, chumbamento e deschumbamento, fornecimento de funil e trade-in)	100%
Serviços Eventuais não cobertos pela garantia	100%

- 22.13.1 Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da CAIXA, a regularidade fiscal federal, trabalhista e jurídica, bem como a qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos do licitante no item do edital que trata de habilitação.
- 22.13.1.1 Além da regularidade supracitada, a CAIXA verificará também se existe restrição da subcontratada ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, não sendo admitida a subcontratação caso a empresa esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.
- 22.13.2 No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual.
- 22.14 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica do(s) representante(s) legal(is) nos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

23 DO FORO

- 23.1 Para dirimir as questões oriundas deste convênio, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal na cidade de Brasília.

Brasília/DF, 30 de dezembro de 2025

Milena Campos Foeppel
Licitação

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1 Registro de preços para fornecimento de até de 6.403 (seis mil quatrocentos e três) equipamentos de Autoatendimento ATMR (Automatic Teller Machine - Reciclador), com operação de *trade in* de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica - *dll, drivers, API, firmware, correções de bugs e outros itens de software atinentes à integração do hardware com a aplicação CAIXA* - manutenção corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico local e garantia, por 60 (sessenta) meses, contada a partir da instalação dos equipamentos.
- 1.2 *Trade in* de equipamentos de Autoatendimento ATM/ATMC/CD, limitado ao produto da quantidade de equipamentos adquiridos multiplicado pelo fator 2,0 (dois inteiros), por equipamento instalado, considerando-se o acumulado das Ordens de Fornecimento:

2. VOLUMES DA CONTRATAÇÃO

EQUIPAMENTOS	
ITEM	QUANTIDADE
ATM Reciclador	Até 6.403
trade in de Equipamentos Obsoletos	Até 12.806

- 2.1. A especificação detalhada do objeto contendo os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas constam neste Termo de Referência e nos demais anexos abaixo especificados:

Anexo I - A	REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW ATMR_V16_DIGITALIZADOR_CHEQUES
Anexo I - B	FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
Anexo I - C	PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO
Anexo I - D	RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
Anexo I - E	RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – RAT
Anexo I - F	TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SOFTWARE
Anexo I - G	TERMO DE RECOLHIMENTO DE EQUIPAMENTOS
Anexo I - H	FLUXO DE INCLUSÃO NA FERRAMENTA DE CHAMADOS
Anexo I - I	RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA
Anexo I - J	MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM API
Anexo I - K	MODELO DE DECLARAÇÃO DE APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO
Anexo I - L	LEIAUTE TICKET ELETRÔNICO – ABERTURA E FECHAMENTO
Anexo I - M	UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA
Anexo I - N	DECLARAÇÃO DE ESTOQUE MÍNIMO DE PARTES E PEÇAS
Anexo I - O	CHECKLIST DE DESINSTALAÇÃO (MODELO).
Anexo I - P	ANEXO I - V - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Anexo I - Q	TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
Anexo I – R	TERMO DE RECOLHIMENTO
Anexo I – S	DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE COMPONENTES E PERIFÉRICOS
Anexo I – T	GRAU DE CRITICIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LGPD
Anexo I - U	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS.

3 DAS DISPOSIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 3.1 A CONTRATADA deverá considerar, na composição do valor global ofertado, a cobertura de todos os dispêndios envolvidos no fornecimento dos equipamentos e solução, bem como na prestação dos serviços contratados, tais como: despesas com aluguéis, manutenção predial, infraestrutura tecnológica, mobiliário, luz, água, taxas e impostos do ambiente externo provido às suas expensas, despesas gerais com mão-de-obra, deslocamentos, alimentação e estadia, impostos e encargos fiscais e trabalhistas, margem de lucro e demais dispêndios.
- 3.2 Os processos operacionais, equipamentos e produtos utilizados pela CONTRATADA deverão estar em consonância com as melhores práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução do impacto ambiental.
- 3.3 A CONTRATADA deverá, preferencialmente, e em conformidade com as normas legais e regulamentares, participar e se engajar nas iniciativas e ações da CAIXA, de caráter socioambiental, nas áreas vinculadas ao desenvolvimento sustentável.
- 3.4 As listas com os locais e endereços das Unidades CAIXA onde serão executados os serviços são as constantes do ANEXO I - D - RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, sendo que a CAIXA pode atualizar tais listas a qualquer tempo, em virtude de alterações das quantidades disponibilizadas para as unidades, eventuais mudanças de endereço, inativação de unidades e inauguração de novas unidades.
- 3.5 A instalação de equipamentos referentes a acréscimos contratuais ocorrerá às expensas da CONTRATADA, sem nenhum ônus para a CAIXA.
- 3.6 Visando padronização do parque e facilidade para treinamento dos usuários da CAIXA, somente serão aceitas propostas com modelos únicos de cada descrição dos objetos da contratação.

- 3.7 As demais especificações das disposições, contendo os requisitos e as condições da aquisição, bem como as obrigações e responsabilidades específicas das partes, constam no ANEXO I - B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deste Termo de Referência.
- 3.8 As especificações Técnicas das disposições, contendo os requisitos e as condições da aquisição, bem como as obrigações e responsabilidades específicas das partes, constam no ANEXO I - A - REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW, deste Termo de Referência.

4 DOS SERVIÇOS

4.1 ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1 Reunião de abertura do contrato:

4.1.1.1 A reunião de abertura do contrato será a primeira atividade envolvendo as áreas técnicas da CAIXA e da CONTRATADA e será realizada durante o período que antecede o início da prestação dos serviços e após a assinatura do contrato, com o objetivo de definir as ações e validar as responsabilidades das partes.

4.1.1.2 A reunião será realizada na matriz da CAIXA ou na Centralizadora de Atendimento aos Usuários TI – CEAUS, ou outra unidade a ser definida pela CAIXA, após 05 dias úteis da assinatura do contrato, e deverá contar com a participação dos responsáveis pela implantação do contrato por parte da CONTRATADA.

4.1.1.3 Na reunião de abertura a CONTRATADA deverá apresentar o plano de trabalho para assunção dos serviços.

4.1.1.3.1 O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, as informações abaixo:

- Estrutura de mão de obra por região;
- Relação de técnicos e prepostos que atenderão as UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA;
- Canais de comunicação;
- Estrutura de peças e equipamentos de backup distribuídos regionalmente;
- Ferramentas de acompanhamento e controle;
- Portal da internet para disponibilização dos RAT ou projeto para implantação dentro do prazo previsto no contrato.
- Processos e operações a serem realizadas para o *trade-in*, objetivando assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável quando da destinação dos equipamentos obsoletos.

4.1.1.3.2 A acomodação das peças e equipamentos de backup deverão estar em ambiente próprio da CONTRATADA bem como a distribuição regional das peças destinadas ao atendimento

em garantia deste contrato deverão estar alocadas em cada ponto da CONTRATADA, onde estiverem localizadas as UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA.

4.1.1.3.3 Caso, não seja possível a apresentação de todos os itens do plano de trabalho na reunião de abertura, será agendado uma nova reunião para conclusão dos trabalhos iniciais.

4.1.1.3.4A CAIXA fornecerá relação contendo as regiões e/ou unidades CAIXA que deverão ser priorizadas para a elaboração do Plano de Disponibilização e Instalação de Equipamentos

4.1.2 Após a reunião de abertura do contrato, a CONTRATADA deverá entregar à CAIXA, em até 05 (cinco) dias úteis, o Plano de Disponibilização e Instalação de Equipamentos e de Início da Prestação dos Serviços.

4.1.2.1 A CONTRATADA deverá ajustar o Plano de Disponibilização e Instalação de Equipamentos e de Início da Prestação dos Serviços em até 05 (cinco) dias úteis, caso seja solicitado pela CAIXA.

4.1.3 No Plano de Disponibilização e Instalação de Equipamentos e de Início da Prestação dos Serviços, deverá constar, no mínimo:

a) Descrição da Central Externa de Atendimento, denominação dada ao ambiente externo que será utilizado para a prestação dos serviços de atendimento e suporte de 1º e 2º níveis aos usuários. O ambiente deverá ser devidamente preparado com os equipamentos, infraestrutura e mobiliário necessários e em quantidade suficiente para a perfeita execução dos serviços pela equipe da CONTRATADA.

b) Descrição da Central Externa de Monitoramento, denominação dada ao ambiente externo que será utilizado para a monitoração e saúde dos equipamentos do parque CAIXA. O ambiente deverá ser devidamente preparado com os equipamentos, infraestrutura e mobiliário necessários e em quantidade suficiente para a perfeita execução dos serviços pela equipe da CONTRATADA.

c) Modelo de funcionamento proposto para a Central Externa de Atendimento, seus processos, atividades, fluxos de atendimento e outros relacionados ao objeto da contratação.

d) Modelo de funcionamento proposto para a Central Externa de Monitoramento, seus processos, atividades, fluxos de atendimento e outros relacionados ao objeto da contratação.

e) Cronograma de Transição Contratual com as definições acordadas na Reunião de Abertura do Contrato.

4.1.4 A CONTRATADA, com antecedência de no mínimo, 15 (quinze) dias úteis do início da Prestação dos Serviços, deverá:

· Informar os dados de seus profissionais/prepostos que executarão atividades no ambiente da CAIXA com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para anuência e autorização de acesso.

- Ter concluído o treinamento de suas equipes para aprendizado e cadastramentos específicos sobre os processos, as atividades e sistemas a serem assumidos e, de um modo geral, para conhecimento do cenário da CAIXA, suas expectativas, estrutura, ambientes e forma de atuação.
 - Concluir a instalação dos demais recursos sob sua responsabilidade (microcomputadores, telefonia, URA, software, mobiliário, link de dados e voz etc.), ferramentas e atividades, necessários à perfeita execução dos serviços contratados.
- 4.1.5 A CAIXA disponibilizará os seus ambientes físicos, a base de dados e demais recursos e informações necessárias, definidos como de sua responsabilidade, em consonância com o Plano de Disponibilização e Instalação dos Equipamentos.
- 4.1.6 Fica o CONTRATADO ciente que, até o início da execução das atividades, os profissionais/prepostos deverão estar munidos de seus uniformes bem como das ferramentas necessárias para o desenvolvimento de todas as atividades previstas neste contrato.
- 4.1.8.1 O treinamento das equipes da CONTRATADA deverá abordar também itens de sustentabilidade, aplicáveis à prestação dos serviços, tais como eficiência ambiental, consumo sustentável de recursos, respeito e preservação do meio ambiente.
- 4.1.9 Mediante prévia comunicação à CONTRATADA, os prazos das etapas poderão ser alterados, por interesse ou necessidade da CAIXA, ou para atender solicitação da CONTRATADA, mediante justificativas aceitas pela CAIXA.
- 4.1.10 Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter treinada a sua equipe de técnicos, sem prejuízo da qualidade da execução dos serviços durante esse período, com ênfase nos aplicativos disponibilizados pela CAIXA, nos procedimentos e instruções de trabalho dos atendimentos a serem prestados.
- 4.1.11 A CONTRATADA deverá manter a observância de suas atividades consistindo em obrigações a serem cumpridas quanto as normas relativas à segurança e medicina do trabalho a fim de garantir trabalho seguro e sadio prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.
- 4.1.12 Ao término dos prazos de implantação do Plano de Disponibilização e Instalação de Equipamentos e de Início da Prestação dos Serviços, a CONTRATADA deverá oficializar à CAIXA a confirmação quanto ao cumprimento de todos os requisitos definidos no Plano e a entrega se dará por concluída após o aceite final da CAIXA.
- 4.1.13 A remuneração pelos serviços prestados, será conforme os valores estabelecidos na proposta comercial, e serão devidos a partir da efetiva instalação dos equipamentos pela CONTRATADA nas unidades da CAIXA, de acordo com o cronograma de implementação elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CAIXA.
- 4.1.14 Os serviços compreendem o fornecimento de até de 6.403 (seis mil quatrocentos e três) equipamentos de Autoatendimento ATMR (Automatic Teller Machine - Reciclador), com operação de trade in de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica - DLL, drivers, API, firmware, correções de bugs e outros itens de software atinentes à integração do hardware com a aplicação CAIXA - manutenção

corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico local e garantia, por 60 (sessenta) meses, contada a partir da instalação dos equipamentos.

- 4.1.19 As demais especificações, contendo os requisitos e as condições da aquisição e da prestação de serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas das partes, constam no ANEXO I - B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deste Termo de Referência.

4.2 DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

- 4.2.1 Os equipamentos, novos e de primeiro uso, disponibilizados pela CONTRATADA, após homologação/aceite pela área técnica da CAIXA e conferência do atendimento às especificações do Edital, deverão ser entregues e instalados seguindo cronograma definido.
- 4.2.2 A CAIXA solicitará à CONTRATADA o quantitativo de equipamentos de forma fracionada (Contrato), através de comunicação formal a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.
- 4.2.3 Cada Contrato originário da Ata de Registro de Preço terá vigência de 60 (sessenta) meses.
- 4.2.4 Com exceção do 1º Contrato, os demais contratos poderão ser divididos em mais de um lote.
- 4.2.5 Os lotes serão demandados pela CAIXA mantendo uma numeração sequencial, independentemente do Contrato a que se refiram.
- 4.2.6 O(s) contrato(s) seguintes(s) poderá(ão) ser solicitado(s) à CONTRATADA, durante a vigência da Ata de Registro de Preço.
- 4.2.7 O lote único do 1º Contrato poderá ser solicitado a partir da data de assinatura do CONTRATO.
- 4.2.8 Os demais lotes dos demais contratos poderão ser solicitados a partir da data de assinatura dos referidos CONTRATOS, com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias corridos entre as solicitações.
- 4.2.9 A CONTRATADA terá até 180 (cento e oitenta) dias corridos para concluir a entrega e a instalação de todos os equipamentos do lote solicitado, bem como o recolhimento dos equipamentos objetos de trade in - este concomitantemente ao ato de entrega e instalação, salvo orientação diversa da CAIXA, - contados a partir da data de formalização do pedido da CAIXA à CONTRATADA.
- 4.2.10 A quantidade máxima a ser solicitada em quaisquer dos lotes de quaisquer Contrato será de até 400 (quatrocentos) equipamentos, porém, para os Contratos o quantitativo será limitado a no máximo 3.000 equipamentos por CONTRATO.

- 4.2.11 Somente o primeiro CONTRATO possui limitação quantitativa de 400 (quatrocentos) equipamentos por se tratar de lote único.

Exemplo:

1º Contrato, máximo de 400 equipamentos.

Lote 1 (único) – máximo 400 equipamentos.

Se o 1º CONTRATO for gerado com um pedido de 100 equipamentos, o Lote 1 (único) será de 100 equipamentos.

Caso tenhamos solicitado 400 equipamentos no 1º CONTRATO, o 2º CONTRATO poderá ser gerado com o máximo de 3.000 equipamentos.

Lote 2, máximo de 400 equipamentos (2ºCONTRATO).

Lote 3, máximo de 400 equipamentos (2ºCONTRATO).

Lote 4, máximo de 400 equipamentos (2ºCONTRATO).

...

Lote 8, máximo de 400 equipamentos (2ºCONTRATO).

Lote 9, máximo de 200 equipamentos (2ºCONTRATO).

Caso todos os Lotes anteriores tenham sido solicitados com as quantidades máximas possíveis o 3º CONTRATO poderá ser gerado com o máximo de 3.000 equipamentos.

Lote 10, máximo de 400 equipamentos (3ºCONTRATO).

Lote 11, máximo de 400 equipamentos (3ºCONTRATO).

...

Lote 16, máximo de 400 equipamentos (3ºCONTRATO).

Lote 17, máximo de 200 equipamentos (3ºCONTRATO).

- 4.2.12 A quantidade máxima a ser entregue por lote poderá ser ampliada mediante expressa anuência da CONTRATADA.
- 4.2.13 O intervalo mínimo de 30 (trinta) dias corridos entre as solicitações de lotes poderá ser reduzida mediante expressa anuência da CONTRATADA.
- 4.2.14 As demais especificações dos prazos, contendo os requisitos e as condições de entrega, instalação e trade in, bem como as obrigações e responsabilidades específicas das partes, estão descritas no ANEXO I - B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, deste Termo de Referência.

5 DO FORNECIMENTO E MANUTENÇÕES

5.1 EQUIPAMENTOS

- 5.1.1 Será responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos, com todos os componentes, partes, peças e periféricos em quantidade necessária ao pleno funcionamento da Solução nas unidades da CAIXA durante todo o período de vigência do contrato.

- 5.1.2 Os equipamentos deverão ser inteiramente novos, de primeiro uso e devem estar dentro da linha de produção do fabricante, não podendo ser resultantes de processo de remanufatura, refilamento, reutilização ou recondicionamento, seja parcial ou total e, em hipótese alguma, serão aceitos produtos que não atendam a essas especificações.
- 5.1.2.1 As partes, peças, componentes e periféricos deverão ser da mesma marca e modelo dos equipamentos homologados pela CAIXA e deverão atender as condições descritas no ANEXO I - A - REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW e ANEXO I - B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
- 5.1.3 O processo de fabricação e de descarte dos equipamentos ofertados para atendimento ao objeto licitado deverão atender às normas, padrões e requisitos relacionados a seguir:
- § ISO 9000 – Norma de regulamentação dos processos de garantia da qualidade na fabricação dos equipamentos.
- § ISO 14001 – Norma de regulamentação dos processos que envolvem responsabilidades socioambientais (Gestão Ambiental).
- 5.1.3.1 A comprovação de atendimento se dará por meio da apresentação por parte do licitante, no ato da assinatura do contrato, de Declarações emitidas pelos fabricantes dos equipamentos, devidamente acompanhadas dos originais ou cópias autenticadas dos Certificados supracitados, assegurando que os processos fabris e de descarte destes são realizados rigorosamente de acordo com os padrões e requisitos estabelecidos nas normas acima referenciadas.
- 5.1.4 Considerando a premissa constitucional de preservação do meio ambiente, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar certificado ISO 14001 (Sistema de Gerenciamento Ambiental), ou contrato que demonstre que esta possui relação jurídica com empresa especializada no tratamento de resíduos e, neste caso, será exigido certificado ISO 14000 que ateste esta condição da empresa especializada.
- 5.1.5 A CONTRATADA será responsável pela logística de fornecimento dos equipamentos para as unidades da CAIXA conforme RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.
- 5.1.6 O fornecimento dos equipamentos será realizado, conforme estabelecido no Plano de Disponibilização e Instalação de Equipamentos e de Início da Prestação dos Serviços elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CAIXA.
- 5.1.6.1 A partir da entrega inicial nas unidades da CAIXA, a CONTRATADA deverá manter a disponibilidade acordada conforme estabelecido no Acordo de Nível de Serviço – ANS estipulado neste documento, dando assistência técnica tempestiva sempre que for acionada, ou seja, manter o parque disponível aos usuários e/ou clientes CAIXA.
- 5.1.7 A aquisição, recebimento, estocagem, fornecimento, transporte, instalação e logística reversa de todos os itens necessários ao bom desempenho do serviço são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.8 Nos preços ofertados pela CONTRATADA, na ocasião do procedimento licitatório, deverão estar contemplados todos os materiais e logística de distribuição, controle e entrega e recolhimento de equipamentos para as Unidades da CAIXA localizadas no país, nas regiões de abrangência de seu contrato, apontando inclusive a logística reversa, não havendo nenhum ônus adicional para a CAIXA.

5.1.9 As demais especificações do fornecimento, contendo os requisitos e as condições da aquisição, bem como as obrigações e responsabilidades específicas das partes, constam no ANEXO I - B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deste Termo de Referência.

5.2 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.2.1 A manutenção preventiva deverá ser realizada, por iniciativa da CONTRATADA, até 01 (uma) vez por ano, ou por solicitação da CAIXA, a qualquer tempo e quantidade, observadas reincidências de ocorrências em um mesmo equipamento, sem custo adicional para a CAIXA, e dentro dos padrões estabelecidos.

5.2.2 A manutenção preventiva compreende, genericamente, a verificação das partes mecânicas, elétricas e eletrônicas, limpeza, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos e desgastes, reparos, testes, substituição de peças gastas ou defeituosas, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas contidas no manual dos equipamentos, sem custo adicional para a CAIXA.

5.2.3 O desgaste mencionado no item anterior inclui pintura (apoios de mão, painéis, molduras do *shutter* do dispensador de cédulas e do módulo depositário, teclado criptográfico e laterais etc.) e etiquetas adesivas.

5.2.4 É responsabilidade da CONTRATADA, na manutenção preventiva, a verificação da conexão lógica entre o equipamento e a tomada de piso e, se for o caso, fornecer e substituir o *patch cord*, sem ônus adicionais à CAIXA.

5.2.5 As baixas de *software* efetuadas pela CONTRATADA estarão cobertas pelo presente contrato, sem ônus adicional para a CAIXA.

5.2.6 A execução de toda manutenção preventiva será realizada mediante abertura de requisição no sistema de gestão de chamados da CAIXA, com prévio agendamento, a ser elaborado em conjunto com a Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA e a CONTRATADA.

5.2.7 Respeitadas as necessidades operacionais da CAIXA, a CONTRATADA poderá aproveitar-se de um atendimento de manutenção corretiva para executar a manutenção preventiva.

5.2.8 Concluída a manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá emitir Relatório de Atendimento Técnico (RAT), contendo os dados coletados e as ações realizadas para solucionar os problemas encontrados, e o técnico deverá assinar o documento, e o operador/ usuário CAIXA deverá ser orientado pela CONTRATADA a conferir o documento, a realizar a avaliação do atendimento e a assinar o documento.

5.2.9 Deverão ser realizados testes com os equipamentos mantidos pelo técnico em conjunto com o operador/usuário CAIXA, havendo a obrigatoriedade da assinatura de

ambos no documento ao final dos trabalhos.

- 5.2.10 Na manutenção preventiva, no que se refere ao item anterior, além dos testes a serem realizados, o técnico da CONTRATADA deverá acompanhar o funcionamento do equipamento, certificando-se de que os problemas encontrados foram solucionados.
- 5.2.11 Em havendo necessidade de movimentação do equipamento para fins de manutenção preventiva, as atividades de deschumbamento, movimentação e chumbamento, bem como ajustes no respectivo funil, deverão ser executadas pela CONTRATADA, sem ônus adicionais à CAIXA.
- 5.2.12 As demais especificações dos serviços, contendo os requisitos, as obrigações e responsabilidades específicas das partes, estão descritas no ANEXO I - B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deste Termo de Referência.

5.3 MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 5.3.1 A manutenção corretiva, que se fará mediante requisição da CAIXA, compreende quaisquer serviços que se fizerem necessários para deixar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, devendo a CONTRATADA atender nas condições pactuadas, a toda e a qualquer requisição que venha a receber da CAIXA.
- 5.3.2 Na manutenção corretiva dos equipamentos, além de solucionar o problema que causou o chamado, o técnico deverá revisar as partes mecânicas, elétricas e eletrônicas, efetuar limpeza interna, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes e substituição de peças gastas ou defeituosas e, se for o caso, reinstalar os *softwares* e/ou aplicativos CAIXA.
- 5.3.3 Na manutenção corretiva, e quando for necessário, o fornecimento e a substituição de *patch cord* ocorrerão sem ônus adicionais à CAIXA.
- 5.3.4 Na manutenção corretiva, deverão ser realizados testes com os equipamentos mantidos pelo técnico em conjunto com o operador/usuário CAIXA, e acompanhar o funcionamento do equipamento, certificando-se de que os problemas encontrados foram solucionados.
- 5.3.5 Caso a manutenção termine após o período normal de atendimento (PN), não tendo sido realizado os testes de funcionamento, o técnico deverá retornar, em horário definido pela Unidade de Suporte Tecnológico e/ou pelo responsável pelo acompanhamento do atendimento, dando continuidade ao atendimento, efetuando os testes e fechamento do chamado, a menos que haja orientação em contrário do responsável pelo acompanhamento do atendimento, devendo esta ocorrência ser registrada no RAT.
 - 5.3.5.1 O período compreendido entre a interrupção do atendimento e o seu reinício no novo horário, não será computado para efeito de prazo máximo de atendimento definido no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO.
 - 5.3.5.2 Para marcação do novo horário, a CONTRATADA deverá enviar *ticket* eletrônico para o sistema da CAIXA, conforme formato especificado.

- 5.4 As baixas de *software* efetuadas pela CONTRATADA estarão cobertas pelo presente contrato sem ônus para a CAIXA.
- 5.4.1 As baixas de *software* decorrentes de novos projetos elaborados pela CAIXA, que resultem em alterações nos padrões anteriormente utilizados nos equipamentos e que, em função das características, exigirem necessariamente intervenção local (ex.: substituição do sistema operacional, instalação de novos aplicativos sem possibilidade de execução remota etc.), serão consideradas como serviços eventuais e remunerados como instalação de *software*, nos termos presentes no código 106 da proposta comercial.
- 5.4.2 Entende-se como novos projetos, para efeito de remuneração eventual neste contrato, as ações definidas, elaboradas e coordenadas pela CAIXA, que envolverem, obrigatoriamente, intervenções locais em equipamentos, com abrangência maior que 5% (cinco por cento) do parque garantido.
- 5.5 É obrigação da CONTRATADA disponibilizar à CAIXA, em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato, mídia com o teste de diagnóstico (*software*) que será utilizado pela CONTRATADA para avaliação dos equipamentos.
- 5.5.1 A CONTRATADA deverá apresentar certificado da Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES, CERTICS ou INPI comprovando a propriedade intelectual do *software* de teste de diagnóstico.
- 5.5.2 Caso o *software* não seja de propriedade da CONTRATADA, deverá ser comprovado o seu direito de uso.
- 5.5.3 A não disponibilização do software no prazo indicado no item 5.5 implicará em multa de 0,001% (um milésimo por cento) sobre o valor global do contrato, a ser cobrado mensalmente e de forma cumulativa.
- 5.6 Em havendo necessidade de movimentação do equipamento para fins de manutenção corretiva, as atividades de deschumbamento, movimentação e chumbamento, bem como ajustes no respectivo funil, deverão ser executadas pela CONTRATADA, sem ônus adicionais à CAIXA.
- 5.6.1 As demais especificações dos serviços, contendo os requisitos, as obrigações e responsabilidades específicas das partes, estão descritas no ANEXO I - B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deste Termo de Referência.

6. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

- 6.1 Deverá ser prestada garantia *on-site* por 60 (sessenta meses), contados a partir da data de instalação dos equipamentos, incluindo a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante este período, sem quaisquer ônus adicionais para a CAIXA, obrigando-se a CONTRATADA a manter os equipamentos permanentemente em perfeitas condições de funcionamento para a finalidade a que se destinam.

6.2 Durante o período de garantia, a CONTRATADA compromete-se a substituir, a critério exclusivo da CAIXA, os equipamentos que apresentarem, em um período de 60 (sessenta) dias corridos, ocorrências de sucessivos defeitos, conforme definido abaixo:

- **Situação Crítica '0'**: equipamento inoperante. Acima de 2 (duas) ocorrências constatadas.

(Entende-se como “inoperante”, o equipamento que não consegue operacionalizar nenhuma das funcionalidades para o qual foi adquirido);

- **Situação Crítica '1'**: equipamento operando com deficiências. A partir de 8 (oito) ocorrências constatadas.

(Entende-se como “operando com deficiências”, o equipamento que consegue operacionalizar parte das funcionalidades para o qual foi adquirido, bem como entende-se como “ocorrências constatadas” a abertura e conclusão de requisição de manutenção corretiva de chamados afetos ao hardware).

Exemplificando: em havendo 8 (oito) ou mais requisições de manutenção corretiva numa mesma série de equipamento, num período de 60 (sessenta) dias corridos, a critério e a pedido da CAIXA, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento por outro equipamento novo, arcando com todo ônus desta substituição.

6.2.1 Após a comunicação pela CAIXA do pedido de substituição, a CONTRATADA terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para efetuar a entrega e a instalação do novo equipamento, efetuando a retirada do equipamento substituído sem qualquer ônus adicional para a CAIXA.

6.3 A CONTRATADA deverá considerar, na composição dos serviços de garantia, a cobertura de todos os dispêndios envolvidos e de sua responsabilidade, tais como:

6.3.1 Salário dos profissionais alocados e seus encargos trabalhistas, peças, componentes e materiais a serem aplicados na manutenção, deslocamento do profissional e despesas com alimentação e estadia.

6.3.2 Impostos e demais encargos fiscais, custos da logística na operação de remessa das peças e componentes, incluindo seguro do bem, margem de lucro e demais dispêndios.

6.4 Todos os problemas ocorridos com as gavetas dispensadoras de numerário e de rejeição ou com a fechadura do cofre dos equipamentos Automatic Teller Machine Reciclador – ATMR) estarão cobertos pela garantia do presente contrato, independente das causas, exceto as situações previstas no item 6.1 do ANEXO I - B – FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, desde que devidamente comprovado e/ou admitido mau uso, voluntário ou involuntário, do Operador CAIXA.

6.4.1 Travamentos do cofre, não decorrentes de sinistro(s), fraude(s) ou problema(s) operacional(is) imputável(is) à CAIXA, estarão cobertos pelo presente contrato, inclusive nas situações em que houver a necessidade de abertura técnica.

6.4.2 Considera-se como garantia os casos em que o representante da Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA e/ou Operador da CAIXA afirma que a senha do cofre esteja

correta, salvo os casos em que a CONTRATADA comprove, através de laudo, que foi erro operacional.

- 6.4.3 No caso de travamento da porta do cofre dispensador ou depositário, por erro de senha imputável à CAIXA, e comprovado mediante laudo aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA terá garantido um prazo de solução adicional equivalente ao prazo definido no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO, que iniciará-se a partir da comunicação à Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA.
- 6.5 A garantia deverá cobrir, a título de franquia, sem qualquer custo adicional para a CAIXA, as quantidades abaixo especificadas para os seguintes serviços:
- a) **Mudança de endereço** de até 8 (oito) Unidades CAIXA por mês, independentemente da quantidade de equipamentos.
 - b) **Remanejamentos de equipamentos**, no mesmo endereço, de até 20 (vinte) equipamentos por mês.
 - c) **Desinstalação de equipamentos** para a reserva técnica de até 20 (vinte) equipamentos por mês.
 - d) **Preparação para transporte** de até 20 (vinte) equipamentos por mês.
 - e) **Reinstalação de equipamentos** da reserva técnica de até 20 (vinte) equipamentos por mês.
- 6.5.1 Os serviços franqueados e relativos à mudança, remanejamento, desinstalação, preparação para transporte e reinstalação dos equipamentos, envolvem o conjunto do equipamento e o seu respectivo funil.
- 6.5.2 Caso as quantidades de franquias estimadas mensalmente não sejam executadas em sua integralidade, a CAIXA poderá utilizar os saldos remanescentes em outros meses, assim como os excedentes serão compensados nos meses seguintes.
- 6.5.2.1 Quando as quantidades das franquias estimadas forem executadas em sua totalidade contratual passarão a ser executadas através dos serviços eventuais.
- 6.5.2.2 A utilização de saldo acumulado de franquias está limitada, em cada competência, a 50% do quantitativo mensal previsto para cada tipo de serviço (arredondamento para cima), a menos que haja anuência expressa da CONTRATADA em um percentual superior de utilização do saldo.
- 6.5.2.3 A utilização de 50% do quantitativo mensal previsto para cada tipo de serviço em cada competência, tal como descrito no item 6.5.2.2 não implica em renúncia pela CAIXA do saldo acumulado de franquias.
- 6.6 Com exceção de bobinas para impressoras térmicas, cuja responsabilidade pelo fornecimento é da CAIXA, todos os demais consumíveis compõem a garantia do equipamento, dentre eles, pilhas/baterias de quaisquer dos componentes (fechaduras, placas, nobreak-UPS etc.) e/ou módulos do equipamento.

- 6.7 A falta de peças não poderá ser alegada pela CONTRATADA como justificativa para atrasos na execução da garantia e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos
- 6.8 Durante o período de garantia, qualquer necessidade de alteração nos programas (DLL, API, drivers, versões de Sistema Operacional etc.) do fornecedor, seja por solicitação da CAIXA ou não, deverá ocorrer sem ônus para a CAIXA, em até 60 (sessenta) dias corridos após a solicitação.
- 6.9 A CAIXA reserva-se o direito de instalar nos equipamentos objeto do presente contrato produtos de *hardware* ou *software* de outros fornecedores ou fabricantes, com mão de obra própria ou de terceiros, desde que tal iniciativa não implique em danos físicos aos equipamentos, sem que isso possa ser usado como pretexto pela CONTRATADA para se desobrigar da garantia de funcionamento prevista neste contrato.
- 6.9.1 Quando o produto de *hardware* ou *software* for fornecido pela própria CONTRATADA, o mesmo integrará a garantia do equipamento objeto deste contrato.
- 6.9.2 Quando o produto de *hardware* ou *software* for fornecido por terceiro, em havendo solicitação da CAIXA, a CONTRATADA deverá acompanhar as instalações iniciais do novo produto de *hardware* ou *software* e apresentar laudo técnico com considerações pertinentes à garantia futura, sem ônus à CAIXA.
- 6.10 As demais especificações dos serviços, contendo os requisitos e as obrigações e responsabilidades específicas das partes, estão descritas no ANEXO I - B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deste Termo de Referência.

7 PLANO DE SUSTENTAÇÃO

- 7.1 O Plano de Sustentação referente ao fornecimento de até de 6.403 (seis mil quatrocentos e três) equipamentos de Autoatendimento ATMR (Automatic Teller Machine - Reciclador), com operação de *trade in* de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica - *dll, drivers, API, firmware, correções de bugs e outros itens de software atinentes à integração do hardware com a aplicação CAIXA* - manutenção corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico local e garantia, por 60 (sessenta) meses, consta na NT GEAUS 0027/2024 - PLANO DE SUSTENTAÇÃO.

8 DO GRAU DE CRITICIDADE EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONTROLES DE SEGURANÇA

- 8.1 O Grau de Criticidade em Segurança da Informação para a contratação é considerado alto, cabendo a CONTRADADA cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
- 8.2 As especificações detalhadas quanto ao grau de criticidade em segurança da informação - LGPD, contendo os requisitos e as condições da aquisição, bem como as obrigações e responsabilidades específicas das partes, constam no ANEXO I – T - GRAU DE CRITICIDADE EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - LGPD, deste Termo de Referência.

- 8.3 A CONTRATADA deverá declarar permissões de acesso às informações da CAIXA, bem como ciência das obrigações e responsabilidades específicas, sob sua responsabilidade, assinando o anexo à Minuta da Ata de Registro de Preços - TERMO DE RESPONSABILIDADE EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.
- 8.4 A Contratada deverá prover segurança relacionada aos dados, provendo segurança de todos os fluxos, sejam externos ou em trânsito com a CAIXA.
- 8.5 A Contratada deverá adotar medidas para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações que serão tratadas na sua infraestrutura.
- 8.6 A Contratada deverá dispor de análise e gestão de riscos de segurança de informação.
- 8.6.1 A análise deve ter periodicidade mínima mensal e deve ser apresentado um plano de gestão de riscos contendo: metodologia utilizada, riscos identificados, inventário e mapeamento dos ativos de informação, estimativa dos riscos levantados, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos, assunção ou não dos riscos e outras informações pertinentes.
- 8.7 A Contratada do serviço deve disponibilizar um meio para garantir a rastreabilidade dos documentos armazenados, para identificação em caso de vazamentos.
- 8.8 A Contratada deverá possuir ou criar uma política de atualização de versão de software, indicando sua criticidade e deve comunicar previamente a CAIXA a data da aplicação da atualização.
- 8.9 A Contratada deve fornecer o fluxo de acionamento e contato com a equipe de respostas a incidentes da CAIXA para acionamento em caso de ataques cibernéticos.
- 8.10 A Contratada deve dispor de recurso centralizado que garanta a imposição contínua das políticas de segurança definidas para os recursos provisionados no ambiente de nuvem.
- 8.11 A Contratada deve dispor de recurso que permita a monitoração, detecção e resposta a ameaças nos componentes hospedados na nuvem.
- 8.12 A Contratada deverá possuir políticas de segurança e diretrizes para garantir o controle de acesso físico e lógico do seu ambiente.

9 DAS RESPONSABILIDADES SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

- 9.1 Cabe a CONTRADADA incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.
- 9.2 A CONTRATADA deve atender requisitos sociais, ambientais e climáticos, que incorpore a responsabilidade social, ambiental e climática, assegure a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando sempre pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e

conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

- 9.3 As especificações detalhadas quanto ao cumprimento das responsabilidades social, ambiental e climática, contendo as condições da aquisição, bem como as obrigações e responsabilidades específicas, constam na cláusula décima da Minuta da Ata de Registro de Preços.
- 9.4 A CONTRATADA deverá declarar as Ações de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, bem como ciência das obrigações e responsabilidades específicas, sob sua responsabilidade, assinando o TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC - FORNECEDORES, deste Termo de Referência.

10 REQUISITOS DE PRIVACIDADE

- 10.1 A Contratada deve instituir e manter programa de governança em privacidade, a ser homologado pela CAIXA, estabelecendo, minimamente, a capacitação de seus colaboradores, controles técnicos e administrativos apropriados para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais objeto de tratamento, além de garantir a conformidade com a LGPD e demais normas que versem sobre privacidade e proteção de dados pessoais.
- 10.2 Ao final do contrato, ou quando cumprida ou encerrada a finalidade instruída pela CAIXA, a Contratada deve utilizar técnicas ou métodos apropriados para garantir exclusão ou destruição segura de dados pessoais (incluindo originais, cópias e registros arquivados), de modo a impedir a sua recuperação.
- 10.3 Na ocorrência de qualquer incidente (perda, deleção ou exposição indesejada ou não autorizada, entre outros) que envolva as informações tratadas em razão da presente relação contratual, deverá a Contratada comunicar imediatamente a CAIXA através dos canais de comunicação específicos disponíveis, cabendo à CAIXA notificar o titular e/ou outras unidades competentes, nos termos da LGPD.

11 DO PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES

- 11.1 A Contratada deve possuir, plano de continuidade, recuperação de desastres e contingência de negócio, que possa ser testado regularmente, objetivando a disponibilidade dos dados e serviços em caso de interrupção, bem como desenvolver e colocar em prática procedimentos de respostas a incidentes relacionados com os serviços.
- 11.2 O referido plano de continuidade deverá ser informado para a CAIXA como parte das ações de acompanhamento do contrato, e deverá ser atualizado e testado anualmente, ou em qualquer mudança significativa do ambiente.
- 11.3 A atuação, em caráter de contingência, causada por uma eventual indisponibilidade do serviço prestado, considera as seguintes premissas:
- a) Interrupção total ou parcial dos serviços;
 - b) Ter infraestrutura alternativa: física e lógica em local distante do ambiente central de produção, com o objetivo de minimizar o risco de perda de ambas as instâncias;

- c) Manter os serviços essenciais suportados pelo contrato.
 - d) Manter a lista de integrantes das equipes e Plano de Recuperação de Desastres atualizados;
 - e) Ter local seguro para guarda de backups fora do local atingido;
 - f) Assegurar a disponibilidade dos serviços essenciais dentro do tempo previsto para recuperação do serviço, de acordo com o contrato;
 - g) Cópias de todos os procedimentos abordando backup, restauração e reconstituição de armazenamento de dados.
 - h) Procedimentos adotados para recuperação de desastres;
 - i) Identificação do serviço suportado pelo contrato;
- 11.4 A obrigatoriedade do plano de continuidade se estende para empresas que sejam subcontratadas pela Contratada.
- 11.5 A Contratada deve considerar, como parte do plano de continuidade, os diferentes ambientes de risco e o grau de mitigação de riscos necessários para proteger a Instituição, caso seja necessário colocar o plano em prática.

ANEXO I – A**REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW****ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ATM RECICLADOR DE CEDULAS (ATMR)**

Cada item desta Especificação do Produto apresentado na Proposta Comercial deve descrever o nome do fabricante, marca e modelo, além da versão de firmware, chipset e revisões, quando for o caso, além de sua característica exata, conforme equipamento ofertado pelo licitante. Não serão aceitos componentes alternativos, além daqueles ofertados e entregues para avaliação à CAIXA.

Observação: O **ATMR** deverá possuir conformidade comprovada com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances). A comprovação poderá ser efetuada através de declaração do próprio fabricante da unidade principal e seus componentes e entregue juntamente com a amostra.

1. ACESSIBILIDADE

- 1.1. O equipamento deverá atender aos requisitos da Norma ABNT NBR-15250 - acessibilidade em Caixa de Autoatendimento Bancário - e seguir os preceitos do desenho universal, visando proporcionar a sua utilização a uma maior quantidade de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, de maneira autônoma e segura.
- 1.2. Deverá ser apresentado Relatório emitido por órgão detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo INMETRO juntamente com a amostra, atestando que o equipamento está em conformidade com a Norma ABNT NBR-15250.

2. DIMENSÕES EXTERNAS

- 2.1. Altura: 1550mm, do piso até o ponto mais alto terminal, podendo ser até 55mm menor, desde que compensado no funil e este preencha totalmente o local de instalação;
- 2.2. Largura: até 650mm, desde que o funil preencha totalmente o local de instalação;
- 2.3. Profundidade máxima (corpo do cofre): 1050 mm
- 2.4. Todas as medidas incluem os componentes externos ao corpo do ATMR como, por exemplo, dobradiças.
- 2.5. Caso o equipamento se utilize desta flexibilização de medidas deverá ser adequado apenas o funil permanecendo todas as demais medidas e padrões da carenagem.

3. ACESSO

- 3.1. O abastecimento e a manutenção do equipamento deverão ocorrer exclusivamente por porta traseira.

- 3.2. Quando a manutenção se der nos periféricos do painel frontal, poderá ter acesso frontal a máquina. O acesso frontal para manutenção dos periféricos deverá ser feito de tal maneira que não seja necessária a movimentação do equipamento e, o ângulo máximo de abertura no sentido vertical não prejudique o funil e/ou a carenagem do equipamento.

4. PAINEL FRONTAL

- 4.1. Deverá possuir espelhos retrovisores, seguindo a especificação abaixo.
- 4.1.1. Deverá possuir nos cantos superiores (direito e esquerdo) “espelhos retrovisores”, com as seguintes características técnicas:
- 4.1.1.1. Deverão ser confeccionados com material ABS de alta resistência ou em acrílico mantendo a qualidade e resistência.
- 4.1.1.2. Deverão possuir formato convexo, sem limitação de forma geométrica.
- 4.1.1.3. Deverão possuir acabamento com lado frontal visível em cromado espelhado, isento de imperfeições (sem marcas de injeção, linhas de solda, fluxo, etc.).
- 4.1.1.4. Deverão possuir dimensões com área de aproximadamente, mínimo de 15cm² a 40 cm².
- 4.1.1.5. Deverão ser fixados internamente, em área rebaixada, que impeça sua remoção com o uso de instrumentos.
- 4.1.1.6. Quantidade: 2 (duas) unidades.
- 4.1.1.7. Deverão ser instalados nas extremidades superiores do painel frontal, faceados, em ângulo que possibilite ao usuário, posicionado à frente do ATM- Terminal de Autoatendimento, visualizar as pessoas e o ambiente ao seu redor.
- 4.2. O Painel frontal, bem como todo o equipamento, deverá ser entregue na cor prata fosca PANTONE 877U.
- 4.2.1. Exclusivamente a moldura do monitor, deverá ser entregue na cor prata fosca PANTONE 877U.
- 4.3. O Painel frontal deverá ser confeccionado pelo processo de moldagem por injeção com resina sintética copolímera termoplástica de engenharia de alto desempenho ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno), podendo ser injetado em peça única ou modularizada.
- 4.4. A resina ABS ou PC ABS adotada para injeção dos painéis deverá ser reciclável, apresentar espessura uniforme mínima de 2,5 mm, com variação permitida em +- 0,3mm, cor similar à ref. cromática Pantone 877U e receber aditivos antioxidantes, anti

UV e retardante à chama V0 ou UL 94 – HB e ser injetada diretamente na cor PANTONE 877U com acabamento metalizado e micro texturizado.

- 4.5. A CONTRATADA deverá entregar/apresentar a CAIXA, na entrega das amostras, laudo técnico emitido por organismo detentor de Certificado de acreditação concedido pelo Inmetro, comprovando: a composição química do termoplástico utilizado na injeção do painel (FTIR Espectrometria de Infravermelho - Análise Qualitativa de polímeros e aditivos - ASTM E1252), a característica de inflamabilidade (ASTM D 635/06), a resistência à exposição UV (Ensaio de intemperismo Acelerado UV - ASTM G154/12) e a resistência ao impacto Izod (ASTM D 256/10);
- 4.6. O Painel deverá receber projeção frontal tipo bandeja incorporada constituída por uma chapa de aço inoxidável dobrada e escovada, em que devem ser construtivamente integrados o teclado PIN no centro da bandeja, o sistema biométrico à direita, o dispositivo Contactless à esquerda e o conector para fone de ouvido na parte frontal.
- 4.7. O dispositivo biométrico não poderá ser fixado apenas na chapa de aço, devendo também existir solução interna complementar de fixação.
- 4.8. A profundidade da bandeja e os espaços internos deverão ser previstos e suficientes para a instalação (dispositivo, suporte, fixação, cabeamento, etc.) e usabilidade.
- 4.9. A chapa da bandeja deverá ser confeccionada em aço cromo-níquel-molibdênio inoxidável, austenítico e amagnético ABNT NBR 5601 tipo 316 SAE 30316 – ASTM A 276-81 tipo 316 AISI 316 com 2 mm espessura, com alta resistência mecânica (contra impactos, riscos e manchas), alta resistência à corrosão, inclusive em atmosferas agressivas e litorâneas, além de excelente capacidade de conformação e soldabilidade; o acabamento superficial deve ter padrão Acesita Nº 4 SP - IK – laminado a frio, recozido decapado e lixado em uma face (grana # 150 – 180) com rugosidade máxima de 0,80µm Ra (Classe N6), posterior passe de planicidade Skin-pass (laminação com cilindros brilhantes) e revestimento com película de proteção de polietileno.
- 4.10. A CONTRATADA deverá garantir a resistência do material metálico utilizado na projeção frontal tipo bandeja contra desgastes físicos, corrosão e vandalismo, devendo desenvolver solução técnica para fixação da chapa de aço na bandeja, de maneira a reduzir fragilidades verificadas principalmente no encontro dos materiais e permitir praticidade na ação de substituição. A borda frontal da bandeja (chapa

metálica) deverá ter sua aresta atenuada (boleada) e não serão aceitas quinas vivas, cortantes e/ou proeminentes, soldas e dobras com má qualidade estética e/ou com acabamento irregular;

- 4.11. A CONTRATADA deverá apresentar à CAIXA, durante a avaliação de amostra, laudo técnico emitido por laboratório credenciado pelo Inmetro ou relatório de ensaio emitido por laboratório externo idôneo, comprovando que o aço empregado na confecção da bandeja do ATMR atende a composição química apresentada na norma ABNT NBR 5601 Tipo 316.
- 4.12. Internamente ao Painel superior termoplástico deverá ser integrada estrutura (“esqueleto”) de reforço em chapa de aço com 1,9 mm de espessura, de forma a garantir a inviolabilidade do conjunto, fixada internamente às laterais e partes inferior e superior da parte móvel do painel frontal superior ou fixado no gabinete superior, formando a face interna frontal do equipamento, com espaços suficientes para a fixação dos periféricos.
- 4.13. As aberturas existentes no “esqueleto”, destinados a possíveis instalações futuras de alto-falantes, devem ser cobertas por tampas removíveis, cuja retirada possa ser feita somente pelo lado interno do painel ou se a solução em que o esqueleto não tenha tais aberturas, ou se o local de fixação dos alto-falantes esteja protegido, ou se os alto-falantes já estejam montados, a tampa removível não será necessária.
- 4.14. A pintura das superfícies polímeras (ABS) do painel, quando houver, deverá obedecer a processos de preparação do material que criem condições de ancoragem mecânica e consequentemente aumentem a aderência da película de tinta ao substrato termoplástico;
- 4.15. A CONTRATADA deverá garantir pelo período de 5 (cinco) anos após a instalação dos equipamentos, a qualidade e integridade dos polímeros utilizados na construção do terminal, além da pintura e acabamento empregados, no que tange aos requisitos de ancoragem, aderência, cobertura, estabilidade de cor, alastramento, resistência química/mecânica e anticorrosiva.
- 4.16. A CONTRATADA deverá entregar/apresentar Laudos Técnicos (oriundos de entidades acreditadas pelo Inmetro ou reconhecidas por Organizações Metrológicas Regionais - com apresentação do certificado de reconhecimento de competência

técnica - e que atendam comprovadamente aos requisitos descritos na Norma NBR ISO/IEC 17025:2005) da realização satisfatória dos ensaios previstos nas Normas Técnicas listadas abaixo, referentes à pintura aplicada nas superfícies termoplásticas, como requisitos mínimos de qualidade:

- 4.16.1. ABNT NBR 15438 - Ensaio de resistência a solventes;
- 4.16.2. ABNT NBR 11003:2009 - Tintas/Determinação de Aderência. Parâmetro: grau máximo Gr 1 (X1/Y1);
- 4.16.3. ABNT NBR 10443:2008 - Tintas e vernizes/Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas (equivalente ASTM D1186-01). Parâmetro: mínimo 50/60 micrômetros filme seco;
- 4.17. Fica a cargo da CONTRATADA a elaboração do projeto detalhado dos Painéis, da bandeja metálica e do “esqueleto” interno, para que o conjunto se apresente plenamente estruturado e firme, de maneira a resistir ao uso intenso do ATMR e garantir a facilidade para instalação ou substituição dos dispositivos instalados, em caso de manutenção. A solução proposta não poderá potencializar o peso final do ATMR e não comprometer o sistema de abertura, fechamento e sustentação do Painel, sendo que o projeto final e uma amostra deverão ser submetidos a CAIXA para aprovação prévia à execução, sem prejuízo aos prazos exigidos para a entrega da versão definitiva.
- 4.18. Após a conclusão do processo de homologação, o projeto executivo dos Painéis frontais deverá ser entregue à CAIXA em 2 (duas) cópias (em formato(s) suportado(s) pelo AUTOCAD 2016 e versões superiores), que poderá ser utilizado como referência em futuros Editais Públicos para compra de terminais de autoatendimento. A utilização do projeto executivo em futuros editais limitar-se-á às dimensões do equipamento, visando a padronização de carenagem.
- 4.19. Uma vez aprovado pela CAIXA, o projeto executivo passa a ser de sua propriedade. A CONTRATADA abrirá mão dos direitos autorais sobre o projeto executivo do painel frontal mediante documento a ser entregue à CAIXA, de acordo com a legislação vigente. Tal exigência visa somente garantir à CAIXA o direito de utilização do projeto do Painel frontal em futuras licitações, não se configurando direito de exclusividade sobre o projeto.

- 4.20. O projeto do Painel frontal deverá ser apresentado para homologação pela CAIXA junto com a entrega da amostra, podendo a seu critério, serem solicitadas alterações no projeto original.
- 4.21. Uma carcaça ou protótipo do equipamento contendo as medidas solicitadas no edital (molde) deverá ser entregue à CAIXA, junto com a amostra, para ser utilizado como modelo para o projeto de carenagem.
- 4.22. Preparação para câmera de vídeo a ser posicionada no painel superior frontal, protegida por vidro ou acrílico, de forma que impeça o acesso direto a lente, possibilitando captura imagem do rosto do usuário com estatura entre 1,24 m e 1,95 m.
- 4.23. Preparação para conjunto integrado de iluminação de LED multiespectral quando necessário (capaz de emitir múltiplas comprimentos de onda de luz/cor) a ser posicionada no painel frontal, protegida por vidro ou acrílico, de forma que impeça o acesso direto ao LED, possibilitando a iluminação do rosto do usuário com estatura entre 1,24 m e 1,95 m.
- 4.24. Não deverá existir frestas entre o painel e monitor.

5. IDENTIFICAÇÃO VISUAL

5.1. EXTERNA

5.1.1. Sinalização:

- 5.1.1.1. Através de adesivos, afixados próximos ao local de utilização do dispositivo, contendo informações detalhadas da operação para o cliente, conforme padrão a ser fornecido pela CAIXA.
- 5.1.1.2. Adesivos informando a existência de dispositivo e funcionamento de sistema de entintamento ativo de cédulas em conformidade ao Art. 2º-A da Lei 7.102/83 referido dispositivo e seu funcionamento, no padrão a ser fornecido pela CAIXA.
- 5.1.1.3. Possuir sinalização visual e tátil, de acordo com a simbologia padrão, conforme norma ABNT NBR15250, próxima a todos os periféricos tais como: impressoras, saída e entrada de numerário, leitor de cartão e fone de ouvido, conforme padrão fornecido pela CAIXA.

5.1.2. Cores:

- 5.1.2.1. Todas as superfícies metálicas deverão receber pintura a pó híbrida (epóxi-poliéster) aplicada por processo de deposição eletrostática de alta micragem (mínimo 80u) com polimerização em estufa, em conformidade com a norma NBR 11003 na cor padrão PANTONE 877U ou pintura líquida em tinta de poliuretano alifático com acabamento em verniz incolor poliuretânico, na cor padrão PANTONE 877U, atendendo as normas abaixo.
- 5.1.2.1.1. ABNT NBR 15438 - Ensaio de resistência a solventes;
- 5.1.2.1.2. ABNT NBR 11003:2023 - Tintas/Determinação de Aderência. Parâmetro: grau máximo Gr 1 (X1/Y1);
- 5.1.2.1.3. ABNT NBR 10443:2023 - Tintas e vernizes/Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas (equivalente ASTM D1186-01). Parâmetro: mínimo 80 micrômetros filme seco;
- 5.1.2.1.4. ABNT NBR ISO 4628-3: 2022 - Determinação do grau de enferrujamento de superfícies pintadas (equivalente ASTM D610-08). Parâmetro: máximo F1, área com corrosão aflorante 0,05%;
- 5.1.2.1.5. NBR 17088:2023 - Material metálico revestido e não revestido/Corrosão por exposição à névoa salina - sem alteração mínimo 300 horas (ausência de corrosão F0 e empolamento d0/t0);
- 5.1.2.1.6. ABNT NBR 8095:2015 - Material metálico revestido e não revestido/Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada - sem alteração mínimo 300 horas (ausência de corrosão F0 e empolamento d0/t0);
- 5.1.2.1.7. ABNT NBR 8754:2024 - Corpos-de-prova revestidos e expostos a ambientes corrosivos/Migração Subcutânea (equivalente ASTM D1654-08). Parâmetro: migração subcutânea máxima de 1 mm;
- 5.1.2.1.8. ABNT NBR 5841:2015 - Determinação do grau de empolamento de superfícies pintadas (equivalente ASTM D714-02). Parâmetro: grau d0/to - isento de bolhas;
- 5.1.2.1.9. ASTM D4060-2019 - Standard test method for abrasion resistance of organic coatings by the taber abraser. Parâmetro: índice de perda de material máximo de 20,5 mg para 1000 ciclos;
- 5.1.2.1.10. ASTM D3359-2023 - Standard test methods for measuring adhesion by tape test (método a). Parâmetro: mínimo 4A - impacto reversivo 1/16" sem perda de adesão;
- 5.1.2.1.11. ASTM D3363-2022 - Standard test method for film hardness by pencil test. Parâmetro: apresentando um valor mínimo de 5H ou mais duro.
- 5.1.2.1.12. Deve fornecer a versão mais recente das normas.

- 5.1.2.2. Em caso de pintura líquida, de forma a garantir uma melhor qualidade final do Painel, o mesmo deverá receber pintura líquida de poliuretano alifático com acabamento em verniz incolor poliuretânico.
- 5.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar os Laudos Técnicos oriundos de entidades acreditadas pelo Inmetro ou reconhecidas por Organizações Metrológicas Regionais - com apresentação do certificado de reconhecimento de competência técnica - e que atendam comprovadamente aos requisitos descritos nas normas citadas no Item 4.16 e Subitens.
- 5.1.4. Os adesivos deverão ser fabricados em policarbonato GE (ou tecnicamente equivalente) texturizado, com espessura de 0,25mm fixado com adesivo dupla-face 3M (ou tecnicamente equivalente) aplicado em toda área da etiqueta. Impressão serigráfica com tinta vinílica, aplicada no verso do policarbonato nas cores PANTONE 285C (Azul) e 151U (Laranja).

5.2. INTERNA

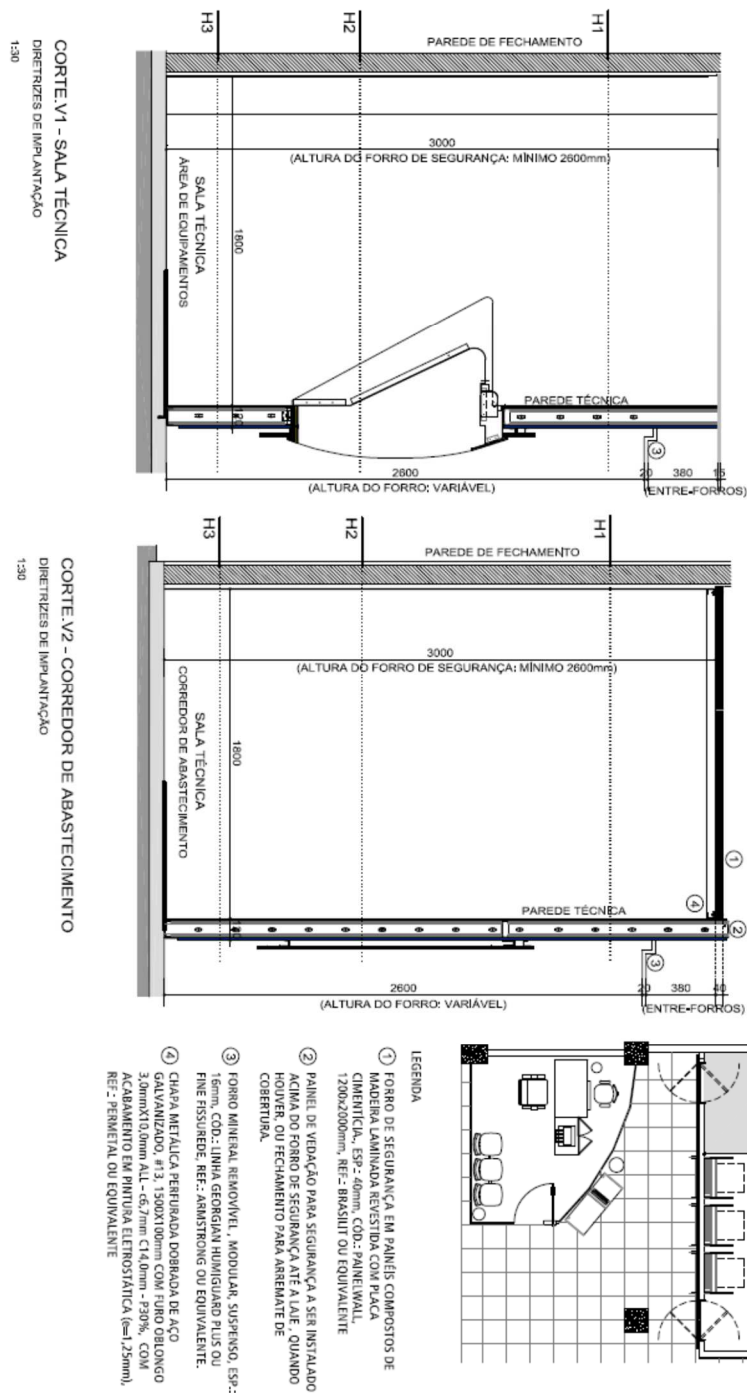
- 5.2.1. Sinalização: Indicação na cor verde, dos locais para manuseio dos periféricos/dispositivos pelo operador, exceto cassetes, que poderá ter indicação na cor azul.
- 5.2.2. Orientação: Através de adesivos, afixados próximos ao local de operação, contendo informações detalhadas das atividades correlatas ao operador, tais como: substituição de consumíveis, abastecimento de numerário, troca de segredo eletrônico, etc.

6. GABINETE

- 6.1. O gabinete superior deverá ser dotado de sensor indicador de abertura ou fechamento da máquina, possibilitando, por meio de hardware, a desativação do teclado e do monitor de vídeo da máquina em caso de arrombamento ou abertura não autorizada. Uma que vez a máquina estiver desativada, um alerta deverá ser gerado para o sistema de monitoramento utilizado pela CAIXA.
- 6.2. Além dos interruptores dos dispositivos eletroeletrônicos instalados, deverá possuir um interruptor que possibilite ligar-desligar todo o equipamento no painel superior.
- 6.3. Faixa de operação de tensão – vide o item “Sistema de alimentação de energia ininterrupta” - UPS.
- 6.4. Deverá ser construído de forma harmônica, contendo monitor de vídeo, touchscreen, teclado, leitor de cartões híbrido (magnético e smart card), leitor de código de barras,

impressora de recibos, leitor de informações biométricas do tipo finger print, software sintetizador de voz, e NFC.

- 6.5. O equipamento pronto para instalação, com todos os itens de suprimento, deverá ter peso bruto de, no máximo, 1.150 kg.
- 6.6. A profundidade do equipamento (corpo do cofre), somada à área necessária para manutenção (abastecimento e manutenções necessárias) deverá ser de, no máximo, 1.800mm, tendo em vista a limitação dos corredores de abastecimento já existentes na CAIXA, conforme figura abaixo.



- 6.7. Possuir 2 (dois) alto-falantes, localizados no painel superior frontal, com as seguintes características:
- 6.7.1. Blindagem magnética para evitar interferências;
- 6.7.2. Potência total mínima de 5W RMS;

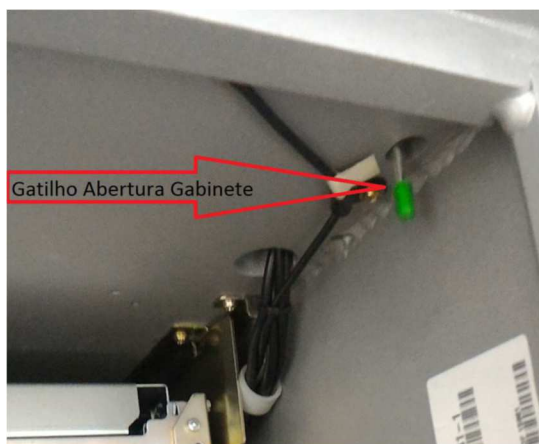
- 6.7.3. Os alto-falantes e o monitor deverão ser automaticamente desabilitados quando do uso de fone de ouvido.
- 6.7.4. O equipamento deve possuir conector Modelo P2 (mini Jack) com as seguintes características:
- 6.7.5. Deve ser posicionado na face frontal do equipamento;
- 6.8. A superfície circunvizinha do conector P2 deve ter configuração côncava, de forma a orientar o curso de inserção do conector do fone de ouvido e a inclinação, para evitar a entrada de líquidos e sujeira;
- 6.9. Deve estar ligado à placa de som do microcomputador, de forma a possibilitar a utilização de fones de ouvido pessoais;
- 6.10. Deve possuir sinalização tátil, de acordo com a Norma ABNT NBR 15250, com dimensão mínima de 15mm x 15mm, conforme figura 1 abaixo:



Figura 1 – Indicação de fone ouvi

- 6.11. Deverá possuir uma tomada com capacidade para suportar até 70W disponível para eventual instalação de componente(s) adicional(is).
- 6.12. O gabinete superior deverá:
 - 6.12.1. Ser construído em chapa de aço de 1/4" (um quarto de polegada) de espessura, inclusive as portas, confeccionados em material com resistência igual ou superior ao aço carbono (ASTM A-36);
 - 6.12.2. Deverá ser fixado ao cofre de forma robusta de modo a não permitir o deslocamento da chapa em caso de ataques com ferramentas de fendas nas laterais e entre a lateral e a porta do gabinete;
 - 6.12.3. O acabamento, após a pintura, deverá ser retilíneo e uniforme em relação ao corpo do cofre;
- 6.13. O fechamento do painel frontal deverá ser efetuado por travas blindadas.
- 6.14. O sistema de abertura e fechamento do painel frontal deverá garantir o perfeito movimento, a segurança e o livre acesso para a manutenção de dispositivos internos;

- 6.15. Possuir sensores ou dispositivos tecnologicamente similares que permitam monitorar a abertura do painel frontal, abertura de porta traseira e violação de leitor de cartões;
- 6.16. A abertura da porta traseira destinada a abrigar a impressora de recibos e extratos deverá ser comandada pelo PAINOP e efetuado por fechadura eletromecânica além de travamentos em, no mínimo, dois pontos, com reforço em metal nos batentes;
- 6.17. Deverá possuir no compartimento interno do cofre um gatilho mecânico para abertura manual do gabinete superior traseiro.



- 6.18. Deverá possuir rodas retráteis, conforme especificação abaixo.
- 6.18.1. Para facilitar a movimentação do terminal, deverão ser instaladas 4 (quatro) rodas na base do cofre, com capacidade para suportar o peso do equipamento em sua configuração plena.
- 6.18.2. As rodas deverão ser dotadas de mecanismo capaz de elevar o equipamento em pelo menos 10 (dez) mm (milímetros) em relação ao solo. Esse mecanismo deverá ser acionado manualmente, permitindo o manuseio prático e fácil por uma só pessoa.
- 6.18.3. Após a instalação do terminal as rodas deverão ser recolhidas, retraindo-se de maneira a permanecerem ocultas pela saia de proteção ou a ficarem embutidas no interior do cofre.
- 6.18.4. As aberturas na base do cofre, necessárias ao sistema, deverão ser projetadas para impedir a entrada de roedores no interior do cofre.
- 6.19. Deverá possuir niveladores, conforme especificação abaixo.
- 6.19.1. Para permitir a correção de eventuais falhas no piso, deverão ser instalados niveladores na base do cofre.
- 6.19.2. Os niveladores deverão ter área de apoio de no mínimo 60 (sessenta) mm (milímetros) de diâmetro.

- 6.19.3. O acesso aos niveladores deverá ser feito pelo interior do cofre.
- 6.19.4. Uma vez nivelado, o terminal deverá se manter estável, mesmo com a porta do cofre aberta, antes e após a retração das rodas.
- 6.19.5. O ajuste fino de nivelamento deverá ocorrer após a retração das rodas e antes da fixação do terminal.
- 6.20. A logomarca do fornecedor e placa de identificação do equipamento somente poderá ser aplicada ao lado da etiqueta patrimonial do equipamento, a qual deverá estar localizada na parte traseira do mesmo.
- 6.21. Os locais reservados para a fixação dos ícones de identificação visual deverão ser rebaixados e lisos, para permitir uma melhor fixação dos plásticos.
- 6.22. Deverá permitir ajuste de nível sem prejuízo da conformidade com a norma ABNT NBR15250.
- 6.23. Todo o sistema de cabeamento deverá estar estruturado e organizado, contando com sistema inviolável de proteção dos cabos (conduítes metálicos flexíveis ou sistema misto com conduítes metálicos flexíveis e canaletas metálicas fixas), de forma a evitar o acesso indevido aos mesmos e às conexões dos dispositivos internos do equipamento.
- 6.24. Todos os furos e passagens de cabos do gabinete para os compartimentos do cofre, deverão ser dimensionados e preparados com proteção adequada para evitar que estes orifícios sejam utilizados para inserção de materiais explosivos no cofre;
- 6.25. O ATM RECICLADOR DE CÉDULAS, aqui entendido como sistema deverá garantir a segurança dos usuários, atendendo, no que for pertinente, à NBR 5410:2004 especialmente nos corretos aterramentos dos equipamentos e partes metálicas.

7. COFRE

- 7.1. Compartimento confeccionado em estrutura de aço SAR60 ou liga de aço com resistência igual ou superior, de no mínimo, 3/8" (três oitavos de polegada) + CDP 10mm em todas as faces, exceto no piso.
- 7.1.1. Porta do cofre confeccionado em estrutura de aço SAR60 ou liga de aço com resistência igual ou superior, de no mínimo, 3/8" (três oitavos de polegada) + CDP 10mm.
- 7.2. Todas as gavetas de cédulas, microcomputador e mecanismos de transporte de numerário deverão estar inseridos no compartimento do cofre.

- 7.3. O equipamento deverá apresentar a individualização do mecanismo de transporte de numerário e essa estrutura seguirá as mesmas condições fabril do cofre.
- 7.3.1. Se o mecanismo de transporte de numerário for construído em um compartimento intermediário, separado do cofre, ele poderá ser fabricado com uma estrutura de aço diferente da do cofre e com uma espessura menor, desde que mantenha uma resistência igual ou superior ao aço ASTM36 e uma espessura mínima de 1/4" (um quarto de polegada).
- 7.3.1.1. Neste caso, a porta para acesso ao mecanismo de transporte de numerário deverá ser totalmente revestida por chapa do tipo antidesgaste com espessura mínima de 8 (oito) mm. A tranca do mecanismo deverá ser comandada pelo módulo de controle da fechadura eletrônica posicionada na porta do cofre e ser acionada por senhas e liberada por cartão operacional.
- 7.4. O módulo reciclador deverá possuir barreira para individualização de acesso, de tal forma que o acesso seja controlado, também, pelo PAINOP após a abertura da porta do cofre, mediante a inserção de novas senhas. A individualização não deve permitir que uma pessoa desautorizada a um dos módulos tenha acesso a ele.
- 7.5. Junto com a entrega da amostra a licitante deverá apresentar laudo do INMETRO ou outro órgão acreditado que o material utilizado na fabricação obedece às características esperadas para a chapa ofertada.
- 7.6. As placas CDP serão fixadas às paredes internas do cofre em processo de soldagem continua (cordão) de forma que não se descolem em caso de explosão.
- 7.6.1. Com o intuito de prover segurança contra-ataques com ferramentas de intrusão – térmicas, cortantes, abrasivas ou perfurantes, as faces internas do compartimento do cofre, exceto a face voltada para o piso, deverão ser totalmente revestidas por chapas do tipo antidesgaste (CDP) com espessura superior a 10 (dez) mm sendo 6 mm de base e 4 (quatro) mm da região desgastante. As faces de alta dureza deverão apresentar dureza mínima de 62 HRc conforme ISO 6508-1:2019, a ser comprovada por meio de laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO. As chapas antidesgaste deverão ser montadas com as faces de alta dureza voltadas para a estrutura externa do cofre. A união entre todas as faces deverá ser feita com solda do tipo MIG, aplicada de forma contínua, sem falhas e apresentar bom acabamento.

- 7.6.1.1 Em relação à indicação das placas CDP (CastoDur Diamond Plate) no Termo de Referência, esclarecemos que a menção ao referido material tem caráter meramente referencial, com o objetivo de indicar as características técnicas desejadas para o revestimento interno do cofre, especialmente no que se refere à resistência ao desgaste e dureza típica. Assim, não há obrigatoriedade de utilização da marca CDP. A licitante poderá propor a confecção do cofre com outro material equivalente, desde que este atenda às propriedades técnicas exigidas, em especial a dureza mínima e resistência antidesgaste previstas no edital, garantindo a mesma funcionalidade e nível de segurança, especificada neste edital.
- 7.7. Junto com a entrega da amostra a licitante deverá apresentar laudo do INMETRO ou outro órgão acreditado por este, que o material utilizado na fabricação obedece às características esperadas para a placa de aço tipo CDP acima descrita;
- 7.8. Durante a fase de execução contratual, a CAIXA poderá, a seu critério, escolher aleatoriamente outros equipamentos para serem submetidos à análise do INMETRO;
- 7.9. Possuir solda nas paredes e peças do tipo "mig" de forma intermitente interna e externa em cordões regulares não sendo admitido solda a ponto.
- 7.9.1. Será permitido que as soldas internas sejam aplicadas de forma contínua as chapas de CDP, desde que solidárias às paredes do cofre e o CDP seja fixado com solda bujão.
- 7.10. O cofre deve possuir porta única com fechamento por, no mínimo, 1(um) ferrolho na parte superior, 1(um) na parte inferior e 3 (três) na lateral de abertura.
- 7.11. Os ferrolhos são de, no mínimo, 1" (uma polegada) devendo ser fixados em barra de aço de, no mínimo, ¼" (um quarto de polegada) em "L" (não utilizando parafusos em sua fixação ou, caso sejam utilizados parafusos, o ferrolho deverá deslizar por um segundo mancal de chapa de ½" (meia polegada) de forma que quando houver pressão numa tentativa de abertura forçada, esta não recaia sobre os parafusos;
- 7.11.1. Caso a CONTRATADA utilize o sistema de came para movimentação dos ferrolhos, não haverá a necessidade da barra em "L".
- 7.12. As características construtivas do cofre devem apresentar segmentação para mecanismos de transporte de cédulas e se houver porta adicional o fechamento se dará com no mínimo 01 ferrolho na parte superior, um na parte inferior e um na lateral de abertura, nas mesmas dimensões e condições dos ferrolhos acima especificados.

- 7.13. Poderá ser utilizado como alternativa ao uso dos ferrolhos, sistema de cunha para o travamento dessas portas, mantidas as mesmas características técnicas empregadas para os ferrolhos e com o mesmo nível de segurança.
- 7.14. Possuir proteção em “L” junto às dobradiças, fixada na porta, estendida por toda a altura interna, de modo a impedir sua abertura em caso de violação dos ferrolhos ou dobradiça;
- 7.15. A movimentação dos ferrolhos para travamento e destravamento da porta somente ocorrerá por maçaneta e com a fechadura na posição aberta/liberada, podendo ser adotado qualquer modelo construtivo de movimentação deles.
- 7.16. Caixa da porta do cofre**
- 7.16.1. Deverá ser confeccionada em chapa de aço ASTM A-36 ou liga de aço com resistência igual ou superior de no mínimo 3/8” (três oitavos de polegada).
- 7.16.2. Deverá ser formada por 4 (quatro) barras contínuas, soldadas em formato retangular, e uma tampa (almofada).
- 7.16.3. Deverá ser utilizada solda do tipo MIG, aplicada de forma contínua e uniforme, sem falhas, interna e externamente, nos cantos e nas faces de contato entre cada uma das barras e o tampo da porta.
- 7.16.4. A parte interna da porta e todos os mecanismos ali dispostos deverão ser pintados na cor preta.
- 7.17. Tampa de fechamento da caixa da porta (almofada)**
- 7.17.1. Deverá proteger integralmente mecanismos e dispositivos existentes na caixa da porta.
- 7.17.2. A tampa da caixa da porta deverá ser fabricada em chapa de aço ASTM A-36 ou liga de aço com resistência igual ou superior de no mínimo 1,2 mm de espessura e estar encaixada em trilhos na base e nas laterais da caixa da porta.
- 7.17.3. A sua retirada deverá ocorrer para cima, em sentido vertical.
- 7.17.4. Deverá se encaixar na placa de vidro temperado da porta (vidro anterior), de forma a provocar sua quebra em casos de ataque.
- 7.17.5. Na parte superior da almofada deverá ser colocado lacre de aço personalizado, com nome do fabricante e numeração, atando a almofada à barra superior da porta através de um furo.
- 7.17.6. O rompimento do lacre não deverá ocorrer com o uso das mãos.
- 7.18. Placas de vidro temperado**

- 7.18.1. Toda a área interna da porta, que comporta os mecanismos de travamento, deverá ser protegida por um conjunto de placas de vidro temperado, interligadas entre si e aos relocker por um único cabo de aço.
- 7.18.2. A função das placas, quando quebradas, é acionar os relocker e travar os ferrolhos pelo afrouxamento do cabo de aço.
- 7.18.3. As placas deverão ter espessura de 6 (seis) mm com tolerância máxima de 0,2mm, conforme NBR14698:2001.
- 7.18.4. As placas, num total de 5 (cinco), deverão estar dispostas da seguinte forma:
 - 7.18.4.1. 01 placa entre a chapa antidesgaste que compõe o tampo da porta e os mecanismos (vidro posterior);
 - 7.18.4.2. 01 placa entre os mecanismos e a almofada de fechamento da porta (vidro anterior);
 - 7.18.4.3. 01 placa em cada lateral e na parte superior da caixa da porta.
- 7.18.5. As placas deverão ter apenas as aberturas mínimas necessárias para a passagem de suportes e mecanismos fixados à porta.
- 7.18.6. No encontro entre as placas de vidro anterior e posterior com as placas laterais, não deverá existir folga superior a 5 (cinco) mm, de maneira a evitar a passagem de artefatos.
- 7.18.7. Para garantir o funcionamento do sistema, quando quebradas as placas deverão apresentar uma fragmentação de no mínimo de 80 (oitenta) pedaços em um quadrado de 50 (cinquenta) mm de lado.
- 7.19. Cabo de aço (caso o projeto preveja placas de vidro para armação dos relockers)**
 - 7.19.1. O cabo de aço que interliga as placas aos relocker deverá ter espessura entre 0,60 e 0,80 mm e não poderá ser revestido por náilon ou outro material.
 - 7.19.2. Deverá percorrer todos os vidros, interligando-os aos relocker, com pelo menos 3 (três) pontos de contato em cada um.
 - 7.19.3. Não deverá ter outras emendas que não a de amarração das duas pontas.
 - 7.19.4. A tração do cabo deverá ser suficiente para garantir o acionamento de todos os relocker quando ocorrer quebra de qualquer uma das placas de vidro do sistema.
 - 7.19.5. Deverá ter resistência suficiente para permitir o tracionamento necessário ao funcionamento do sistema de acionamento dos relocker e a não se romper quando da movimentação, transporte ou instalação dos terminais.
- 7.20. RELOCKER para travamento dos ferrolhos**

- 7.20.1. Deverão existir relockers, com comprimento mínimo de 105 (cento e cinco) mm, em aço cementado, temperado e revenido e dureza entre 58 a 62 HRc, comprovado por meio de laudo técnico fornecido por laboratório acreditado pelo INMETRO, que deverão estar conjugados aos ferrolhos principais do sistema.
- 7.20.2. O sistema deve possuir no mínimo 3 (três) ferrolhos e diretamente neles deverão ser travados quando ocorrer quebra em qualquer um dos vidros.
- 7.20.3. Deverão estar protegidos pelas placas de vidro temperado.
- 7.20.4. As travas dos relocker deverão estar protegidas por pastilhas de vídea.
- 7.20.5. Deverão existir proteções também para os parafusos de acionamento dos relocker.
- 7.20.6. Todos os relocker deverão estar interligados entre si e entre todas as placas de vidro temperado por um único cabo de aço.
- 7.20.7. Cada relocker deverá estar protegido por mancal ou guia de ferrolho de aço para evitar o seu deslocamento quando ocorrer ataque em seus parafusos de fixação.
- 7.20.8. Quando acionado e tendo já percorrido $\frac{1}{4}$ (um quarto) de seu percurso total, o relocker, não poderá retornar em nada no sentido de destravamento dos ferrolhos.
- 7.21. Possuir bateria e sirene para alarme;
- 7.22. A bateria referida neste item deverá ser capaz de manter operacionais o alarme e a sirene pelo prazo de no mínimo 3 horas;
- 7.23. Deverá atender as recomendações e disposições da norma UL-687 ou Finatel;
- 7.24. Possuir sistema no piso do cofre (equipamento) para permitir a fixação (chumbamento) no piso com 4 chumbamentos onde será instalado o equipamento.
- 7.25. Do chumbamento – deverão ser previstos no mínimo 4 furos de 21 mm de diâmetro, com a distância de 100mm entre a aresta da base e o início do furo. O chumbamento deverá ser realizado mantendo-se os rodízios no equipamento.
- 7.26. Possuir na porta, montada sobre placa anti-perfuração uma fechadura eletrônica conforme características abaixo:
- 7.27. Deverá ser dotada de módulo de controle que permita a operacionalização de no mínimo 2 (duas) fechaduras (trancas).
- 7.28. Um par de fechaduras (primária + secundária) deverá ser instalada na porta do cofre.
- 7.29. Na porta do compartimento intermediário (quando houver segmentação), deve ser instalada uma fechadura (tranca), que também será denominada de “Fechadura Individual”;

- 7.30. A solução poderá utilizar 1 ou 2 teclados de forma a garantir a perfeita utilização do equipamento;
- 7.31. Deverá permitir o gerenciamento de cada conjunto de fechaduras individualmente;
- 7.32. Para cada conjunto de fechaduras e fechaduras individuais, a abertura se dará por meio de um único comando no módulo, a saber:
 - 7.32.1. Senhas estáticas (devidamente pré-cadastrados e autorizadas para aberturas);
 - 7.32.2. Senhas dinâmicas geradas e sincronizadas a partir de um software instalado em uma chave criptográfica presente no software instalado em uma Central de Operações;
 - 7.32.3. Permitir configurar o acesso separadamente para cada conjunto de fechaduras e fechaduras individuais em determinados horários, tanto na função de senhas estáticas, quanto na função de senhas randômicas;
- 7.33. Deverá ser dotada de visor que indique os procedimentos, mensagens de alerta e permita o acompanhamento das operações;
- 7.34. Deverá apresentar mensagem de alerta para troca de senhas de fábrica porventura ativas após a instalação do equipamento;
- 7.35. Deverá apresentar funcionalidade de “Código de Fechamento” para garantir o fechamento individual das portas após suas aberturas para cada conjunto de fechaduras e fechaduras individuais;
- 7.36. Deverá apresentar funcionalidade de “Desativação de Fechadura”, individualmente, para cada conjunto de fechaduras e fechaduras individuais no software instalado na Central de Operações;
- 7.37. Deverá atuar em, pelo menos, três modos distintos e obrigatórios, buscando atender aos diversos cenários de atividades da CAIXA, tendo, dentre suas funções, o recurso de “dupla autorização por senhas” para aberturas:
 - 7.37.1. Modo obrigatório – deverá operar com senhas dinâmicas, geradas e sincronizadas remotamente por uma Central de operações e repassadas ao operador do terminal. A senha dinâmica deverá ser impostada uma única vez e em um tempo máximo de 15 (quinze) minutos.
 - 7.37.2. Neste modo, cada fechadura deve ser previamente cadastrada e sincronizada com a Central de Operações, permitindo a geração das senhas dinâmicas para a sua abertura. Deverá gerar mensagens de alerta em caso de senhas estáticas ativas.

- 7.37.3. Modo obrigatório - a abertura da fechadura deverá se dar a partir da ação de 2 (dois) usuários e senhas distintas, consecutivos, pré-cadastrados na própria fechadura. Para este modo, a fechadura possuirá uma janela para operacionalização configurável;
- 7.37.4. Modo obrigatório - a abertura da fechadura deverá se dar a partir da ação de 1 (um) usuário e senha, pré-cadastrado na própria fechadura. Para este modo, a fechadura possuirá uma janela para operacionalização configurável. Também, poderá operar através de senhas randômicas, geradas e sincronizadas a partir de um software instalado em uma Central de Operações, dentro de uma janela de operacionalização configurável;
- 7.37.5. Poderá vir configurada de fábrica ou definida durante a instalação a janela de operacionalização de 08hs às 20hs para todos os modos de operacionalização, devendo ser possível ajustar a janela de operação de forma centralizada através do módulo de gestão, conforme definição da área gestora;
- 7.37.6. A fechadura deverá permitir que a janela de operacionalização possa ser configurável pela CAIXA, com perfil de administrador.
- 7.37.7. Para cada conjunto de fechaduras, deverá ter capacidade de cadastro de no mínimo 8 (oito) usuários, com número de matrícula, e com senhas distintas entre si;
 - 7.37.7.1. As senhas deverão ser compostas de no mínimo 6 (seis) caracteres;
 - 7.37.7.2. As matrículas deverão ser compostas de no mínimo 7 (sete) caracteres;
 - 7.37.7.3. Exceto no modo de operação com senhas dinâmicas, onde o operador do ATMR receberá da Central de Operações uma senha gerada pelo software, as senhas de aberturas serão cadastradas em cada conjunto de fechaduras (trancas);
- 7.38. Em todos os Modos, cada conjunto de fechaduras (trancas) deverá obter senhas para administração/supervisão independentes, com os seguintes requisitos:
 - 7.38.1. Incluir usuário (usuários e senhas distintas entre si);
 - 7.38.2. Alterar e excluir usuário;
 - 7.38.3. Habilitar e desabilitar temporariamente e individualmente cada usuário;
 - 7.38.4. Checar status de cada um dos usuários;

- 7.38.5. Programar as funções de retardo e abertura (janela) com variação de tempo de 0 minuto (default) a 99 minutos de retardo e 1 minuto (default) a 15 minutos (mínimo) de abertura (janela);
- 7.38.6. Consultar o Log dos 1000 últimos registros de operações/programações via software ou hardware de auditoria, inclusive de abertura, guardando informações, no mínimo, de operações/programações, data (dd/mm/aaaa), hora (hh:mm), usuário, matrícula;
- 7.39. Em hipótese alguma a senha de Administração/Supervisão terá a autoridade de abertura dos dispositivos;
- 7.40. Independentemente do Modo, a fechadura deverá ter o acesso de auditoria para a consulta das 1000 últimas ocorrências registradas, no mínimo;
- 7.41. Em hipótese alguma a senha de auditoria terá a autoridade de abertura dos dispositivos;
- 7.42. Deverão ser fornecidos 25 (vinte e cinco) kits de leitura da auditoria, incluindo o software com licença de uso, ou outra forma que permita o acesso à fechadura para sua utilização plena e busca de log de auditoria no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias após entrega da amostra;
- 7.43. As aberturas nas fechaduras eletrônicas deverão se dar exclusivamente pela liberação eletrônica (utilização de senhas);
- 7.44. O dispositivo deverá sair de fábrica com senhas genéricas de supervisor e de 2 (dois) outros usuários, que deverão ser trocadas na ocasião da instalação do ATMR.
- 7.45. As senhas de cada conjunto de fechaduras (trancas) devem ter as seguintes configurações:
 - 7.45.1. Senha de administrador/supervisor, ativa e desbloqueada, com função de configuração e sem função de abertura do cofre;
 - 7.45.2. 2 (duas) senhas de usuários, ativas e desbloqueadas, com função de abertura do cofre e sem função de configuração;
 - 7.45.3. Demais usuários INATIVOS - com função de abertura do cofre e sem função de configuração, não têm senhas genéricas de fábrica, sequer bloqueadas. As senhas somente serão cadastradas em caso de necessidade;
- 7.46. O(s) teclado(s) deverá(ão) estar em posição diferente ao das caixas das fechaduras internas. Não será permitido eixo de comando direto para aberturas dos conjuntos de

fechaduras eletrônicas, isto é, o painel de comando e as caixas de trancamentos não se ligarão mecanicamente, impedindo a localização exata do mecanismo interno a partir do painel externo;

- 7.47. Deverá permitir bloquear ou liberar a abertura das fechaduras por comando de acionamento efetuado via aplicação, se a fechadura estiver bloqueada, permitir a liberação da fechadura em caso de falta de energia do equipamento, permanecendo ativa com a fonte reserva de energia (baterias);
- 7.48. Deverá possuir uma fonte alternativa de alimentação, sob o teclado da fechadura, ou dentro da almofada da porta, para que em caso de falta ou queda do fornecimento normal de energia permita a abertura da porta do cofre liberando acesso aos módulos de microcomputador e Cassetes recicladores.
- 7.49. Deverá permitir alternativa para alimentação externa do(s) teclado(s) em caso de falta de energia normal e esgotamento da fonte alternativa de alimentação;
- 7.50. Deverá possuir micro-chave interna para detectar estado de aberta e fechada;
- 7.51. O teclado deverá ter garantia de substituição/reposição de 5 (cinco) anos contra desgastes ou danos causados pelo uso de objetos pontiagudos, como grampos, clips, lápis, canetas etc;
- 7.52. O equipamento deverá ser acompanhado de manual de operação em português que traduza fielmente a programação da fechadura;
- 7.53. Deverá possuir certificação UL 2058, Tipo 1, ou outra com resistência igual ou superior, desde que devidamente comprovada, cuja cópia deverá ser apresentada na amostra;
- 7.54. Não deverá apresentar fragilidades e vulnerabilidades que possibilitem a abertura indesejada da lingueta da fechadura que não seja pela digitação da senha;
- 7.55. O teclado não deverá enviar sinal elétrico para a abertura da lingueta da fechadura. O comando deverá ser efetuado por sinal lógico;
- 7.56. O equipamento deverá ser acompanhado de manual de operação em português que traduza fielmente a programação da fechadura e com instruções de operação/manuseio da fechadura eletrônica e todas as funções, inclusive de auditoria;
- 7.57. No roteiro do fabricante, de instalação do Terminal em campo, deverá constar a obrigatoriedade de troca dos segredos das fechaduras eletrônicas, no momento da

entrega ao preposto representante da CAIXA, colhendo conformidade do mesmo à ação;

- 7.57.1. *Deverá apresentar mensagem de alerta para troca de senhas de fábrica porventura ativas após a instalação do equipamento.*
- 7.57.2. *Deverá apresentar tempo de retardo de 15 min, acumulável, após 15 procedimentos de aberturas utilizando-se de senhas de fábrica para os usuários*
- 7.58. Abaixo de cada uma das fechaduras, deverão ser colocadas bases em aço temperado SAE1070 com 1/4" (um quarto) de polegada, 6,35 mm de espessura e dureza mínima de 56 Hrc. A função das bases é proteger na integra as fechaduras contra ataques, incluindo suas linguetas e os seus parafusos de fixação;
- 7.59. Será admitida proteção com base de aço com outros metais alternativos, desde que este material atinja a espessura e dureza mínima de e 56 Hrc, para garantir a proteção desejada, conforme acima especificado.
- 7.60. Deverá ser dotada de mecanismo de relocker interno.
- 7.61. Possuir dispositivo de auto travamento na porta do cofre, que impeçam sua abertura quando da tentativa de violação do segredo da fechadura ou em caso de impacto excessivo;
- 7.62. A fechadura deverá ser dotada de sensor de almofada, que se violado, deve ser exibido uma mensagem no painel e seu desbloqueio deve ocorrer através de senha máster. A liberação deverá ser exclusivamente para o desbloqueio da fechadura e não da abertura, a qual deverá respeitar o tempo de retardo;
- 7.63. A fechadura deverá ser dotada de sensor de violação de abertura ou remoção da tranca de modo que bloqueie qualquer operação evitando reparação técnica;
- 7.64. Todas as portas do cofre ou dos mecanismos de transporte de cédulas, quando for o caso, devem possuir dispositivo que impeça o uso do equipamento quando estiverem abertas.
- 7.65. Em relação às características protetivas externas (chapas e paredes externas) do cofre, será admitida à licitante a apresentação de cofre que possua especificações alternativas às descritas no Termo de Referência.
- 7.65.1. Nestes casos, a título de comprovação das características construtivas, será adotado procedimento diferenciado para a fase de homologação da amostra, realizando-se,

assim, avaliação de amostra com validação por testes físicos de resistência pré-definidos, com simulações de ataque realizados pela CONTRATADA, conforme as condições informadas no Anexo II (Homologação das amostras) deste Edital.

- 7.65.2. A licitante deverá apresentar certificado ou relatório detalhado referente ao cofre ofertado, bem como declaração afirmando que estas características atendem ou superam as características dispostas no Termo de Referência.
- 7.66. Saia de proteção
 - 7.66.1. As paredes do cofre deverão avançar para além do fundo, formando uma saia até o piso, com a função de esconder e proteger o cabeamento, as rodas e os parafusos de fixação.
 - 7.66.2. A saia deverá formar uma superfície contínua sobre a qual o equipamento se apoiará.
 - 7.66.3. A altura da saia deverá ser inferior a 50 (cinquenta) mm e superior a 20 (vinte) mm, o que corresponde à altura entre o piso e o fundo do cofre, entretanto, a altura entre o piso e a base da porta do cofre deverá ser igual ou superior a 40 (quarenta) mm.
 - 7.66.4. O equipamento deverá apresentar 3 (três) furos na saia do cofre para passagem dos cabos de alimentação elétrica, alarme e rede, conjuntamente.
 - 7.66.5. Os furos deverão estar dispostos 1 (um) na face traseira e 1 (um) em cada uma das laterais.
 - 7.66.6. Os furos laterais deverão estar posicionados na metade posterior próxima à porta do cofre.
 - 7.66.7. Os furos para passagem de cabos deverão ter a menor dimensão necessária à perfeita passagem dos cabos, de maneira a evitar sua utilização como ponto de intrusão ou de suporte a ferramentas de ataque ao terminal.
- 7.67. Fixação do terminal
 - 7.67.1. As secções dos parafusos de fixação do equipamento que ficam internas à saia deverão estar protegidas por peças cilíndricas de aço ASTM-A36, com diâmetro de no mínimo 4" (quatro polegadas, 101,60 mm).
 - 7.67.2. As peças cilíndricas deverão ser soldadas na base do terminal, servindo também como auxílio contra deformações que possam ocorrer no processo de fixação do terminal.
 - 7.67.3. Será admitida folga de no máximo 2 (dois) mm entre as peças e o solo.
 - 7.67.4. As peças não deverão interferir no nivelamento do terminal.
 - 7.67.5. Uma vez nivelado e fixado o equipamento, entre este e o piso não poderão existir frestas, saliências ou quaisquer outras falhas que possam vir a ser utilizadas como pontos de intrusão ou apoio para o rompimento da fixação.

8. MÓDULO RECICLADOR DE CÉDULAS

- 8.1. Padrão: mecanismo reciclador de cédulas que permite realizar operações de depósito e saque sem uso de envelopes, inclusive das mesmas notas depositadas, dotado de pocket, shutter, validador de autenticidade de cédulas, compartimento de armazenamento temporário (escrow), compartimento de rejeição e compartimentos para armazenamento de cédulas (cassetes recicladores e depósito), que deverá obedecer às orientações na norma ABNT NBR15250.
- 8.2. Apresentação: o módulo reciclador é dividido em dois submódulos: superior (Shutter, Pocket, Validador, Escrow e Transporte) e inferior (Transporte, Cassetes recicladores e depósito).
- 8.3. Acesso: Traseiro;
- 8.4. Alimentação: Possui um bocal único para depósitos e saques, com capacidade mínima de 200 (duzentas) cédulas. Não possui bocais adicionais, laterais ou traseiros, ainda que desabilitados;
- 8.5. Armazenamento: 04 (quatro) compartimentos recicláveis, com capacidade individual mínima para 2.450 (duas mil e quatrocentas e cinquenta) cédulas; 01 (um) compartimento apenas para depósito ou configurável para reciclagem/depósito, com capacidade mínima para 2.450 (duas mil e quatrocentas e cinquenta cédulas), e 01 (um) compartimento de rejeição, com capacidade mínima para 200 (duzentas) cédulas;
- 8.6. Validador: Deverá reconhecer a denominação do valor facial, validar a autenticidade durante as operações de depósito e de saque e aceitar, pelo menos, todas as cédulas brasileiras de Real (R\$), bem como de Dólar Americano (US\$) e Euro (€), através da análise de um ou mais dos seguintes itens: elementos de segurança, propriedades do papel, propriedades fluorescentes do papel, das tintas de impressão e das tintas magnéticas. São consideradas todas as versões de cédulas de Real, de Dólar e Euro em circulação, conforme definição dos seus respectivos Bancos Centrais, bem como aquelas lançadas até a data de abertura do Edital, exceto de polímero.
- 8.7. Será considerado como uma denominação, para efeito desta especificação, todas as cédulas circulantes de determinado valor de uma moeda, contudo, o módulo deverá ser capaz de identificar e separar cédulas de mesmo valor pertencentes a famílias diferentes, como por exemplo 1ª e 2ª famílias do Real;

- 8.8. Validação: O índice de rejeição de cédulas autênticas deverá ser de no máximo 5%, para cada denominação, considerando as cédulas existentes no meio circulante;
- 8.9. Detecção de cédulas entintadas
 - 8.9.1. O módulo reciclador não deverá aceitar as cédulas depositadas com áreas entintadas acima de 10%.
 - 8.9.2. Deverão ser consideradas cédulas entintadas aquelas com tinta indelével, na cor vermelha (ou padrão de mercado), com alto poder de penetração e impregnação em papel-moeda (fornecida por empresas idôneas, especializadas na fabricação de tintas para impressão de cédulas de dinheiro).
 - 8.9.3. A solução será submetida a testes para aprovação.
 - 8.9.4. As cédulas não validadas poderão ser retidas ou devolvidas ao cliente, conforme parametrizado pelo gestor na aplicação.
 - 8.9.5. É recomendado que o percentual de entintamento ativo tolerado possa ser adequado pelo gestor através de parâmetro, podendo variar de 0% a 10%.
- 8.10. Velocidade: O módulo reciclador processa, no mínimo, 08 (oito cédulas por segundo);
- 8.11. Configuração: Permite, no mínimo:
 - 8.11.1. Receber depósito em espécie, em maço solto de uma até, no mínimo, 100 (cem) cédulas, de uma única vez;
 - 8.11.2. Receber depósito em maço com as cédulas posicionadas em qualquer uma das 4 (quatro) faces, inclusive misturadas;
 - 8.11.3. Reconhecer, no mínimo, 30 (trinta) denominações diferentes de cédulas, em suas 4 (quatro) faces;
 - 8.11.4. O equipamento deverá ser configurado para reconhecimento de novas versões e denominações de cédulas lançadas pelos Bancos Centrais responsáveis pelas moedas exigidas neste edital;
 - 8.11.5. Deverá aguardar confirmação do valor depositado para validar a operação;
 - 8.11.6. Deverá devolver as mesmas cédulas depositadas em caso de cancelamento de uma operação de depósito;
 - 8.11.7. Deverá validar as cédulas tanto em operações de depósito, quanto em operações de saque;

- 8.11.8. Deverá rejeitar as cédulas não validadas e consideradas como cédulas presumivelmente falsas, devolvendo-as ao usuário durante a operação de depósito, ou armazenando-as no cassete de rejeição, a critério da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, também em operações de saque;
- 8.11.9. Deverá recolher e armazenar as cédulas presentes no pocket, em caso de não retirada das mesmas pelo usuário, a critério da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;
- 8.11.10. Deverá qualificar cédulas, permitindo separar as cédulas validadas, em função do seu estado de conservação e possibilidade de reutilização;
- 8.11.11. Deverá armazenar as cédulas fora de especificação conforme item anterior (não utilizáveis, dilaceradas e mutiladas, conforme Circular BACEN 3.235), depositadas pelo usuário ou ainda em operações de saque, em compartimento não reciclável.
- 8.12. Compatibilidade: O módulo reciclador não deverá apresentar restrições, devendo funcionar adequadamente simultaneamente, sem necessidade de ajustes, com as cédulas da primeira e segunda famílias do Real em circulação e/ou divulgadas pelo Banco Central do Brasil. Devendo atender ainda, as eventuais mudanças que ocorrerem nas dimensões das cédulas brasileiras, bem como o Euro e Dólar.
- 8.13. Cassetes: Deverá ser fornecido junto com o ATM (Terminal de Autoatendimento), 1 (um) conjunto completo de cassetes, sendo, no mínimo e em conformidade com a configuração a seguir: 4 (quatro) cassetes recicladores de cédulas, auto-lacrantes e lacráveis, com indicador de status sonoro e/ou visual (aberto ou fechado), com capacidade individual para, no mínimo, 2.450 (duas mil quatrocentas e cinquenta) cédulas novas, 1 (um) cassete apenas para depósito, ou configurável para reciclagem/depósito, para armazenamento das cédulas não-recicladas, com capacidade para, no mínimo, 2.450 (duas mil e quatrocentas e cinquenta) cédulas novas. Nenhum dos cassetes deverá ser acessível pelo bocal de entrada/saída das cédulas e 1 (um) cassete para cédulas rejeitadas, com capacidade para, no mínimo, 200 (duzentas) cédulas, com possibilidade de retirada completa do cassete e com procedimento operacional similar aos demais cassetes.
- 8.14. Caso os cassetes utilizem alguma espécie de chave física para abertura (Yale, multiponto ou pantográfica), todos os segredos deverão ser iguais.

- 8.15. Todos os cassetes deverão possuir sistema de entintamento ativo com identificação de fácil visualização na parte externa, inclusive o cassete de rejeito.
- 8.16. Os cassetes devem ser ajustáveis e permitir a regulagem para operar com a 1ª família do Real ou com a 2ª família do Real sem a necessidade de ferramentas (tool free) ou intervenção técnica da “CONTRATADA”.
- 8.17. Configuração: Os cassetes devem ser compatíveis com o uso de todas as cédulas da primeira e segunda famílias do Real em circulação e/ou ainda não lançadas, mas já divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Caso sejam necessários ajustes físicos para comportar os diferentes tamanhos das cédulas, os cassetes deverão ser totalmente autoajustáveis. Será admitida intervenção humana desde que seja adotado sistema de ajuste simplificado, interno e/ou externo, tanto para largura quanto para altura das cédulas, com as seguintes características:
 - 8.17.1. Sem necessidade de instalação, substituição ou retrabalho de peças;
 - 8.17.2. Procedimentos descritos por meio de etiquetas autoadesivas com alto poder de adesão e longa duração, tanto interna quanto externamente, conforme o caso;
 - 8.17.3. Os locais de manipulação e ajuste devem ser facilmente visíveis, identificáveis e acessíveis;
 - 8.17.4. Executado preferencialmente sem uso de ferramentas;
 - 8.17.5. Com tratamento adequado que impeça mudanças involuntárias;
 - 8.17.6. Sem necessidade de configuração lógica no cassete ou no módulo reciclador;
 - 8.17.7. Sem necessidade de quaisquer alterações físicas no módulo reciclador.
 - 8.17.8. Em caso de impossibilidade técnica, serão admitidas alternativas (inclusive a instalação/troca/substituição de peças) para adequação do cassete, a qual será submetida à avaliação da CAIXA.
 - 8.17.9. Identificação: Todos os cassetes serão identificados (de “A” a “E”, e “Rejeito”) por etiquetas frontais, confeccionadas em policarbonato de cristal texturizado, autoadesivo, com espessura de 0,25 mm, acrescido do nome/logomarca do licitante junto à denominação da gaveta.
- 8.18. Sensores: possui, no mínimo, sensores (implementados por hardware ou software) para identificação de:
 - 8.18.1. Cassete quase vazio;

- 8.18.2. Cassete vazio;
- 8.18.3. Cassete quase cheio;
- 8.18.4. Cassete cheio;
- 8.18.5. Cassete fora de posição ou ausente, com indicação sonora e/ou visual de sua presença;
- 8.18.6. Cédulas enroscadas, com localização aproximada;
- 8.18.7. Mecanismo de tracionamento/transporte de cédulas de posicionado;
- 8.18.8. Erros mecânicos durante o processamento;
- 8.18.9. Presença de cédulas no bocal de saque/depósito.
- 8.18.10. O sensor deverá ainda evitar falso positivo para presença de cédulas;
- 8.18.11. Detecção de cédulas duplas e fora de especificação (dimensão e espessura), autoajustável;
- 8.18.12. Ausência de cédulas;
- 8.18.13. Quantidade mínima de cédulas, ou seja, quase fim;
- 8.18.14. Detectar shutter aberto;
- 8.19. Shutter: Dotado de sistema antiesmagamento, com alívio de pressão ao encontrar obstáculo no percurso de fechamento, após colocação/retirada das cédulas. O shutter não deverá permanecer aberto, devendo ser seguido de nova tentativa de fechamento;
- 8.20. Fixação: Está perfeitamente alinhado com o bocal do painel frontal do ATM RECICLADOR DE CÉDULAS, evitando dificuldade no depósito ou retirada de cédulas do pocket, e garantindo que as notas apresentadas sejam visualizadas adequadamente pelo usuário;
- 8.21. Movimentação: Instalado em sistema de trilhos deslizantes para facilitar a manutenção e o acesso aos locais de provável enrosco de cédulas, compatível com o peso e dimensões do módulo reciclador e dos cassetes com sua capacidade plena. Possui sistema de travamento que impede o deslocamento involuntário dos cassetes durante a movimentação do módulo e dotado de puxador localizado em posição funcional e ergonômica, que permita ao módulo reciclador movimentar-se para fora do cofre, garantindo completo acesso para manutenção;

- 8.22. O mecanismo reciclador de cédulas é capaz de extrair o número de série das cédulas e disponibilizá-los para a aplicação da CAIXA, tanto em operações de depósito quanto nas operações de saque (método de recuperação definido na especificação de API);
- 8.23. Upgrades: As características de reconhecimento de cédulas são armazenadas em microcontrolador e/ou flash EPROM, o qual permite ser atualizado quando novas cédulas forem lançadas, quando as características das existentes forem alteradas, ou ainda, quando da retirada de circulação de alguma cédula. Será contemplada, durante o período de garantia do equipamento, a atualização do microcontrolador e/ou flash EPROM para aceite e validação de novas denominações de Real a serem lançadas pelo Banco Central do Brasil (BC), bem como para outras moedas solicitadas nesta especificação, ou para exclusão das denominações retiradas de circulação, sem ônus para a CAIXA. O proponente deverá apresentar as atualizações para homologação em laboratório da CAIXA até a data da disponibilização das cédulas no Meio Circulante pelo BC, ou em até 60 dias a partir da solicitação da CAIXA;
- 8.24. O módulo reciclador deverá ser dotado de solução de criptografia por hardware na sua placa controladora, com comunicação direta com o HOST CAIXA (criptografia fim-a-fim). O controle de chaves lógicas utilizadas na comunicação entre o módulo reciclador e o HOST CAIXA estará a cargo do HOST CAIXA;
- 8.25. O sistema de criptografia deverá garantir que apenas comandos lógicos certificados pelo HOST CAIXA sejam capazes de colocar em operação o módulo reciclador, inviabilizando os ataques por acesso de dispositivos espúrios;
- 8.26. Os processos de criptografia disponíveis no módulo reciclador devem assegurar que a função de dispensa seja executada somente mediante autorização do HOST CAIXA (dada através de criptografia e desafio-resposta), com o módulo reciclador verificando a autenticação do comando do HOST antes de liberar as notas.
- 8.27. Deve-se prover algum mecanismo que garanta a unicidade do comando de dispensa com proteção contra-ataques de replay.
- 8.28. Os processos de criptografia disponíveis no módulo reciclador devem assegurar que o resultado da função de depósito seja gerado pelo módulo reciclador e que a sua autenticidade e integridade sejam verificadas pelo HOST CAIXA.
- 8.29. Entende-se por conferência a verificação de integridade e autenticidade do comando, utilizando chave criptográfica armazenada em área segura do módulo reciclador.

- 8.30 O sistema de criptografia não deverá interferir na performance do equipamento, no processo de abastecimento e no processo de manutenção.
- 8.31 Para que os processos de criptografia sejam executados de maneira correta, é preciso que o módulo reciclador atenda os seguintes requisitos:
- 8.31.1 Controladora do módulo com capacidade de processar algoritmos 3DES (112 bits e 168 bits) ou AES (com chaves de no mínimo 128 bits) do tipo CBC (Cypher Block Chaining);
- 8.31.2 Controladora do módulo com capacidade de processar algoritmos AES-CMAC ou HMAC-SHA256;
- 8.31.3 Prover área de memória protegida para o armazenamento das chaves de sessão (Session Keys). Entenda-se por “protegida” uma área de memória que não pode ser acessada via API, mas apenas internamente pelo dispositivo;
- 8.31.4 As chaves do sistema de criptografia devem ser armazenadas de forma segura e deverão ser protegidas contra leitura, extração e alteração indevida, devendo o seu acesso ser feito somente pela placa/processador responsável pela criptografia fim-a-fim.
- 8.31.5 Deve ser capaz de gerar números pseudoaleatórios.
- 8.31.6 Deve fornecer dados de identificação da controladora, como número de série, fornecedor do terminal, fornecedor do módulo reciclador, tipo de algoritmo de criptografia, versão da chave e tamanho da chave. Esses dados devem ser armazenados no firmware do módulo e devem ser protegidos contra escrita não autorizada.
- 8.31.7 Deve ser possível fazer o processo de geração/carga da chave Master Key do módulo reciclador no modo custodiado, segundo o qual a chave Master key do módulo reciclador será inserida em processo fabril, por meio de derivação da chave da CAIXA (BDK – Base Derivation Key) a ser inserida no ambiente do fornecedor.
- 8.31.8 Nesse caso, a BDK da CAIXA será inserida, em sala segura, no ambiente de fábrica ou do fornecedor, no Brasil, realizada por responsável da CAIXA designado para a cerimônia, com utilização de Hardware Security Module (HSM) e divisão da chave em 3 componentes/custodiantes;

- 8.31.8.1 Entende-se por sala segura um ambiente com controle de acesso e com terminal conectado ao HSM, protegido para impedir que as chaves ali inseridas sejam visualizadas por terceiros ou câmeras de CFTV;
- 8.31.8.2 A cerimônia para a realização da inserção de chaves deverá seguir os procedimentos de segurança do fornecedor, desde que estes sejam compatíveis com os exigidos pela CAIXA;
- 8.31.8.3 O mecanismo de derivação de chaves para a geração de chave única por módulo reciclador será definido em conjunto pela CAIXA e pelo fornecedor durante a fase de homologação da amostra;
- 8.31.8.4 A troca de chaves de sessão deve ser feita com base na Master Key previamente carregada no módulo.
- 8.31.8.4.1 Nesse caso, a troca de chaves de sessão deve incluir a autenticação do comando do HOST por meio de um mecanismo de desafio/resposta baseado em números randômicos/aleatórios gerados pela controladora do módulo reciclador ou HMAC.
- 8.31.8.5 A troca de chaves de sessão será executada com periodicidade definida pela Caixa (ao menos uma vez ao dia).
- 8.31.8.6 O mecanismo de troca de chaves de sessão deverá ser validado pela CAIXA.
- 8.31.8.7 Também deve ser possível fazer a carga da Master Key de forma remota, em produção, de acordo com o padrão TR-34, com algoritmo criptográfico RSA (chaves de, no mínimo, 2048 bits) e certificados fornecidos por Autoridade Certificadora (AC) confiável.
- 8.31.8.7.1 A CONTRATADA deverá fornecer uma solução plenamente compatível com os padrões CEN J/XFS e CEN XFS, conforme especificado no edital. Na eventualidade de algum comando específico não ser contemplado pelos padrões estabelecidos, será admitida, mediante análise e aprovação da equipe técnica da CAIXA, a utilização de uma sequência alternativa de comandos proposta pelo LICITANTE, desde que devidamente integrada às interfaces J-XFS e XFS.
- 8.31.8.8 Ao contrário do modo custodiado (que deve ser entregue junto com a entrega da amostra), a carga remota de chaves de acordo com o padrão TR-34 poderá ser entregue em até 180 dias corridos após a entrega das amostras prevista na fase de homologação.

- 8.31.8.8.1 Desse modo, caso a licitante vencedora não disponha do padrão TR-34 na data de entrega da amostra, ela poderá entregar somente o modo custodiado, evoluindo para o padrão TR-34 no prazo definido no item anterior.
- 8.31.8.9 O padrão TR-34 não será considerado pré-requisito para a homologação da amostra caso todos os demais itens deste Edital tenham sido validados antes de 180 dias, mas será validado à posteriori pela CAIXA, logo após a sua entrega. Se a fase de homologação se estender além dos 180 dias, o padrão TR-34 passa automaticamente a ser considerado como mais um pré-requisito para a homologação da amostra como um todo.
- 8.31.8.10 Caberá à CAIXA definir se fará a carga da Master Key no modo custodiado ou de forma remota.
- 8.31.8.11 Após a assinatura do contrato, caso a CAIXA opte pelo modo custodiado, deverá ser realizada a cerimônia para a inserção de chaves no ambiente do fornecedor.
- 8.31.8.12 TODOS os certificados utilizados nos processos de gestão de chaves criptográficas do módulo reciclador deverão ter validade de, no mínimo, 10 (dez) anos.
- 8.31.8.13 O módulo reciclador deverá suportar a carga remota de chaves de sessão por meio do padrão TR-31.
- 8.31.8.13.1 A CONTRATADA deverá fornecer uma solução plenamente compatível com os padrões CEN J/XFS e CEN XFS, conforme especificado no edital. Na eventualidade de algum comando específico não ser contemplado pelos padrões estabelecidos, será admitida, mediante análise e aprovação da equipe técnica da CAIXA, a utilização de uma sequência alternativa de comandos proposta pelo LICITANTE, desde que devidamente integrada às interfaces CEN J-XFS e CEN XFS.
- 8.31.8.14 A carga remota de chaves de acordo com o padrão TR-31 poderá ser entregue em até 180 dias corridos após a entrega das amostras prevista na fase de homologação.
- 8.31.8.15 Desse modo, caso a licitante vencedora não disponha do padrão TR-31 na data de entrega da amostra, ela poderá entregar somente o modo já disponível pelo fabricante (conforme definido no item 8.31.8.4), evoluindo para o padrão TR-31 no prazo definido no item anterior.
- 8.31.8.16 Se o padrão TR-31 estiver disponível na data de entrega da amostra, ele será considerado suficiente para homologar a carga remota de chaves de sessão.
- 8.31.8.17 O padrão TR-31 não será considerado pré-requisito para a homologação da amostra caso a licitante tenha entregado o modo de troca de chaves definido no item 9.35 e

todos os demais itens deste Edital tenham sido validados antes de 180 dias, mas será validado à posteriori pela CAIXA, após a sua entrega. Se a fase de homologação se estender além dos 180 dias, o padrão TR-31 passa automaticamente a ser considerado como mais um pré-requisito para a homologação da amostra como um todo.

- 8.31.8.17.1 Caso os padrões TR-31 e TR-34 sejam entregues após a instalação de qualquer terminal em produção, caberá à CONTRATADA fazer a atualização remota do firmware, de forma automática e em janelas previamente combinadas com a CAIXA.
- 8.31.8.18 Qualquer necessidade de intervenção local no equipamento será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e não poderá gerar ônus adicionais para a CAIXA.
- 8.31.8.19 O módulo reciclador deverá prover funcionalidade que controle a execução das funções do firmware em modo "teste" e em modo "produção", de forma que a passagem do modo "produção" para o modo "teste" seja acionada por controles lógicos autenticados e um conjunto de ações físicas que comprovem o acesso físico ao cofre.
- 8.31.8.20 O firmware de teste somente será executado se houver deslocamento das gavetas do cassete, mantendo um timeout máximo definido pela Caixa. Após este tempo o módulo volta a executar o firmware de produção e, se o tempo de timeout não for suficiente, o processo pode ser repetido pelo técnico.
- 8.31.8.21 A aplicação da Caixa, em hipótese alguma, entrará em operação em ambiente de produção se o firmware do módulo pagador estiver na modalidade de teste.
- 8.31.8.22** Os cenários de manutenção devem ser mapeados em conjunto pela CAIXA e pelo fornecedor e devem prever a parametrização das janelas de manutenção sem criptografia fim-a-fim pela CAIXA (duração e frequência da janela, por exemplo).

8.32 CASSETES:

- 8.32.1 Configuração mínima de 4 (quatro) cassetes para cédulas, autolacrantes (para inibir o acesso a cédulas) e lacráveis, com capacidade para, no mínimo, 2.450 (duas mil e quatrocentos e cinquenta) cédulas, cada e 1 (um) cassete apenas para depósito, ou configurável para reciclagem/depósito, para armazenamento das cédulas não-recicladas, com capacidade para, no mínimo, 2.450 (duas mil e quatrocentas e cinquenta) cédulas novas.

- 8.32.2 1 (um) cassete para cédulas rejeitadas, com capacidade para, no mínimo, 200 (duzentas) cédulas, com possibilidade de retirada completa do cassete e com procedimento operacional similar aos demais cassetes;
- 8.32.3 Todos os cassetes deverão ser identificados por etiquetas frontais, confeccionadas em policarbonato cristal texturizado com espessura de 0,25 mm, fixado com adesivo dupla face, acrescido do nome/logomarca do fornecedor junto à denominação da gaveta serigrafado no verso. Será aceito adesivo 3M ou tecnicamente equivalente;
- 8.32.4 Todos os cassetes deverão possuir sistema de entintamento ativo com identificação de fácil visualização na parte externa, inclusive o cassete de rejeito.
- 8.32.5 As tampas de todos os cassetes deverão permitir abertura num ângulo mínimo de 90 (noventa) graus;
- 8.32.6 Os cassetes devem ser ajustáveis e permitir a regulação para operar com a 1ª família do Real ou com a 2ª família do Real sem a necessidade de ferramentas (tool free) ou intervenção técnica da “CONTRATADA”.
- 8.32.7 Caso o cassete não atenda ao subitem anterior, o ajuste deverá ocorrer sem necessidade de compra de novos componentes e deverão ser ajustados pela “CONTRATADA” por solicitação da CAIXA, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 8.32.8 Em relação aos itens 8.1, 8.2, 8.5, 8.13, 8.15, 8.17.9, 8.32.1 e 8.32.2. Para padronização, os fornecedores deverão utilizar o termo “rejeito de cédulas” em substituição às expressões “compartimento de rejeição”, “cassete para cédulas rejeitadas” e “cassete de rejeito” mencionadas neste edital. O rejeito de cédulas poderá ser fixo ou removível, devendo ser fornecido conforme as práticas de mercado. É importante ressaltar que o rejeito de cédulas não deve ser compartilhado com o cassete de depósito. Todas as capacidades e funcionalidades exigidas neste edital devem ser integralmente preservadas.

8.33 REJEIÇÃO

- 8.33.1 Deverá ocorrer nos casos de cédulas duplas e/ou fora de especificação.

8.34 CÉDULAS

- 8.34.1 Deverá garantir o uso simultâneo de cédulas brasileiras nos padrões (cédulas da 1ª e 2ª Família de Real) e condições de usabilidade definidas pelo Banco Central do Brasil.
- 8.34.2 Deverá permitir a utilização de cédulas internacionais, como de Dólar Americano (US\$) e Euro (€). Exceto 50, 100 e 200 EUROS.

8.35 SEGURANÇA:

- 8.35.1 Deverá ser dotado de dispositivo de proteção de hardware e de software para a fraude na modalidade “retenção de cédulas” (plaqueta afixada com adesivo ou elemento colante, instalada no bocal de saída de cédulas, que impede o recolhimento das mesmas) e suas variantes, como a inserção de objetos estranhos no bocal do módulo;
- 8.35.2 Deverá ser dotado de dispositivo de proteção de hardware através de chapa metálica, e de software protegendo da fraude na modalidade “choquinho”, evitando a dispensa de cédulas indevidas;
- 8.35.3 Deverá possuir proteção contra o acesso interno ao equipamento através do recorte do painel frontal, utilizando a abertura do shutter e proteção aos stepper motors dos cassetes, de maneira a impedir a fraude de desmanche, com dispensa forçada de notas.

9. TECLADO PIN

- 9.1 PIN com 10 teclas numéricas mais teclas <CANCELA>, <CORRIGE>, <ENTRA>, conforme descrito no item Leiaute do Teclado;
- 9.2 Confeccionado com teclas de aço escovado, com sistema antifurto e antivandalismo e acionamento macio;
- 9.3 Com identificação das teclas sulcada com pintura epóxi ou com gravação a laser, de maneira a impedir o apagamento da identificação das teclas.
- 9.4 Possuir 8 teclas de seleção de operação (softkeys), sendo 4 de cada lado (esquerdo e direito) do monitor de vídeo confeccionadas com teclas de aço escovado, com sistema antifurto e antivandalismo e acionamento macio;
- 9.5 Teclado embutido no gabinete, com cabo e conector exclusivos (não compartilhado por outro dispositivo);
- 9.6 O teclado deverá ser fixado à face interna frontal de aço;
- 9.7 Possuir dez teclas numéricas, que devem ser organizadas de forma a posicionar a tecla correspondente ao número 1 (um) no canto superior esquerdo do conjunto de teclas numéricas, conforme descrito na Figura “Leiaute do Teclado”;
- 9.8 A tecla de número 5 (cinco) deve ser diferenciada das demais por uma marca em relevo, posicionada de forma a não interferir com a indicação visual do número;
- 9.9 O curso e força de acionamento das teclas devem atender ao solicitado na norma NBR 15250 da ABNT;

- 9.10
- As dimensões das teclas devem atender ao solicitado na norma NBR15250 da ABNT;
- 9.11
- A sinalização visual e tátil deverá obedecer à norma NBR15250 da ABNT;
- 9.12
- As teclas correspondentes às funções 'ENTRA', 'CORRIGE' e 'CANCELA' devem obedecer aos padrões de cores para teclas ou inscrições e às marcações táteis em alto relevo especificados na Figura abaixo:

TECLA	COR	MARCAÇÃO
CANCELA	Vermelho	X
CORRIGE	Amarelo	
ENTRA	Verde	O

Figura 2 - Padrão de cores e marcação em relevo das teclas

1	2	3	CANCELA	VISUAL
4 4	5	6	CORRIGE	
7	8	9	ENTRA	VISUAL
	0			

Figura 3 – Leiaute de teclado

1	2	3	F9	Tecla
4	5	6	BS	
7	8	9	Entra	Tecla
	0			

Figura 4 – Correspondência do Visual com respectivo código ASCII da

tecla



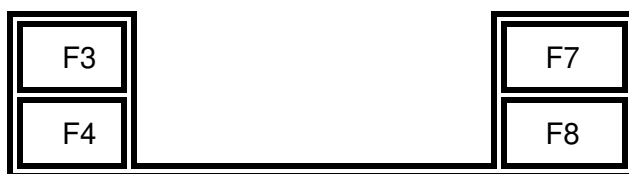


Figura 5 – Leiaute de teclado do monitor

- 9.13 Deverá possuir certificação PCI – PTS 5.x ou superior;
- 9.14 Deverá suportar criptografia 3DES, AES e RSA;
- 9.15 O teclado deverá permitir a inserção de Master Key das seguintes maneiras:
 - 9.15.1 Custodiado, em sala segura, no ambiente de fábrica ou do fornecedor, no Brasil, aprovada por responsável da CAIXA designado para realização da cerimônia, com a utilização de Hardware Security Module (HSM), evitando assim a inserção manual das chaves;
 - 9.15.1.1 Entende-se por sala segura um ambiente com controle de acesso, e com o HSM, ou terminal conectado ao mesmo, protegido para impedir que as chaves ali inseridas sejam visualizadas por terceiros ou câmeras de CFTV;
 - 9.15.1.2 A cerimônia para realização da inserção de chaves deverá seguir os procedimentos de segurança do fornecedor desde que estes sejam compatíveis com os exigidos pela CAIXA;
 - 9.15.2 Por carga remota, em produção, padrão TR-34, segundo o algoritmo criptográfico RSA (chaves de, no mínimo, 2048 bits), com certificados fornecidos por Autoridade Certificadora (AC) confiável;
 - 9.15.2.1 A CONTRATADA deverá fornecer uma solução plenamente compatível com os padrões CEN J/XFS e CEN XFS, conforme especificado no edital. Na eventualidade de algum comando específico não ser contemplado pelos padrões estabelecidos, será admitida, **mediante análise e aprovação da equipe técnica da CAIXA**, a utilização de uma sequência alternativa de comandos proposta pelo LICITANTE, desde que devidamente integrada às interfaces CEN J/XFS e CEN XFS.
- 9.16 Para inserção/atualização de chaves por carga remota, a criptografia RSA do teclado deve:
 - 9.16.1 Possuir comando para obtenção do número de identificação único do teclado;
 - 9.16.2 Possuir comando para geração de número aleatório;
 - 9.16.3 Possuir pelo menos um par de chaves RSA com tamanho mínimo de 2048 bits e com seus respectivos certificados emitidos por AC confiável;

- 9.16.4 A geração das chaves e a inserção dos certificados deve ser realizada no processo de fabricação do teclado, utilizando o formato PKCS #10 para solicitação de certificado junto a AC;
- 9.16.5 Cada par de chave é gerado aleatoriamente e deve ser único por teclado;
- 9.16.6 O formato dos certificados deverá ser representado em DER e codificado na notação ASN.1;
- 9.16.7 O teclado deve ser entregue com seus certificados devidamente carregados de fábrica;
- 9.16.8 A cadeia da AC, que emitiu o certificado, deve ser gravada no teclado com as respectivas chaves públicas;
- 9.16.9 O teclado deve ter comando para inserir o certificado da CAIXA;
- 9.16.10 O teclado deve ter comando para remover certificados;
- 9.16.11 O fornecedor deve providenciar um certificado para a CAIXA na mesma AC que emitiu o certificado do teclado a partir da requisição PKCS #10 gerada pela CAIXA;
- 9.16.12 O(s) certificado (s) da (s) autoridade (s) certificadora (s) que assinou (aram) o (s)certificados dos teclados deverá (ão) ser fornecido (s) à CAIXA.
- 9.16.13 TODOS os certificados utilizados pelo teclado criptográfico deverão ter validade de, no mínimo, 10 (dez) anos.
- 9.17 O fluxo para atualização da chave Master key, bem como o mapa inicial de chaves de cada teclado, será definido pela CAIXA durante a fase de homologação da amostra;
- 9.18 Caberá à CAIXA definir se fará a carga da Master Key no modo custodiado ou de forma remota.
- 9.19 Após a assinatura do contrato, caso a CAIXA opte pelo modo custodiado, deverá ser realizada a cerimônia para a inserção de chaves no ambiente do fornecedor.
- 9.20 O teclado deverá suportar os seguintes esquemas de gestão de chaves: DUKPT ou Session Key/Master Key;
- 9.21 O teclado deverá suportar o padrão X9 TR-31 para a troca de chaves.
- 9.22 Durante a fase de homologação da amostra, o fornecedor deve entregar o driver CEN XFS e CEN J/XFS, contemplando todas as funcionalidades previstas para o Teclado PIN.

10. IMPRESSORA DE RECIBOS (TÉRMICA OU HÍBRIDA)**10.1 IMPRESSORA DE RECIBOS TÉRMICA**

- 10.1.1 Gráfica, com sistema de impressão por linha de pontos térmicos (utilização de papel termosensível);
- 10.1.2 Com capacidade de impressão de, no mínimo, 40 caracteres por linha, no modo texto;
- 10.1.3 Largura de Impressão de 72 mm/576 pontos;
- 10.1.4 Resolução de, no mínimo, 8 pontos/mm horizontal e vertical;
- 10.1.5 Velocidade de impressão de, no mínimo, 200 (duzentos) mm/s, no modo normal de impressão (caracteres e modo gráfico);
- 10.1.6 Fontes de caracteres maiúsculos, minúsculos e especiais, com todos os caracteres da língua Portuguesa, suportando os conjuntos de caracteres ASCII e/ou ABICOMP e Codepage 850 e 437;
- 10.1.7 Deverá suportar o comando de impressão de forms da classe PTR da especificação CEN XFS 3.30 e/ou superior, e CEN J/XFS kernel 2.1.3.b e versões superiores;
- 10.1.8 Buffer de, no mínimo, 8 (oito) KB;
- 10.1.9 Possuir sensores que indiquem, no mínimo:
 - 10.1.9.1 pouco papel;
 - 10.1.9.2 fim de papel;
 - 10.1.9.3 temperatura da cabeça de impressão;
 - 10.1.9.4 enrosco de papel; e
 - 10.1.9.5 presença de papel no “presenter” (bocal).
- 10.1.10 Possuir guilhotina e “presenter”, controláveis por software, com método de corte do papel do tipo “scissors cut”;
- 10.1.11 Guilhotina com vida útil de, no mínimo, 1.000.000 cortes;
- 10.1.12 Cabeça de impressão com vida útil de, no mínimo, 100 milhões de pulsos;
- 10.1.13 Possuir sistema de proteção do “presenter” contra obstrução e retirada brusca de recibo;

- 10.1.14 Utilizar bobinas de papel termosensível tipo Termoscript KPH855AM, fabricado pela VCP ou tecnicamente equivalente, com 76 mm de largura, diâmetro do rolo de, no mínimo, 9 (nove) polegadas, e diâmetro do núcleo da bobina de 32 mm;
- 10.1.15 O equipamento deverá ser entregue com um conjunto de 03 (três) bobinas de forma a garantir a imediata operação do equipamento.

10.2 IMPRESSORA HÍBRIDA (IMPRESSORA E AUTENTICADORA)

- 10.2.1 Híbrida, composta de uma unidade térmica de alta velocidade e uma unidade matricial por impacto.
- 10.2.2 Método de impressão:
 - 10.2.2.1 Impressão para recibos: através de impressão térmica direta;
 - 10.2.2.2 Impressão para autenticação: através de matriz de, no mínimo, 9 agulhas;
- 10.2.3 Com capacidade de impressão de, no mínimo, 40 caracteres por linha, no modo texto;
- 10.2.4 Largura de Impressão de 72 mm/576 pontos;
- 10.2.5 Resolução de, no mínimo, 8 pontos/mm horizontal e vertical;
- 10.2.6 Velocidade de impressão de, no mínimo, 200 (duzentos) mm/s, no modo normal de impressão (caracteres e modo gráfico);
- 10.2.7 Fontes de caracteres maiúsculos, minúsculos e especiais, com todos os caracteres da língua Portuguesa, suportando os conjuntos de caracteres ASCII e/ou ABICOMP e Codepage 850 e 437;
- 10.2.8 Deverá emular e aceitar os comandos de controle de impressão de uma impressora padrão Epson (LX300 ou ESC/POS);
- 10.2.9 Buffer de, no mínimo, 8 (oito) KB;
- 10.2.10 Possuir sensores que indiquem, no mínimo:
 - 10.2.10.1 pouco papel;
 - 10.2.10.2 fim de papel;
 - 10.2.10.3 temperatura da cabeça de impressão;
 - 10.2.10.4 enrosco de papel; e
 - 10.2.10.5 presença de papel no “presenter” (bocal).

- 10.2.11 Possuir guilhotina e “presenter”, controláveis por software, com método de corte do papel do tipo “scissors cut”;
- 10.2.12 Guilhotina com vida útil de, no mínimo, 1.000.000 cortes; e,
- 10.2.13 Cabeça de impressão com vida útil de, no mínimo, 100 milhões de pulsos.
- 10.2.14 Possuir sistema de proteção do “presenter” contra obstrução e retirada brusca de recibo;
- 10.2.15 Utilizar bobinas de papel termosensível tipo KPH756 termoscript, fabricado pela VCP ou tecnicamente equivalente, com 76 mm de largura, diâmetro do rolo de, no mínimo, 9 (nove) polegadas, e diâmetro do núcleo da bobina de 32 mm;
- 10.2.16 **DISPOSITIVO DE AUTENTICAÇÃO ALTERNATIVO:** será aceita solução no padrão jato de tinta, em substituição ao padrão matricial. Nesse caso, o Dispositivo deverá atender aos seguintes requisitos:
 - 10.2.16.1 Padrão: jato de tinta;
 - 10.2.16.2 Vida Útil: no mínimo, 100 milhões de caracteres, comprovado mediante documentação do fabricante;
 - 10.2.16.3 Colunas: no mínimo, 48 colunas em modo normal;
 - 10.2.16.4 Velocidade: no mínimo, 2 LPS (linhas por segundo) em modo normal, totalmente impressas;
 - 10.2.16.5 Fontes: todos os caracteres Codepage 850 e 437;
 - 10.2.16.6 Densidade: no mínimo, 96 x 96 dpi;
 - 10.2.16.7 Cor da Tinta: preta ou roxa;
 - 10.2.16.8 Autonomia do Cartucho: no mínimo, 3 milhões de caracteres em modo normal;
 - 10.2.16.9 Atributos do Caractere: normal, condensado, expandido e itálico;
- 10.2.17 Consumível: o equipamento deverá ser fornecido com conjunto de cartuchos de tinta que suporte a impressão de, no mínimo, 12 milhões de caracteres em modo normal;
- 10.2.18 Documentos: autenticação de, no mínimo, documentos com altura entre 35 mm e 300 mm, comprimento entre 85 mm e 210 mm e gramatura entre 56 g/m² e 90 g/m². Cheques, títulos/boletos bancários, convênios diversos e documentos em papel no formato A4. O equipamento também deverá permitir a autenticação dos envelopes

utilizados pela CAIXA para recebimento de depósitos em dinheiro e cheques e recebimento de contas PF e PJ, disponíveis na sua Rede de Agências;

- 10.2.19 Número de Linhas: impressão de, no mínimo, duas linhas, podendo-se, para isso, manusear o documento;
- 10.2.20 Posicionamento: o equipamento deverá autenticar o documento em seu anverso;
- 10.2.21 Limpeza: o módulo deverá contemplar mecanismo de autolimpeza, relocker ndo garantir a perfeita impressão após, no mínimo, seis meses de inoperância do periférico. Deverá ser fornecida uma etiqueta auto-adesiva, em material plástico, a ser fixada ao gabinete do equipamento, em local a ser definido oportunamente pela CAIXA, contendo a seguinte expressão: “Equipamento dotado de impressora jato de tinta. Não deve permanecer fora de uso por mais de dois meses, sob pena de danos no cabeçote de impressão”;
- 10.2.22 Fornecimento: o Licitante não poderá ser o único fornecedor dos cartuchos de tinta originais adotados pela solução, devendo indicar, no mínimo, outras três empresas instaladas no Brasil, aptas a fornecê-los na quantidade e qualidade necessária à reposição demandada pela CAIXA
- 10.2.23 O equipamento deverá ser entregue com um conjunto de 03 (três) bobinas de forma a garantir a imediata operação do equipamento.

11. LEITOR NFC

- 11.1 Dispositivo de Comunicação por Campo de Proximidade (Near Field Communication – NFC) destinado a comunicação com aparelhos de celular e cartões que possuam a tecnologia NFC integrada;
- 11.2 O dispositivo contactless deve ser instalado nos terminais de autoatendimento, na bandeja de aço inox, à esquerda do teclado criptográfico, implementado de forma que o cartão ou smartphone utilizado não se desloque quando apoiado sobre ele, garantindo um conjunto harmônico, ergonômico, com acabamento de qualidade visual. A CAIXA irá avaliar o projeto da montagem e fixação do dispositivo e poderá solicitar alterações;
- 11.3 O dispositivo NFC não poderá ser fixado apenas na chapa de aço, devendo também existir solução interna complementar de fixação que impeça ou dificulte sua remoção indevida;

- 11.4 O dispositivo deverá ser fixado pela parte interna do painel, de tal forma que somente possa ser removido pelo interior do gabinete;
- 11.5 As APIs necessárias ao funcionamento da solução NFC deverão obedecer aos seguintes requisitos funcionais:
 - 11.5.1 Não poderão promover alterações nos sistemas da CAIXA;
 - 11.5.2 Não poderão interferir na performance de funcionamento dos ATM;
 - 11.5.3 Não deverão interferir nos procedimentos de manutenção dos equipamentos.
- 11.6 A solução de software a ser provida NÃO deverá depender de qualquer integração/conexão com outras APIs ou módulos de software do ATMR exceto aplicação de autoatendimento da CAIXA.
- 11.7 Deverá suportar a especificação da classe IDC da norma CEN XFS 3.30 e/ou superior, e CEN J/XFS kernel 2.1.3.b e superiores;
- 11.8 A conexão do dispositivo NFC deverá se dar via USB;
- 11.9 O dispositivo contactless deverá:
 - 11.9.1 ser robusto e resistente a choques, arranhões e desgastes superficiais, considerando condições de uso superiores a 5 (cinco) anos, inclusive quanto à garantia de manutenção e reposição de peças;
 - 11.9.2 O fornecedor deverá assumir total responsabilidade quanto a direitos de uso, tanto do dispositivo NFC e respectivo (s) software (s), quanto APIs e logomarcas a serem afixadas sobre o dispositivo;
 - 11.9.3 O dispositivo contactless deverá:
 - 11.9.4 Ser compatível com a norma ISO/IEC 14443, suportando cartões e dispositivos Tipo A, Tipo B e Mifare;
 - 11.9.5 Ser compatível com a tecnologia NFC, norma ISO/IEC 18092;
 - 11.9.6 Ser compatível com a norma ISO/IEC 21481 com suporte aos modos PCD e NFC que poderá ser comprovada por declaração do fabricante do dispositivo contactless;
 - 11.9.7 Constar na lista vigente de leitores aprovados pela EMVCo Type Approval Contactless Level 1 e 2 (EMV 2.0 ou superior), a ser comprovado através de cópia do certificado;

- 11.9.8 Possuir certificações PayWave (VISA), PayPass, TQM e TLOA (MASTERCARD) e ExpressPay (AMEX), DPAS (ELO).
- 11.10 Os certificados referentes ao dispositivo contactless deverão ser entregues durante a fase de homologação das amostras;
- 11.11 Deverá ser fornecido junto ao protótipo do equipamento encaminhado para homologação, programa de testes/diagnóstico que permita avaliar as funcionalidades básicas do dispositivo Contactless.

12 LEITOR DE DADOS ÓPTICOS

- 12.1 Deverá possuir leitura óptica e decodificação de, no mínimo, os códigos de barras 1D e 2D, possibilitando a execução da leitura com ângulo frontal, portanto, posicionado na parte frontal do equipamento, conforme especificação abaixo.

12.2 1-D codes:

- 12.2.1 Códigos padrão Febraban 2/5 intercalado (ANSI MH 10.8M – 1983).
- 12.2.2 Code 39 (MIL-STD 1189, ANSI MH 10.8M – 1983).
- 12.2.3 Code 128.
- 12.2.4 UPC/EAN.

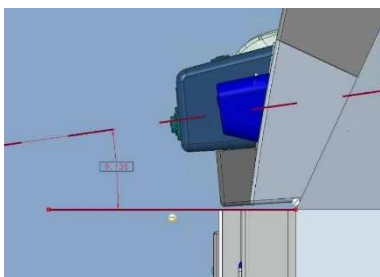
12.3 2-D Codes:

- 12.3.1 Pdf 417 up to 1,278 alphanumeric characters;
- 12.3.2 DataMatrix ECC200 up to 1,500 alphanumeric characters;
- 12.3.3 Micropdf417 up to 174 alphanumeric characters if all characters are uppercase;
- 12.3.4 QRCode up to 1,400 alphanumeric characters;
- 12.3.5 MaxiCode up to 44 alphanumeric characters;
- 12.3.6 Aztec 2448 alphabetic characters;
- 12.4 Índice de rejeição de, no máximo, 4% de documentos de cobrança, conforme padrão adotado pela FEBRABAN, em estado normal de utilização (considerados papéis manipulados, com dobras ou amassados, de espessura e gramatura diferentes);
- 12.5 Possuir capacidade de leitura de 44 bytes (mais Start e Stop).
- 12.6 Permitir a leitura de códigos diretamente na tela de smartphones.

- 12.7 Emitir marcador luminoso no acionamento, para sinalizar o ponto de leitura, por meio de led, que não seja prejudicial caso incida diretamente nos olhos.
- 12.8 A solução fornecida deverá executar a leitura do QR Code de alta densidade (dados completos).
- 12.8.1 A leitura do QR Code de alta densidade deverá ser executada uma única vez com sucesso, sem a necessidade de refazer a leitura.

13 LEITOR DE CARTÕES HÍBRIDO (MAGNÉTICOS/SMARTCARD)

- 13.1 Leitor de Cartão embutido no gabinete e com dispositivo nativo para identificar a inserção de cartão em posição incorreta;
- 13.2 Deverá permitir inserção manual com ângulo de -6 graus, fixado + - 3 graus relativo ao plano do topo do cofre, com inclinação para baixo, conforme imagem abaixo.



- 13.3 Sensores: de detecção de presença de cartão e de identificação de tarja magnética;
- 13.4 Interface: USB.
- 13.5 Segurança:
- 13.5.1 Dotado de dispositivo para retenção do cartão, durante a operação com SmartCard;
- 13.5.2 Deverá ser fixado à face interna frontal de aço;
- 13.5.3 A comunicação dos dados obtidos através da tarja de cartões magnéticos e a placa-mãe do ATMR deverá ser criptografada e possuir as características abaixo:
- 13.5.4 Usar os algoritmos 3DES, AES-128, AES-256, RSA-2048 ou RSA-4096 para a referida comunicação;
- 13.5.5 A solução de criptografia deverá encriptar as 3 trilhas magnéticas;
- 13.5.6 Autenticação com o servidor usando o método desafio/resposta;

13.5.7 Todo o circuito e as bobinas de leitura deverão formar um conjunto inviolável, solidário à cabeça de leitura, de tal forma que não seja possível ter acesso às informações da trilha magnética;

13.6 Deverá ser resistente a solventes;

13.7 Permitir a leitura de cartões ISO 7811-1 a 6.

13.8 Tarjas Magnéticas:

13.8.1 Padrão: Leitura das trilhas 1, 2 e 3, simultaneamente, nos padrões ISO-7811/6 e seus complementos e ABA-ANSI/ISO/ABNT.

13.9 Smartcard:

13.9.1 Padrão: Leitura/gravação, nos padrões ISO 7816 e seus complementos e EMV 2000 ver 4.0 Nível 1 ou versão superior lançadas até a data de fornecimento.

13.9.2 Possuir certificações EMVCo LOA L1 Contact, PayPass, TQM Contact (MASTERCARD), que deverão ser apresentada na fase de avaliação de amostras.

13.9.3 Comunicação: Suporte os protocolos T=0 e T=1;

13.9.4 Possuir sensores de detecção e presença de cartão e de identificação de tarja magnética.

13.9.5 Possuir dispositivo de trava para retenção do cartão durante a operação com SmartCard.

13.9.6 Classes: Deverá reconhecer SmartCard pertencentes às classes "A", "B" e "AB" (5V, 3V);

14 LEITORES BIOMÉTRICOS DE IMPRESSÃO DIGITAL

14.1 Hardware

14.1.1 Convencionamos neste Termo de Referência chamar de LBID, o Leitor Biométrico de Impressão Digital.

14.1.2 LBID com Sistema Multiespectral de imagem, que utiliza múltiplos comprimentos de onda de luz.

14.1.3 Capturar a imagem dos vales e sulcos da superfície da pele (impressão digital).

14.1.4 Capturar características da impressão digital mesmo em ambientes com iluminação forte incidindo nos dedos.

- 14.1.5 Capturar características da camada subcutânea, de maneira que a imagem resultante tenha ótima qualidade, mesmo de impressões digitais sujas, molhadas, secas, envelhecidas, desgastadas.
- 14.1.6 O funcionamento da leitora biométrica não deve ser prejudicado caso sua lente seja molhada para limpeza.
- 14.1.7 A impressão digital obtida de um indivíduo deverá atender aos seguintes formatos, não necessariamente de forma simultânea:
- 14.1.8 Resolução mínima de 500 DPI @ 8 bit – por pixel 256 tons de cinza no mínimo.
- 14.1.9 Template compatível com o padrão ISO 19794-2 (Biometric data interchange formats – Part 2: Finger minutiae data);
- 14.1.10 Template compatível com o padrão ANSI/INCITS 378;
- 14.1.11 Compactação WSQ (Wavelet Scalar Quantization) por algoritmo certificado, com tamanho máximo de 20 (vinte) KB, e compressão entre 10:1 e 15:1.
- 14.1.12 A imagem da impressão digital utilizada para geração do template não poderá ter recortes que excluam partes da impressão digital que foram pousadas na janela de leitura.
- 14.1.13 A Janela de leitura da impressão digital tem que ter no mínimo as seguintes dimensões: 17 mm largura X 27 mm comprimento.
- 14.1.14 A janela de leitura pode ter formato retangular ou elíptico, desde que os eixos da elipse tenham no mínimo a altura acima indicados.
- 14.1.15 O tamanho da imagem da impressão digital resultante gerada no LBID deve ser de no mínimo 320 pixels de largura e 480 pixels de altura.
- 14.1.16 Só será aceita imagem menor do que foi especificado se for por autorização expressa por escrito da CAIXA, que informe a taxa de falso negativo que foi alcançada e o tamanho da imagem em pixels.
- 14.1.17 Deverá permitir velocidade de captura de Template em 2 (dois) segundos e de 1 (um) segundo na autenticação.
- 14.1.18 O tamanho do perfil biométrico gerado para armazenamento poderá ser configurado para ser limitado a 999 (novecentos e noventa e nove) bytes.

- 14.1.19 As funcionalidades do LBID solicitadas neste termo de referência terão que ser mantidas de forma íntegra mesmo com o desligamento ou reboot do computador, com a gravação dos dados necessários
- 14.1.20 Vida útil superior a 1 milhão de toques, comprovada por certificado de aferição ou declaração do fabricante da leitora biométrica.
- 14.1.21 Temperatura operacional: -10°C a +50°C, comprovada por certificado de aferição ou declaração do fabricante da leitora biométrica.
- 14.1.22 O leitor biométrico somente será considerado homologado quando estiver integrado com a API Biométrica, no equipamento objeto deste edital e estiverem acontecendo autenticações no sistema de autenticação biométrica da CAIXA.
- 14.1.23 Logo após a captura da impressão digital, o Leitor Biométrico de Impressão Digital - LBID deve enviar para o sistema da CAIXA no equipamento objeto deste edital, o template biométrico devidamente criptografado. Esse item pode ser demonstrado via ferramenta de teste, sendo necessário estar integrado ao sistema da CAIXA, ou seja, a ferramenta deverá apresentar pleno funcionamento no ambiente CAIXA.
- 14.1.24 Será aceito o módulo OEM do leitor biométrico.
- 14.1.25 O LBID deverá ser resistente à abertura e intrusão, incluindo resistência contra perfuração ou laminação do volume, devendo ser lacrado, capaz de detectar e responder em caso de violação (Tamper Detection / Tamper Response), impedindo a recuperação dos parâmetros críticos de segurança (chaves de criptografia, dados de autenticação, imagens de impressões digitais e os respectivos templates), alterando, apagando e/ou acionando mecanismo interno de autodestruição do hardware inutilizando a área de armazenamento desses parâmetros, inclusive apagando as chaves criptográficas e preenchendo seus setores de armazenamento com zeros (zeroization) se a proteção física das chaves criptográficas e dos circuitos e trilhas pelos quais trafegam as imagens de impressões digitais e templates for violada.
- 14.1.26 O case não deverá mostrar na parte externa frontal o nome do fabricante do leitor biométrico ou do fornecedor do equipamento.
- 14.1.27 Deverá ser possível ao sistema da CAIXA, ou a API Biométrica do fornecedor, a qualquer momento, a obtenção do modelo e número de série protegido e não visível da leitora biométrica criptográfica, diretamente da leitora.

- 14.1.28 No primeiro pouso do dedo deve ser coletada a impressão digital em menos de meio segundo, sem necessidade de movimentação do dedo após o pouso.
- 14.1.29 A leitora deverá emitir sinal luminoso visível com qualquer iluminação ambiente, que indique estar preparada para o pouso do dedo.
- 14.1.30 Outro sinal deve ser enviado pela leitora para indicar que o dedo foi detectado.
- 14.2 DETECÇÃO DE VIVACIDADE DA IMPRESSÃO DIGITAL (LIVE FINGER DETECTION)**
- 14.2.1 O LBID terá que implementar mecanismo de LFD (Live Finger Detection), que demonstre identificar, pelo menos, impressão digital artificial sintética elaborada com os seguintes materiais:
- 14.2.2 Pelo menos dois tipos diferentes de silicone;
- 14.2.3 Pelo menos 2 tipos diferentes de látex, inclusive fatia de impressão digital sintética feita com látex líquido;
- 14.2.3.1 Cola de madeira e outro tipo de cola;
- 14.2.3.2 Gelatina balística
- 14.2.3.3 Papel.
- 14.2.4 O dispositivo deverá apresentar relatório emitido por entidade terceira isenta (como laboratório reconhecido, laboratório governamental e similares) que atende a norma ISO 30.107.
- 14.2.5 A CAIXA poderá usar imitações sintéticas de dedos no leitor biométrico apresentado pelo fornecedor durante a fase de homologação da amostra, para verificação da efetividade do LFD.
- 14.2.6 O LFD deverá enviar para o sistema da CAIXA o spoof score, que precisa ter métrica com pelo menos cinco valores inteiros numéricos possíveis diferentes, que informem a probabilidade do dedo ser humano ou sintético.
- 14.2.7 Terá que ser gerado um spoof score para cada dedo que for pousado na leitora.
- 14.2.8 Os valores citados no subitem anterior deverão indicar a probabilidade do dedo ser sintético ou humano, de forma decrescente (quanto maior o valor, maior probabilidade do dedo ser sintético).

- 14.2.9 A critério da CAIXA, a decisão de rejeição do dedo sintético poderá ser implementada pela solução do fornecedor ou pelo sistema da CAIXA que receberá o spoof score, ou então a solução do fornecedor poderá decidir se aceita ou nega e, a decisão também poderá ser tomada no próprio leitor biométrico, além disso, enviar o spoof score para o sistema da CAIXA.
- 14.2.10 O número que será utilizado como limiar de aceitação ou negação do spoof score será definido pela CAIXA, a partir dos critérios e parâmetros default a serem divulgados pelo fornecedor para a CAIXA.
- 14.2.11 Os mesmos dedos sintéticos serão testados na fase de homologação da amostra com o LFD ligado e desligado, para comprovação da efetividade do LFD.
- 14.2.12 Dedos humanos reais não devem ser tratados pela solução de biometria no equipamento como se fossem dedos sintéticos, de forma que sempre que um dedo humano real for pousado no leitor deve ser gerado o template.
- 14.2.13 O fornecedor se compromete a sempre entregar para a CAIXA a versão mais recente do firmware e dos drivers da Leitora Biométrica, sempre que ocorrer atualização pelo fabricante com relação à detecção de dedos sintéticos ou outras funcionalidades.

14.3 ALGORITMO BIOMÉTRICO E API'S

- 14.3.1 O LBID deve ter a capacidade de extração de templates compatíveis com ISO 19794-2 – Biometric data interchange formats – Finger minutiae data e compatíveis com ANSI 378 – Finger Minutiae Format for Data Interchange.
- 14.3.2 O extrator de templates e o matcher (algoritmo embarcados no LBID devem testados e aprovados pelo procedimento MINEX III do NIST, comprovada pela respectiva declaração apresentada pelo fabricante do algoritmo na página em <https://pages.nist.gov/minex/results/tables/>
- 14.3.3 No momento da apresentação da amostra do objeto da licitação deverá ser informado pelo licitante qual será o componente extrator de template ISO, ANSI e proprietário.
- 14.3.4 A leitora e/ou os demais componentes para funcionamento da leitora deverão habilitar o envio para o sistema da CAIXA, de códigos que possam ser convertidos em mensagens que se refiram exatamente as seguintes situações: pousar o dedo na leitora; pressione o dedo; dedo detectado; retire o dedo; dedo rejeitado (considerado sintético).

- 14.3.5 A leitora deverá habilitar o envio para o sistema do equipamento da CAIXA, de códigos que possam ser convertidos em mensagens no sistema do equipamento da CAIXA, mensagens essas que se refiram exatamente as seguintes situações: pousar o dedo na leitora; pressione o dedo; dedo detectado pela leitora; retire o dedo da leitora.
- 14.3.6 As funções/métodos deverão ser implementadas conforme abaixo:
- 14.3.6.1 initializeCapture(IStatusEventListenerstatusEventListener) : Função para inicializar a captura e verificar os leitores plugados. Deve emitir um evento de plug/unplug para cada leitora utilizada. Essa função não irá capturar imagem da impressão digital. Irá apenas verificar as leitoras. Será chamada na inicialização da aplicação da CAIXA
- 14.3.6.2 onSensorPlug(StringsensorID): Método que recebe plug. Informa nos 4 primeiros caracteres o leitor. No restante dos caracteres informa o serial.
- 14.3.6.3 onSensorUnplug(StringsensorID): Método que recebe unplug.
- 14.3.6.4 startCapture(StringsensorID, IFingerEventListenerfingerEventListener, ImageEventListener,imageEventListener):Método para capturar impressão digital no leitor sensorID. Recebe 2 implementações de interfaces que receberão eventos abaixo referentes à dedo colocado na leitora, dedo retirado e imagem, no caso do LBID estar configurada sem criptografia
- 14.3.6.5 onFingerDown(String sensorID)
- 14.3.6.6 onFingerUp(String sensorID)
- 14.3.6.7 onImageAcquired(String sensorID,FingerprintImage fingerprint)
- 14.3.6.8 stopCapture(StringsensorID): Método para parar captura de impressão digital em um leitor sensorID
- 14.3.6.9 finalizeCapture() :Função que finaliza a captura em todos os leitores. E "desliga" eventos plug e unplug.
- 14.3.6.10 StringgetCaptureInfo(StringsensorID): Deve ser chamada na finalização da aplicação da Caixa Função de obtenção do spoof e outras informações relacionadas com a última captura. Ao receber um evento de imagem essa função deve ser chamada para obtenção do spoof. Retorna a string com valores relacionados com a captura. Retorna na forma de string name/value pair. Exemplo "spoof=5"

- 14.3.6.11 `SetReaderInfo(String sensorID, String info)` : O default é o LFD (Live Finger Detection) habilitado, porém deve ser possível desligar a pedido da CAIXA. O método recebe uma string de configuração para um leitor no formato name/value pair.
- 14.3.6.12 `Template extract(FingerprintImage image, int templateFormat)`
Obtenção do template. Recebe a imagem (na situação sem criptografia) e o formato do template (deve suportar também ISO 19794-2, ANSI-378/2004 e template proprietário). E retorna o template. Caso a criptografia esteja habilitada o template será retornado criptografado
- 14.3.6.13 `setCrypt(int hash, int key, int comm, String pubkeyFile, String prvkeyFile, String prvkeyPass, String additionalSettings)`
Configura a criptografia que será utilizada. A criptografia pode ser desabilitada nessa mesma função a pedido da CAIXA. Deve existir um parâmetro reservado `additionalSettings` para futuras configurações. Ao setar a criptografia, o método para obter o template retornará o template criptografado
- 14.3.7 O LBID deve ser compatível com os mesmos sistemas operacionais descritos nos outros itens do Termo de Referência deste edital.
- 14.3.8 As funções de biometria oferecidas pelo LBID serão chamadas através da API biométrica fornecida e instalada no equipamento objeto deste termo de referência.
- 14.3.9 Quando as funções solicitadas para a API biométrica forem direcionadas a um LBID, estas serão repassadas e executadas no próprio LBID.
- 14.3.10 Quando as funções solicitadas à API biométrica forem direcionadas a um LBID que não esteja com a função de criptografia habilitada a pedido da CAIXA, a API Biométrica fornecida e instalada no equipamento executará as funcionalidades de criptografia por software se assim for o interesse da CAIXA no momento.
- 14.4 CRIPTOGRAFIA E SEGURANÇA DAS IMAGENS E DOS TEMPLATES**
- 14.4.1 O template biométrico tem que ser gerado dentro de um leitor biométrico criptográfico, e será entregue para o sistema da CAIXA, com prevenção contra o ataque “man-in-the-middle”.
- 14.4.2 O LBID terá as funções de proteger contra cópia da imagem da impressão digital, gerar e criptografar um template biométrico de impressão digital e a capacidade de gerar desafio e comparar a resposta, inclusive utilizando número aleatório e

criptograma, além de verificar a validade de assinatura digital de resposta de autenticação positiva.

- 14.4.3 O LBID deve, ainda, estar protegido contra ataques de emissões eletromagnéticas, de acordo com as normas IEC 61000-6-3 (emissão: documento CISPR 22 classe B) e IEC 61000-6-1 (imunidade: documentos IEC 61000-4-2, IEC 61000-4-3, IEC 61000-4-8).
- 14.4.4 A kit de criptografia embutido no hardware deve incluir funcionalidades compatíveis com:
 - 14.4.4.1 AES 128/192/256
 - 14.4.4.2 TDES vertical/128/192
 - 14.4.4.3 RSA 1024/2048/4096
 - 14.4.4.4 KCS v1.5, v2.1 compatível com assinatura digital,
 - 14.4.4.5 SHA-1/256/384/512
 - 14.4.4.6 HMAC (tamanho variável da chave)
 - 14.4.4.7 Gerador de números aleatórios
- 14.4.5 Permitir a ativação e a atualização de chaves criptográficas de forma custodiada e de forma remota e/ou por software que dispense intervenção direta e local no equipamento.
- 14.4.6 O LBID deve ter a capacidade de verificação de autenticidade de assinatura digital RSA
- 14.4.7 O LBID deve ter mecanismo de proteção para evitar que a criptografia, uma vez habilitada, seja desabilitada em produção sem que o pedido tenha sido realizado pela CAIXA.
- 14.4.8 As chaves criptográficas deverão vir inseridas de fábrica e o fornecedor não poderá, em nenhuma hipótese não autorizada expressamente pela CAIXA/GESET, entregar leitores biométricos sem as chaves criptográficas definidas pela CAIXA.
- 14.4.9 A CONTRATADA deverá ter, no Brasil, sala segura com HSM (Hardware Security Module) que evite a inserção manual das chaves para cada leitor biométrico.
- 14.4.10 Para inserção das chaves nos leitores biométricos terão que ser utilizados equipamentos homologados pelo NIST ou ITI conforme a seguir:

- 14.4.11 Os equipamentos HSM homologados pelo ITI se encontram no link <https://www.iti.gov.br/homologacao/64-homologacao/212-equipamentos-homologados>
- 14.4.12 Os equipamentos HSM homologados pelo NIST se encontram no link <https://csrc.nist.gov/Projects/cryptographic-module-validation-program/Validated-Modules>
- 14.4.13 A entrega da solução de biometria e criptografia deve ser realizada de tal forma que a CAIXA consiga, por software e remotamente, quando quiser, ativar, desativar e trocar o algoritmo e a chave de criptografia que serão utilizados, sem a necessidade de atuação direta do fornecedor, e com verificação da assinatura digital das operações citadas neste subitem.
- 14.4.14 O fornecedor deverá encaminhar documento contendo as instruções do LBID para escolha, inclusão, troca, acionamento e desativação das chaves de criptografia.
- 14.4.15 O LBID deverá permitir a atualização remota centralizada por computador na rede da CAIXA, de seu sistema operacional, firmware e drivers, de forma segura, verificando antes a autenticidade com assinatura digital do software a ser carregado.
- 14.4.16 Deve ter capacidade de implementar o esquema de criptografia DUKPT, padrão ANSI X9.24 part 1, exatamente conforme a norma.
- 14.4.17 O leitor biométrico, na cifragem dukpt, deve utilizar o método de derivação de chave para dados (XOR com a variante 0000000000FF0000 + criptografia).
- 14.4.18 A funcionalidade de criptografia pelo hardware deverá gerar uma chave de criptografia única por transação DUKPT,
- 14.4.19 O fornecedor precisa entregar para a CAIXA, a planilha em meio magnético, contendo o número de série de todos os leitores biométricos que forem entregues, sempre que forem entregues, sendo que esse número de série tem que poder ser relacionado com o número de identificação do leitor biométrico utilizado no método DUKPT, de forma automática, após inserção dos números de série da listagem no sistema de autenticação biométrica da CAIXA.
- 14.4.20 As funcionalidades do LBID solicitadas neste termo de referência terão que ser mantidas de forma íntegra mesmo com o desligamento ou reboot do computador, com a gravação dos dados necessários, por exemplo, o contador do método DUKPT não

poderá ser zerado caso ocorra o desligamento temporário do computador e deverá aceitar pelo menos 999.999 contagens de transações DUKPT.

- 14.4.21 Vida útil de 5 anos a partir da entrega, inclusive em relação a todas as funcionalidades que dependam de energia, incluindo a execução completa do método DUKPT com o contador de transações (sem retorno para um número inferior ao último em nenhuma hipótese) e demais funções de biometria e criptografia.

15 CÂMERA FOTOGRÁFICA DE REGISTRO DA FACE

- 15.1 Hardware de biometria para uso de solução em reconhecimento de face.
- 15.1.1 Convencionamos neste Termo de Referência chamar de CFRF, a Câmera Fotográfica de Registro de Face.
- 15.1.2 A CFRF será o dispositivo integrado ao ATMR, responsável pela captura da imagem facial do usuário do terminal.
- 15.1.2.1 O dispositivo compreende um conjunto de câmeras integradas de forma a permitir a leitura da imagem RGB Bidimensional simples colorida e NIR (Near Infra-Red), imagem 3D monocromática.
- 15.1.2.2 A câmera de imagem 2D e NIR deve conter resolução maior ou igual a 2 milhões de pixels efetivos, com imagem resultante de, no mínimo 1920x1080 pixels
- 15.1.3 Resolução colorida maior ou igual a 2 (dois) milhões de pixels efetivos, com imagem resultante de, no mínimo, 1920x1080 pixels e profundidade de cor de 24-bit RGB.
- 15.1.4 Velocidade mínima de captura de 15 FPS (frames por segundo) RGB em resolução 1920x1080 pixels.
- 15.1.5 O campo de visão (FOV-Field of View) deve ser de, no mínimo, 64° Vertical por 36° Horizontal.
- 15.1.6 Não dever haver distorção da imagem do tipo olho de peixe que impacte negativamente o sistema de reconhecimento facial.
- 15.1.7 Deve ser instalada na posição frontal do ATMR, sobre a área do monitor/vídeo capaz de capturar a parte frontal do rosto de um usuário posicionado em frente ao dispositivo, conforme parâmetros estabelecidos na NBR 15250.
- 15.1.8 A CFRF deverá possuir mecanismo de regulação de ângulo de montagem, interno ao painel, instalada de modo que seja acessível apenas aos técnicos de manutenção e que permita ajustes no posicionamento da CFRF. O foco da CFRF deverá ser automático.
- 15.1.9 A CFRF deverá possuir autofoco ou solução similar que permita a detecção da face do usuário e captura automática da imagem ao atingir qualidade mínima.

- 15.1.10 A CFRF deverá possuir foco automático para captura da face posicionada entre 40cm e 100cm em relação a CFRF.
- 15.1.11 A CFRF deverá contar com a capacidade de detecção automática da face de um usuário, sem contar com recursos de processamento de imagens fora da CFRF.
- 15.1.12 A CFRF deverá contar com recurso de detecção de mais de uma face, para mitigar fraudes do tipo “shoulder surfing”.
- 15.1.13 A CFRF deverá capturar imagens da face em condições de luminosidade adversas, garantindo a efetividade da solução para ambientes desde 0 (zero) lux, até 20.000 (vinte mil) lux.
- 15.1.14 A CFRF, deverá possuir sistema de iluminação ou outro recurso que permita a detecção de face e captura da imagem com qualidade suficiente para o processamento biométrico, mesmo em condições de baixa luminosidade. Este recurso não deve prejudicar a visualização da tela do ATMR.
- 15.1.15 A CFRF deverá ter condições de capturar uma face com alta qualidade para processamento biométrico independentemente da cor da pele, etnia do usuário ou condições da luminosidade do ambiente.
- 15.1.16 A solução CFRF somada ao ATM RECICLADOR DE CEDULAS (ATMR), deverá ter a capacidade de realizar match a partir de uma imagem ou template de face. O processo poderá ser realizado on device, na própria CFRF, ou em equipamento apartado do processador principal do ATMR, desde que este equipamento esteja dentro do perímetro seguro, protegido via algoritmo de criptografia definido pelo banco.
- 15.1.17 A CFRF e/ou outro elemento do ATM RECICLADOR DE CEDULAS (ATMR), deverão possuir mecanismo de proteção que iniba a violação, substituição ou inserção de câmera por terceiros.
- 15.1.18 A CFRF deverá possuir capacidade de atualização por interface USB;
- 15.1.19 A solução deve:
 - 15.1.19.1 Detectar a posição X,Y da face proeminente encontrada;
 - 15.1.19.2 Capturar e extrair da face a partir de uma imagem simples;
 - 15.1.19.3 Capturar, de forma automática, com extração da imagem da face, após detecção das condições ideais para a captura da imagem;
 - 15.1.19.4 Extrair uma face a partir de uma imagem estática;
 - 15.1.19.5 Comparação entre duas faces a partir de:
 - 15.1.19.5.1 Duas imagens contendo uma face;
 - 15.1.19.5.2 Duas faces previamente capturadas;

- 15.1.19.5.3 Dois templates proprietários;
- 15.1.19.5.4 Quaisquer combinação acima;
- 15.1.19.5.5 A comparação deve retornar o nível de semelhança entre duas faces;
- 15.1.20 O algoritmo fornecido, próprio ou de terceiros, deverá obrigatoriamente estar listado como participante da avaliação pública conduzida pelo NIST (National Institute of Standards) conhecido como Face Recognition Vendor Test (FRVT) Ongoing na página Leaderboard da categoria FRVT 1:1;
- 15.1.21 Considerando a atual existência de mais de 134 participantes, e considerando a necessidade de eficiência da Caixa no bom atendimento ao seu cliente, que pode ser diretamente afetada pela acurácia do algoritmo, serão desqualificados aqueles que não apresentarem acurácia FNM (False Non Match ou Falsa Aceitação) menor que 0.05 em pelo menos duas das seis subcategorias do teste.
- 15.1.22 O fabricante deverá incluir serviço de calibração da câmera e algoritmos durante 12 meses considerando, no mínimo, 2 upgrades que devem apresentar avanço da acurácia do sistema.
- 15.1.23 A solução de reconhecimento facial deverá vir acompanhada de pacote de software no formato SDK/API que permita a implementação de match de forma centralizada e/ou descentralizada, onde a imagem ou template do reconhecimento facial poderá ser processada e comparada.
- 15.1.24 Fornecer um ou mais índices de análise de qualidade da foto em relação a sua comparabilidade com outras fotos;
- 15.1.25 A solução deve avaliar se aquela foto tem qualidade suficiente para ser comparada com outra, em uma escala definida pelo fabricante;
- 15.1.26 **Deteção de Vivacidade do Reconhecimento Facial (Live Face Detection, LVFD)**
- 15.1.26.1 O fabricante deverá entregar Solução LVFD própria ou de terceiros que permitam averiguar a presença genuína de uma pessoa frente da CFRF.
- 15.1.26.2 A Solução LVFD deverá apresentar relatório emitido por entidade terceira isenta (como laboratório reconhecido e certificado, laboratório governamental e similares) que atende a norma ISO 30.107.
- 15.1.26.3 O LVFD deverá fazer uso dos recursos das duas câmeras, conforme julgar necessário, em separado ou em conjunto, incluindo uso dos LEDs para avaliar a presença genuína de um usuário, desde que:
 - 15.1.26.3.1 Deverá utilizar sistema multiespectral de imagem, que utiliza múltiplos comprimentos de onda de luz para análise da vivacidade.

- 15.1.26.3.2 A solução já tenha sido empregada em produção em outro canal ou meio, seja celular, quiosque, outros.
- 15.1.26.4 A solução deve ser capaz de diferenciar um rosto humano real de uma representação da pessoa em uma foto, vídeo mesmo de alta resolução ou máscara preparada com propósito de burlar a identidade.
- 15.1.26.5 O fabricante deverá incluir serviço de calibração, evolução e convolução dos algoritmos de LVFD, em especial de Inteligência artificial, durante 36 meses considerando, no mínimo, 2 upgrades que devem apresentar avanço da acurácia do sistema.
- 15.1.26.6 Caixa, conforme sua conveniência pode dispensar um upgrade caso o desempenho seja considerado adequado a sua operação e em nível igual ou maior que a solução de impressão digital
- 15.1.26.7 A Caixa poderá, conforme sua política de segurança, proteção à privacidade e legislação vigente, dentro exclusivamente de seus ambientes, permitir o estudo para evolução dos algoritmos
- 15.1.26.8 Um upgrade só será aceito se apresentar avanço reconhecível de acurácia.
- 15.1.26.9 Um upgrade só será aceito se for aplicável à todo o parque de kits instalados.
- 15.1.26.10 Será facultado ao fabricante apresentar proposta de alternativa de solução, desde que cumpra todas as exigências do edital e demonstre o avanço de acurácia
- 15.1.27 **Criptografia e Segurança das Imagens**
- 15.1.27.1 A CFRF deve fazer o processamento biométrico da face, tais como captura e comparação, dentro de um perímetro seguro e criptografado
- 15.1.27.2 A CFRF terá as funções de proteger contra cópia da imagem da face, gerar e criptografar um template biométrico de face e a capacidade de gerar desafio e comparar a resposta, inclusive utilizando número aleatório e criptograma, além de verificar a validade de assinatura digital de resposta de autenticação positiva.
- 15.1.27.3 A CFRF terá função de proteção contra cópia da imagem da face garantindo que apenas a CPU e/ou os sistemas CAIXA tenham acesso a imagem capturada.
- 15.1.27.4 O mecanismo de criptografia da CFRF deve incluir funcionalidades com uso de algoritmos criptográficos utilizados nos LBID, mantendo também a segurança no processo de carga de chaves e atualizações remotas.
- 15.1.27.5 A CFRF deve ter mecanismo de proteção para evitar que a criptografia, uma vez habilitada, seja desabilitada em produção sem que o pedido tenha sido realizado pela CAIXA.

- 16 CONDIÇÕES GERAIS E DOCUMENTAÇÃO DO LEITOR BIOMÉTRICO E DA CÂMERA FOTOGRÁFICA DE REGISTRO DA FACE (LBID E CFRF)**
- 16.1 A execução das funcionalidades biométricas oferecidas na solução (tais como extração de templates, comparação de templates, etc) poderão ser executadas tanto em servidor da CAIXA ou no ATMR ou mesmo no dispositivo (quando aplicável), conforme conveniência da CAIXA, desde que esteja em perímetro seguro, com criptografia definida pela CAIXA, para evitar ataques de man-in-the-middle durante todo o processo de captura e comparação biométrica;
- 16.2 A execução das funcionalidades biométricas oferecidas na solução (tais como extração de templates, comparação de templates, etc) poderão ser executadas tanto em servidor da CAIXA ou mesmo no dispositivo (quando aplicável), conforme conveniência da CAIXA
- 16.3 Todos os softwares e APIs para funcionamento dos dispositivos, fornecidos para integração com sistemas/aplicações CAIXA, devem ser fornecidos sem limite de licenças de uso ou instalação.
- 16.4 As licenças, se aplicável, devem ser dimensionadas para o volume de transações geradas.
- 16.5 As licenças fornecidas não podem ter limite, trava ou restrição de uso.
- 16.6 Os componentes devem ser entregues em pacote de instalação automática, sem necessidade de comandos.
- 16.7 As API de integração com drivers dos dispositivos devem ter seu código-fonte cedido para a CAIXA sem nenhum custo adicional.
- 16.8 Durante o período da garantia, alteração na solução (camada para comunicação dos hardwares com a aplicação, API, drivers, carga de chaves criptográficas, algoritmos de criptografia), seja por solicitação da CAIXA ou não, deverá ocorrer sem ônus para a CAIXA.
- 16.9 Durante o período da garantia, alteração na solução (Camada para comunicação dos hardwares com a aplicação, API, drivers, chaves de criptografia, algoritmos de criptografia), seja por solicitação da CAIXA ou não, deverá ocorrer sem ônus para a CAIXA.
- 16.10 Os pacotes devem obedecer a um versionamento gradativo para controle da CAIXA.

- 16.11 Cada unidade de LBID e CFRF deverá ser acompanhada de licenças de todos os componentes necessários para o bom funcionamento nos equipamentos da CAIXA, dentre os quais devem estar: driver, BSP, API, JNI e outros recursos que forem necessários para o bom funcionamento dos dispositivos nos equipamentos da CAIXA.
- 16.12 Os templates biométricos das impressões digitais e também da face, bem como outros dados necessários para a transação e autenticação biométrica deverão ser gerados no formato binário, inteiro ou convertidos para hexadecimal ou base64, antes da criptografia, se for o caso de criptografia, conforme escolha e definição da CAIXA.
- 16.13 A solução deverá enviar para o sistema da CAIXA um código numérico que informe qual é o fabricante, número de série e o modelo da LBID E CFRF.
- 16.14 A cada entrega de LBID e CFRF que for realizada o fornecedor deverá enviar para a CAIXA um arquivo de texto contendo em cada linha o número descrito no item anterior dos equipamentos fornecidos.
- 16.15 Após o aceite da entrega pela CAIXA, em conformidade com todas as exigências deste Termo de Referência, deve ser entregue pelo fornecedor, em meio digital, todos os componentes que fazem parte da solução de acordo com a forma de empacotamento definida pela CAIXA.
- 16.16 A CONTRATADA deverá enviar à CAIXA documento de especificação da arquitetura do LBID e CFRF, indicando as características internas e o fluxo de dados, tais como os relacionados aos:
- 16.16.1 Informações relacionadas a captura biométrica do usuário.
- 16.16.2 Dispositivo de manipulação das informações biométricas e imagens do usuário.
- 16.16.3 Dispositivo de cifragem das informações biométricas e imagens do usuário.
- 16.16.4 Explicação conceitual/fundamentação do método de detecção de vivacidade para o LBID e o CFRF.
- 16.16.5 Devem ser informados nos dispositivos, obrigatoriamente, o fabricante, a marca e modelo do LBID e CFRF ofertados, bem como previsão da data de fim de fabricação dos modelos dos produtos ofertados.
- 16.16.6 Dispositivo de manipulação das informações biométricas do usuário;
- 16.16.7 Dispositivo de cifragem das informações biométricas do usuário;

- 16.16.8 Explicação conceitual/fundamentação do método de detecção de vivacidade no caso LBID;
- 16.16.9 Devem ser informados nos dispositivos, obrigatoriamente, o fabricante, a marca e modelo do LBID e CFRF ofertados, bem como previsão da data de fim de fabricação dos modelos dos produtos ofertados.
- 16.16.10 Dispositivo de manipulação das informações biométricas do usuário;
- 16.16.11 Dispositivo de cifragem das informações biométricas do usuário;
- 17 PAINEL DO OPERADOR – PAINOP**
- 17.1 Possuir miniteclado com, no mínimo, 23 teclas funcionais conforme leiaute de painel do operador, compatível com PC/AT, conexão USB, fixado internamente de forma ergonômica na parte superior traseira, totalmente compatível com o equipamento cotado;
- 17.1.1 Como alternativa o fornecedor poderá fornecer uma solução com LCD entre “7 a 10” gráfico, com touchscreen de projeção capacitiva, com a capacidade de emular o teclado.
- 17.2 Permitir o acesso às funcionalidades somente por meio de autenticação de usuário e senha;
- 17.3 Possuir display LCD de, no mínimo, 8 (oito) linhas por 40 (quarenta) colunas;
- 17.4 Possuir leitor de smart card para autenticação do operador;
- 17.5 Possuir leitor de cartão de tarja/trilha para autenticação do operador;
- 17.6 Possuir leitor biométrico tipo fingerprint com as seguintes características:
 - 17.6.1 Possuir Tecnologia Ótica ou capacitiva.
 - 17.6.2 Possuir resolução de, no mínimo, 500 dpi @ 8 bits.
 - 17.6.3 Possuir capacidade comparação via modo Match-on-Server.
 - 17.6.4 Possuir compatibilidade com as normas ISO 19794-2 e ANSI 378.
 - 17.6.5 Possuir algum tipo de mecanismo de LFD (live finger detection).
 - 17.6.6 Possuir registro de algoritmo no MINEX <https://www.nist.gov/itl/iad/image-group/minex-iii-compliant-submissions>.
 - 17.6.7 Possuir certificação PIV.
 - 17.6.8 Possuir Interface USB.

- 17.7 Deverá permitir a alteração dos "scan codes" das teclas através de software (drivers) a critério da CAIXA, sem custos adicionais;
- 17.8 Deverá ser instalado na forma de janela ou fixados de forma harmônica, na porta traseira do gabinete superior;
- 17.9 Possuir sistema de abertura eletrônico mediante código de acesso com geração de log de auditoria;
- 17.10 A operação deverá ser realizada somente por usuários cadastrados e autorizados em sistema de gerenciamento do PAINOP;
- 17.11 A autenticação do operador no equipamento deverá ocorrer por senha e biometria.
- 17.12 A autenticação de usuário e senha, assim como tratamento de cadastro de usuários e geração de logs, serão implementados pela aplicação da CAIXA.
- 17.12.1 A CONTRATADA deverá repassar a API com as informações capturadas (senha criptografada e template biométrico) para a aplicação, assim como gerar o registro dos eventos de acionamentos dos respectivos drivers.

LCD									
A			1	2	3		I	E	
B			4	5	6		J	F	
C			7	8	9		K	G	
D			CANC	0	ENT			H	

Figura 6 – Leiaute do painel do operador

M	Q	U	Y	[.
N	R	V	Z	,	;
O	S	W	`	-	
P	T	X]		=

Figura 7 – Correspondência visual com respectivo código ASCII da tecla

18 FLICKERS OU LEDs INDICATIVOS

- 18.1 Padrão: Possui difusor com lente frontal, representando a visualização de 5 (cinco) a 10 (dez) LED horizontais;

- 18.2 Dimensões: Comprimento visível entre 20mm e 50 mm e largura entre 5mm e 10 mm;
- 18.3 Cores: verde ou amarelo, no mínimo;
- 18.4 Outras configurações de FLICKERS ou LEDs INDICATIVOS poderão ser aceitas desde que tais configurações não afetem significativamente o leiaute, estética ou aparência física do terminal, podendo ser aceitos à critério da CAIXA.
- 18.5 Sua instalação deve dar-se acima ou ao lado do bocal de cada dispositivo para interação com o cliente (impressora de recibos, módulo reciclador). A seu critério a CAIXA poderá solicitar ajustes no posicionamento dos flickers em relação aos dispositivos;
- 18.6 A comunicação desses dispositivos deverá ser controlada pelo firmware do equipamento;
- 18.7 Deverão ser acionados juntamente com o dispositivo ao qual estão vinculados, facilitando a identificação e interação pelo cliente.

19. MONITOR

- 19.1 Monitor de LCD colorido com tecnologia LED ou superior com razão de aspecto 4:3 de matriz ativa com no mínimo, 15 polegadas;
- 19.2 Possuir no mínimo de 15 polegadas de diagonal visível;
- 19.3 Possuir resolução SVGA ou superior de, no mínimo, 1024x768 pontos no modo gráfico, com 16,2 milhões de cores;
- 19.4 Com Pixel Pitch de no máximo 0,297 mm;
- 19.5 Brilho com, no mínimo, 350 cd/m²; Contraste de, no mínimo, 800:1;
- 19.6 Alcançar resolução, não-entrelaçada de, no mínimo, 1024x768x32bitsx75Hz;
- 19.7 Tempo de resposta máximo: 08ms.
- 19.8 Botão liga/desliga de fácil acesso para manutenção;
- 19.9 Possuir cabo lógico com conector compatível com a controladora de vídeo cotada;
- 19.10 Possuir filtro de tela antirreflexivo que permita a privacidade do usuário, em visualização horizontal com ângulo superior a 30º (trinta graus) do centro para cada uma das laterais;
- 19.11 Possuir proteção antivandalismo em vidro ou policarbonato rígido;
- 19.12 Consumo de energia de, no máximo, 35W;
- 19.13 Possuir, no mínimo, as certificações UL ou IEC 60950, FCC Classe B, CE, IEC 60950-1, CISPR 22, CISPR 24 e IEC 61000.

20. RECURSO DE TOUCHSCREEN (Tela sensível ao toque)

- 20.1 Tecnologia PCAP (capacitiva projetada)

- 12.1 Sensor capacitivo projetado, multitoque, com tela de vidro temperado;
- 20.2 Dimensões compatíveis com o monitor ofertado;
- 20.3 Permitir ativação por meio de toque do dedo;
- 20.4 Utilizar tecnologia touchscreen capacitiva projetada (PCAP);
- 20.5 Possuir resolução mínima de 4096x4096;
- 20.6 Possuir força de ativação igual ou menor que 85g;
- 20.7 Espessura do vidro de, no mínimo, 3 mm;
- 20.8 Possuir precisão de acionamento igual ou menor que 2,1 mm;
- 20.9 Permitir transmissão de luz mínima de 85%;
- 20.10 Suportar umidade relativa do ar de 90%;
- 20.11 Possuir tratamento antiestético, antirreflexo e antibrilho;
- 20.12 Possuir resistência a riscos, poeira, gordura, vandalismos e ataque químico de solventes evitando danos ao funcionamento e calibração;
- 20.13 Possuir índice de dureza mínimo de 6,5Mohs;
- 20.14 Possuir vida útil mínima de 50 milhões de toques no mesmo ponto e sem falhas;
- 20.15 Deverá possuir declaração do fabricante atestando o cumprimento dessa exigência;
- 20.16 Possuir resistência a agentes químicos que não tenham capacidade corrosiva sobre vidro comum;

21. SOLUÇÃO DE MONITORAÇÃO COM ENTINTAMENTO

21.1 Principais requerimentos

- 21.1.1 Gravação de no mínimo 2.000 eventos com data, hora, minuto e segundo, com identificação de todos os eventos.
- 21.1.2 Dissuadir ataques físicos aos terminais de autoatendimento (ATMR) pela inutilização do numerário por entintamento ativo, permitindo a posterior identificação deste como pertencente à CAIXA.
- 21.1.3 Deverá possuir sistema de entintamento ativo, em todos os cassetes dispensadores de cédulas, inclusive no cassete de depósito/rejeição.
 - 21.1.3.1 Para o cassete de rejeição, exclusivamente, será permitida a utilização de sistema de entintamento passivo.
- 21.1.4 Em caso de acionamento indevido do entintamento, o ATMR deverá parar de funcionar e gerar um evento;
- 21.1.5 Caso o disparo indevido ocorra em um cassete superior e a tinta possa entintar as notas dos cassetes inferiores, então o sistema deverá identificar essa possibilidade,

gerar os alertas necessários para o monitoramento e desativar o ATMR, para que não sejam dispensadas cédulas com tinta para clientes.

21.2 FLEXIBILIDADE:

- 21.2.1 O sistema de entintamento ativo deve ser perfeitamente ajustável à quantidade de cassetes do dispensador de notas: de 1 a 5 cassetes para ATMR.
- 21.2.2 Deverá possuir sistema de entintamento ativo, em todos os cassetes dispensadores de cédulas em todos os cassetes recicladores cédulas e cassetes de depósito/rejeição de cédulas para o modelo ATMR;
- 21.2.3 A controladora do sistema de entintamento ativo deve vir preparada para gerenciar todos os cassetes.
- 21.2.4 O sistema de entintamento ativo não deve reduzir a capacidade de armazenamento dos cassetes.

21.3 ACIONAMENTO:

- 21.3.1 Ser acionando automaticamente em caso de tentativas de abertura não autorizadas mediante:
- 21.3.2 Explosão (explosivos ou gás explosivo) – acionamento imediato;
- 21.3.3 Variação abrupta de temperatura – acionamento quando a variação de temperatura for no mínimo a 6°C (graus Celsius) em 1 minuto.
- 21.3.4 Impacto – acionamento quando a duração do ataque for igual ou superior a 5 minutos com intervalos inferiores a 30 segundos;
- 21.3.5 Inclinação – o acionamento deverá ocorrer quando a inclinação for igual ou superior a 15°.
- 21.3.6 Arrombamento do dispensador de notas – o disparo será feito de forma imediata pela combinação dos sensores da matriz de decisão;
- 21.3.7 O tempo de acionamento do sistema de entintamento ativo não deve ser superior a 5 milissegundos.
- 21.3.8 O sistema deverá possibilitar que o acionamento do entintamento ativo seja configurável tanto para o acionamento por um sensor isoladamente ou pela combinação de sensores, configuração essa que será implementada com a participação do fornecedor e da filial de segurança física da Caixa.

21.4 SEGURANÇA:

- 21.4.1 Deverá possuir reservatório de tinta de segurança que seja suficiente para entintar todas as cédulas existentes dentro do cassete, cobrindo no mínimo 98% das notas em cada cassete.

- 21.4.2 Em até 5 minutos após o entintamento ativo cada nota deve ser coberta de tinta numa superfície não inferior a 20%.
- 21.4.3 O sistema de comunicação entre os gaveteiros e a placa de controle principal deve possuir tecnologia criptografada.
- 21.4.4 Assegurar o reconhecimento da legitimidade das cédulas, de forma inequívoca, mediante tinta com marca genética ou marcador químico exclusivo do banco.

21.5 INFORMAÇÕES:

- 21.5.1 O equipamento deve fornecer informação do estado do mesmo (acionamento e estado geral do dispositivo), para acesso em forma local ou remota utilizando a rede de dados da Caixa.
- 21.5.2 O sistema utilizado deve permitir a identificação de abertura/fechamento das gavetas e manter tal informação no log do sistema para extração local, assim como permitir extração remota dos logs via a rede de dados da Caixa.

21.6 CONFIABILIDADE:

- 21.6.1 O índice de acionamentos falsos não deve ser superior a 3%, devendo apresentar atestados de tal índice emitido por entidades bancárias ou declaração do fabricante do dispositivo a ser entregue junto com a amostra.
- 21.6.2 O dispositivo de entintamento ativo dos cassetes deverá possuir mecanismos de proteção que evitem acidentes com a operação dos cassetes, bem como não poderá disparar em caso de pequenos impactos, decorrentes, por exemplo de uma queda acidental, transporte, manutenção e abastecimento.
- 21.6.3 A Caixa poderá efetuar teste de queda acidental, tomando como referência, uma queda do cassete de uma altura de 110 (cento e dez) centímetros;
- 21.6.4 O sistema de entintamento ativo somente deverá permitir a abertura do cassete com o sistema desativado, a fim de evitar disparos indevidos durante o abastecimento.

21.7 TINTA DE SEGURANÇA:

- 21.7.1 A tinta a ser utilizada deverá ser fornecida por empresas especializadas em tintas de impressão de cédulas;
- 21.7.2 Deverá apresentar eficiência à ação de agentes físicos e químico tais como solventes orgânicos, água, ácidos, bases, agentes oxidantes, agentes combinados e agentes comerciais em relação à mancha resultante da impregnação de tinta, ao papel moeda e à impressão de cédula;
- 21.7.3 A classificação de resistência quanto à ação de agentes físico e químico que possam suprimir ou reduzir a evidência do dano será conforme o quadro abaixo:

A – Ação sobre a mancha	A1 – não ocorre atenuação da tinta, ou seja, ela continua com alta densidade óptica e não permite visualizar grafismos da cédula sob a mancha.
	A2 – ocorre atenuação fraca da tinta, ou seja, ela continua com alta densidade óptica, mas é possível decifrar alguns grafismos da cédula sob a mancha.
	A3 – ocorre atenuação da tinta, mas ela está claramente visível na superfície da cédula. Entretanto podem-se visualizar os grafismos da cédula sob a mancha.
	A4 – ocorre atenuação alta da tinta (o que permanece dela é uma nevoa) ou esta desaparece.
B – Ação sobre o papel da cédula	B1 – deterioração substancial do papel da cédula.
	B2 – deterioração média do papel da cédula.
	B3 – pouca ou nenhuma deterioração do papel da cédula.
C – Ação sobre a impressão da cédula	C1 – restituição ruim das cores.
	C2 – restituição boa das cores.
	C3 – restituição perfeita das cores.

21.7.4 Será considerada eficiente a tinta que apresentar para os agentes físicos e químicos a seguinte classificação:

21.7.4.1 Em relação à mancha: A1 ou A2 ou A3;

21.7.4.2 Em relação ao papel da cédula: B1 ou B2;

21.7.4.3 Em relação à impressão da cédula: C1.

21.7.4.4 Deverá apresentar coloração vermelha;

21.7.4.5 Possuir alto poder de penetração em papel-moeda.

21.7.4.6 Não ser prejudicial à saúde (tóxico ou corrosivo) de quem manuseia e opera o equipamento, com atestado de alguma instituição com reconhecimento público nacional ou internacional a ser entregue com a amostra.

21.7.4.7 Em caso de descarte não contaminar o meio ambiente.

21.7.4.8 Deverá ser aderente à normativa ROHS ou REACH.

- 21.7.4.9 Deverá apresentar certificação de instituição com reconhecimento público e ilibada reputação, garantindo a eficiência da tinta utilizada no dispositivo antifurto para a neutralização de cédulas, conforme classificação:
- 21.7.4.9.1 Em relação à mancha: A1 ou A2 ou A3;
- 21.7.4.9.2 Em relação ao papel da cédula: B1 ou B2;
- 21.7.4.9.3 Em relação à impressão da cédula: C1.
- 21.7.4.10 A tinta utilizada deve possuir na sua composição código de identidade química (DNA) ou marcador químico exclusivo para a CAIXA, que permita a rastreabilidade e identificação inequívoca do numerário, não admitindo a utilização de tintas com o mesmo DNA já utilizado por outras entidades bancárias.
- 21.7.4.11 O código genético ou marcador químico da tinta deve ser possível de diferenciar tanto no Brasil, quanto no exterior. Sendo única tanto na provisão inicial, quanto na reposição das gavetas, mediante apresentação de garantia e certificado do produtor.
- 21.7.5 Quando for realizada a manutenção preventiva da máquina deverá ser feita a homogeneização da tinta.

22. SISTEMA DE SENSORES

- 22.1 Sísmico: 01 (um) conjunto de sensores. Visa a detecção de ataques do tipo explosivo, de ferramentas de pressão hidráulica, martelos, furadeiras de percussão, brocas de diamante, cortadores de disco, lanças térmicas, maçaricos de corte, lança de oxigênio e laser de corte. Será aceito o modelo Senstec GM530, ou tecnicamente equivalente. Atentar para os seguintes detalhes de instalação:
- 22.2 Localizar a caixa dos sensores internamente ao cofre, sendo: um (1) na lateral direita, um (1) na lateral esquerda, um (1) na face contrária às portas, totalizando três (3) sensores sísmicos;
- 22.3 Não deverá ser pintado ou aplicado qualquer material entre as áreas de contato do aço e o captador sensorial, que afete o correto funcionamento do sensor.
- 22.4 Uma vez instalada a caixa de sensor, proteger o perímetro de contato com o aço para evitar oxidação.
- 22.5 Abertura: visa à detecção de fechadura em aberto da porta do cofre e da porta do gabinete superior:
- 22.6 No interior: 01 (um) na porta do cofre e 01 (um) em cada fechadura existente no cofre;

- 22.7 Na parte superior do gabinete: 01 (um) sensor independente em cada porta de abertura 01(um) na fechadura da porta direita do gabinete e 1 no painel frontal, caso não seja fixo;
- 22.8 Nível: 01 (um) sensor. Visa à detecção de desnivelamento durante uma tentativa de remoção.
- 22.9 Violação do leitor híbrido: 01 (um) sensor. Visa à detecção de presença ou não do leitor híbrido, ou seja, detecção da retirada do leitor híbrido de cartões.
- 22.9.1 Como alternativa ao sensor o fornecedor poderá ofertar solução para detecção da presença ou não do leitor híbrido, ou seja, detecção da retirada do leitor híbrido de cartões, garantindo o mesmo resultado.
- 22.10 Sobreposição do leitor híbrido, monitor e teclado (antiskimming): sensoramento que permita identificar a instalação, sobre os periféricos acima descritos, de qualquer artefato, evitando assim a função de captura das informações do cartão (skimming), o dispositivo deve ter inteligência aplicada de forma a permitir ajustes por meio de firmware, a exemplo de sensibilidade e tempo de detecção, evitando detecções falsas, como a proximidade do usuário, umidade, luminosidade sob a leitora, etc.
- 22.10.1 Como alternativa, mantida a solução de antiskimming de teclado e monitor, deverá ser fornecido solução de antiskimming do leitor híbrido capaz de identificar, por meio de inteligência embarcada e sensoramento, a presença de artefatos estranhos ou suspeitos acoplados ao leitor de cartões e, uma vez detectada tal condição, deve impedir automaticamente a inserção de novos cartões e a captura de dados, como forma de proteção contra skimming. O dispositivo deve permitir ajustes de parâmetros operacionais via firmware, como sensibilidade e tempo de detecção, de forma a minimizar falsos positivos causados por fatores como proximidade do usuário, variações de umidade, luminosidade ou outras interferências ambientais.
- 22.11 O sistema antiskimming deverá ainda possuir as seguintes características:
- 22.11.1 Possuir sistema auxiliar de contingência que garanta, na ausência de alimentação de energia, o funcionamento do módulo principal e dos sensores por um período mínimo de 15 horas ininterruptas, exceto para solução de antiskimming exclusivo do leitor híbrido enquadrada no item 22.10.1, a qual o sistema deverá garantir que a abertura

da leitora de cartões permaneça fechada com o ATMR desligado, bloqueando a inserção de cartões enquanto estiver nesse estado.

- 22.11.2 Identificar acoplamento de objeto espúrio ao leitor de cartões e região de fronteira;
- 22.11.3 Identificar acoplamento de objeto espúrio ao monitor e região de fronteira;
- 22.11.4 Identificar acoplamento de objeto espúrio ao teclado e região de fronteira;
- 22.11.5 Tomar, de forma automática, uma ação preventiva em resposta a detecção do objeto espúrio, a qual deverá ser: desligamento do ATMR ou desativação de sinal de vídeo e teclado, de acordo com as necessidades da CAIXA;
- 22.11.6 Permitir que os tempos de ativação e desativação sejam parametrizáveis remotamente;
- 22.12 Os tempos para acionamento do antiskimming devem vir de fábrica com o padrão abaixo, ou outro que a CAIXA defina na solicitação do equipamento:
 - 22.12.1 Sensor de Sobreposição do leitor Híbrido: após 40 (quarenta) segundos de obstrução;
 - 22.12.2 Sensor de Sobreposição do monitor: após 75 (setenta e cinco) segundos de obstrução;
 - 22.12.3 Sensor de Sobreposição do teclado: após 75 (setenta e cinco) segundos de obstrução;
 - 22.12.4 Retorno do ATMR para operação depois de retirado o skimming: 01(um) minuto.
- 22.13 Permitir a reativação do ATMR no modo automático.
- 22.14 Possuir log de eventos com registro da ocorrência, data e horário respectivos, código do evento e sua descrição, armazenado em memória não volátil;
- 22.15 Possuir sistema de proteção aos dados armazenados em memória não volátil baseado em criptografia 3DES ou AES;
- 22.16 Permitir a leitura remota (local) do log de eventos;
- 22.17 A solução antiskimming deverá possuir mecanismos de proteção contra ataques diretos aos sensores e módulo de gerenciamento (quando houver). Em caso de violação destes dispositivos o equipamento deverá ser desabilitado conforme informado acima;
- 22.18 Os cabos de comunicação da solução antiskimming eventualmente utilizados deverão estar protegidos contra ataques físicos por compartimentos apropriados;

- 22.19 Monitoramento do módulo reciclador: O módulo reciclador deverá possuir sensores para:
- 22.19.1 Cassetes desposicionados, ausentes ou mal encaixados, com indicação sonora e/ou visual da presença dos cassetes de cédulas e rejeição;
- 22.19.2 O sensor deverá ainda evitar falso positivo para presença de cédulas;
- 22.19.3 Detecção de cédulas duplas e fora de especificação (dimensão e espessura), auto-ajustável;
- 22.19.4 Ausência de cédulas;
- 22.19.5 Quantidade mínima de cédulas, ou seja, quase fim;
- 22.19.6 Detectar cassete cheio, de forma que o aplicativo possa recusar novos depósitos;
- 22.19.7 Cassete quase cheio.
- 22.19.8 Detectar shutter aberto;

22.20 CARACTERÍSTICAS GERAIS:

- 22.20.1 Todos os sensores estarão integrados à CPU, através da interface de alarmes.
- 22.20.2 A ativação/desativação dos sensores sísmicos e de nível deverá ocorrer exclusivamente via software, através da API especificamente desenvolvida para esse propósito, valendo a última configuração na hipótese de o terminal ser desligado da rede elétrica.

23. INTERFACE DE ALARMES PROGRAMÁVEL E PARAMETRIZÁVEL:

- 23.1 Deverá atender às seguintes funções e características:
- 23.1.1 Localizada dentro do cofre, o mais próximo possível da CPU, para conexão dos sensores;
- 23.1.2 Receberá os sinais dos sensores, gerando, para a CPU do equipamento, alerta individual de cada sensor para monitoração remota e acionamento da sirene local;
- 23.1.3 Nos casos de acionamento dos sinais relativos aos sensores, a interface também enviará um sinal para a central de monitoramento;
- 23.1.4 Em caso de corte de energia elétrica do equipamento, a interface deverá enviar um sinal para a central de monitoramento;
- 23.1.5 Uma entrada para leitura do estado do sensor sísmico;

- 23.1.6 Uma entrada para leitura do estado do sensor de abertura da porta do cofre;
- 23.1.7 Uma entrada para leitura do estado do sensor de abertura da porta traseira do gabinete superior e tampo frontal;
- 23.1.8 Uma entrada para leitura do estado do sensor identificador de desconexão da leitora de cartão;
- 23.1.9 Uma entrada para leitura do estado do sensor identificador de sobreposição da leitora de cartão;
- 23.1.10 Uma entrada para leitura do estado do sensor no segredo do cofre, para cada fechadura instalada;
- 23.1.11 Uma entrada para leitura do estado do sensor de nível;
- 23.1.12 Uma entrada de reserva;
- 23.1.13 Saída para ligação de sirene (pré-disposição);
- 23.2 A interface deverá estar conectada à CPU, via USB, e receber a configuração do número do terminal, via software, capaz de reter essa informação, em memória não volátil, passando esse dado para a central de monitoramento;
- 23.3 As comunicações seriais acima deverão ter isoladores elétricos com acoplamento óptico ou outra tecnologia alternativa desde que garanta a proteção contra mau funcionamento gerado por ruídos elétricos, diferença de potencial no aterramento e outras interferências eletromagnéticas.
- 23.4 Saída para alimentação de sensores e sirene: 12 V (+/- 10%);
- 23.5 Saída de sinal elétrico para abertura da porta do gabinete superior;
- 23.6 Saída de sinal elétrico para bloqueio/ativação da fechadura eletrônica

24. CENTRAL DE OPERAÇÕES

- 24.1 Deverá ser dotada de aplicação (Software) com função de cadastramento e gerenciamento das fechaduras, cadastramento de usuários, registros (Log) de aberturas e recurso de geração de senhas dinâmicas de aberturas à distância (stand alone);
- 24.2 Deverá apresentar ainda as seguintes características:
 - 24.2.1 Ter capacidade de cadastramento e gerenciamento de, no mínimo, 40 (quarenta) mil fechaduras;

- 24.2.2 Ter característica de multiusuário - a aplicação deverá processar em rede, com banco de dados centralizado;
- 24.2.3 Deter recurso de segurança que não permita a utilização/duplicação da base de dados em locais distintos, evitando a clonagem da instalação e consequente risco de fraude na geração das senhas dinâmicas;
- 24.2.4 Permitir, no mínimo, quatro níveis hierárquicos de usuários, com funções específicas. Quais sejam: Gerencial, Supervisão, Operador da Central e Operador do Terminal (Ex. preposto da transportadora);
- 24.2.5 Não deverão ser limitados a prazos os direitos e recursos físicos e lógicos de utilização, quantidade de cópias ou número de usuários: as necessidades poderão ser definidas livremente pela CAIXA. Estas condições deverão fazer parte da Licença de Uso formalizada pelo fornecedor;
- 24.3 A aplicação (Software) não deverá ser dependente de dispositivos de hardware, além dos existentes na arquitetura PC, a exemplo de “hardlock”, que limitem a sua utilização e ou migração para novas bases operacionais.

25 MICROCOMPUTADOR (Unidade Principal)

25.1 Geral

- 25.1.1 Microcomputador com processador com tecnologia “Multicore” compatível com arquitetura X64, de 64 Bits, com unidade de disco rígido e com interface de rede local.
- 25.1.2 Microcomputador com processador compatível com a arquitetura X64 utilizando tecnologia 64 Bits, mínimo 08 (cores), e com frequência turbo 4.4 GHz ou superior, com no mínimo 16,0 GB de memória RAM DDR4, com unidade de estado sólido (SSD) formato M.2 de capacidade mínima, de 1TB. (um terabyte).

25.2 GABINETE

- 25.2.1 Com fonte de alimentação compatível com o gabinete e placa-mãe cotados, com potência suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, discos rígidos, memória RAM e demais periféricos);
- 25.2.2 A fonte poderá ser externa ao gabinete, porém deverá estar localizada na parte interior do cofre.
- 25.2.3 Deverá possuir fonte interna ou externa com uma das certificações conforme abaixo:

- 25.2.3.1 Certificação 80 PLUS na categoria Gold ou superior, devendo estar relacionada no sítio de internet do órgão certificador (<http://www.80plus.org/>) na categoria solicitada, fazendo-se constar nome do fabricante e modelo da fonte ofertada.
- 25.2.3.2 Certificação EPA Energy Star ou laudo emitido pelo IPT, INMETRO ou outro laboratório /órgão acreditado e reconhecido por este, atestando a eficiência energética do equipamento é de, no mínimo 80%.
- 25.2.4 OBS: A certificações acima citadas deverão ser entregues juntamente com a amostra.
- 25.2.5 Possuir sistema de refrigeração forçada, adequada ao perfeito funcionamento de todos os dispositivos internos, cujos ventiladores / coolers devem ser alimentados pela placa principal, e monitorados pela BIOS. O fluxo do ar interno ao gabinete deve obedecer às orientações do fabricante do microprocessador;
- 25.2.6 Não possuir cantos vivos, arestas e/ou bordas cortantes (interna ou externa).
- 25.2.7 Todas as conexões para periféricos externos devem ser localizadas no painel traseiro do gabinete, com exceção das conexões USB que serão admitidas também no painel frontal;
- 25.2.8 A conexão de qualquer dispositivo via porta USB só poderá ser realizada por portas internas no equipamento ATMR e inacessíveis externamente;
- 25.2.9 Possuir LED de indicação de energizado, em posição facilmente visível quando da abertura do cofre;
- 25.2.10 O Gabinete deverá ser instalado dentro do cofre, 50mm (mínimo) distantes do fundo do mesmo, em sistema de trilhos deslizantes ou sistema equivalente para facilitar a manutenção e o acesso aos cabos e conexões, compatível com o peso e dimensões do microcomputador. Deverá ser localizado em posição funcional e ergonômica, que permita ser puxado, garantindo completo e irrestrito acesso para manutenção.
- 25.3 **PROCESSADOR E MEMÓRIA**
- 25.3.1 Processador com arquitetura X64 utilizando tecnologia de 64bits com no mínimo, 08 (oito) cores, e com frequência turbo 4.4 GHz ou superior.
- 25.3.2 Possuir mínimo, de 12 Threads.
- 25.3.3 Não será aceito processador descontinuado.
- 25.3.4 Não será aceito processador com data de lançamento anterior a janeiro de 2023.
- 25.3.5 Possuir capacidade total de CACHE de, no mínimo, de 12 MB;
- 25.3.6 Suporte a AES (Advanced Encryption Standard – Padrão de criptografia);

- 25.3.7 Suporte a instruções de virtualização na CPU e de I/O em conjunto com o chipset;
- 25.3.8 Possuir FAN Intelligent System ou tecnologia similar, que possibilite alta dispersão térmica e seja auxiliado por ventilação forçada do gabinete para garantir a vida útil do processador bem como dissipador de alta dispersão calórica, implementados de acordo com as recomendações do fabricante do processador;
- 25.3.9 O FAN deverá permitir gerenciamento através da BIOS da máquina ou automaticamente pelo ACPI, desde que comprovado tecnicamente e documentalmente na entrega da amostra de homologação.
- 25.3.10 MEMÓRIA SDRAM DDR-4 ou superior, com capacidade mínima de 16,0 Gigabytes, instalado em módulo único e compatível com o barramento da placa principal.
- 25.3.11 Possuir velocidade de barramento de, no mínimo, 3.200 MHz.
- 25.3.12 Deve ser compatível com a frequência de barramento da placa principal e do processador;
- 25.3.13 Os testes de desempenho deverão ser realizados pelos softwares BAPCo SYSMARK 30 ou PCMARK 10.
- 25.3.14 Deverá atingir, no mínimo, 1.900 (um mil e novecentos) pontos, para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSMARK 30 no cenário geral, conforme definido no Item 25.5 SYSMARK 30 e subitens ou obter índice de desempenho igual ou superior a 3.900 (três mil e novecentos)-pontos, medido pelo software PC Mark 10 no cenário geral. Obedecendo as seguintes condições referente ao software PCMARK 10, conforme definido no item 25.4 PC MARK10 e subitens.
- 25.4 CONFIGURAÇÃO PARA O PCMARK10**
- 25.4.1 Padrão de instalação e configuração para os testes de benchmark. A obtenção do resultado deverá, obrigatoriamente, seguir os passos abaixo relacionados:
- 25.4.2 Instalar e atualizar o PC-Mark 10.
- 25.4.3 Executar o PC-Mark 10 nas opções padrão. Repetir a execução por 3 vezes.
- 25.4.4 O índice a ser considerado é o "GERAL". A média das 3 execuções deste resultado deverá ser maior ou igual ao apontado na especificação técnica.
- 25.4.5 Instalar o Windows 10 profissional 64 bits na versão Português (Brasil), com uma única partição NTFS, ocupando o espaço máximo disponível.

- 25.4.6 OBS: deve ser instalado, obedecendo às opções padrões oferecidas pela instalação, sem customizações ou adequações.
- 25.4.7 Formatar o disco rígido com uma única partição NTFS, ocupando todo o espaço do disco em uma única partição.
- 25.4.8 A resolução da tela deve estar configurada para a resolução recomendada, com profundidade de cores padrão e frequência máxima de atualização suportada pelo equipamento.
- 25.4.9 Definir brilho máximo do monitor.
- 25.4.10 Definir tipo de plano de energia como "High Performance" (Alto desempenho).
- 25.4.11 Instalar as versões mais atualizadas dos drivers dos dispositivos (chipset, disco, vídeo, etc) fornecidos e garantidos pelo fabricante voltado para o ambiente corporativo (não permitindo drivers para jogos ou drivers com restrição legal para execução, por exemplo, "overclock" ou outro recurso que pode causar dano para o sistema).
- 25.4.12 Não será permitido o uso de qualquer matriz de instalação bem como modificações na instalação do Windows.
- 25.4.13 Definir tipo de plano de energia como "High Performance" (Alto desempenho).
- 25.4.14 Desabilitar Proteção de tela.
- 25.4.15 Desabilitar as mensagens de alertas.
- 25.4.16 Desabilitar relatórios de erros do Windows.
- 25.4.17 Desabilitar Barra Lateral do Windows/gadgets.
- 25.4.18 Desabilitar pop-ups do Windows.
- 25.4.19 Desabilitar recebimento de conexões da área de trabalho remota.
- 25.4.20 Desabilitar tempo limite de disco rígido.
- 25.4.21 Desabilitar as opções de suspender e hibernar.
- 25.4.22 Desabilitar o Windows Update.
- 25.4.23 Desabilitar Firewall do Windows.
- 25.4.24 Desabilitar proxies de rede.
- 25.4.25 Desconectar o cabo de rede e reiniciar o equipamento.

- 25.4.26 Fechar outros programas, incluindo aqueles que podem estar em execução em segundo plano.
- 25.4.27 O índice a ser considerado é o “GERAL”. Este resultado deverá ser maior ou igual ao apontado na especificação técnica.
- 25.4.28 Os resultados gerado pelo software deverá ser impresso e entregue anexado à proposta.
- 25.4.29 A empresa vencedora deverá entregar 01 (uma) licença em regime de comodato do software PCMark 10 ou SYSMARK 30 e 01 (uma) licença do Windows 10 professional 64 bits à CAIXA.
- 25.5 **SYSMARK 30**
- 25.5.1 Obter índice de desempenho igual ou superior a 1.900 (um mil e novecentos) pontos, medido pelo software Sysmark 30, cenário geral obtido através de média aritmética de, no mínimo, três iterações, desprezando-se a parte fracionária obedecendo as seguintes condições:
- 25.5.2 Possuir no mínimo 16 (dezesesseis) Gigabytes, de memória física, conforme exigência do edital para capacidade de Memória RAM.
- 25.5.3 Instalar e atualizar o Windows 10 professional 64 bits na versão Inglês (Estados Unidos) ou Português (Brasil), com uma única partição NTFS, com a partição ocupando o espaço máximo disponível. O usuário criado deve ter a senha em branco.
- 25.5.4 Instalar as versões mais atualizadas dos drivers dos dispositivos (chipset, disco, vídeo, etc) fornecidos e garantidos pelo fabricante voltado para o ambiente corporativo (não sendo permitidos drivers para jogos ou drivers com restrição legal para execução, por exemplo, “overclock” ou outro recurso que pode causar dano para o sistema).
- 25.5.5 Verificar se todos os dispositivos estão corretamente instalados no gerenciador de dispositivos.
- 25.5.6 A resolução da tela deve estar configurada para a resolução recomendada, com profundidade de cores padrão e frequência máxima de atualização suportada pelo equipamento.
- 25.5.7 Alterar memória virtual para o dobro da memória física (Ex: memória física de 16192 Megabytes => virtual de 32384 Megabytes).
- 25.5.8 Instalar e atualizar o Sysmark 30.

- 25.5.9 Executar o Sysmark30 nas opções padrão, com 3 iterações e desmarcando a opção “Condicionamento do Sistema” (Conditioning Running).
- 25.5.10 O resultado gerado pelo software deverá ser impresso e entregue anexado à proposta.
- 25.5.11 O índice a ser considerado é o “GERAL”. Este resultado deverá ser maior ou igual ao apontado na especificação técnica.
- 25.5.12 A empresa vencedora deverá entregar 01 (uma) licença em regime de comodato do software Sysmark 30 ou PCMARK 10 e 01 (uma) licença do Windows 10 professional64 bits à CAIXA.
- 25.5.13 O processador fornecido deverá atender, além do valor do índice de desempenho especificado, todos os demais itens descritos na especificação técnica.
- 25.6 CONTROLADORA DE DISCOS**
- 25.6.1 Padrão: NVMe, M.2 ou superior
- 25.6.2 Capacidade: Com pelo menos 01 portas M.2;
- 25.7 PLACA PRINCIPAL**
- 25.7.1 Placa principal com arquitetura BTX, ATX, ITX, UCFF e suas variações, com, no mínimo, 1 soquete para o processador cotado;
- 25.7.2 Não será aceito placa mãe com processador e memória soldados.
- 25.7.3 Atender ao padrão DMI versão 2.0 de gerenciamento, ou superior;
- 25.7.4 Possuir número de série registrado na BIOS que possa ser lido remotamente por meio de comandos DMI 2.0 ou superior;
- 25.7.5 Suportar WAKE-UP ON-LAN, possibilitando que o microcomputador seja ligado remotamente (via rede local);
- 25.7.6 Com recursos de redução de consumo de energia (APM, EPA ou padrão tecnologicamente similar e superior);
- 25.7.7 Possuir, no mínimo, 2 (dois) slots para memória do tipo SDRAM DDR4 ou superior, que permita expansão para, no mínimo, 32 Gigabytes;
- 25.7.8 Com, no mínimo, 01 (um) slot livre efetivamente utilizável, padrão PCI Express ou mini PCI Express ou M.2 (excluindo-se os slots já utilizados);
- 25.7.9 Capacidade de monitoramento do hardware (temperatura, tensão, CPU cooler, etc);

- 25.7.10 Compatível com ACPI 2.0c (Advanced Configuration and Power Interface);
- 25.7.11 Possuir chip TPM (Trusted Platform Module) compatível com a versão 2.0 ou superior, especificada pelo TCG (Trusted Computing Group). Deverá ser fornecido software que permita a implementação desta função. Não serão aceitos qualquer tipo de adaptador acoplado para atender o item TPM.
- 25.8 BIOS OU UEFI**
- 25.8.1 Tipo “flash memory” E2PROM ou tecnologia superior, atualizável por software;
- 25.8.2 Possuir senhas de Setup, configurável;
- 25.8.3 Senha de acesso ativada e desativada via setup;
- 25.8.4 Capacidade de proteção da memória flash contra gravação, realizada por intermédio da desativação de opção por software;
- 25.8.5 O BIOS deverá possuir, no mínimo, 02 campos de 17 caracteres ou mais disponíveis para a gravação de número de série ou Número Universal (número de bem) e número e ano do pregão;
- 25.8.6 O BIOS deverá vir de fábrica gravado com o número de série (sem hífen e dígito verificador) e no campo AssetTag o número e ano do pregão (xxxx xxxx) complementado com o número de patrimônio fornecido pela CAIXA na plaqueta de patrimônio a ser afixada na parte externa do equipamento.
- 25.8.7 Bloquear (desabilitação permanente) da função de boot de sistema pelas portas USB (retirada esta opção da árvore do menu da BIOS/UEFI).
- 25.8.7.1 Conforme consta no item 25.8.7, deverá ser mantida a função de desabilitação da função de boot via portas USB Bloquear (desabilitação permanente) da função de boot de sistema pelas portas USB (retirada esta opção da árvore do menu da BIOS/UEFI). Esta é uma medida de segurança impede que qualquer pessoa inicialize o sistema do ATMR por meio de dispositivos externos, como pendrives ou HDs portáteis. Isso evita que softwares não autorizados sejam carregados antes do sistema operacional legítimo, protegendo o terminal contra invasões, adulterações e execução de códigos maliciosos.
- 25.8.8 Remover possibilidade de qualquer atalho (teclas de atalho, como por exemplo F12) que direcione automaticamente para seleção de dispositivos “bootáveis”, evitando assim desvios de acessos não autorizados ao setup;

- 25.8.9 BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.
- 25.8.10 BIOS em português ou inglês, desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager).
- 25.8.11 Suporte a “Plug and Play”, ACPI última versão (Advanced Configuration and Power Interface) e SMBIOS (System Management BIOS).
- 25.8.12 Capacidade de proteção da memória flash contra gravação, realizada por intermédio da desativação de opção por software em configuração no setup do BIOS.
- 25.8.13 Possuir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador e outra para os recursos de administração do BIOS (Power On e Setup respectivamente).
- 25.8.14 Suportar o recurso PXE (Pre-boot Execution Environment) e WOL (Wake on LAN).
- 25.8.15 Todo suporte a BIOS quando necessário deverá ser dado pelo fabricante do equipamento. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas. As atualizações ou downgrade, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante.

25.9 INTERFACES BÁSICAS

- 25.9.1 Interface on-board pelo menos 01 porta M.2 que possibilite a conexão de um dispositivo;
- 25.9.2 No mínimo, uma porta HDMI padrão.
- 25.9.3 Com, no mínimo, uma porta USB TIPO A (Universal Serial Bus) 3.0 ou superior, livre, após conexão de todos os periféricos contemplados na solução.
- 25.9.4 A solução deverá conter no mínimo, 4 (quatro) portas USB TIPO A, 3.0 ou superior. As demais portas USB TIPO A, deverão ser 2.0 ou superior.

25.10 INTERFACE DE REDE

- 25.10.1 Com LED de monitoração de link ativo e tráfego de dados;
- 25.10.2 Suportar velocidades de transmissão Plug & play, FastEthernet ou superior para comunicação a 100/1000 Mbps, com autonegociação e chaveamento automático entre os modos de operação Half/Full Duplex;

- 25.10.3 Possuir uma interface LAN com as características abaixo:
- 25.10.4 Interface padrão Gigabit-Ethernet, com conector no formato RJ-45;
- 25.10.5 Suporte a configuração automática de velocidade da interface (autosense);
- 25.10.6 Permitir comunicação em modo full-duplex;
- 25.10.7 Compatível com, no mínimo, o protocolo TCP/IP;
- 25.10.8 A interface deverá permitir diagnóstico de funcionamento de seus componentes e suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.
- 25.10.9 Com conector RJ 45;
- 25.10.10 Disponibilizar a MIB II (Management Information Base II);
- 25.10.11 Possuir suporte, no mínimo, aos protocolos TCP/IP (Transport Control Protocol/Internet Protocol) e NETBIOS;
- 25.10.12 Possuir suporte a gerenciamento padrão SNMP (Simple Network Management Protocol);
- 25.10.13 Possuir suporte a Wake-Up on LAN;
- 25.10.14 Auto-configurável (Plug-and-Play);
- 25.10.15 Possuir chipset da Intel®, 3com® ou BroadCom®, ou tecnologia equivalente.

25.11 INTERFACE DE SOM

- 25.11.1 Interface de áudio padrão PCI, sendo permitido on-board;
- 25.11.2 Com conexão de saída para caixas acústicas amplificadas, e duas conexões de entrada, sendo uma para linha e outra para microfone;
- 25.11.3 Será aceito apenas um conector de entrada compartilhado (entrada de linha e microfone), desde que atendam todas as necessidades da solução de Auto Atendimento.
- 25.11.4 Com capacidade full-duplex para gravação e reprodução simultâneas de sons;
- 25.11.5 Suporte para Microsoft DirectSound, DirectSound 3D e tecnologias de áudio derivadas;
- 25.11.6 Suporte a 16/20/24 bits em formato PCM;

25.12 DISCO RÍGIDO

- 25.12.1 Disco Rígido com tecnologia SSD;
- 25.12.2 Com interface NVMe, M.2 ou superior, compatível com a controladora cotada;
- 25.12.3 Capacidade líquida de, no mínimo, 1 TB (um terabyte).
- 25.12.4 Interface PCIe Gen 3.0 ou superior
- 25.12.5 Possuir taxa de leitura sequencial, no mínimo, 3.400 MB/s.
- 25.12.6 Possuir taxa escrita sequencial, no mínimo, 2.100 MB/s.
- 25.12.7 Possuir MTBF de, no mínimo, 2.000.000 (dois milhões) horas.
- 25.12.8 Não serão aceitos os discos fixados (parafusados ou colados) na fonte de alimentação e distância da fonte de alimentação igual ou inferior a 2cm.

26 SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ININTERRUPTA – UPS (NO-BREAK)

26.1 *O ATMR aqui entendido como sistema, deve garantir a segurança dos usuários, atendendo, no que for pertinente, à NBR 5410, especialmente no correto aterramento do equipamento e partes metálicas.*

26.2 CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DA UPS:

- 26.2.1 POTÊNCIA: até 1400VA – caso o equipamento, devido às características técnicas de fabricação, necessite de potência acima da definida, será obrigação do fornecedor adequar a potência do sistema de energia ininterrupta, de forma a atender ao funcionamento tanto do equipamento como da tomada (70W) que deve ser disponibilizada para o ativo de rede. O sistema de alimentação de energia ininterrupta deve ainda suportar possíveis picos de corrente da carga.
- 26.2.2 O sistema de alimentação de energia ininterrupta deverá suportar picos de corrente da carga, de até 25A/127V e 12,5A/220V por até 600ms e possuir fator de potência de 0,8 ou superior;
- 26.2.3 Possuir suporte a Auto Partida, ou seja, caso o nobreak desligue devido a alguma anomalia (fim de bateria, sobrecarga, etc), quando a rede elétrica retornar às condições de uso, o no-break realizará a checagem das condições de rede e voltará a alimentar suas cargas, sem que seja necessário acionar botão no próprio dispositivo.
- 26.2.4 Obs.: a tomada dimensionada para o ativo de rede não terá picos de potência superiores a 70W.
- 26.3 **CARACTERÍSTICAS GERAIS:**
 - 26.3.1 O UPS deve operar nas seguintes condições ambientais:
 - 26.3.1.1 Umidade: até 95 %;

- 26.3.1.2 Temperatura de operação: 5°C a 40°C;
- 26.3.1.3 nRuído emitido pelo UPS: até 60 dB a 1 metro de distância;
- 26.3.1.4 Grau de proteção mínimo (IP): 21 se for externo ao gabinete ou 20 se for interno ao gabinete, conforme norma técnica NBR IEC 60529.
- 26.3.2 Deverá possuir sinalização por LED para no mínimo:
 - 26.3.2.1 Rede presente;
 - 26.3.2.2 Bateria / inversor.
- 26.3.3 Não deverá possuir aviso sonoro;
- 26.3.4 Possuir cabo que garanta interface de comunicação do UPS com o equipamento e a aplicação;
- 26.3.5 O cabo de comunicação deverá ter comprimento compatível com a conexão interna no equipamento e, no mínimo, 30 centímetros.
- 26.3.6 Cabo
 - 26.3.6.1 Deverá possuir cabo de alimentação de energia com comprimento de, no mínimo, 3,0 metros para fora do gabinete do ATMR.
- 26.3.7 Devem ser fornecidos todos os cabos necessários à correta instalação e configuração dos equipamentos.
- 26.3.8 O equipamento deve possuir cabo de força compatível com o atual padrão, normatizado pela NBR 14136 e NBR 5410.
- 26.3.9 O UPS deve estar localizado em compartimento interno ao ATMR obrigatoriamente.
- 26.4 ***CARACTERÍSTICAS DE ENTRADA:***
 - 26.4.1 Faixa de operação de tensão: de 95V a 138V e de 198V a 245V, com seleção automática de tensão;
 - 26.4.2 Frequência: 60Hz (+/- 3%);
 - 26.4.3 Distorção harmônica (THDi): <6% para carga linear; (somente para modelos ON LINE);
 - 26.4.4 Possuir proteção contra sobretensão, subtensão e distúrbios da rede;
 - 26.4.5 Possuir tecnologia ON LINE ou LINE INTERACTIVE, conforme definição estabelecida na norma ABNT NBR 15014.

26.4.6 Caso a tecnologia ofertada seja LINE INTERACTIVE, deverá possuir circuito estabilizador mesmo quando o UPS estiver em “stand by”, ou seja, quando a rede da concessionária estiver presente.

26.4.7 Possuir tempo de comutação inferior a 8,0 ms.

26.5 CARACTERÍSTICAS DE SAÍDA:

26.5.1 Faixa de operação de tensão: 120V (+/- 5%);

26.5.2 Frequência: 60Hz (+ /- 2%);

26.5.3 Distorção harmônica: <=5% para carga linear;

26.5.4 Rendimento: ≥ 87%, com potência nominal de saída, bateria completamente carregada e rede presente;

26.5.5 Possuir dispositivo contra curto-circuito;

26.5.6 Forma de onda senoidal em todas as formas de operação;

26.5.7 Regulação estática de +/- 5%.

26.6 AUTONOMIA

26.6.1 Autonomia: mínima de 10 minutos a plena carga do ATMR acrescida de 70W.

26.6.1.1 A solução fornecida deve atender integralmente à especificação técnica definida no item 26.6.1 deste edital. autonomia mínima de 10 minutos, sob plena carga do ATMR acrescida de 70W, garantindo assim tempo suficiente para a conclusão de todas as transações financeiras em andamento. Além disso, contemplando eventuais situações de travamento da aplicação, assegurando a continuidade dos processos sem prejuízos operacionais. Portanto, somente serão aceitas soluções de UPS que garantam, no mínimo, 10 minutos de autonomia em caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

26.7 BATERIA(s)

26.7.1 Tipo: selada do tipo VRLA -Valve Regulated Lead Acid Batteries;

26.7.2 Possuir sistema de proteção contra descarga total da bateria;

26.7.3 A UPS deve, em caso de falta de energia, permitir a finalização da transação financeira em curso no ATMR e em seguida efetuar o adequado desligamento do equipamento de autoatendimento, por meio de software integrado ao sistema operacional.

- 26.7.4 A UPS deve possuir laudo do INMETRO, IPT, empresa ou outro órgão acreditado pelo INMETRO, atestando a conformidade do produto ofertado com todas as exigências técnicas definidas neste documento.
- 27 **MÓDULO DIGITALIZADOR DE CHEQUES (Item eventual)**
- 27.1 Deve permitir a digitalização de cheques de todos os bancos participantes da COMPE Nacional.
- 27.2 Localização: no compartimento intermediário ao lado do validador do mecanismo reciclador ou no compartimento superior ao lado da impressora de recibos.
- 27.3 Resolução de digitalização de pelo menos de 200 dpi.
- 27.4 Formato de arquivo de saída: TIFF, JPEG e BMP.
- 27.5 Profundidade de bits da saída em tons de cinza: 8 bits.
- 27.6 Modo de operação: 01 (um) cheque por operação.
- 27.7 Posição de inserção dos cheques: horizontal com o anverso para cima e a banda magnética voltada para o lado esquerdo. A aplicação apresentará imagem/animação, com orientação para usuário com a posição correta de inserção do cheque no bocal.
- 27.8 Tração: deve possuir sistema de tracionamento com força motriz suficiente para recolher ou devolver, adequadamente, cheques, nas condições comuns de uso, incluindo documentos desgastados, com “lombadas”, pequenas dobras, amassados ou enrugados.
- 27.9 Velocidade de digitalização: menor que 03 (três) segundos.
- 27.10 Velocidade de transporte/tracionamento: no mínimo 120 mm/s.
- 27.11 O mecanismo garantirá a movimentação dos cheques até sua completa inserção no cassete ou devolução ao depositante.
- 27.12 Devolução do cheque: o mecanismo permitirá a devolução do cheque ao depositante durante a operação, por controle da aplicação.
- 27.13 Bocal de entrada dos cheques: a abertura no painel possuirá guia em formato de funil, para facilitar a inserção e alinhamento do cheque. A solução apresentada possuirá abertura mínima e se adaptar ao cofre, sem interferir no painel do equipamento.
- 27.14 Etiqueta de entrada de cheques: confeccionada em policarbonato texturizado (face porosa e fosca), com impressão serigráfica blindada (aplicada no verso, com tinta vinílica) de alta resistência, autoadesivas, espessura de 0,25 mm, e sinalizações táteis com medidas aproximadas de 15 mm x 15 mm, localizadas no centro da etiqueta.
- 27.15 Etiquetas dos cassetes/compartimentos de armazenamento de cheques: confeccionadas em policarbonato de cristal texturizado, autoadesivo, com espessura

de 0,25 mm, acrescido do nome e logomarca da CAIXA junto às denominações “Cheques Compe” e “Cheques Custódia”.

- 27.16 Leitor de caracteres magnéticos: deve possuir leitor de dados impressos com toner magnético, MICR (Magnetic Ink Character Recognition), no padrão CMC-7 (ISO 1004).
- 27.17 Padrão de imagem: atenderá aos padrões de imagem digitalizada especificados em decretos e resoluções do Banco Central do Brasil (por exemplo a Resolução BACEN 4.474 e circular BACEN 3.789).
- 27.18 Sensores: possuirá sensores de:
 - 27.18.1 Controle de folha dupla.
 - 27.18.2 Presença de cheque no mecanismo;
 - 27.18.3 Cassete cheio, implementado através de sensores tipo “boia de caixa d’água”, ou tecnologia funcionalmente equivalente, de forma a garantir a efetividade da detecção de limite de capacidade do cassete.
- 27.19 Segurança: O mecanismo será robusto para impedir a retirada espúria, através do bocal de entrada, de cheques recebidos.
- 27.20 O mecanismo estará perfeitamente alinhado com o bocal do painel do terminal, evitando desvios ou enrosocos na entrada ou saída do cheque.
- 27.21 Movimentação: instalado em sistema de trilhos deslizantes permitindo ao módulo movimentar-se para fora do cofre, garantindo completo e irrestrito acesso para manutenção e o acesso aos locais de provável enrosco de cheques, compatível com o peso do mecanismo e do (s) cassete (s) com sua capacidade plena.
- 27.22 Possuirá sistema de travamento que impeça o deslocamento involuntário do mecanismo e ser dotado de puxador localizado em posição funcional e ergonômica.
- 27.23 Possuirá dois compartimentos para armazenamento de cheques (fixos ou removíveis), confeccionados material resistente e de alta durabilidade, sem pontas ou partes cortantes que possam causar acidentes aos operadores, bem como sem componentes ou emendas que possam comprometer a livre movimentação e acomodação dos cheques no seu interior.
- 27.24 Capacidade de armazenamento de cheques: compartimento para cheques Compe deverá possuir capacidade para, no mínimo, 100 cheques e o compartimento para cheques Custodiados deverá possuir capacidade para, no mínimo, 30 cheques.
- 27.25 O projeto do mecanismo digitalizador de cheques, bem como sua integração ao ATMR será avaliado pela CAIXA, que poderá solicitar modificações durante o período de homologação do equipamento.

- 27.26 Direitos e patentes: a LICITANTE se responsabiliza por quaisquer questões relativas a direitos e patentes de todas as soluções e dispositivos que compõem o equipamento, isentando a CAIXA de toda e qualquer responsabilidade sobre o assunto.
- 27.27 A API deverá prover funções, no mínimo, para obtenção da posição do cheque, estado do dispositivo, ativação e cancelamento da transação de inserção do cheque, devolução de cheques, depósito de cheques, obtenção do CMC-7, obtenção das imagens escaneadas, escaneamento do cheque e recuperação do dispositivo.
- 27.28 Software de empacotamento Padrão FEBRABAN, que garanta a captura das imagens de forma a atender os atributos de qualidade exigidos no Manual de Especificações Técnicas da COMPE, versão 2020.02.

28 SOFTWARE DE SINTETIZAÇÃO DE VOZ

28.1 Geral

28.1.1 Deverá ser fornecido um software de Voz Humana Sintetizada com as características abaixo:

28.1.1.1 O software de voz humana sintetizada deverá ser capaz de converter números, nomes, endereços, valores monetários ou qualquer outro texto da língua portuguesa em fala humana sintetizada de alta qualidade. O uso do software deverá conferir flexibilidade aos sistemas, permitindo alterar mensagens e disponibilizar facilmente informações dinâmicas, sem que se precise recorrer a novas gravações em estúdio. Sua utilização deverá possibilitar a disponibilização de informações em terminais bancários de autoatendimento (ATMR), em call centers e em sistemas embarcados (embedded systems), com agilidade e qualidade;

28.1.1.2 Integrado a outros aplicativos, o software deverá permitir ampla gama de customizações, adequando-se com facilidade às necessidades específicas da CAIXA. Sua utilização servirá para o desenvolvimento de aplicações que envolvam síntese de fala humana para informações que devam ser vocalizadas de forma dinâmica, de forma a reduzir os custos de desenvolvimento, aumentando a taxa de automação e possibilitando a redução de custos operacionais;

28.2 Características funcionais

28.2.1 Gerar fala humana sintetizada em tempo real;

28.2.2 Trabalhar em ambientes single-thread e multi-thread;

28.2.3 Permitir o tratamento diferenciado de siglas, abreviações e outros termos específicos, de acordo com o contexto em que venham ocorrer;

- 28.2.4 Permitir customizações para as necessidades específicas da CAIXA;
- 28.2.5 Permitir o uso de uma voz humana sintetizada característica da CAIXA;
- 28.2.6 Permitir modificações na árvore de diálogo sem necessidade de gravações adicionais;
- 28.2.7 Permitir configuração de logs de execução e logs para acesso remoto.

28.3 *Características Técnicas*

- 28.3.1 O software de voz humana sintetizada deverá ser organizado em biblioteca de ligação dinâmica (dll) com funções para a conversão de texto em fala. Esta biblioteca deverá disponibilizar funções que recebam arquivos ou strings de texto e gerem sinais de fala, em arquivos ou em memória;
- 28.3.2 Possuir opcionalmente interface MRCP (Media Resource Control Protocol) para a disponibilização de streams de áudio em tempo real;
- 28.3.3 O sinal de fala deverá ser disponibilizado em diversos formatos, entre os quais: PCM linear (8 ou 16 kHz, 8 ou 16 bits/amostra, com ou sem cabeçalho WAV), Codificação Logarítmica lei-A ou lei-μ (8 ou 16 kHz, 8 bits/amostra, com ou sem cabeçalho WAV), Dialogic ADPCM (8 kHz, 4 bits/amostra);
- 28.3.4 O software deverá permitir a integração a qualquer tipo de aplicação, independentemente da linguagem de programação utilizada;
- 28.3.5 Plataformas de execução: Windows IoT Enterprise LTSC 64 Bits, na versão mais recente em português brasileiro, e, Linux Debian 12 64 bits e versões superiores.
- 28.3.6 Atender às configurações de hardware constantes nesta especificação técnica.

28.4 *Serviços Associados*

- 28.4.1 Com o intuito de melhor adequar o software de voz humana sintetizada às necessidades específicas da CAIXA, o fornecedor deverá oferecer serviços de customização do produto e todo o suporte necessário à tarefa de integração;
- 28.4.2 Deverão ser oferecidos também serviços de instalação, configuração, suporte técnico e atualizações de versões, conforme especificações e condições estabelecidas.
- 28.4.3 O software deverá ter voz disponível para o uso sem que isso implique custo adicional pela CAIXA;
- 28.4.4 Os Direitos Autorais da voz do locutor deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA;

- 28.4.5 Deverá ser possível a criação de uma voz específica com a voz de locutor que a CAIXA venha optar. Nesse caso, o direito autoral do locutor e demais gastos com estúdio serão de responsabilidade da CAIXA.

29 SOFTWARE

29.1 Básico:

- 29.1.1 Todos os equipamentos e componentes deverão possuir compatibilidade operacional, no mínimo, com as distribuições do Windows IoT Enterprise LTSC 64 Bits, na versão mais recente em português brasileiro, e Linux Debian 12 64 bits e versões superiores, comprovado por declaração do licitante ou fabricante registrada em cartório.
- 29.1.2 Deverão ser desenvolvidas pelo fornecedor as APIs que servirão de interface entre o aplicativo da CAIXA e todos os componentes do equipamento. As APIs deverão funcionar adequadamente com todos os dispositivos do equipamento, não podendo, em momento algum travar, ativar processos externos ou gerar qualquer outro tipo de anomalia. A performance do equipamento não poderá ser afetada pelo uso das APIs. As APIs fornecidas serão de propriedade da CAIXA, para uso exclusivo em seus terminais;
- 29.1.3 Padrões CEN XFS, versão CWA 14050:2000 e superiores, preferencialmente a última versão das CWA's publicadas em <https://www.cen.eu/>, nas plataformas 64 bits. Caso o fornecedor não possua a camada de API/Driver totalmente aderente ao padrão CEN XFS, solicitada para entrega juntamente com a amostra do equipamento, deverá se comprometer, através de carta à CAIXA, a fazer as devidas adequações no prazo máximo definido pela CAIXA nos respectivos anexos.
- 29.1.4 Padrões CEN J/XFS versão CWA 13937:2000/kernel 2.1.3.b e superiores, preferencialmente a última versão das CWA's publicadas em <https://www.cen.eu/> nas plataformas 64 bits. Caso o fornecedor não possua a camada de API/Driver totalmente aderente ao padrão CEN J/XFS deverá se comprometer, através de carta à CAIXA, a fazer as devidas adequações no prazo máximo definido pela CAIXA nos respectivos anexos.
- 29.1.5 Caso a versão definida da documentação CEN XFS e CEN J/XFS não contemplem determinado dispositivo de hardware do equipamento, o fornecedor utilizará como referência, implementação e entrega da API e driver à CAIXA, a especificação da documentação da versão superior, do próprio padrão de documentação, ou permanecendo a ausência da especificação nas versões superiores do próprio

padrão, a referência, implementação e entrega da API e driver à CAIXA, baseada na especificação da documentação na versão do CEN XFS e CEN J/XFS que atendam a necessidade.

- 29.1.6 O código-fonte e a documentação do aplicativo de automação bancária da CAIXA serão entregues à CONTRATADA sempre que necessário para propiciar o desenvolvimento das APIs para funcionamento do aplicativo no equipamento, observando-se, nesse caso, o disposto nas Cláusulas Segunda e Décima Terceira do contrato;
- 29.1.7 Todos os drivers e APIs passarão a ser propriedade da CAIXA. Para tanto a CONTRATADA deverá entregar à CAIXA o código fonte e a documentação “Manual de Interface de Software” das camadas de driver: CEN XFS e CEN J/XFS da camada API de acesso ao hardware além do termo de transferência de direitos de propriedade intelectual.
- 29.1.8 A CONTRATADA deve fornecer, sem ônus adicionais, as APIs, bibliotecas e documentação necessária para que a CAIXA possa adequar seu sistema para uso de todas as funcionalidades dos dispositivos.

30. OUTROS REQUISITOS

- 30.1 O equipamento deve possuir dispositivo para ajuste de volume, para, quando conectado fone de ouvido, permitir sua adequação às condições do ambiente e às necessidades do usuário;
- 30.2 Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA, a partir de solicitação da CAIXA, deverá entregar a versão mais atual de todos os drivers/APIs utilizados pelos equipamentos e periféricos nos padrões CEN XFS e CEN J/XFS.
- 30.3 Deverão ser fornecidos drivers, APIs, firmwares, e demais componentes lógicos compatíveis com a arquitetura de 64 bits, software e manuais em português, correspondentes às interfaces instaladas no equipamento, de forma a permitir a perfeita configuração e interoperabilidade-da solução.
- 30.4 Os equipamentos deverão ser fornecidos com drivers e APIs para os sistemas operacionais Windows IoT Enterprise LTSC 64 Bits, na versão mais recente em português brasileiro e, Linux Debian 12 64 bits e versões superiores.
- 30.5 A CONTRATADA deve fornecer, sem ônus adicionais, firmwares, bibliotecas (inclusive Kernel EMVCo LOA L2), APIs e a documentação necessária para que a CAIXA possa

adequar seu sistema para uso de todas as funcionalidades dos componentes existentes nos equipamentos ATMR, em conformidade com as normas e padrões de mercado vigentes.

30.6 Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter atualizados todos os drivers, APIs, firmwares, e demais componentes lógicos que fazem parte do equipamento, sem ônus para a CAIXA, inclusive em caso de atualização de Sistema Operacional.

30.7 A CONTRATADA, a partir de solicitação da CAIXA, terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para realização de adequações relacionadas a drivers, APIs, firmwares, e demais componentes lógicos que fazem parte do equipamento.

30.8 Requisitos para homologação da amostra (hardware).

30.8.1 A CAIXA efetuará a conferência dos equipamentos e os avaliará em ambiente de laboratório e em condições normais de uso;

30.8.2 As amostras deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias corridos a partir da solicitação CAIXA.

30.8.3 A licitante vencedora deverá apresentar todas as declarações, certificações, laudos, comprovações técnicas, Manuais de Interface de Software, datasheets, folders e/ou manuais necessários à comprovação dos itens exigidos no Termo de Referência, na fase de homologação da amostra de forma a esclarecer de forma inequívoca que o equipamento e periféricos atendem ao Edital. A empresa que não apresentar toda a documentação, será desclassificada.

30.8.4 Para os laudos e certificações que exigem que a amostra validada seja fidedigna, será permitida a entrega das comprovações (laudos e certificações), em até 75 (setenta e cinco) dias após a entrega da amostra.

30.8.5 Para a homologação do hardware da amostra deverão ser disponibilizados aplicativos de teste para simular a utilização do equipamento e periféricos.

30.8.6 O teclado PIN deverá possuir chaves criptográficas pré-carregadas, de modo a permitir testes de obtenção de dados criptografados do teclado, bem como a troca remota de chaves.

30.8.7 Após os testes, aprovado ou não, o equipamento será devolvido ao licitante no estado em que se encontrar sem ônus adicional para a CAIXA;

- 30.8.8 A amostra deverá ser entregue com bobina para impressora de recibos.
- 30.8.9 Durante a homologação poderá ser solicitada a presença de técnico que deverá ocorrer sem ônus adicional para a CAIXA;
- 30.8.10 Deverá ser aferido o consumo do equipamento (com todos os seus módulos e componentes) em pleno funcionamento.
- 30.8.11 **IMPORTANTE:** Deverá ser entregue em até 75 (setenta e cinco) dias após a entrega da amostra um laudo emitido emitida pelo IPT, INMETRO ou outro laboratório/órgão acreditado e reconhecido por este, atestando que o consumo do equipamento atende ao disposto neste edital;
- 30.8.12 A CAIXA se reserva no direito de fazer aferição do consumo da máquina e compará-lo ao laudo entregue juntamente com a amostra.
- 30.8.13 A licitante deverá informar sobre quais condições foram realizados os testes de consumo do equipamento.
- 30.8.14 O equipamento em pleno funcionamento, inclusive com a impressora híbrida funcionando, não deve emitir ruído superior a 65 dB(A), de acordo com as recomendações da norma ABNT NBR10152;
- 30.8.15 Deverá ser entregue juntamente com a amostra do equipamento um laudo emitido pelo IPT, INMETRO ou outro laboratório/órgão credenciado e reconhecido por este, atestando que as propriedades acústicas do equipamento atendem ao disposto neste edital;
- 30.8.16 A CAIXA se reserva o direito de aferir o nível de emissão de ruído do equipamento;
- 30.8.17 A CAIXA se reserva no direito de fazer a pesagem do equipamento para verificar a conformidade com os limites previstos no edital;
- 30.8.18 A CAIXA se reserva no direito de fazer testes de abertura forçada sem que isso acarrete custo adicional.
- 30.8.19 O tempo médio, específico ao tempo de resposta do driver/API/Firmware/Hardware, das transações de saque deve ser inferior a 25 segundos.
- 30.8.20 Aferição dos tempos de respostas do driver/API/Firmware/Hardware:
- 30.8.21 Serão realizados testes com simulações de transações de saques de valores de R\$ 1.000,00, R\$ 500,00, R\$ 100,00, R\$ 20,00 e R\$ 28,00, sobre terminal de amostra

entregue em São Paulo, coleta e análise dos registros destas transações dos logs da aplicação do fabricante.

- 30.8.22 O fornecedor deverá disponibilizar um equipamento em seu ambiente ou em outro local que achar apropriado, sem ônus para CAIXA, bem como, providenciar todas as condições (de acordo com as necessidades e orientações da CAIXA) para realizar uma explosão (simulando as condições comuns aos ataques que a CAIXA sofre em seus equipamentos de autoatendimento) com objetivo de complementar a homologação dos itens relacionados ao cofre e sistema de entintamento.
- 30.8.23 Deverão ser entregues, ao final do contrato, as últimas versões de todos os drivers, APIs, firmwares, e demais componentes lógicos que fazem parte do equipamento, os quais passarão a ser de propriedade da CAIXA.
- 30.8.24 Para tanto a CONTRATADA deverá entregar à CAIXA um termo de compartilhamento de direitos de propriedade intelectual.
- 30.8.25 Todos os projetos referentes a qualquer parte do equipamento desenvolvidos pela empresa fornecedora ou de seus parceiros deverão ter seus direitos de uso transferidos para CAIXA.
- 30.8.26 Todos os itens elencados no ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DE AMOSTRAS deverão ser atendidos integralmente.
- 30.8.27 Todos os suprimentos ou componentes, passíveis de substituição por falha ou fim de vida útil, necessários pelo equipamento, deverão ter garantida sua comercialização pela contratada, no mínimo, durante 10 anos.

31. CERTIFICAÇÕES

- 31.1 O equipamento deverá possuir conformidade comprovada documentalmente com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances);
- 31.2 OBS: A comprovação deverá ser entregue juntamente com a amostra. A comprovação poderá ser efetuada através de declaração do próprio fabricante da unidade principal e seus componentes e entregue juntamente com a amostra.
- 31.2.1 O equipamento deverá possuir os selos de certificação:
- 31.2.1.1 Segurança Elétrica: FCC Classe B e CE ou outra equivalente emitida pelo, IPT, INMETRO ou órgão/laboratório reconhecido e acreditado por este.

- 31.2.1.2 Compatibilidade Eletromagnética: IEC 61000 ou CISPR24, ou outra equivalente emitida pelo, IPT, INMETRO ou órgão/laboratório reconhecido e acreditado por este.
- 31.2.1.3 Conformidade Elétrica do projeto do equipamento: UL 60950 ou IEC 60950 ou outra equivalente emitida pelo, IPT, INMETRO ou órgão/laboratório reconhecido e acreditado por este.
- 31.2.1.4 Sustentabilidade Ambiental: RoHS ou EPEAT Silver ou superior.
- 31.2.2 Observação: Será aceita a Portaria 304 em substituição as certificações que, por ela, já são comprovadas.

31.3 Acessibilidade

- 31.3.1 Deverá ser apresentado Relatório emitido por órgão detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo INMETRO juntamente com a amostra, atestando que o equipamento está em conformidade com a Norma ABNT NBR-15250 e, com a adição da informação do peso da máquina.

31.4 Painel Frontal

- 31.4.1 A CONTRATADA deverá entregar/apresentar a CAIXA, na entrega das amostras, laudo técnico emitido por organismo detentor de Certificado de acreditação concedido pelo Inmetro, comprovando: a composição química do termoplástico utilizado na injeção do painel (FTIR Espectrometria de Infravermelho - Análise Qualitativa de polímeros e aditivos - ASTM D 3677/00), a característica de inflamabilidade (ASTM D 635/06), a resistência à exposição UV (Ensaio de intemperismo Acelerado UV - ASTM G154/12) e a resistência ao impacto Izod (ASTM D 256/10).
 - 31.4.1.1 Deve-se utilizar a versão mais recente das normas citadas acima, as quais se aplicam a materiais plásticos.

ASTM D3677 de 2023
ASTM D635 de 2022
ASTM G154 de 2023
ASTM D256 de 2024
- 31.4.2 A CONTRATADA deverá apresentar à CAIXA, durante a avaliação de amostra, laudo técnico emitido por organismo detentor de Certificação de Acreditação concedido pelo Inmetro comprovando que o aço empregado na confecção da bandeja do ATMR atende a composição química apresentada na norma ABNT NBR 5601 Tipo 316.

31.4.3 A CONTRATADA deverá entregar/apresentar Laudos Técnicos (oriundos de entidades acreditadas pelo Inmetro ou reconhecidas por Organizações Metrológicas Regionais - com apresentação do certificado de reconhecimento de competência técnica - e que atendam comprovadamente aos requisitos descritos na Norma NBR ISO/IEC 17025:2005) da realização satisfatória dos ensaios previstos nas Normas Técnicas listadas abaixo, referentes à pintura aplicada nas superfícies termoplásticas, como requisitos mínimos de qualidade.

31.4.3.1 ABNT NBR 11003:2009 - Tintas/Determinação de Aderência. Parâmetro: grau máximo Gr 1 (X1/Y1).

31.4.3.2 ABNT NBR 10443:2008 - Tintas e vernizes/Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas (equivalente ASTM D1186-01). Parâmetro: mínimo 50/60 micrômetros filme seco.

31.4.3.3 ABNT NBR 15438 - Ensaio de resistência a solventes.

31.4.3.4 Caso as especificações do ANEXO I - (REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW), nos itens 31.4.3.1, 31.4.3.2 e 31.4.3.3, possuam partes metálicas, a norma se aplica e, nesse caso, deve-se utilizar a versão mais recente no caso das normas NBR 11.003/2023 e NBR 10.443/2023. Para a norma NBR 15438, essa deverá ser substituída pela versão atualizada da norma ASTM D5402/2024 (Standard Practice for Assessing the Solvent Resistance of Organic Coatings Using Solvent Rubs), conforme as recentes alterações mercadológicas. Caso não haja partes metálicas, deve-se desconsiderar as normas, por não serem aplicáveis.

31.5 Identificação Visual

31.5.1 A CONTRATADA deverá apresentar os Laudos Técnicos oriundos de entidades acreditadas pelo Inmetro ou reconhecidas por Organizações Metrológicas Regionais - com apresentação do certificado de reconhecimento de competência técnica - e que atendam comprovadamente aos requisitos descritos nas normas citadas no Item 4.16 e Subitens e Item 5.1.2.1 e Subitens.

31.6 Cofre

31.6.1 Junto com a entrega da amostra a licitante deverá apresentar laudo do INMETRO ou outro órgão acreditado que o material utilizado na fabricação obedece às características esperadas para a chapa ofertada.

- 31.6.2 Deverá possuir certificação UL 2058, Tipo 1, ou outra com resistência igual ou superior, desde que devidamente comprovada, cuja cópia deverá ser apresentada na amostra.
- 31.6.3 Em relação às características protetivas externas (chapas e paredes externas) do cofre, será admitida à licitante a apresentação de cofre que possua especificações alternativas às descritas no Termo de Referência.
- 31.6.3.1 A licitante deverá apresentar a certificação detalhada referente ao cofre ofertado, bem como declaração afirmando que estas características atendem ou superam as características dispostas no Termo de Referência.
- 31.7 **Leitor NFC:** É a tecnologia em cartões por aproximação que faz parte do seu Smartphone. A utilização mais comum da tecnologia NFC é fazer pagamentos fáceis e seguros.
 - 31.7.1 O dispositivo contactless deverá:
 - 31.7.1.1 Constar na lista vigente de leitores aprovados pela EMVCo Type Approval Contactless Level 1 e 2 (EMV 2.0 ou superior), a ser comprovado através de cópia do certificado.
 - 31.7.1.2 Possuir certificações PayWave (VISA), PayPass, TQM e TLOA (MASTERCARD) e ExpressPay (AMEX), DPAS (ELO).
 - 31.7.2 Os certificados referentes ao dispositivo contactless deverão ser entregues durante a fase de homologação das amostras.
- 31.8 **Leitor de Cartões Híbrido (MAGNÉTICOS/SMARTCARD)**
 - 31.8.1 **Smartcard:**
 - 31.8.1.1 Possuir certificações EMVCo LOA L1 Contact, PayPass, TQM Contact (MASTERCARD), que deverão ser apresentada na fase de avaliação de amostras.
- 31.9 **LEITORES BIOMÉTRICOS DE IMPRESSÃO DIGITAL**
 - 31.9.1 **Deteção de Vivacidade da Impressão Digital (LIVE FINGER DETECTION)**
 - 31.9.1.1 O dispositivo deverá apresentar relatório emitido por entidade terceira isenta (como laboratório reconhecido, laboratório governamental e similares) que atende a norma ISO 30.107.
- 31.10 **Monitor**
 - 31.10.1 Possuir, no mínimo, as certificações UL ou IEC 60950, FCC Classe B, CE, IEC 60950-1, CISPR 22, CISPR 24 e IEC 61000.

31.11 Recurso de Touchscreen (Tela sensível ao toque)

31.11.1 Possuir vida útil mínima de 50 milhões de toques no mesmo ponto e sem falhas.

31.11.1.1 Deverá possuir declaração do fabricante atestando o cumprimento dessa exigência.

31.12 Microcomputador (Unidade Principal)**31.12.1 Fonte**

31.12.1.1 Certificação 80 PLUS na categoria Gold ou superior, devendo estar relacionada no sítio de internet do órgão certificador (<http://www.80plus.org/>) na categoria solicitada, fazendo-se constar nome do fabricante e modelo da fonte ofertada.

31.12.1.2 Certificação EPA Energy Star ou laudo emitido pelo IPT, INMETRO ou outro laboratório /órgão acreditado e reconhecido por este, atestando a eficiência energética do equipamento é de, no mínimo 80%.

31.13 Sistema de Alimentação De Alimentação de Energia Ininterrupta – UPS (NO-BREAK)**31.13.1 Bateria(s)**

31.13.1.1 A UPS deve possuir laudo do INMETRO, IPT, empresa ou outro órgão acreditado pelo INMETRO, atestando a conformidade do produto ofertado com todas as exigências técnicas definidas neste documento, a ser apresentado junto com a amostra.

31.14 Requisitos para homologação da amostra (hardware).

31.14.1 A licitante vencedora deverá apresentar todas as declarações, certificações, laudos, comprovações técnicas, Manuais de Interface de Software, datasheets, folders e/ou manuais necessários à comprovação dos itens exigidos no Termo de Referência, na fase de homologação da amostra de forma a esclarecer de forma inequívoca que o equipamento e periféricos atendem ao Edital. A empresa que não apresentar toda a documentação, será desclassificada.

31.14.2 Para os laudos e certificações que exigem que a amostra validada seja fidedigna, será permitida a entrega das comprovações (laudos e certificações), em até 75 (setenta e cinco) dias após a entrega da amostra.

31.14.3 **IMPORTANTE:** Deverá ser entregue em até 75 (setenta e cinco) dias após a entrega da amostra um laudo emitido emitida pelo IPT, INMETRO ou outro laboratório/órgão

acreditado e reconhecido por este, atestando que o consumo do equipamento atende ao disposto neste edital.

- 31.14.4 **IMPORTANTE:** Deverá ser entregue juntamente com a amostra do equipamento um laudo emitido pelo IPT, INMETRO ou outro laboratório/órgão acreditado e reconhecido por este, atestando que as propriedades acústicas do equipamento atendem ao disposto neste edital.

32. ENGENHARIA REVERSA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 32.1 A CONTRATADA deverá declarar possuir condições operacionais de processar o(s) resíduo(s) industrial(ais) ou contratar empresa para descartar de forma adequada todos os componentes que contém o equipamento que serão substituídos nas dependências, de acordo com a Lei 12.305/2010.
- 32.2 Apresentação do Ticket de pesagem dos materiais, contendo os valores separados por material e disponibilizados para conferência;
- 32.2.1 Descaracterizar marcas ou quaisquer outros sinais distintivos da CAIXA;
- 32.2.2 Cumprir todos os requisitos da legislação ambiental para o exercício de sua atividade;
- 32.2.3 Manter atualizadas e renovar, no prazo determinado pela lei, todas as licenças, autorizações, certificados e cadastros necessários para o exercício de sua atividade:
- 32.2.3.1 Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental Estadual para realização das atividades de reprocessamento com lixo tecnológico;
- 32.2.3.2 Cadastro Técnico Federal do IBAMA;
- 32.2.3.3 CADRI (Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais) de transporte, manuseio e destinação de todos os resíduos ora composto pelo materiais recebidos pela CONTRATADA.
- 32.2.3.4 Mesmo que a CONTRATADA não seja domiciliado no Estados de São Paulo, qualquer descarte efetuado no Estado deverá ter esta certificação. Para os demais Estados, a CONTRATADA deverá apresentar documento emitido por órgão equivalente, quando houver. A destinação deve estar alinhada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10).
- 32.2.3.5 Pagar as taxas ambientais aplicáveis, no prazo estipulado na legislação ambiental e exibir à CAIXA os documentos exigidos pela legislação ambiental para o exercício de sua atividade devidamente atualizados;

- 32.2.3.6 Permitir acesso dos representantes da CAIXA às dependências da CONTRATADA para fins de inspeção do processo de descarte.
- 32.2.3.7 Apresentar relatórios comprobatórios e respectivo certificado de destinação dos resíduos, separado por tipo e pesagem, com laudo fotográfico.
- 32.2.3.8 A CONTRATADA assume inteira responsabilidade que a destinação final dos resíduos, por parte dos receptores, atenderá a legislação ambiental vigente.
- 32.2.4 A CAIXA reserva-se o direito de realizar processo de inspeção e auditoria do processo de engenharia reversa, podendo ser de forma remota ou presencialmente nas unidades de manufatura reversa.
- 32.2.5 No ato do recolhimento dos equipamentos obsoletos, a CONTRATADA deverá apresentar à CAIXA, o “Termo de recolhimento”, de acordo com modelo do Anexo II, devidamente preenchido com as informações constantes da relação de locais de entrega e recolhimento a ser fornecida pela CAIXA, para conferência e assinatura por parte da CAIXA.

33. **ESPECIFICAÇÃO DO FUNIL**

(A empresa interessada deverá retirar os arquivos, em meio digital, na CELOG18, solicitando por meio de mensagem eletrônica a celog18@caixa.gov.br ou outra unidade que a CAIXA indicar, cujos documentos serão fornecidos via drive online para captura no Nuvem Caixa).

- 33.1 Denomina-se FUNIL a peça metálica que promove o fechamento entre o terminal eletrônico e a Moldura Carenagem (MDCAR) nas Salas de Autoatendimento:

Funil para Salas Tipo 2 e 3



Funil para Sala Tipo 1



Observação: A CAIXA possui três modelos de salas detalhadas abaixo:

Sala Tipo 1 – SAA – Sala antiga em que a carenagem é construída material ABS e que não foram reformadas para “SAA - Tipo 3”.

Sala Tipo 2 – SAA – Sala das agências inauguradas em 2012 e algumas inauguradas em 2013.

Sala Tipo 3 – SAA – Sala novas.

Figura 8 – Exemplo ilustrativo de funil.

- 33.2 O FUNIL é composto por 02 partes, sendo uma fixa, a qual não muda de acordo com o modelo de terminal fornecido, e outra variável, a qual varia (furação, curvatura e angulação) conforme o modelo de terminal fornecido. Será aceito Funil composto de mais partes, além das duas citadas, visando uma melhor adequação do terminal aos nichos das agências, desde que testado na amostra e homologado pela CAIXA.
- 33.3 É de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração do projeto de FUNIL – PARTE VARIÁVEL, seguindo as especificações e orientações disponibilizadas pela CAIXA, bem como sua confecção, fornecimento e instalação junto ao FUNIL – PARTE FIXA e junto à Moldura Carenagem (MDCAR).
- 33.4 O projeto do FUNIL – PARTE AVARIÁVEL deverá se basear no modelo do terminal eletrônico fornecido de forma que a peça fique perfeitamente ajustada ao equipamento, sem frestas ou imperfeições que possam causar danos ou acidentes.
- 33.5 Objetivando o perfeito ajuste do FUNIL – PARTE VARIÁVEL à Moldura Carenagem (MDCAR), a CONTRATADA deverá verificar as medidas no local antes da elaboração do projeto citado no item 2 e subitens pois atualmente a CAIXA possui três modelos de salas de autoatendimento.
- 33.6 A instalação do FUNIL – PARTE VARIÁVEL deverá ser feita pela CONTRATADA juntamente com a instalação do equipamento/terminal eletrônico.
- 33.7 A especificação citada acima, a ser disponibilizada em meio digital, refere-se a um projeto de funil genérico o qual deverá ser ajustado ao equipamento a ser fornecido, sendo este ajuste de responsabilidade da CONTRATADA, considerando as dimensões definidas no item 2 e subitens que trata das dimensões do equipamento e ainda o item 4 e subitens que trata da especificação do painel frontal.
- 33.8 A adequação supra gerará um novo projeto, suficientemente detalhado, o qual deverá ser disponibilizado à CAIXA e servirá de base para a execução e fornecimento/instalação do funil;
- 33.9 A disponibilização do projeto do novo funil, após adequação do modelo referencial, incluirá a transferência de todos os direitos autorais referentes ao projeto, dando pleno direitos à CAIXA quanto ao seu uso, ajuste, reprodução, execução e demais ações que o envolvam;
- 33.10 É de responsabilidade da CONTRATADA, além da elaboração e disponibilização à CAIXA do projeto do novo funil, A execução, fornecimento e instalação deste,

juntamente com o equipamento a ser fornecido e dentro dos prazos estabelecidos no presente edital.

34. ANEXOS FUNIS



02_Corte.pdf



01_Perspectiva.pdf



04_Detalhe.pdf



03_Corte.pdf

ANEXO I – B**FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO****1 OBJETO**

- 1.1 Registro de preços para fornecimento de até de 6.403 (seis mil quatrocentos e três) equipamentos de Autoatendimento ATMR (Automatic Teller Machine - Reciclador), com operação de *trade in* de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica - *dll, drivers, API, firmware, correções de bugs e outros itens de software atinentes à integração do hardware com a aplicação CAIXA* - manutenção corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico local e garantia, por 60 (sessenta) meses, contada a partir da instalação dos equipamentos.
- 1.2 *Trade in* de equipamentos de Autoatendimento ATM/ATMC/CD, limitado ao produto da quantidade de equipamentos adquiridos multiplicado pelo fator 2,0 (dois inteiros), por equipamento instalado, considerando-se o acumulado dos pedidos, conforme tabela exemplificativa abaixo:

AQUISIÇÃO ATMR	TRADE IN AQUISIÇÃO
6.403	12.806
5.000	10.000
4.000	8.000
3.000	6.000
2.000	4.000
1.000	2.000

- 1.3 Todo equipamento de Autoatendimento (ATMR) deverá ser fornecido com o respectivo funil.

2 PRAZO DE ENTREGA E DE INSTALAÇÃO

- 2.1 A CAIXA solicitará à CONTRATADA o quantitativo de equipamentos de forma fracionada (Contrato), através de comunicação formal a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.
- 2.2 Cada Contrato originário da Ata de Registro de Preço terá vigência de 60 (sessenta) meses.
- 2.2.1 Com exceção do 1º Contrato, os demais contratos poderão ser divididos em mais de um lote.
- 2.2.2 Os lotes serão demandados pela CAIXA mantendo uma numeração sequencial, independentemente do Contrato a que se refiram.

- 2.3 O(s) contrato(s) seguintes(s) poderá(ão) ser solicitado(s) à CONTRATADA, durante a vigência da Ata de Registro de Preço.
- 2.3.1 O lote único do 1º Contrato poderá ser solicitado a partir da data de assinatura do CONTRATO.
- 2.3.2 Os demais lotes dos demais contratos poderão ser solicitados a partir da data de assinatura dos referidos CONTRATOS, com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias corridos entre as solicitações.
- 2.3.3 A CONTRATADA terá até 180 (cento e oitenta) dias corridos para concluir a entrega e a instalação de todos os equipamentos do lote solicitado, bem como o recolhimento dos equipamentos objetos de *trade in* - este concomitantemente ao ato de entrega e instalação, salvo orientação diversa da CAIXA, - contados a partir da data de formalização do pedido da CAIXA à CONTRATADA.
- 2.3.4 A quantidade máxima a ser solicitada em quaisquer dos lotes de quaisquer Contrato será de até 400 (quatrocentos) equipamentos, porém, para os Contratos o quantitativo será limitado a no máximo 3.000 equipamentos por CONTRATO.
- 2.3.4.1 Somente o primeiro CONTRATO possui limitação quantitativa de 400 (quatrocentos) equipamentos por se tratar de lote único.

Exemplo:

1º Contrato, máximo de 400 equipamentos.

Lote 1 (único) – máximo 400 equipamentos.

Se o 1º CONTRATO for gerado com um pedido de 100 equipamentos, o Lote 1 (único) será de 100 equipamentos.

Caso tenhamos solicitado 400 equipamentos no 1º CONTRATO, o 2º CONTRATO poderá ser gerado com o máximo de 3.000 equipamentos.

Lote 2, máximo de 400 equipamentos (2ºCONTRATO).

Lote 3, máximo de 400 equipamentos (2ºCONTRATO).

Lote 4, máximo de 400 equipamentos (2ºCONTRATO).

...

Lote 8, máximo de 400 equipamentos (2ºCONTRATO).

Lote 9, máximo de 200 equipamentos (2ºCONTRATO).

Caso todos os Lotes anteriores tenham sido solicitados com as quantidades máximas possíveis o 3º CONTRATO poderá ser gerado com o máximo de 3.000 equipamentos.

Lote 10, máximo de 400 equipamentos (3ºCONTRATO).

Lote 11, máximo de 400 equipamentos (3ºCONTRATO).

...

Lote 16, máximo de 400 equipamentos (3ºCONTRATO).

Lote 17, máximo de 200 equipamentos (3ºCONTRATO).

- 2.3.5 A quantidade máxima a ser entregue por lote poderá ser ampliada mediante expressa anuência da CONTRATADA.

- 2.3.6 O intervalo mínimo de 30 (trinta) dias corridos entre as solicitações de lotes poderá ser reduzida mediante expressa anuência da CONTRATADA.
- 2.3.7 Os lotes serão solicitados até o 24º (vigésimo quarto) mês de vigência do contrato.
- 2.4 A CONTRATADA fará a entrega e a instalação nos locais determinados pela CAIXA (ANEXO I – D – RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS), conforme cronograma estabelecido, acordado e aprovado entre a CONTRATADA e a CAIXA dentro dos prazos estabelecidos neste documento.
- 2.4.1 Qualquer mudança de local de instalação de equipamentos, que venha a implicar em alteração de endereço, será comunicada pela CAIXA à CONTRATADA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos do prazo previsto e aprovado de entrega.
- 2.4.2 A CONTRATADA deverá informar à Unidade de Suporte Tecnológico dados de identificação da transportadora, veículo e dados de identificação do motorista responsável pela entrega em até 03 (três) dias úteis antes da data programada.
- 2.4.3 A execução da entrega, da instalação e do recolhimento dos equipamentos objeto de *trade in* ocorrerá preferencialmente no horário normal de atendimento (PN), exceto para os locais em que haja necessidade, determinada pela CAIXA, de que seja feita fora do horário normal de atendimento (PN), que ocorrerá aos sábados, domingos, feriados e horários noturnos, sem qualquer custo adicional para a CAIXA.
- 2.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CAIXA a relação dos números de série de todos os equipamentos que serão entregues em cada Unidade, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos do início da entrega do respectivo lote.
- 2.6 O ateste para pagamento será feito apenas após a conclusão da instalação, da disponibilização do equipamento para uso, conferência pelo representante da Unidade CAIXA recebedora do equipamento, validação pela Unidade de Suporte Tecnológico (ANEXO I – M – UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA) e a comprovação do recolhimento do equipamento objeto de *trade in*, quando for o caso.
- 2.6.1 A CONTRATADA deverá garantir a correta gravação do número de série, marca, modelo e patrimônio na BIOS do equipamento durante os procedimentos de instalação.
- 2.7 A falta de peças não poderá ser alegada pela CONTRATADA como justificativa pelo não cumprimento dos prazos referentes à execução da entrega/instalação dos lotes.
- 2.8 O recolhimento dos equipamentos obsoletos objeto de *trade in* deverá ocorrer na mesma data de instalação dos equipamentos novos, salvo orientação diversa da CAIXA.
- 2.8.1 Poderá haver situações em que a CONTRATADA deverá recolher equipamentos obsoletos adicionais à volumetria de equipamentos alvo de substituição na Unidade recebedora.
- 2.8.2 O recolhimento descrito no item 2.8.1 deverá ocorrer em ato concomitante à substituição dos demais equipamentos.

- 2.8.3 O recolhimento de equipamentos objeto de *trade in* poderá ocorrer em depósitos indicados pela CAIXA ou em Unidades que não serão alvo de substituição de equipamentos.
- 2.8.3.1 Nestes casos, a CONTRATADA e a CAIXA deverão acordar previamente a(s) data(s) de recolhimento(s), limitando-se ao prazo de 30 (trinta) dias corridos da formalização pela CAIXA, impondo-se, de igual forma, a necessidade de comprovante de execução do(s) recolhimento(s) do(s) equipamento(s) objeto de *trade in* assinado por representante da CAIXA ou por responsável pelo Depósito.
- 2.8.4 A CAIXA fornecerá autorização à CONTRATADA para a retirada dos equipamentos obsoletos.
- 2.8.5 Estão incluídos no prazo de entrega e de instalação os períodos para transporte, desembaraço fiscal, entrega, instalação do equipamento, bem como a desinstalação e a embalagem de terminal obsoleto, se for o caso.
- 2.8.6 Todas as despesas relacionadas à entrega, à instalação ao recolhimento de equipamentos obsoletos objeto de *trade in* são de responsabilidade da CONTRATADA, assim como todas as demais despesas necessárias ao cumprimento do contrato.

3 GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

- 3.1 Deverá ser prestada garantia *on-site* por 60 (sessenta meses), contados a partir da data de instalação dos equipamentos, incluindo a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante este período, sem quaisquer ônus adicionais para a CAIXA, obrigando-se a CONTRATADA a manter os equipamentos permanentemente em perfeitas condições de funcionamento para a finalidade a que se destinam.
- 3.2 Durante o período de garantia, a CONTRATADA compromete-se a substituir, a critério exclusivo da CAIXA, os equipamentos que apresentarem, em um período de 60 (sessenta) dias corridos, ocorrências de sucessivos defeitos, conforme definido abaixo:

- **Situação Crítica '0'**: equipamento inoperante. Acima de 2 (duas) ocorrências constatadas.

(Entende-se como “inoperante”, o equipamento que não consegue operacionalizar nenhuma das funcionalidades para o qual foi adquirido);

- **Situação Crítica '1'**: equipamento operando com deficiências. A partir de 8 (oito) ocorrências constatadas.

(Entende-se como “operando com deficiências”, o equipamento que consegue operacionalizar parte das funcionalidades para o qual foi adquirido, bem como entende-se como “ocorrências constatadas” a abertura e conclusão de requisição de manutenção corretiva de chamados afetos ao hardware).

Exemplificando: em havendo 8 (oito) ou mais requisições de manutenção corretiva numa mesma série de equipamento, num período de 60 (sessenta) dias corridos,

a critério e a pedido da CAIXA, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento por outro equipamento novo, arcando com todo ônus desta substituição.

- 3.2.1 Após a comunicação pela CAIXA do pedido de substituição, a CONTRATADA terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para efetuar a entrega e a instalação do novo equipamento, efetuando a retirada do equipamento substituído sem qualquer ônus adicional para a CAIXA.
- 3.3 A CONTRATADA deverá considerar, na composição dos serviços de garantia, a cobertura de todos os dispêndios envolvidos e de sua responsabilidade, tais como:
- 3.3.1 Salário dos profissionais alocados e seus encargos trabalhistas, peças, componentes e materiais a serem aplicados na manutenção, deslocamento do profissional e despesas com alimentação e estadia.
- 3.3.2 Impostos e demais encargos fiscais, custos da logística na operação de remessa das peças e componentes, incluindo seguro do bem, margem de lucro e demais dispêndios.
- 3.4 Todos os problemas ocorridos com as gavetas dispensadoras de numerário e de rejeição ou com a fechadura do cofre dos equipamentos Automatic Teller Machine Reciclador – ATMR) estarão cobertos pela garantia do presente contrato, independente das causas, exceto as situações previstas no item 6.1, desde que devidamente comprovado e/ou admitido mau uso, voluntário ou involuntário, do Operador CAIXA.
- 3.4.1 Travamentos do cofre, não decorrentes de sinistro(s), fraude(s) ou problema(s) operacional(is) imputável(is) à CAIXA, estarão cobertos pelo presente contrato, inclusive nas situações em que houver a necessidade de abertura técnica.
- 3.4.2 Considera-se como garantia os casos em que o representante da Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA e/ou Operador da CAIXA afirma que a senha do cofre esteja correta, salvo os casos em que a CONTRATADA comprove, através de laudo, que foi erro operacional.
- 3.4.3 No caso de travamento da porta do cofre dispensador ou depositário, por erro de senha imputável à CAIXA, e comprovado mediante laudo aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA terá garantido um prazo de solução adicional equivalente ao prazo definido no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO, que iniciar-se-á a partir da comunicação à Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA.
- 3.5 A garantia deverá cobrir, a título de franquia, sem qualquer custo adicional para a CAIXA, as quantidades abaixo especificadas para os seguintes serviços:
- a) **Mudança de endereço** de até 8 (oito) Unidades por mês, independentemente da quantidade de equipamentos.
 - b) **Remanejamentos de equipamentos**, no mesmo endereço, de até 20 (vinte) equipamentos por mês.
 - c) **Desinstalação de equipamentos** para a reserva técnica de até 20 (vinte) equipamentos por mês.

- d) **Preparação para transporte** de até 20 (vinte) equipamentos por mês.
 - e) **Reinstalação de equipamentos** da reserva técnica de até 20 (vinte) equipamentos por mês.
- 3.5.1 Os serviços franqueados e relativos à mudança, remanejamento, desinstalação, preparação para transporte e reinstalação dos equipamentos, envolvem o conjunto do equipamento e o seu respectivo funil.
- 3.5.2 Caso as quantidades de franquias estimadas mensalmente não sejam executadas em sua integralidade, a CAIXA poderá utilizar os saldos remanescentes em outros meses, assim como os excedentes serão compensados nos meses seguintes.
- 3.5.2.1 Quando as quantidades das franquias estimadas forem executadas em sua totalidade contratual passarão a ser executadas através dos serviços eventuais.
- 3.5.2.2 A utilização de saldo acumulado de franquias está limitada, em cada competência, a 50% do quantitativo mensal previsto para cada tipo de serviço (arredondamento para cima), a menos que haja anuência expressa da CONTRATADA em um percentual superior de utilização do saldo.
- 3.5.2.3 A utilização de 50% do quantitativo mensal previsto para cada tipo de serviço em cada competência, tal como descrito no item 3.5.2.2 não implica em renúncia pela CAIXA do saldo acumulado de franquias.
- 3.6 Com exceção de bobinas para impressoras térmicas, cuja responsabilidade pelo fornecimento é da CAIXA, todos os demais consumíveis compõem a garantia do equipamento, dentre eles, pilhas/baterias de quaisquer dos componentes (fechaduras, placas, nobreak-UPS etc.) e/ou módulos do equipamento.
- 3.7 A falta de peças não poderá ser alegada pela CONTRATADA como justificativa para atrasos na execução da garantia e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos
- 3.8 Durante o período de garantia, qualquer necessidade de alteração nos programas (DLL, API, drivers, versões de Sistema Operacional etc.) do fornecedor, seja por solicitação da CAIXA ou não, deverá ocorrer sem ônus para a CAIXA, em até 60 (sessenta) dias corridos após a solicitação.
- 3.9 A CAIXA reserva-se o direito de instalar nos equipamentos objeto do presente contrato produtos de *hardware* ou *software* de outros fornecedores ou fabricantes, com mão de obra própria ou de terceiros, desde que tal iniciativa não implique em danos físicos aos equipamentos, sem que isso possa ser usado como pretexto pela CONTRATADA para se desobrigar da garantia de funcionamento prevista neste contrato.
- 3.9.1 Quando o produto de *hardware* ou *software* for fornecido pela própria CONTRATADA, o mesmo integrará a garantia do equipamento objeto deste contrato.
- 3.9.2 Quando o produto de *hardware* ou *software* for fornecido por terceiro, em havendo solicitação da CAIXA, a CONTRATADA deverá acompanhar as instalações iniciais do

novo produto de *hardware* ou *software* e apresentar laudo técnico com considerações pertinentes à garantia futura, sem ônus à CAIXA.

4 MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS

- 4.1 A manutenção preventiva compreende, genericamente, a verificação das partes mecânicas, elétricas e eletrônicas, limpeza, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos e desgastes, reparos, testes, substituição de peças gastas ou defeituosas, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas contidas no manual dos equipamentos, sem custo adicional para a CAIXA.
 - 4.1.1 O desgaste mencionado no item 4.1 inclui pintura (apoios de mão, painéis, molduras do *shutter* do dispensador de cédulas e do módulo depositário, teclado criptográfico e laterais etc.) e etiquetas adesivas.
 - 4.1.2 É responsabilidade da CONTRATADA, na manutenção preventiva, a verificação da conexão lógica entre o equipamento e a tomada de piso e, se for o caso, fornecer e substituir o *patch cord*, sem ônus adicionais à CAIXA.
- 4.2 As baixas de *software* efetuadas pela CONTRATADA estarão cobertas pelo presente contrato, sem ônus adicional para a CAIXA.
- 4.3 A manutenção preventiva deverá ser realizada, por iniciativa da CONTRATADA, até 01 (uma) vez por ano, ou por solicitação da CAIXA, a qualquer tempo e quantidade, observadas reincidências de ocorrências em um mesmo equipamento, sem custo adicional para a CAIXA, e dentro dos padrões estabelecidos.
 - 4.3.1 Essa prerrogativa não inviabiliza o disposto no item 6.1.
- 4.4 A execução de toda manutenção preventiva será realizada mediante abertura de requisição no sistema de gestão de chamados da CAIXA, com prévio agendamento, a ser elaborado em conjunto com a Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA e a CONTRATADA.
- 4.5 Respeitadas as necessidades operacionais da CAIXA, a CONTRATADA poderá aproveitar-se de um atendimento de manutenção corretiva para executar a manutenção preventiva.
 - 4.5.1 Neste caso deverá haver a autorização formal da CAIXA assinalada no relatório de atendimento.
- 4.6 Concluída a manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá emitir Relatório de Atendimento Técnico (RAT), contendo os dados coletados e as ações realizadas para solucionar os problemas encontrados.
 - 4.6.1 Deverão ser realizados testes com os equipamentos mantidos pelo técnico em conjunto com o operador/usuário CAIXA, havendo a obrigatoriedade da assinatura de ambos no documento ao final dos trabalhos.

- 4.7 Na manutenção preventiva, no que se refere ao item anterior, além dos testes a serem realizados, o técnico da CONTRATADA deverá acompanhar o funcionamento do equipamento, certificando-se de que os problemas encontrados foram solucionados.
- 4.7.1 Caso a manutenção preventiva termine e não tenham sido realizados os testes de funcionamento dentro do PN - Período Normal de atendimento definido no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO, o técnico deverá retornar ao ponto de atendimento no próximo dia, em horário definido pela Unidade de Suporte Tecnológico e/ou do responsável pelo acompanhamento do atendimento, visando dar continuidade ao atendimento, efetuar o teste e fechar o chamado, a menos que haja orientação em contrário do responsável pelo acompanhamento do atendimento, devendo esta ocorrência ser registrada no RAT.
- 4.7.1.1 Para marcação do novo horário, a CONTRATADA deverá enviar *ticket* eletrônico para o sistema da CAIXA, conforme formato especificado.
- 4.8 A CONTRATADA deverá atuar na homogeneização das tintas da solução de entintamento, caso necessário.
- 4.9 Necessariamente, a CONTRATADA deverá revisar o funcionamento do sistema de *antiskimming*.
- 4.10 Em havendo necessidade de movimentação do equipamento para fins de manutenção preventiva, as atividades de deschumbamento, movimentação e chumbamento, bem como ajustes no respectivo funil, deverão ser executadas pela CONTRATADA, sem ônus adicionais à CAIXA.

5 MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS

- 5.1 A manutenção corretiva, que se fará mediante requisição da CAIXA, compreende quaisquer serviços que se fizerem necessários para deixar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, devendo a CONTRATADA atender nas condições pactuadas, a toda e a qualquer requisição que venha a receber da CAIXA.
- 5.2 Na manutenção corretiva dos equipamentos, além de solucionar o problema que causou o chamado, o técnico deverá revisar as partes mecânicas, elétricas e eletrônicas, efetuar limpeza interna, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes e substituição de peças gastas ou defeituosas e, se for o caso, reinstalar os *softwares* e/ou aplicativos CAIXA.
- 5.2.1 Na manutenção corretiva, e quando for necessário, o fornecimento e a substituição de *patch cord* ocorrerão sem ônus adicionais à CAIXA.
- 5.3 Na manutenção corretiva, no que se refere ao item 5.2 e subitem, além dos testes a serem realizados, o técnico da CONTRATADA deverá acompanhar o funcionamento do equipamento, certificando-se de que o problema foi solucionado.
- 5.3.1 Caso a manutenção termine após o período normal de atendimento (PN), não tendo sido realizado os testes de funcionamento, o técnico deverá retornar, em horário definido pela Unidade de Suporte Tecnológico e/ou pelo responsável pelo acompanhamento do atendimento, dando continuidade ao atendimento, efetuando os testes e fechamento do

- chamado, a menos que haja orientação em contrário do responsável pelo acompanhamento do atendimento, devendo esta ocorrência ser registrada no RAT.
- 5.3.1.1 O período compreendido entre a interrupção do atendimento e o seu reinício no novo horário, não será computado para efeito de prazo máximo de atendimento definido no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO.
- 5.3.1.2 Para marcação do novo horário, a CONTRATADA deverá enviar *ticket* eletrônico para o sistema da CAIXA, conforme formato especificado.
- 5.4 As baixas de *software* efetuadas pela CONTRATADA estarão cobertas pelo presente contrato sem ônus para a CAIXA.
- 5.4.1 As baixas de *software* decorrentes de novos projetos elaborados pela CAIXA, que resultem em alterações nos padrões anteriormente utilizados nos equipamentos e que, em função das características, exigirem necessariamente intervenção local (ex.: substituição do sistema operacional, instalação de novos aplicativos sem possibilidade de execução remota etc.), serão consideradas como serviços eventuais e remunerados como instalação de *software*, nos termos presentes no código 106 da proposta comercial.
- 5.4.1.1 Entende-se como novos projetos, para efeito de remuneração eventual neste contrato, as ações definidas, elaboradas e coordenadas pela CAIXA, que envolverem, obrigatoriamente, intervenções locais em equipamentos, com abrangência maior que 5% (cinco por cento) do parque garantido.
- 5.5 É obrigação da CONTRATADA disponibilizar à CAIXA, em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato, mídia com o teste de diagnóstico (*software*) que será utilizado pela CONTRATADA para avaliação dos equipamentos.
- 5.5.1 A CONTRATADA deverá apresentar certificado da Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES, CERTICS ou INPI comprovando a propriedade intelectual do *software* de teste de diagnóstico.
- 5.5.2 Caso o *software* não seja de propriedade da CONTRATADA, deverá ser comprovado o seu direito de uso.
- 5.5.3 A não disponibilização do software no prazo indicado no item 5.5 implicará em multa de 0,001% (um milésimo por cento) sobre o valor global do contrato, a ser cobrado mensalmente e de forma cumulativa.
- 5.6 Em havendo necessidade de movimentação do equipamento para fins de manutenção corretiva, as atividades de deschumbamento, movimentação e chumbamento, bem como ajustes no respectivo funil, deverão ser executadas pela CONTRATADA, sem ônus adicionais à CAIXA.

6 SERVIÇOS NÃO COBERTOS PELA GARANTIA – SERVIÇOS SOB DEMANDA

- 6.1 As situações e/ou serviços não cobertos pela garantia são os discriminados a seguir, os quais serão tratados sob demanda da CAIXA:

- a) Os serviços de desinstalação, preparação de equipamento para transporte, reinstalação de equipamentos, remanejamento e mudança, com valores definidos na proposta comercial;
- b) Defeitos, falhas ou danos causados por vandalismo ou por atos involuntários - assim consideradas aquelas situações em que ocorre(m) prejuízo(s) ao equipamento não decorrente(s) do uso ou operação normal do mesmo, danificando-o no todo ou em parte, exigindo a troca de peças/periféricos -, desastres naturais, incêndios e/ou inundações, atos de guerra, raios, quedas, danos causados pelo transporte e/ou remanejamento de equipamento/funil pela CAIXA;
- c) Vistorias técnicas ou de pré-instalação, por solicitação da CAIXA, e “Plantão Sobreaviso”, com valores definidos na proposta comercial;
- d) Serviços de reparo do cofre proveniente de desgaste ou comprometimento da estrutura, em virtude de avarias, naturais ou provocadas, para proteção/recuperação da estrutura do equipamento, incluindo intervenção na chaparia e pintura, se necessário, por solicitação expressa da CAIXA, serviços estes denominados por *recall*;
- e) Substituição da fechadura e/ou abertura técnica forçada proveniente de perda de chave e/ou senha “MASTER” pelo usuário ou decorrente de problema operacional imputável à CAIXA;
- f) Baixas de *software* decorrentes de novos projetos elaborados pela CAIXA, conforme descrito no item 5.4 e subitens;
- g) Os serviços de *recall* do painel frontal superior para fins de revitalização do equipamento, com valor definido na proposta comercial da CONTRATADA.
- g.1) Os serviços de *recall* do painel frontal superior englobam a troca dos teclados de função laterais (direito e esquerdo), a troca do teclado numérico criptográfico, a fixação e/ou troca de etiquetas de identificação de funcionalidades e de entintamento, a troca dos painéis frontais e dos apoios de mão.
- h) Entintamento, assim considerado o serviço de substituição completa da solução, incluindo tinta e etiqueta, por solicitação expressa da CAIXA e precificado por cassete.
- i) Acréscimo de periféricos devido a necessidade de implantação de novos projetos pela CAIXA.

Considerações:

HT1: Hora técnica executada entre 08h00min e 21h59min, de 2ª a 6ª feira.

HT2: Hora técnica executada entre 22h00min e 07h59min, de 2ª a 6ª feira, e das 00h00min às 24h00min nos finais de semana e feriados bancários.

HT3 (Plantão Sobreaviso): Hora técnica executada para atividades de 2ª a 6ª, das 17h01min às 09h59min e ainda aos sábados, domingos e feriados, das 00h00min às 24h00min.

- 6.1.1 As ocorrências descritas na alínea “b”, “d” e “e” deverão ser comprovadas mediante emissão de laudo técnico, com registro fotográfico, quando pertinente, e aceite da Unidade da CAIXA onde o equipamento estiver instalado ou, caso não possível, da respectiva Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA, devendo o laudo ser encaminhado a essa última.
- 6.1.1.1 No caso de apenas ocorrer desobstrução de leitora ou ajuste/alinhamento de impressora pela CONTRATADA, a intervenção técnica estará amparada pela garantia contratual, sem qualquer ônus adicional para a CAIXA.
- 6.1.1.2 No caso da tentativa de desobstrução de leitora ou ajuste/alinhamento/desobstrução de impressora pela CONTRATADA não restabelecer a funcionalidade do item, o mesmo deverá ser testado junto ao responsável CAIXA para a comprovação da efetiva necessidade de substituição, devendo o respectivo teste ser registrado no RAT.
- 6.2 Todos os outros serviços não inclusos no item 6.1 estão cobertos pela garantia.
- 6.2.1 Serviços não cobertos pela garantia contratual, mas com códigos de serviços específicos, não terão inclusas Horas Técnicas (HT) de forma apartada.
- 6.2.2 A CONTRATADA deverá entregar na assinatura do contrato a lista de peças e componentes, conforme ANEXO I-I RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA.
- 6.3 A substituição das tintas que compõem a solução de entintamento está amparada na garantia desse contrato, cabendo à CONTRATADA manter o controle quanto à data de validade do insumo.
- 6.3.1 Eventual autuação pelo vencimento da solução de entintamento, decorrente de vistoria por Órgão(s) Fiscalizador(es), que resulte em aplicação de multa à CONTRATANTE, terá o valor abatido em fatura, visando ressarcimento à CAIXA.
- 6.4 Os serviços não cobertos pela Modalidade Garantia são subdivididos em:
 - a) **Pré-aprovados:**
 - a.1) Serviços remunerados exclusivamente com base no valor das HT contratadas (mão de obra);
 - a.2) Serviços com substituição de peças constantes da relação do ANEXO I-I RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA, cujo valor seja igual ou inferior R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

- a.3) Os serviços pré-aprovados poderão ser reprovados pela CAIXA dentro do período de apuração do faturamento correspondente, desde que seja apresentada justificativa devidamente fundamentada.
- b) **Orçados:**
- b.1) Serviços com substituição de peças constantes da relação do ANEXO I-I RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA, cuja soma entre mão de obra e peças ultrapasse o valor do serviço pré-aprovado definido na alínea a.2.
- 6.4.1 A remuneração da mão de obra terá como parâmetros a quantidade de HT utilizada e o valor unitário contratado, sendo que a cada hora de prorrogação será aplicado um redutor de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da HT anterior, de acordo com a seguinte fórmula:
- $$RM = HT1 + HT2 + HT3 + \dots + HTn,$$
- Onde: RM = Remuneração da mão de obra,
HT1 = Valor da HT contratada
HT2 = 75% do valor da HT1
HT3 = 75% do valor da HT2
.
.
.
HT_n = 75% do valor da HT_{n-1}
- 6.4.1.1 Quando o total de horas despendidas não resultar em horas inteiras, as frações serão desprezadas para o cálculo da RM, exceto para os atendimentos cuja manutenção ocorrer em prazo igual ou inferior a 01h00min (uma hora), e deste modo será garantido o faturamento mínimo de uma hora.
- 6.4.2 Na elaboração do orçamento, a CONTRATADA deverá considerar como de sua responsabilidade a entrega do material no local de atendimento.
- 6.5 Os orçamentos devem ser enviados à Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA de vinculação do equipamento, por meio a ser definido pela CAIXA, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, e a contagem do prazo de solução iniciar-se-á a partir da aprovação pela CAIXA, em consonância com os prazos do ANEXO I-C PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO.
- 6.6 Os orçamentos deverão obedecer rigorosamente a relação completa de componentes e partes aplicadas nos serviços de assistência técnica (ANEXO I – I – RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA), com indicação clara e inequívoca de troca ou recondicionamento, bem como do código do item, que não poderá ser alterado durante a garantia dos equipamentos.
- 6.7 Não será aceita inclusão em orçamento de qualquer item não constante da referida relação, devendo a CONTRATADA prestar o serviço e providenciar a inclusão conforme

regras de utilização do ANEXO I – I – RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA.

- 6.8 É facultado à CAIXA, nos casos de reprovação dos orçamentos (pré-aprovados ou orçados), o fornecimento das peças necessárias para o atendimento, não cabendo a perda de garantia dos demais componentes do equipamento.
- 6.9 Será aplicado um desconto de 40% (quarenta por cento), sobre os preços das peças constantes do ANEXO I–I RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA, para os casos em que a substituição ocorra na base de troca.
 - 6.9.1 Entende-se, para efeito deste contrato, que base de troca é a situação em que o componente substituído é passível de recondicionamento e passa a ser propriedade da CONTRATADA.
 - 6.9.2 No caso de não aproveitamento do componente, a CONTRATADA se responsabiliza em fazer o descarte sustentável e enviar relatório consolidado, sempre que solicitado.
- 6.10 Não fica assegurado à CONTRATADA qualquer faturamento para os SERVIÇOS NÃO COBERTOS PELA MODALIDADE GARANTIA, sendo devidos pagamentos apenas àqueles serviços demandados e autorizados pela CAIXA, efetivamente prestados pela CONTRATADA e que atendam às regras descritas no item 6.1 e seus subitens deste documento.
- 6.11 Pelo não cumprimento ou atraso na execução da elaboração do orçamento, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao ajuste acumulativo de 0,004% (quatro milésimos percentuais), por hora e/ou fração de hora, de atraso (respeitando a janela de atendimento) sobre o preço de aquisição de cada equipamento envolvido.
- 6.12 A CONTRATADA deverá encaminhar os orçamentos dos atendimentos executados como eventuais na semana, na segunda-feira da semana posterior, no formato que a CAIXA disponibilizará após a assinatura do contrato.
 - 6.12.1 Pelo não cumprimento ou atraso na disponibilização dos orçamentos no prazo definido no item acima, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao ajuste acumulativo de 0,025% (zero vírgula zero vinte e cinco por cento), por dia de atraso sobre o preço de aquisição do equipamento.

7 INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, PREPARAÇÃO PARA TRANSPORTE, REINSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO E MUDANÇA DE LOCAL

- 7.1 Os equipamentos adquiridos serão instalados em Pontos de Atendimento onde a CAIXA exercer suas atividades relacionadas no ANEXO I – D – RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.
- 7.2.2 Na instalação do equipamento, a CONTRATADA deverá efetuar o ajuste e fixação do funil à carenagem, o chumbamento do mesmo e a conexão da respectiva porta do ativo de rede, com a respectiva habilitação, procedimento este que deverá ser efetivado

- através de contato com a Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA ou com Central de Serviços que a CAIXA indicar.
- 7.2.3 Nos casos de *trade in* a CONTRATADA deverá efetuar a desinstalação e deschumbamento do equipamento a ser recolhido, bem como do respectivo funil.
- 7.2.4 A desinstalação e o descarte do funil serão de responsabilidade da CONTRATADA, sempre que incidir na ocorrência de *trade in*.
- 7.3 A CAIXA se reserva o direito de transferir os equipamentos objeto deste contrato para outros Pontos de Atendimento onde exercer suas atividades, mantida esta contratação, sendo obrigatória, por parte da CONTRATADA, a atualização dos dados cadastrais referentes aos Pontos de Atendimento envolvidos.
- 7.3.2 Qualquer mudança de local de instalação de equipamentos, que venha a implicar em alteração de endereço, será comunicada pela CAIXA à CONTRATADA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos do prazo previsto e aprovado de entrega.
- 7.4 Serão devidos à CONTRATADA, como SERVIÇOS NÃO COBERTOS PELA GARANTIA, os serviços de desinstalação, preparação do equipamento para transporte, reinstalação do equipamento no novo local, remanejamento e mudanças, exceto os volumes previstos na franquia (item 3.5) e as atividades decorrentes da primeira instalação do equipamento.
- 7.5 **Entende-se por desinstalação** a atividade de vistoria no equipamento, com o objetivo de identificar ausência ou defeitos em periféricos/componentes, desligamento de cabos elétricos e lógicos, deschumbamento, retirada e preenchimento de *checklist* específico para esta atividade.
- 7.5.2 No caso da desinstalação, o documento contendo o “*checklist*” específico deverá acompanhar o equipamento, sendo avaliado quando da reinstalação do equipamento.
- 7.6 **Entende-se por preparação para transporte**, além da atividade de desinstalação, retorno da senha original de fábrica, toda a atividade para garantir as condições de transporte, de modo a minimizar futuros danos internos no equipamento, preenchimento de “*checklist*” da atividade, bem como emissão de RAT específico.
- 7.6.2 Neste caso não será devido o faturamento correspondente à atividade de desinstalação, visto que atividade de preparação para transporte inclui a desinstalação do equipamento.
- 7.7 **Entende-se por reinstalação** a atividade de posicionamento, chumbamento, conexão dos cabos elétricos e lógicos, baixa de imagem e a respectiva habilitação junto à Unidade de Suporte Tecnológico ou Central de Serviços que a CAIXA indicar, alteração de dados cadastrais, bem como a vistoria no equipamento, com realização de testes pelo técnico em conjunto com o operador/usuário CAIXA, disponibilizando o equipamento em plenas condições de uso para o qual foi adquirido.
- 7.7.2 A reinstalação e/ou ajuste do funil será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.7.3 Havendo a necessidade de troca de funil na reinstalação do equipamento objeto deste contrato, este poderá ser cobrado como item não coberto na garantia.

- 7.8 **Entende-se por remanejamento** a atividade de movimentação do equipamento no mesmo endereço e compreende a desinstalação, a movimentação interna e a reinstalação na mesma Unidade, bem como a realização de testes pelo técnico, em conjunto com o operador/usuário CAIXA, disponibilizando o equipamento em perfeitas condições de uso para o qual foi adquirido.
- 7.8.2 Neste caso, serão devidos à CONTRATADA 1 (um) serviço de desinstalação e 1 (um) serviço de reinstalação.
- 7.9 **Entende-se por mudança**, em razão da alteração de endereço, os serviços de preparação para o transporte no endereço original, reinstalação do equipamento no novo endereço, alterações de dados cadastrais, baixa de imagem, se necessário, bem como a realização de testes pelo técnico, em conjunto com o operador/usuário CAIXA, disponibilizando o equipamento em perfeitas condições de uso para o qual foi adquirido.
- 7.9.2 Serão devidos à CONTRATADA 1 (um) serviço de preparação para transporte e 1 (um) serviço de reinstalação.
- 7.10 **Entende-se por vistoria técnica** a verificação de todos os componentes de *hardware* e periféricos instalados e reinstalação, se necessária, do aplicativo disponibilizado pela CAIXA, verificação do ambiente onde o equipamento encontra-se instalado, bem como a realização dos testes pelo técnico em conjunto com o usuário do Ponto de Atendimento, disponibilizando o equipamento em plenas condições de uso para o qual foi adquirido.
- 7.10.2 Neste caso, serão devidas à CONTRATADA as HT efetivamente despendidas.
- 7.10.3 Em havendo identificação de necessidade de adequação do ambiente onde o equipamento encontra-se instalado, a CONTRATADA deverá encaminhar, formalmente, à Unidade de Suporte Tecnológico ou Central de Serviços que a CAIXA indicar, através de e-mail ou por outro meio, acordado previamente com a CAIXA, em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, proposta(s) que permita(m) sanar eventual problema à disponibilidade e/ou integridade do equipamento.
- 7.11 Na atividade de desinstalação, a CONTRATADA deverá elaborar *checklist* específico, sendo que uma cópia deste documento, contendo todas as atividades/serviços executados, deverá acompanhar o equipamento até o aceite pela CAIXA da conclusão da reinstalação do equipamento.
- 7.11.2 Na desinstalação e na preparação para transporte, deverá conter no *checklist*, no mínimo, os seguintes serviços executados:
- a) Identificar a voltagem de todos os componentes elétricos caso os mesmos sejam chaveados (110v ou 220v);
 - b) Verificar a integridade do Painel Frontal (superior e inferior);
 - c) Retirar a bobina de recibos;
 - d) Verificar a integridade da impressora de recibos;

- e) Travar o mecanismo do carro da impressora de recibos (exclusivo no *checklist* para Preparação para Transporte);
- f) Verificar se não existe nenhum envelope no mecanismo ou cassete (módulo depositário);
- g) Verificar a integridade do módulo dispensador de notas;
- h) Travar o mecanismo dispensador de notas (exclusivo no *checklist* para Preparação para Transporte);
- i) Verificar a integridade do módulo reciclador;
- j) Travar o módulo/mecanismo reciclador (exclusivo no *checklist* para Preparação para Transporte);
- k) Verificar a integridade de todos os cassetes de numerário/rejeição;
- l) Travar todos os cassetes de numerário/rejeição (exclusivo no *checklist* para Preparação para Transporte);
- m) Verificar se não existe cédulas presas no mecanismo;
- n) Verificar se não existe nenhum objeto no fundo do cofre;
- o) Verificar a integridade do *hardware* do microcomputador;
- p) Travar o microcomputador (exclusivo no *checklist* para Preparação para Transporte);
- q) Verificar se as chaves do gabinete/painel traseiro estão corretas e funcionando;
- r) Verificar a integridade das chaves do cofre (cash, depósito e outras, se houver);
- s) Voltar os segredos das fechaduras eletrônicas para as senhas originais de fábrica;
- t) Acondicionar todas as chaves em envelope próprio e amarrilhar o envelope na parte interna superior do equipamento;
- u) Sendo o caso, ajustar os rodízios de forma a possibilitar o remanejamento do equipamento;
- v) Fixar uma chave do gabinete/painel superior por meio de fita adesiva na parte externa posterior do equipamento;
- w) O documento deverá ainda conter as seguintes informações:
 - ✓ Nome e assinatura do Técnico que prestou o atendimento;
 - ✓ Nome e assinatura do Responsável CAIXA pelo acompanhamento;
 - ✓ Nº da Requisição;
 - ✓ Modelo do equipamento;

- ✓ Série do equipamento;
- ✓ Data da execução dos serviços.

OBS: Demais informações que o técnico considerar relevantes.

- 7.11.3 Ao final das atividades, o *checklist* de desinstalação deverá ser encaminhado para a Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA, através de e-mail ou por outro meio, acordado previamente com a CAIXA, em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.
- 7.12 Os serviços relativos à mudança, remanejamento, desinstalação, reinstalação, preparação para transporte e vistoria técnica dos equipamentos objeto desse contrato somente poderão ser executados pela CONTRATADA mediante solicitação da CAIXA e após autorização da Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA, sendo que os detalhes da operação deverão ser registrados no documento RAT - ANEXO I – E – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – RAT (MODELO).
- 7.12.2 Os serviços de mudança, remanejamento, desinstalação, reinstalação, preparação para transporte e vistoria técnica devem ocorrer mediante operações agendadas entre o responsável pelo Ponto de Atendimento, a CONTRATADA, a operadora de comunicação de dados, nos casos que forem necessários, e a CAIXA, tendo como prazo máximo de conclusão os previstos no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO.
- 7.12.3 Caso o agendamento preveja o serviço para dia e/ou horário não útil, isso não implicará em remuneração adicional à CONTRATADA.
- 7.13 A CONTRATADA deverá sempre considerar que os serviços relativos à mudança, remanejamento, desinstalação e reinstalação dos equipamentos envolvem o conjunto equipamento e o seu respectivo funil, devendo ser considerados para efeitos de execução do serviço, bem como para precificação dos mesmos.
- 7.14 Para os serviços onde ocorra a desinstalação do equipamento, é obrigação da CONTRATADA o retorno da senha do cofre para original de fábrica.
- 7.14.2 Para os serviços onde ocorra a preparação para o transporte, é obrigação da CONTRATADA o travamento de módulos e toda a atividade para garantir as condições de transporte, de modo a minimizar futuros danos internos no equipamento.
- 7.14.3 Para os serviços onde ocorra a reinstalação do equipamento, eventuais problemas relacionados à senha/abertura do cofre não poderão gerar ônus à CAIXA.
- 7.14 Considerando a forma de pagamento dos serviços eventuais, descrita nos subitens anteriores, não haverá dispêndio específico pela CAIXA com deslocamentos e/ou com horas técnicas relativas ao tempo de deslocamento do técnico.
- 7.15 A CAIXA se reserva o direito de desinstalar, remanejar e reinstalar os equipamentos objeto deste contrato, através dos serviços de seus empregados ou de outro fornecedor, conforme lhe convier técnica e financeiramente, sem prejuízo às obrigações contratadas.

7.16 Quando da reinstalação de equipamentos em novas localidades, as mesmas serão incluídas na Relação de Endereços – ANEXO I – D – RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

7.16.1 A relação dos municípios onde se encontram as Unidades de Suporte Tecnológico da CAIXA está descrita no ANEXO I – M – UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA.

8 CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

8.1 Os serviços objeto deste contrato serão prestados pela CONTRATADA nos endereços onde os equipamentos estiverem instalados (sistema *on site*).

8.1.1 A CONTRATADA deverá fazer contato prévio com o empregado CAIXA a ser atendido para autorização da entrada na unidade CAIXA.

8.1.1.1 Excepcionalmente, por necessidade operacional da CAIXA, os serviços poderão ser agendados nesse contato prévio com a unidade CAIXA a ser atendida ou com a UNIDADE DE SUPORTE TECNOLÓGICO, não sendo admitidas cobranças por visitas improdutivas ou chamados improcedentes.

8.1.1.2 Nas situações em que o agendamento constar previamente na descrição do chamado, respeitando-se o prazo máximo de solução, a contagem de prazo terá início no horário solicitado no agendamento.

8.1.1.3 O registro do agendamento do chamado deverá ser realizado dentro do prazo máximo que teria para o atendimento.

8.1.1.4 Não serão aceitos agendamentos solicitados após a conclusão ou fechamento da requisição.

8.1.1.5 Diariamente, a CONTRATADA deverá encaminhar os agendamentos realizados, individualmente ou de forma consolidada, para a Unidade de Suporte Tecnológico, por integração com a CAIXA ou por outro meio a ser definido, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Data e hora prevista de atendimento;
- Nome, matrícula e telefone do empregado CAIXA responsável pelo agendamento;
- Justificativa do agendamento.

8.1.1.5.1 As informações do agendamento deverão ser replicadas para o RAT.

8.1.2 Para os chamados que foram acatados o agendamento, o prazo máximo definido no **ANEXO I - C** será contabilizado a partir da data e hora agendada até o horário do envio do tíquete de fechamento do chamado.

8.1.3 Para os chamados que não foram acatados o agendamento, o prazo máximo definido no **ANEXO I - C** inicia-se com a designação do chamado e finda com o horário do envio do tíquete de fechamento do chamado.

- 8.1.4 Para os chamados designados pela CAIXA após as 17h00min, o horário de designação iniciar-se-á às 10h00min do dia útil imediatamente subsequente.
- 8.1.5 A permanência do técnico na Unidade da CAIXA além do PN – Período Normal definido no **ANEXO I - C**, para continuidade na solução de um problema, não representará qualquer ônus adicional à CAIXA, e estará condicionada à possibilidade de acompanhamento dos demais agentes.
- 8.1.6 Todos os atendimentos serão considerados concluídos com a liberação dos equipamentos em plenas condições de funcionamento e do aceite pela CAIXA ou por quem essa designar.
- 8.2 Nas instalações de equipamentos novos, as atividades poderão ocorrer fora do período normal (PN), sem representar qualquer ônus adicional à CAIXA, por solicitação da Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA, conforme cronograma de instalação.
 - 8.2.1 Nestes casos, a critério da CAIXA, durante o horário de atendimento da Unidade, no dia da intervenção, ou no dia útil anterior à intervenção, no caso de finais de semana e feriados, o representante da CONTRATADA deverá comparecer na Unidade de execução do serviço para preenchimento do Termo de Responsabilidade e do Termo de Autorização de Acesso, bem como para efetuar a recepção de senhas/chaves de acesso aos ambientes necessários da Unidade da CAIXA.
 - 8.2.2 Após a finalização dos serviços executados, havendo a necessidade de devolução das chaves, as mesmas deverão ocorrer de acordo com as orientações recebidas no momento da assinatura dos termos citados no item acima.
- 8.3 O atendimento, para manutenção preventiva e corretiva, em horário diferente do período contratado (PN), quando aplicável, seja por solicitação da CAIXA ou não, somente poderá ser iniciado com a autorização da Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA e concordância do Ponto de Atendimento envolvido.
 - 8.3.1 A autorização da Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA poderá ser dada formalmente ou por contato telefônico, sendo que o aceite dos serviços dar-se-á no RAT, através de assinatura de empregado da CAIXA ou quem a CAIXA designar.
 - 8.3.2 Para os atendimentos aos chamados para manutenção corretiva dos equipamentos deste contrato, por solicitação da CAIXA, cujos atendimentos iniciar-se-ão fora do “Período Normal – PN”, terão garantidos a remuneração das horas realizadas como HT1 e HT2 que estão caracterizadas na proposta comercial de acordo com a regra definida no item 6.4.1 deste documento.
- 8.4 Caso a CAIXA solicite, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas corridas, informando os locais base e as datas necessárias, a CONTRATADA deverá disponibilizar Serviço de Plantão de Sobreaviso, através de telefone celular, para atendimento aos chamados emergenciais.
 - 8.4.1 Será considerado neste caso, como período de Plantão de Sobreaviso, a faixa de horário compreendida de segunda a sexta-Feira das 17h01min às 09h59min e ainda aos sábados, domingos e feriados, das 00h00min às 24h00min.

- 8.4.2 Será obrigação da CAIXA informar à CONTRATADA tanto a data/hora inicial quanto a data/hora do final do referido plantão, bem como comunicar à CONTRATADA a interrupção do plantão se necessário.
- 8.4.3 Os preços dos Serviços de Plantão de Sobreaviso, acionados através de telefone celular, assim como dos demais serviços da modalidade NÃO COBERTOS PELA GARANTIA, encontram-se definidos na proposta apresentada pela CONTRATADA na licitação e condições estipuladas no contrato.
- 8.5 Os chamados para manutenção corretiva serão efetuados através de conexão do sistema de atendimento da CAIXA com o sistema de atendimento da CONTRATADA, em modo on-line, disponível 7X24 (7 dias por semana, 24 horas por dia), estando a CONTRATADA responsável pelo desenvolvimento da interface que permitirá esta integração.
- 8.5.1 Será concedida à CONTRATADA uma tolerância de 30 (trinta) minutos para compensar atrasos (*delay*) na troca eletrônica dos bilhetes, portanto, não será dado, pela CAIXA, nenhum provimento a eventuais questionamentos relativos a atrasos na entrega ou recepção dessas correspondências.
- 8.5.2 A exclusivo critério da CAIXA, os chamados poderão ser abertos através de telefone ou e-mail, dirigidos diretamente à Central de Atendimento da CONTRATADA.
- 8.5.3 Para os casos que houver indisponibilidade do sistema de atendimento da CONTRATADA, esta deverá informar os números dos telefones e endereços eletrônicos a serem utilizados para a abertura e fechamento dos chamados, devendo ser disponibilizado número de telefone na modalidade DDG, quando a Central de Atendimento da CONTRATADA se localizar fora da região abrangida pelo código de discagem (DDD) das Unidades de Suporte Tecnológico da CAIXA.
- 8.5.3.1 Para os chamados abertos por e-mail, a designação consistirá na data e horário constante do agendamento efetuado, após retorno da possibilidade de abertura de requisição pela integração.
- 8.5.4 A indisponibilidade do sistema de atendimento da CONTRATADA não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas por mês, sob pena de aplicação de sanções administrativas.
- 8.6 A CONTRATADA se compromete a fazer o fechamento dos chamados no instante da conclusão do serviço, sendo que este fechamento deverá ser executado diretamente pelo técnico ou pela Central de Atendimento da CONTRATADA, mediante interface com o Sistema de Atendimento da CAIXA.
- 8.6.1 Caso seja necessário o técnico contatar a Central de Atendimento da CONTRATADA, poderá utilizar-se do telefone do Ponto de Atendimento da CAIXA, sempre através de ligações telefônicas na modalidade DDG.
- 8.6.2 Se a CAIXA entender que o atendimento não foi adequado, o sistema da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, permitir a reabertura das requisições com continuidade da contagem do prazo de solução.

- 8.6.2.1 O prazo para reabertura, por parte da CAIXA, será de no máximo 72 (setenta e duas) horas corridas contadas a partir do fechamento da requisição.

Exemplo:

Chamado 1 teve contagem de prazo de 4 horas e fora reaberto.

Chamado 1 reaberto teve contagem de prazo de atendimento de 5 horas e fora fechado tendo sido aceito pelo usuário.

Prazo de atendimento do chamado 1 será computado como 9 horas.

- 8.6.3 O sistema da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, permitir o cancelamento das requisições.
- 8.6.3.1 O prazo para cancelamento da requisição, por parte da CAIXA, será de até 01 (uma) hora útil antes do horário previamente agendado.
- 8.7 A Ferramenta da CONTRATADA deverá estar apta a permitir recebimento de mais de uma requisição para um mesmo equipamento (mesma série), considerando-se requisições para problemas distintos.
- 8.8 A partir da assinatura do contrato e repasse das informações necessárias ao desenvolvimento da integração do Sistema da CONTRATADA ao Sistema CAIXA, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para sua implementação.
- 8.8.1 As adequações futuras serão realizadas conforme cronograma acertado entre as partes.
- 8.8.2 A integração será considerada concluída quando as funcionalidades de abertura, reabertura, abertura de um segundo chamado para a mesma série, agendamento, cancelamento e fechamento estiverem homologadas pela CAIXA.
- 8.9 Durante o período de garantia, a substituição de peças e/ou de componentes dos equipamentos objeto deste contrato, que for julgada necessária pela CONTRATADA, será feita sob forma de permuta, sem custo adicional para a CAIXA, observadas as exclusões constantes no item 6.1 deste documento.
- 8.10 Na substituição de algum componente ou periférico por algum outro modelo que não tenha sido homologado pela CAIXA, este deverá ser compatível com *softwares* envolvidos, e com as demais partes do equipamento, não podendo ser, em hipótese alguma, de configuração inferior à substituída e obedecendo ao disposto no item 16 e subitens deste anexo.
- 8.10.1 Caso seja identificado algum componente ou periférico não homologado, a CONTRATADA deverá fazer a reposição do componente ou periférico, por um modelo homologado pela CAIXA, imediatamente, a partir do acionamento da CAIXA.
- 8.10.2 Os componentes substituídos devem sempre obedecer aos padrões mínimos previamente existentes no equipamento ou às especificações constantes do ANEXO I – I – RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA, prevalecendo a de configuração superior, visando restabelecer seu funcionamento nas mesmas condições em que se encontrava antes do chamado, principalmente quanto à capacidade, performance e qualidade.

- 8.11 Havendo outros equipamentos com problemas no Ponto de Atendimento, quando do atendimento a um chamado, a CONTRATADA deverá efetuar a manutenção em tais equipamentos, desde que haja concordância do Responsável no Ponto de Atendimento, cabendo à CAIXA o registro desse chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA.

9 ILHA TÉCNICA DE ATENDIMENTO

- 9.1 A CONTRATADA poderá implantar Ilha Técnica de Atendimento, visando a qualificação dos chamados e, eventualmente, a retenção dos mesmos, mediante acordo prévio com a CAIXA.
- 9.2 Alternativamente ao ambiente da própria CONTRATADA, a CAIXA poderá definir que o local de implantação da Ilha Técnica de Atendimento seja em ambiente de outra CONTRATADA da CAIXA, garantindo à CONTRATADA, desse contrato, a desoneração de qualquer custo de locação pelo espaço cedido.
- 9.3 O quantitativo de colaboradores da Ilha Técnica de Atendimento deverá ser previamente apresentado à CAIXA, com a devida justificativa técnico-operacional.
- 9.3.1 Os profissionais designados para atuação na Ilha Técnica deverão dedicar-se exclusivamente às atividades demandadas pela CAIXA, não sendo permitida a alocação simultânea em outros projetos ou contratos.
- 9.4 No caso de implantação de Ilha Técnica de Atendimento em ambiente de outra CONTRATADA da CAIXA, os equipamentos a serem utilizados serão disponibilizados pela CAIXA, podendo a CONTRATADA valer-se de equipamentos próprios, desde que previamente autorizados pela CAIXA.
- 9.5 No caso de retenção de chamados na Ilha Técnica de Atendimento, a CONTRATADA não estará obrigada à apresentação de Relatório de Atendimento Técnico – RAT.
- 9.6 Deverá a CONTRATADA apresentar relatórios mensais das atividades da Ilha Técnica de Atendimento, com informações definidas previamente pela CAIXA.
- 9.7 A Ilha Técnica de Atendimento poderá executar assistência remota nos ATM, caso haja a necessidade, diminuindo, assim, o tempo de resposta na resolução de incidentes.
- 9.8 Os colaboradores atuantes na Ilha Técnica de Atendimento da CONTRATADA receberão orientações da CAIXA quanto às Políticas de Segurança, devendo ater-se aos acessos exclusivamente necessários ao cumprimento de suas funções.
- 9.9 Os prazos, definidos no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO, não serão alterados em decorrência da ação da Ilha Técnica de Atendimento.
- 9.10 Os custos relacionados à implementação e manutenção da Ilha Técnica de Atendimento não deverão compor ônus adicional à CAIXA.
- 9.11 Será de responsabilidade da CONTRATADA prover a certificação digital e manter o seu uso, conforme parâmetros estabelecidos pela CAIXA, para o seu quadro de pessoal

visando o atendimento a política de segurança da CAIXA com o fornecimento inclusive do periférico (leitora de certificado), cartão, plástico ou token.

9.11.1.1 A certificação digital deverá atender aos requisitos necessários para a execução da rotina no ambiente CAIXA.

9.11.1.2 A CONTRATADA deverá garantir a segurança e recursos para autenticação de seus profissionais através de múltiplo fator de autenticação definido pela CAIXA.

9.12 São atividades da **ILHA TÉCNICA DE ATENDIMENTO**, dentre outras:

9.12.1 **Suporte Técnico**: Prestar suporte técnico - via telefone, correio eletrônico ou outros meios disponíveis - relacionado com a operação de terminais sob sua responsabilidade.

9.12.2 **Atuação Remota**: Solucionar problemas reportados pela monitoração ou outros canais disponíveis, por intermédio de atuação remota nos equipamentos.

9.12.3 **Interação com o Usuário**: Solucionar problemas reportados pela CAIXA, ou outros canais disponíveis, por intermédio de contato com o usuário para repasse de instruções de procedimentos a serem realizados.

9.12.4 **Análise de Requisições**: análise da requisição para acréscimo de informações a respeito do problema, bem como identificação de reincidência de falhas, e redirecionamento para o atendimento técnico em campo com vistas à solução definitiva.

9.12.5

9.12.6 **Análise de Problemas**: Detecção de possíveis falhas de *software* de responsabilidade da CAIXA evitando, assim, atendimentos improdutivos em campo.

9.12.7 **Base de Conhecimento**: Alimentar e manter atualizada a base de conhecimento, em local a ser definido pela CAIXA, e confeccionar manuais e roteiros de procedimentos, quando solicitado pela CAIXA ou por iniciativa da própria CONTRATADA.

9.12.8

9.13 A CAIXA poderá deliberar pela desmobilização da Ilha Técnica de Atendimento caso se tenha reincidência superior a 15% (quinze por cento), considerando-se reincidência como o chamado aberto para o mesmo problema, no mesmo equipamento, no dia do fechamento pela Ilha Técnica de Atendimento, ou no dia útil posterior.

9.13.1 Poderá ainda a CAIXA deliberar pela desmobilização total ou parcial da Ilha Técnica de Atendimento caso julgue procedente, devendo comunicar a CONTRATADA com antecedência de 30 (trinta) dias corridos.

10 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

10.1 Percentual de resolutividade no prazo em âmbito regional

10.1.1 **Conceito**: A CONTRATADA deverá atingir índice de solução das requisições no prazo, mensurados conforme regras estabelecidas no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO e fazer gestão para que as requisições de

manutenções preventivas, corretivas e eventuais, passíveis de serem solucionadas, sejam concluídas no menor tempo possível.

10.1.2 **Definição:** Entende-se por resolutividade no prazo em âmbito regional as requisições abertas e resolvidas no prazo previsto no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO, no âmbito de cada Unidade da Federação – UF, para manutenções preventivas, corretivas e eventuais.

10.1.3 **Propósito:** Melhorar a disponibilidade do canal autoatendimento em todas as UF.

10.1.4 **Índice exigido:** 95% (noventa e cinco por cento).

10.1.5 A **Base de Cálculo** sobre a qual incidirá esse ajuste por UF, será o resultado do número de chamados fechados em atraso, no período, multiplicado por 1/60 (um sessenta avos) do valor de aquisição do equipamento.

Exemplo: (valor de aquisição/60 (sessenta avos)) * número de chamados fechados em atraso * percentual de ajuste atingido = valor a ser descontado

10.1.6 **Fórmula de Cálculo:**

$$\text{PRAPR} = \frac{\text{SRAPR} \times 100}{\text{SRACR}}$$

PRAPR Percentual de Requisições Atendidas no Prazo no âmbito regional.

SRACR Somatório de Requisições Atendidas pela CONTRATADA no âmbito regional.

SRAPR Somatório de Requisições Atendidas no Prazo, no âmbito regional.

10.1.6.1 Nas fases intermediárias da apuração do **Percentual de Requisições Atendidas no Prazo Regional (PRAPR)**, caso existam, serão utilizadas quatro frações decimais, enquanto o resultado final será apresentado em números inteiros, truncando-se os decimais excedentes em ambas as situações.

10.1.7 **Ajuste na fatura:** Pelo descumprimento do Percentual de Requisições Atendidas no Prazo Regional (PRAPR), a CONTRATADA sujeitar-se-á à percentual de ajuste, conforme tabela abaixo:

Requisições Atendidas no Prazo	Ajuste
≥95%	0,0%
94%	1%
93%	2%
92%	3%
91%	4%
90%	5%
89%	7%

88%	9%
87%	11%
86%	13%
85%	15%
<85%	20%

10.2 **Resolutividade – Horas excedentes ao Prazo Máximo**

10.2.1 **Conceito:** O nível de serviço prestado pela CONTRATADA na resolução das requisições de serviços serão mensurados pelo prazo de solução.

10.2.1.1 A contagem do tempo de resolução de uma requisição de serviço inicia-se a partir da data/hora em que for disponibilizado o ticket no servidor WebService da CAIXA e encerra-se na data/hora em que o ticket de conclusão disponibilizado pela CONTRATADA no servidor WebService for registrado na ferramenta de controle dos chamados, SIGSC ou outra que a CAIXA venha a utilizar.

10.2.1.2 A contagem de prazo máximo para solução do atendimento considera o Período Normal (PN) de atendimento.

10.2.1.3 Período Normal (PN): das 10h00 às 17h00 (segunda a sexta, exceto sábados, domingos, e feriados).

10.2.2 **Definição:** Entende-se por “Resolutividade – horas excedentes ao prazo” que todas as requisições deverão ser atendidas dentro do prazo máximo contratado, definido no ANEXO I - C - PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO.

10.2.3 **Propósito:** Garantir que as requisições de serviços sejam atendidas e solucionadas dentro dos prazos contratados.

10.2.4 **Índice exigido:** 100% (cem por cento) das requisições atendidas no prazo definido

10.2.5 **Base de Cálculo:** A Base de Cálculo sobre a qual incidirá esse ajuste, será o somatório dos tempos que excederem aos prazos máximos das requisições de serviço concluídas no período multiplicado por 1/60 (um sessenta avos) do valor de aquisição do equipamento.

10.2.6 **Fórmula de cálculo:** (somatório dos tempos que excederem aos prazos máximos das requisições de serviço concluídas no período) * desconto descrito na tabela abaixo* 1/60 (um sessenta avos) do valor de aquisição do equipamento.

Criticidade	Prazo de Solução	Prazo Máximo	Desconto (por hora útil ou fração)
Pontos críticos	7 horas	Somatório das horas excedentes ao Prazo de 07h00 úteis	0,02%
Pontos com 1 a 3 equipamentos	7 horas	Somatório das horas excedentes ao Prazo de 07h00 úteis	
Pontos com 4 a 6 equipamentos	9 horas	Somatório das horas excedentes ao Prazo de 09h00 úteis	

Acima de 7 equipamentos	11 horas	Somatório das horas excedentes ao Prazo de 11h00 úteis	
-------------------------	----------	--	--

10.2.7 **Ajuste na fatura:** Pela inadimplência do prazo máximo, o valor do faturamento mensal correspondente ao período de apuração sofrerá ajuste, conforme fórmula de cálculo descrita acima.

10.3 **Recorrência de atendimentos.**

10.3.1 **Conceito:** A CONTRATADA deverá efetuar os atendimentos observando todos os itens de verificação previstos no item 5.2 desse documento, de maneira que não haja recorrência no mesmo equipamento durante o mês de apuração.

10.3.2 **Definição:** Recorrência é a situação em que o mesmo equipamento tenha uma nova requisição de manutenção corretiva aberta, por motivo imputável à CONTRATADA e ou decorrente do uso normal do equipamento, seja atendido pela ilha técnica ou em campo exceto os casos previstos no item 6.1, b).

10.3.3 **Propósito:** Qualificar o atendimento e diminuir as indisponibilidades dos equipamentos.

10.3.4 A apuração da recorrência será feita no mês corrente analisando o total de atendimentos durante aquele mês para cada equipamento.

10.3.5 Caberá abono de recorrência para motivos não imputáveis à CONTRATADA, dentre outros, erro operacional do usuário CAIXA, baixa de imagem para correção de travamento/erro da aplicação CAIXA, infraestrutura elétrica e lógica da Unidade CAIXA, mediante comprovação por parte da CONTRATADA.

10.3.6 Os descontos de recorrência serão aplicados tendo como base de cálculo o valor de aquisição do equipamento e seguirão o quadro abaixo:

Quantidade de Requisições	Desconto %
1	-
2	-
3	0,1
4	0,2
5	0,6
6	0,8
7	1,1
8	1,4
9	1,7
10 ou mais requisições	2,0

10.4 **Inconformidade no atendimento das requisições ou solicitações**

- 10.4.1 **Conceito:** Além dos descontos previstos nos itens anteriores, a CAIXA avaliará a conformidade dos atendimentos e caso, não estejam de acordo com os critérios definidos abaixo, haverá incidência de aplicação de DESCONTO POR INCONFORMIDADE DE ATENDIMENTO, para garantia da qualidade do serviço prestado.
- 10.4.2 **Definição:** A CAIXA validará a conformidade de execução, considerando os critérios de integridade, assertividade, completeza, sequência, rotina pré-definida, prazo, tempestividade na entrega do serviço, e que tenham impactado a CAIXA.
- 10.4.3 **Propósito:** Garantir que todos os atendimentos sejam realizados dentro da conformidade.
- 10.4.4 **Índice exigido:** 100% dos atendimentos conformes.
- 10.4.5 **Base de cálculo:** qualquer inconformidade identificada pela CAIXA ao longo da execução do contrato poderá ser aplicada na fatura corrente.
- 10.4.6 **Fórmula de cálculo e ajuste na fatura:** Em caso de identificação de inconformidade, será aplicado o desconto abaixo:
- 10.4.6.1 Ocorrência: atendimentos fora da conformidade de execução, conforme critérios definidos acima.
- 10.4.6.2 O desconto citado será deduzido na fatura do mês em que for comunicada(s) a(s) ocorrência(s) ou no mês subsequente.
- 10.4.6.3 **Ajuste na fatura:** a CONTRATADA será descontada em 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor bruto faturado para cada ocorrência identificada pela CAIXA.
- 10.4.7 Esse desconto não isenta a CONTRATADA de ser acionada pela CAIXA para apurar a responsabilidade de outras consequências que possam ser ocasionadas pela inconformidade.
- 10.4.8 A CAIXA poderá, a seu exclusivo critério, reverter o desconto citado acima em medida de caráter informativo/educativo, caso seja a primeira ocorrência praticada pela CONTRATADA no decorrer do contrato e identificada pela CAIXA.
- 10.4.9 Além dos descontos poderão ser aplicadas MULTAS conforme previsão contratual.
- 10.5 **Deságio no desconto da fatura:**
- 10.5.1 **Pesquisa de Satisfação**
- 10.5.1.1 **Conceito:** Para toda requisição de serviço concluída pela CONTRATADA será enviada uma mensagem eletrônica para o usuário, onde é descrita a resolução aplicada a requisição de serviço. Ao dar aceite ao serviço, o usuário poderá qualificar o atendimento atribuindo notas de 0 a 10. A CAIXA também poderá adotar outras formas de pesquisa de satisfação para complementar a coleta de informações.

- 10.5.1.2 **Definição:** As formas de pesquisas de satisfação terão como foco a qualidade do atendimento ou quaisquer outros critérios que a CAIXA venha a definir com o objetivo de qualificar o atendimento prestado e o resultado será classificado de acordo com a tabela a seguir.

Nota	Conceito
9 e 10	Ótimo
8	Muito Bom
7	Bom
5 e 6	Regular
0 a 4	Ruim

- 10.5.1.3 **Propósito:** Mensurar a percepção dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.
- 10.5.1.4 **Índice exigido:** 80% das pesquisas com notas Ótimo, Muito Bom ou Bom
- 10.5.1.5 **Base de Cálculo:** Somatório dos descontos pela inadimplência dos níveis de serviço do período
- 10.5.1.6 **Fórmula de Cálculo:** *(somatório das notas ótimo, muito bom ou bom / quantidade de pesquisas realizadas pela CONTRATADA e pela CAIXA).*
- 10.5.1.7 **Ajuste na fatura - Deságio:** Pelo atingimento da meta, valor total do desconto na fatura do período será desagravado de acordo com as seguintes tabelas:

Pesquisa de Satisfação	Índice	Deságio
	$x \geq 80\%$	5,00%
	$80\% > x \geq 75\%$	4,50%
	$75\% > x \geq 70\%$	4,00%
	$70\% > x \geq 65\%$	3,00%
	$65\% > x \geq 60\%$	2,00%
	$60\% > x \geq 55\%$	1,00%
	$x < 55\%$	0,00%

- 10.5.1.7.1 O deságio será calculado a partir do resultado alcançado nas metas acima e incidirá sobre os descontos globais dos respectivos períodos, não sendo acumulados para os seguintes, mesmo na hipótese de não existirem descontos em determinados períodos.

10.5.2 Disponibilidade do Canal Autoatendimento

- 10.5.2.1 **Conceito:** Apurar a disponibilidade dos equipamentos com base nos registros de chamados de manutenção.
- 10.5.2.2 **Definição:** Considera-se que o equipamento está totalmente disponível quando não há nenhuma requisição no mês.
- 10.5.2.3 **Propósito:** Garantir a disponibilidade dos equipamentos no canal Autoatendimento.

10.5.2.4 **Índice exigido:** 98,00%.

10.5.2.5 **Base de Cálculo:** O cálculo será realizado utilizando as seguintes informações:

Total de equipamentos instalados no parque: Relação de equipamentos com status implantado e instalado, com apuração no final de cada dia.

Quantidade de equipamentos com chamado aberto: Relação de equipamentos que estão com chamado aberto, com apuração no final de cada dia.

10.5.2.6 **Fórmula de Cálculo:** O resultado diário será obtido através do seguinte cálculo:
(Total de equipamentos instalados no parque – Quantidade de equipamentos com chamado aberto) / Total de equipamentos instalados no parque) * 100.

10.5.2.6.1 A Disponibilidade Mensal será obtida através da média dos resultados diários.

10.5.2.7 **Ajuste na fatura - Deságio:** Pelo atingimento da meta o valor global do desconto na fatura do período será desagravado de acordo com a seguinte tabela:

Canal	Disponibilidade Mensal	Deságio no desconto global
Autoatendimento	$x \geq 98,00\%$	10,00%
	$98,00\% > x \geq 97,75\%$	9,00%
	$97,75\% > x \geq 97,50\%$	7,00%
	$97,50\% > x \geq 97,25\%$	5,00%
	$97,25\% > x \geq 97,00\%$	3,00%
	$97,00\% > x \geq 96,75\%$	1,00%
	$x < 96,75\%$	0,00%

11 PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 O ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO identifica a forma de acionamento e prazo de atendimento.

11.1.1 A CAIXA poderá promover remanejamento de equipamentos, comunicando previamente a CONTRATADA quanto ao novo endereço, para adequação pela CONTRATADA e ajustes quanto ao prazo de atendimento, se necessário.

11.1.2 A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento do novo endereço e/ou recusar-se a prestar atendimento aos equipamentos nos prazos previstos no ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO.

11.2 A Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA abrirá o chamado para a CONTRATADA, através de seu sistema de atendimento que encaminhará mensagem protocolada pelo canal estabelecido (e-mail protocolado ou webservice) ao sistema da CONTRATADA que deverá estar adequado para recepção nestes formatos, obedecendo à padronização

estabelecida e apresentando todas as informações definidas, conforme descrito no ANEXO I – L – LEIAUTE - TICKET ELETRÔNICO – ABERTURA E FECHAMENTO.

- 11.3 Em caso excepcional de indisponibilidade de seu sistema, a CAIXA poderá opcionalmente utilizar outros canais para abertura contingencial, tais como serviço 0800, *ticket* em sistema automático de abertura de chamado ou preferencialmente por página WEB ou e-mail, sendo a decisão de sua utilização exclusiva da CAIXA.
- 11.4 A CONTRATADA compromete-se a fazer o fechamento dos chamados no instante da conclusão do serviço, sendo que este fechamento deverá ser executado diretamente pelo técnico ou pela Central de Atendimento/Ilha Técnica da CONTRATADA, mediante o obrigatório encaminhamento de mensagem protocolada pelo canal estabelecido (e-mail protocolado ou webservice) ao sistema da CAIXA, obedecendo a padronização estabelecida e apresentando todas as informações conforme descrito no ANEXO I – L – LEIAUTE - TICKET ELETRÔNICO – ABERTURA E FECHAMENTO.
- 11.5 Caso seja necessária qualquer adequação no ANEXO I – L – LEIAUTE - TICKET ELETRÔNICO – ABERTURA E FECHAMENTO, a CAIXA formalizará à CONTRATADA com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência.
- 11.6 A CONTRATADA deverá usar o mesmo número do chamado registrado no Sistema de Atendimento da CAIXA para elaboração do RAT – ANEXO I – E – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – RAT (MODELO).
- 11.7 Os discos rígidos e o teclado criptográfico não recuperáveis deverão ser destruídos fisicamente no momento da substituição, manutenção ou desinstalação e preparo dos equipamentos para *trade in*.
- 11.7.1 O ato de destruição dos discos rígidos e dos teclados criptográficos compreende a sua completa perfuração, através de furadeira ou instrumento similar, na Unidade da CAIXA.
- 11.7.2 Ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas em contrato por quaisquer prejuízos da CAIXA pelo descumprimento do exposto no item acima.
- 11.8 A CONTRATADA garante que todos os materiais/componentes que constam desse instrumento contratual, conforme ANEXO I – I – RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA, a ser entregue na assinatura do contrato, passarão a integrar o presente instrumento contratual, onde quaisquer alterações no citado anexo estarão subordinadas às regras contratuais.
- 11.9 Todos os materiais/componentes substituídos no atendimento deverão ser relacionados no RAT, indicando se foram substituídos em base de troca ou não.
- 11.10 A CAIXA disponibilizará uma mídia matriz, de cada software/aplicativo utilizado nos Pontos de Atendimento CAIXA, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA a multiplicação e disponibilização aos seus técnicos, mediante preenchimento do ANEXO I – F – TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SOFTWARE.
- 11.11 Visando agilizar o serviço de instalação de *software* e aplicações em uso, a CAIXA poderá utilizar-se de tecnologia em rede para a baixa do aplicativo/sistema.

- 11.12 O *software* de propriedade da CAIXA somente poderá ser instalado sem autorização prévia da CAIXA nos casos em que a captura do log estiver impossibilitada.
- 11.12.1 Nos demais casos, em que a captura do log estiver possibilitada, o *software* de propriedade da CAIXA somente poderá ser instalado com autorização prévia da CAIXA.
- 11.13 A CONTRATADA será responsabilizada por utilização indevida das cópias de *softwares* fornecidas pela CAIXA, que estejam em seu poder, observada a legislação pertinente ao assunto.
- 11.14 A CONTRATADA deverá providenciar o cadastramento biométrico de todos os técnicos autorizados à execução dos serviços contratados.
- 11.14.1 Quando da inclusão de novo profissional ao corpo técnico, o cadastramento biométrico deverá ocorrer previamente ao acionamento para qualquer atendimento.
- 11.14.2 Quando da exclusão de técnico autorizado, a CONTRATADA deverá solicitar imediatamente a exclusão do acesso biométrico à CAIXA.
- 11.15 Eventualmente, o técnico poderá se valer do uso de cartão de manutenção, para acesso ao equipamento.
- 11.15.1 Neste caso, a CONTRATADA deverá providenciar desbloqueio prévio do cartão junto à UNIDADE DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA.
- 11.16 Em hipótese alguma os técnicos da CONTRATADA poderão repassar senhas de acesso fornecidas pela CAIXA, bem como alterá-las ou implementá-las, sem a prévia autorização da Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA.
- 11.17 A CAIXA poderá solicitar à CONTRATADA que emita mensalmente, e encaminhe até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, relatórios gerenciais, analíticos, descritivos e estatísticos, sobre a realização dos serviços de assistência técnica, onde estarão demonstrados os dados relativos às requisições atendidas no período de faturamento imediatamente anterior ao corrente mês, constando número de requisições por Ponto de Atendimento, tabela com estatística do prazo de atendimento, requisições em que ocorreram orçamento e prazo de solução ao problema, sendo que outros dados poderão ser incluídos no relatório, a critério da CAIXA.
- 11.17.1 As informações neles constantes poderão ser utilizadas para fins de avaliação da qualidade dos serviços prestados e constituir insumos para melhorias do atendimento.
- 11.17.2 Os formatos dos relatórios serão informados pela CAIXA com 15 (quinze) dias de antecedência do prazo de entrega, podendo ser alterado de acordo com suas necessidades.
- 11.18 A CONTRATADA será acionada exclusivamente por Unidades da CAIXA ou por quem essa indicar formalmente.
- 11.19 A CONTRATADA terá cinco dias úteis para validar e/ou contestar quaisquer informações da fatura, a contar da data do envio do relatório de faturamento pela CAIXA.

- 11.20 O ANEXO I – D – RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS será utilizado na elaboração dos lotes.

12 RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – RAT

- 12.1 A CONTRATADA deverá confeccionar o Relatório de Atendimento Técnico - RAT de acordo com o ANEXO I – E – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – RAT (MODELO), de modo que contenha, no mínimo, os campos ali previstos.
- 12.2 O RAT deverá ser preenchido em formato físico ou digital em, no mínimo, 01 (uma) via, tendo como destinação a unidade na qual foi prestado o atendimento.
- 12.2.1 O RAT em forma digital, em equipamento da CONTRATADA, deverá ser enviado no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, para endereço eletrônico informado pela CAIXA, ou a quem ela indicar.
- 12.2.2 A assinatura poderá ser feita de forma digital, eliminando-se a necessidade do carimbo.
- 12.2.3 Todos os recursos tecnológicos para confecção da RAT digital, e transmissão, são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 12.3 O RAT será composto por quatro fases de atendimento: “Abertura”, “Atendimento Técnico”, “Custos do Atendimento” e “Fechamento”.
- 12.4 Os dados da fase de “Abertura” do RAT serão encaminhados pela Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA à CONTRATADA.
- 12.5 Os campos da fase de “Atendimento Técnico” são de preenchimento obrigatório do técnico, antes da apresentação do RAT para “Fechamento” ao responsável na Unidade da CAIXA.
- 12.5.1 Neste campo, a CONTRATADA deverá informar apenas os códigos/descrição das peças e/ou serviços, previstos na proposta comercial e no ANEXO I – I – RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA.
- 12.6 A fase “Custos de Atendimento” deverá ser validada pela Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA, durante o processo de homologação do atendimento prestado pela CONTRATADA.
- 12.7 Na fase de “Fechamento”, o técnico da CONTRATADA deverá obrigatoriamente preencher os campos data e horário de conclusão e assinatura do técnico. Os demais campos, inclusive a avaliação da qualidade do atendimento, são de preenchimento obrigatório pelo responsável da Unidade da CAIXA, sob carimbo, ou quem a CAIXA designar, devidamente identificado.
- 12.7.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar os RAT digitalizados, que deverão ser nítidos e de boa qualidade, em um portal na internet por ela suportado e mantido, com acesso restrito às Unidades de Suporte Tecnológico da CAIXA, em um prazo máximo de 3 (três)

dias úteis a contar da data do atendimento, devendo manter essa base, no mínimo, por 180 (cento e oitenta) dias.

12.7.1.1 As imagens dos RAT disponibilizados deverão possuir no mínimo:

- Qualidade: 200 dpi;
- Escala de cores: grayscale (256 bits).

12.7.1.2 O portal deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- Pesquisa por nº da RAT;
- Pesquisa por WO (chamado CAIXA);
- Pesquisa por nº de série;
- Pesquisa por data de atendimento;
- Pesquisa por Unidade da CAIXA;
- Pesquisa por Unidade de Suporte Tecnológico;
- Pesquisa por UF;
- Possibilitar download.

12.7.1.3 Os filtros acima poderão ser combinados entre si.

12.7.1.4 O portal deverá estar disponível para utilização das Unidades da CAIXA no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados da assinatura do contrato.

12.7.1.5 A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, as avaliações do atendimento preenchidas na fase “Fechamento” em formato a ser definido pela CAIXA.

12.8 Todos os RAT originais deverão ser mantidos arquivados, pela CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, após o término da vigência do contrato, para serem apresentados em caso de demanda da CAIXA.

12.8.1 É dever da CONTRATADA fornecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, os RAT originais, quando solicitados pela CAIXA.

12.9 Nos atendimentos considerados eventuais, de acordo com o item 6.1 e subitens deste documento, todos os materiais/componentes substituídos no atendimento deverão ser relacionados no RAT, indicando seu código, descrição das peças, e se foram substituídos em base de troca ou não.

12.10 O sistema, após fechamento do chamado pela CONTRATADA, conforme item 11.4, gerará o RAT eletrônico através da leitura do bilhete, a partir da troca de informação entre o sistema do fornecedor e o sistema da CAIXA.

12.11 O RAT físico ou digital deverá conter todos os dados do ANEXO I – E – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – RAT (MODELO).

12.12 O usuário responsável pelo chamado ou pela Unidade da CAIXA deverá registrar suas observações no corpo do RAT, porém não poderá recusar-se a assiná-lo.

12.13 A CAIXA reserva-se o direito de alterar os prazos e a forma de entrega dos RAT de acordo com suas necessidades, sem prejuízo para as partes.

12.14 O RAT não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição.

13 PRAZOS DE ATENDIMENTO

13.1 Os prazos de Atendimento dos Chamados e de execução dos serviços serão contados tendo como limites máximos os valores constantes na tabela do ANEXO I – C – PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO.

14 UNIDADE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA

14.1 As Unidades de Suporte Tecnológico da CAIXA encontram-se relacionadas no ANEXO I – M – UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA e serão as responsáveis pela gestão das instalações, desinstalações, reinstalações, manutenção e assistência técnica dos equipamentos adquiridos neste contrato.

14.2 Quaisquer dúvidas ou solicitações por parte da CONTRATADA deverão ser reportadas à respectiva Unidade de Suporte Tecnológico da CAIXA.

14.3 A indicação da vinculação dos Pontos de Atendimento à respectiva Unidade Suporte Tecnológico da CAIXA será feita no momento da elaboração dos lotes de entrega e instalação do equipamento, para definição do prazo de atendimento conforme ANEXO I – D – RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

15 COMPATIBILIDADE E INTEGRAÇÃO COM A APLICAÇÃO CAIXA

15.1 A CONTRATADA deverá entregar os programas (DLL, API's, CEN XFS e CEN J/XFS, 32 e 64 bits (ATM Reciclador), drivers, bibliotecas, versões de Sistema Operacional etc.) e seus respectivos códigos fonte em, no máximo, 20 (vinte) dias corridos após a formalização da CAIXA.

15.2 Os drivers e APIs de todos os dispositivos ofertados com o equipamento devem ser desenvolvidos pela CONTRATADA de acordo com o padrão CEN XFS e CEN J/XFS (ATM Reciclador) e ser compatíveis com os sistemas operacionais WINDOWS IoT Enterprise LTSC 64 bits na versão em vigência ou mais recente, conforme solicitação da CAIXA, e LINUX Debian 12, 64 bits e versões superiores, sem custo adicional a CAIXA.

15.3 As API's deverão funcionar adequadamente com todos os dispositivos cotados, não podendo, em momento algum travar, ativar processos externos ou gerar qualquer outro tipo de anomalia. A performance do equipamento não poderá ser afetada pelo uso das API's.

15.4 Deverão ser efetivadas as adequações necessárias nos *softwares*, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos, com o desenvolvimento de API no padrão CEN XFS e CEN J/XFS (ATM Reciclador), ajustes de *firmware*, DLL, biblioteca e *drivers*, sem ônus adicional à CAIXA, quando por esta for solicitado ou quando for necessário para compatibilização dos componentes/equipamentos.

- 15.5 Quando a CAIXA identificar a necessidade de compatibilização do equipamento com a aplicação da CAIXA ou da própria CONTRATADA, a CONTRATADA deverá possuir equipe técnica dedicada e à disposição da CAIXA, com atendimento “in loco”, preferencialmente.
- 15.6 A CONTRATADA deverá prestar atendimento tempestivo à equipe da CAIXA sempre que solicitado.
- 15.7 O uso de componentes, periféricos ou dispositivos diferentes dos ofertados na proposta comercial e homologados pela CAIXA será considerado como descaracterização do equipamento e ensejará nas penalidades cabíveis neste documento.
- 15.7.1 Caso seja detectada alguma irregularidade, a CONTRATADA deverá providenciar a sua imediata correção, sem ônus para a CAIXA, e sem prejuízo aos prazos estabelecidos no contrato e seus anexos.
- 16 SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES E ATUALIZAÇÕES DE SOTWARE (DRIVERS, APIS, DLL etc.)**
- 16.1 Durante a garantia dos equipamentos a substituição de peças e/ou de componentes será feita sem custo adicional para a CAIXA, observadas as exclusões constantes no item 6 deste documento.
- 16.2 Na substituição de algum componente ou periférico, devido à manutenção, este deverá ser compatível com *softwares* envolvidos, e com as demais partes do equipamento, não podendo ser, em hipótese alguma, de configuração inferior à substituída.
- 16.3 No caso de substituição da placa mãe, a CONTRATADA deverá gravar corretamente o número de série, marca, modelo e patrimônio na BIOS do equipamento, conforme dados das etiquetas do fabricante e do patrimônio.
- 16.4 A CONTRATADA deverá utilizar somente componentes, periféricos ou acessórios existentes/instalados/homologados para os equipamentos, bem como, os seus respectivos *drivers* no padrão CEN XFS e CEN J/XFS (ATM Reciclador).
- 16.4.1 Todo componente, periférico ou acessório diferente do especificado no ANEXO I – A – REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS HW deverá ser homologado pela CAIXA, cabendo à CONTRATADA, sem ônus adicional à CAIXA, sua integração aos demais elementos da solução (*hardware*, *software* e aplicativo) por meio da disponibilização de API (Application Program Interface) no padrão CEN XFS e CEN J/XFS (ATM Reciclador).
- 16.5 A CONTRATADA poderá solicitar homologação de novos componentes, periféricos ou acessórios para manter os equipamentos imediatamente após a assinatura do contrato, sendo que neste caso a homologação deverá seguir o seguinte fluxo:
- 16.5.1 Solicitação por parte da CONTRATADA para homologar novo componente, periférico e/ou acessório junto à CAIXA.
- 16.5.2 Desenvolvimento e adequação por parte da CONTRATADA dos *DRIVERS* e API.

- 16.5.3 Auxílio, quando solicitado, para a confecção de imagem pela CAIXA do sistema operacional com aplicação de autoatendimento encapsulada.
- 16.6 A apresentação para homologação de cada componente e periférico, com respectivos *Drivers* e API (CEN XFS e CEN J/XFS), em plenas condições de uso - no mínimo 03 (três) exemplares deverão ser entregues na CN Soluções de TI – Núcleo A – CESOA/SP, na SUART – SN Arquiteturas de TI e na CEAUS – Centralizadora Nacional Atendimento Usuários de TI, nos seguintes endereços:

CESOA/SP	SUART	CEAUS
Av. Guido Caloi	SAUS Quadra 3 – Bloco E	Quadra SEPN 512, conjunto
n. 1000, Bloco 9	13º andar – Matriz II	C, Lote 9/10, Térreo
Jardim São Luis	Asa Sul	Asa Norte
São Paulo – SP	Brasília – DF	Brasília – DF
CEP: 05.802-140	CEP: 70070-030	CEP: 70.760-500

- 16.7 A CAIXA realizará a homologação de componentes/periféricos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, respeitando as seguintes condições:
- 16.7.1 Solicitação formal de homologação do componente/periférico.
- 16.7.2 Entrega das amostras em todas as Unidades indicadas no item anterior.
- 16.7.3 Disponibilização da documentação técnica do fabricante do componente/periférico ora proposto para homologação.
- 16.7.4 Desenvolvimento e adequação por parte da CONTRATADA dos *DRIVERS*, DLL e APIs.
- 16.7.5 Responder as diligências da CAIXA em no máximo 48 (quarenta e oito) horas corridas.
- 16.7.6 Caso haja necessidade de correção dos *drivers*/API será interrompido o prazo de homologação a contar da solicitação da CAIXA.
- 16.8 A CONTRATADA deverá efetivar as adequações necessárias nos *softwares* básicos e em outros aplicativos, como o desenvolvimento de API (Application Program Interface) no padrão CEN XFS e CEN J/XFS (ATM Reciclador), sem ônus adicional à CAIXA, quando por esta for solicitado ou quando for necessário para compatibilização dos componentes/equipamentos eventualmente instalados.
- 16.8.1 A disponibilização da API deverá ocorrer com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência, para realização de testes de compatibilidade com o aplicativo bancário da CAIXA, o que implica por parte da CONTRATADA, na necessidade de se planejar, caso encontre dificuldades na aquisição de partes e componentes sobressalentes.
- 16.7.1.1 A finalização da customização da API para Windows IoT - CEN XFS, 64 bits, e para LINUX – CEN J/XFS 32 e 64 bits, deverá ocorrer com até 30 (trinta) dias corridos da entrega da API, sem custo adicional a CAIXA.
- 16.8.2 A CONTRATADA deverá prestar atendimento de suporte à CAIXA ou ao seu representante designado, durante toda a fase de avaliação, sem nenhum custo adicional.

- 16.8.3 Somente após finalizadas todas as fases de homologação e sendo considerados APTOS e HOMOLOGADOS pela CAIXA, os novos componentes e periféricos poderão ser utilizados nos chamados de substituição de peças. Em hipótese nenhuma a CONTRATADA poderá utilizar novos componentes, periféricos ou acessórios até que o processo de homologação de nova peça esteja devidamente concluído.
- 16.7.3.1 Caso o novo componente, periférico ou acessório não possua compatibilidade com os aplicativos CAIXA, ele não será considerado HOMOLOGADO e não será admitida a sua inclusão no contrato.
- 16.9 Durante a garantia dos equipamentos, qualquer alteração nos programas (DLL, API, *drivers* etc.) do fornecedor ou alteração de compatibilidade com distribuições do Sistema Operacional da CAIXA, seja por solicitação da CAIXA ou não, deverá ocorrer sem ônus para a CAIXA, em até 60 (sessenta) dias corridos após a solicitação.
- 16.10 Durante a garantia dos equipamentos, a CONTRATADA executará, sem ônus adicionais para a CAIXA, correções de “bugs” de *hardware*, *firmware* e/ou *software* diagnosticadas, no período máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de solicitação formal.
- 16.11 Todas as APIs e todos os *drivers* dos componentes periféricos do equipamento deverão possuir compatibilidade com o WINDOWS IoT Enterprise LTSC 64 bits e na versão em vigência ou mais recente, conforme solicitação da CAIXA, e LINUX Debian 12 64 bits e versões superiores, sem custo adicional a CAIXA.
- 16.11.1 Os códigos fontes dessas API serão de propriedade da CAIXA (para uso exclusivo em seus terminais) e deverão ser entregues à CAIXA em local a ser indicado, em meio eletrônico (Pen Drive), em 2 (duas) cópias, que deles poderá fazer qualquer tipo de uso, alterá-los, adaptá-los e/ou melhorá-los.
- 16.11.2 A necessidade de desenvolvimento de API não isenta a CONTRATADA das penalidades por eventuais descumprimentos do prazo de solução dos chamados.
- 17 CUSTOMIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO SOB DEMANDA DE API, FIRMWARE, DRIVERS, DLL E OUTRAS CONSTRUÇÕES/CUSTOMIZAÇÕES**
- 17.1 A CONTRATADA, durante a vigência do contrato, deverá, sempre que for acionada, construir/customizar os programas (DLL, API, *drivers*, *firmware* e outras alterações que forem necessárias para compatibilização do componente/periférico com o sistema operacional).
- 17.2 As construções/customizações demandadas deverão ser executadas para a CAIXA, conforme cronograma acordado entre as partes.
- 17.3 A CAIXA realizará a homologação da construção/customização de API, Firmware, Drivers, DLL e outras customizações necessárias demandadas a nível de firmware e *software* de baixo nível dos componentes/periféricos para compatibilização com o sistema operacional Debian 13 e versões superiores, respeitando as seguintes condições:

- Desenvolvimento e adequação por parte da CONTRATADA da construção/customização de DRIVERS, DLL, APIs e outras customizações necessárias demandadas a nível de firmware e *software* de baixo nível
 - Disponibilização da documentação da referida construção/customização
 - Responder as diligências da CAIXA em no máximo 48 horas corridas
 - Caso haja necessidade de correção será interrompido o prazo de homologação a contar da solicitação da CAIXA.
- 17.4 O referido prazo previsto em cronograma será interrompido quando os testes e validações estiverem sob responsabilidade da unidade CAIXA, voltando a ser contabilizado após o retorno da CAIXA à CONTRATADA.
- 17.5 Somente, após finalizadas toda a fase de homologação da construção/customização, será considerada finalizada a entrega e o serviço poderá ser faturado.
- 17.5.1 Nas situações de atraso do cronograma acordado entre as partes, a CONTRATADA sujeitar-se-á a penalidade prevista nas sanções administrativas do contrato.
- 17.6 As construções/customizações deverão possuir compatibilidade com o sistema operacional Linux Debian 13 e superiores.
- 17.7 Os códigos fontes dessas API serão de propriedade da CAIXA (para uso exclusivo em seus terminais) e deverão ser entregues à CAIXA em local a ser indicado, em meio eletrônico, que deles poderá fazer qualquer tipo de uso, alterá-los, adaptá-los e/ou melhorá-los.
- 17.8 As construções/customizações de API não isenta a CONTRATADA das penalidades por eventuais descumprimentos do prazo de solução dos chamados.
- 17.9 Em hipótese nenhuma a CONTRATADA poderá faturar o serviço que ainda estiver em fase de homologação.
- 17.10 A CAIXA reserva-se o direito de instalar nos equipamentos objeto do presente contrato, produtos de hardware ou *software* de outros fornecedores ou fabricantes, com mão-de-obra própria ou de terceiros desde que tal iniciativa não implique em danos físicos aos equipamentos, sem que isso possa ser usado como pretexto pela CONTRATADA para se desobrigar da prestação de serviços previstos neste contrato.
- 17.11 A recusa em não anuir serviços, componentes e periféricos prestados ou fornecidos por terceiros deverá ser consubstanciada pela CONTRATADA, por meio de laudo técnico.
- 18 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**
- 18.1 A Transferência de Conhecimento consiste em fornecer todos os subsídios para que a CAIXA obtenha os conhecimentos necessários ao perfeito entendimento da solução contratada, no que concerne à instalação, configuração, operacionalização, parametrização e gerenciamento.
- 18.2 A Transferência de Conhecimento poderá ser organizada em turmas definidas conforme perfil dos usuários que a CAIXA e/ou CONTRATADA observarem necessários.

- 18.3 A Transferência de Conhecimento deverá ser realizada, preferencialmente, em ambiente da CONTRATADA, podendo ser realizada, sob demanda e a exclusivo critério da CAIXA, em ambiente CAIXA.
- 18.4 A Transferência de Conhecimento poderá ocorrer em qualquer cidade proposta pela CONTRATADA, desde que previamente consentido pela CAIXA, em função do público-alvo a ser treinado.
- 18.5 Para as turmas realizadas em ambiente CAIXA, todos os custos referentes ao deslocamento dos profissionais técnicos e ministrante, incluindo passagens, hospedagem e alimentação, e todo material utilizado, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 18.6 Neste caso, todos os recursos de infraestrutura físicos necessários serão providenciados pela CAIXA.
- 18.7 Deverão ser fornecidos, no primeiro dia de aula, todo o material de apoio, incluindo apostilas oficiais de treinamento da solução para cada um dos participantes, as quais deverão conter todo o conteúdo a ser abordado no respectivo treinamento.
- 18.8 O material deverá ser entregue em formato digital e impresso.
- 18.9 O material deverá estar disponível em português (brasileiro).
- 18.10 A CONTRATADA deverá apresentar sugestão de ementa detalhada dos tópicos e técnicas didáticas planejadas, para cada tipo de turma, para prévia aprovação da CAIXA.
- 18.11 As ementas deverão ser atualizadas, a pedido da CAIXA, ou por iniciativa da CONTRATADA, por motivo de adequação necessária à utilização operacional da solução por parte dos usuários da CAIXA ou por motivo de atualização da solução.
- 18.12 As atualizações das ementas solicitadas pela CAIXA deverão ser realizadas pela CONTRATADA em prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.
- 18.13 As Transferências de Conhecimento deverão ter como foco principal a demonstração prática das funcionalidades, potenciais da solução e detalhamento dos recursos tecnológicos.
- 18.14 Ao final de cada turma de Transferência de Conhecimento, a CONTRATADA deverá encaminhar à CAIXA a relação de frequência e a avaliação dos participantes, para a realização do ateste.
- 18.15 Ao final da Transferência de Conhecimento, os participantes deverão, conforme ementa específica para cada tipo de turma, estar aptos a compreender todas as alternativas de uso de cada funcionalidade existente na Solução Tecnológica e usá-las de maneira adequada.
- 18.16 A CONTRATADA deverá zelar e assegurar a transferência de todo conhecimento adquirido ou produzido, relativamente a serviços em andamento ou finalizados, para as equipes da CAIXA e/ou para aquelas por ela designadas.

- 18.17 Após a fase de instalação dos equipamentos, a CAIXA poderá solicitar, a qualquer momento, novas turmas de Transferência de Conhecimento, seja para efeito de atualização das equipes, seja por motivo de rotatividade de pessoas usuárias da solução.
- 18.18 O treinamento de transferência de conhecimento poderá ocorrer de forma remota, em turmas, datas e horários acordados entre CAIXA e CONTRATADA, desde que essa disponibilize previamente à CEAUS vídeos demonstrativos da operação e das funcionalidades do equipamento, principais intervenções para correção de indisponibilidades, assim como manuais customizados do usuário, devendo os mesmos serem avaliados e ratificados pela CEAUS.

19 FISCALIZAÇÃO

- 19.1 A CAIXA exercerá a fiscalização sobre a fiel observância das disposições deste contrato e sobre os serviços contratados, por intermédio de seus empregados ou por quem vier a indicar, registrando em relatório as deficiências verificadas e encaminhando cópia à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 19.2 Os serviços julgados pela fiscalização como mal executados deverão ser imediatamente refeitos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CAIXA.
- 19.3 A ausência ou omissão da fiscalização da CAIXA, não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no contrato.

20 TRADE IN

- 20.1 A CONTRATADA será responsável pela desinstalação dos equipamentos obsoletos objetos do trade in e instalação dos equipamentos novos.
- 20.2 A CAIXA se reserva o direito de alterar os locais de desinstalação de acordo com sua necessidade.
- 20.3 Qualquer mudança no local de desinstalação, que venha a implicar em alteração de endereço, será previamente comunicada à CONTRATADA com antecedência de 15 (quinze) dias corridos.
- 20.4 A desinstalação dos equipamentos obsoletos deverá ser realizada por técnico da CONTRATADA em conjunto com técnico indicado pela CAIXA, se for o caso.
- 20.5 Entende-se como instalação do novo equipamento os procedimentos:
- ✓ Desembalar o equipamento novo;
 - ✓ Colocar no local definitivo indicado pelo usuário;
 - ✓ Realizar o chumbamento;
 - ✓ Fixar e ajustar o funil;
 - ✓ Fazer a conexão dos cabos e periféricos, incluindo *patch cord*;
 - ✓ Energizar o equipamento;
 - ✓ Realizar os testes do equipamento;
 - ✓ Habilitar logicamente o equipamento;
 - ✓ Baixar imagem;

- ✓ Realizar os testes com o usuário.

20.6 Entende-se como desinstalação do equipamento obsoleto:

- ✓ Desligar o equipamento;
- ✓ Desconectar os cabos;
- ✓ Deschumbar o equipamento;
- ✓ Retirar o funil, quando necessário;
- ✓ Retirar o equipamento do local que está instalado;
- ✓ Instalar módulo merchandising ou funil cego fornecido pela CAIXA, se for o caso;
- ✓ Inutilizar Hard Disk e teclado criptográfico;
- ✓ Embalar o equipamento;
- ✓ Identificar os volumes;
- ✓ Preparar para transporte;
- ✓ Transportar o equipamento e funil para o processo de descarte.

20.7 A inutilização física do disco rígido e teclado criptográfico devem, obrigatoriamente, ocorrer no local onde o equipamento estava instalado, não sendo permitida a retirada do equipamento obsoleto das dependências da CAIXA sem a comprovação da execução de tal procedimento.

20.8 A inutilização física do disco rígido e teclado criptográfico compreende a sua completa perfuração, através de furadeira ou instrumento similar, na Unidade da CAIXA.

20.9 É responsabilidade da CONTRATADA o descarte dos resíduos oriundos das embalagens (madeira, papelão, fitas, plásticos, entre outros).

20.10 A CONTRATADA deverá fornecer o material para a embalagem dos equipamentos obsoletos.

20.11 A CONTRATADA poderá utilizar-se das embalagens dos equipamentos novos para acondicionar os equipamentos antigos, desde que essas sejam apropriadas.

20.12 A identificação do volume deve conter, obrigatoriamente, o CGC da unidade de origem, número de série, marca e modelo do equipamento obsoleto.

20.13 Entende-se como recolhimento do equipamento, a retirada dos equipamentos da unidade da CAIXA ou depósito por ela indicado e transporte até local indicado pela CONTRATADA.

20.14 No ato do recolhimento dos equipamentos obsoletos, a CONTRATADA deverá apresentar à CAIXA o “Termo de Recolhimento”, de acordo com modelo do ANEXO I – G – TERMO DE RECOLHIMENTO DE EQUIPAMENTOS, devidamente preenchido com as informações constantes da relação de locais de entrega e recolhimento a ser fornecida pela CAIXA, para conferência e assinatura por parte da CAIXA.

20.15 A desinstalação dos equipamentos obsoletos e a instalação de equipamentos novos poderá ocorrer em qualquer unidade da CAIXA localizada no território nacional.

- 20.16 A CAIXA fornecerá à CONTRATADA a relação dos endereços dos locais de instalação dos equipamentos novos e desinstalação dos equipamentos obsoletos quando da elaboração dos lotes de entrega.
- 20.17 Após o término do recolhimento de cada lote de entrega, a CONTRATADA terá 90 (noventa) dias para apresentar a comprovação do devido descarte dos equipamentos, através de relatórios e respectivo certificado de destinação dos resíduos, separado por tipo e pesagem, com laudo fotográfico, conforme regulamentado no item 20 e subitens.
- 20.18 A não execução do trade in nos termos definidos neste contrato resultará nas sanções previstas contratualmente.
- 20.19 A desinstalação de equipamentos objeto de trade in, por Ponto de Atendimento, que supere a volumetria de ATM RECICLADOR objeto de aquisição deste contrato, nos termos do item 1.2 deste documento, deverá ocorrer no mesmo período em que os equipamentos forem entregues e instalados pela CONTRATADA.

21 LOGÍSTICA REVERSA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 21.1 A CONTRATADA deverá declarar possuir condições operacionais de processar o(s) resíduo(s) industrial(ais) ou contratar empresa para descartar de forma adequada todos os componentes que contém os equipamentos que serão substituídos nas dependências das Unidades CAIXA, de acordo com a Lei 12.305/2010.
- 21.2 A CONTRATADA deverá proceder conforme estabelecido abaixo:
- 21.3 Recolhimento do bem substituído nas dependências das Unidades CAIXA;
- 21.3.1 Reciclagem ou descarte ambientalmente adequado do bem conforme NBR 16.156;
- 21.3.2 A destinação do material deve ser realizada por empresas licenciadas para tal atividade, a fim de garantir a reutilização ou destinação correta dos resíduos;
- 21.3.3 Pesagem e segregação do material de acordo com o tipo de composição;
- 21.3.4 Apresentação do *ticket* de pesagem dos materiais, contendo os valores separados por material e disponibilizados para conferência;
- 21.3.5 Descaracterizar marcas ou quaisquer outros sinais distintivos da CAIXA;
- 21.3.6 Cumprir todos os requisitos da legislação ambiental para o exercício de sua atividade;
- 21.3.7 Manter atualizadas e renovar, no prazo determinado pela lei, todas as licenças, autorizações, certificados e cadastros necessários para o exercício de sua atividade:
- ✓ Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental estadual para realização das atividades de reprocessamento com lixo tecnológico;
 - ✓ Cadastro Técnico Federal do IBAMA;

- 21.3.8 Pagar as taxas ambientais aplicáveis, no prazo estipulado na legislação ambiental, e exibir à CAIXA os documentos exigidos pela legislação ambiental para o exercício de sua atividade, devidamente atualizados.
- 21.3.9 Permitir acesso dos representantes da CAIXA às dependências da CONTRATADA para fins de inspeção do processo de descarte.
- 21.3.10 A CONTRATADA assume inteira responsabilidade que a destinação final dos resíduos, por parte dos receptores atenderá a legislação ambiental vigente.
- 21.3.11 Apresentar relatórios comprobatórios e respectivo certificado de destinação dos resíduos, separado por tipo e pesagem, com laudo fotográfico.
- 21.4 A CAIXA reserva-se o direito de realizar inspeção e auditoria do processo de logística reversa, podendo ser de forma remota ou presencialmente nas unidades de manufatura reversa.

22 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DESCONTOS

- 22.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa/contestação, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
 - a) Glosas, passíveis de contestação nos respectivos faturamentos;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
 - d) Impedimento de licitar e contratar com a CAIXA pelo prazo de 5 (cinco) anos;
- 22.2 A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa e glosas nos seguintes casos:
 - a) Pelo descumprimento do prazo de entrega e instalação dos equipamentos na data final do respectivo Lote, por motivo imputável à CONTRATADA, esta sujeitar-se-á à multa equivalente ao percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia corrido de atraso sobre o preço unitário de aquisição do equipamento, limitado ao valor unitário do equipamento.
 - b) Pelo descumprimento do prazo de entrega e instalação dos equipamentos, conforme cronograma acordado entre as partes, por motivo imputável à CONTRATADA, esta sujeitar-se-á à multa equivalente ao percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por cada equipamento não entregue ou não instalado, sobre o preço unitário de aquisição do equipamento.
 - c) Pelo descumprimento do prazo de recolhimento dos equipamentos (*trade in*), instalados em Agências ou alocados em depósitos, conforme cronograma acordado entre as partes, por motivo imputável à CONTRATADA, esta sujeitar-se-á à multa equivalente ao percentual de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia corrido

de atraso, sobre o preço unitário do equipamento, limitado a 10% do valor de aquisição do equipamento.

- d) Caso a CONTRATADA não obtenha percentual mínimo de resolutividade em âmbito regional de 90% (noventa por cento) por 3 (três) meses consecutivos ou por 6 (seis) meses alternados, em, no mínimo 2 (duas) mesmas Unidades da Federação, dentro de um período de 12 (doze) meses, sujeitar-se-á à aplicação de multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor global do contrato.
- e) Caso a CONTRATADA alcance os limites definidos antes do período de 12 (doze) meses, será iniciado novo período de apuração no mês subsequente ao último mês que contribuiu para a aplicação da multa, sendo, neste caso, contabilizado novo período de 12 (doze) meses.
- f) Pelo descumprimento do prazo de realização da integração, adequação ou indisponibilidade de sua ferramenta de atendimentos de requisições com o Sistema de Gerenciamento de Serviços CAIXA, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 0,0001% (zero vírgula zero zero zero um por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor global contrato.
- g) A não disponibilização da mídia com o teste de diagnóstico (*software*) que será utilizado pela CONTRATADA para avaliação dos equipamentos no prazo indicado no item 5.3.8 implicará em multa de 0,001% (zero vírgula zero zero um por cento) sobre o valor global do contrato, a ser cobrado mensalmente e de forma cumulativa.
- h) Pelo atraso nas atualizações dos *softwares* básicos (*drivers*, DLL) e em outros aplicativos, como o desenvolvimento de API (Application Program Interface) no padrão CEN/XFS/JXFS (Reciclador), a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 0,0002% (zero vírgula zero zero zero dois por cento) por dia corrido de atraso, sobre o somatório dos valores de aquisição dos equipamentos instalados.
- i) Pelo atraso no diagnóstico de “bugs” de *hardware*, *firmware* e/ou *software*, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa equivalente ao percentual de 0,0002% (zero vírgula zero zero zero dois por cento) por dia corrido de atraso, sobre o somatório dos valores de aquisição dos equipamentos instalados.
- j) Pelo atraso no cronograma acordado entre as partes para construções/customizações demandadas, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 0,0002% (zero vírgula zero zero zero dois por cento) por dia corrido de atraso, sobre o somatório dos valores de aquisição dos equipamentos instalados.
- k) Caso seja identificada a utilização de componentes, em desacordo com o estabelecido no item 8.10 e subitens deste documento, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de utilização do componente ou periférico não homologado, sobre o preço de aquisição de cada equipamento envolvido, até a sua devida retirada ou regularização na CAIXA.
- l) Pelo não cumprimento ou atraso na execução da elaboração do orçamento, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao ajuste acumulativo de 0,004% (zero vírgula zero zero quatro por cento) por hora e/ou fração de hora, de atraso (respeitando a janela de atendimento) sobre o preço de aquisição de cada equipamento envolvido.

- m) Pelo não cumprimento ou atraso na disponibilização dos orçamentos no prazo definido no item 6.12, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao ajuste acumulativo de 0,025% (zero vírgula zero vinte e cinco por cento), por dia de atraso sobre o preço de aquisição do equipamento.
 - n) Pelo descumprimento ou atraso na execução de cada ação estipulada no Plano de Melhoria, decorrente da avaliação de desempenho ou em resposta à notificação operacional, a CONTRATADA, sujeitar-se-á à aplicação de multa de 0,05%(zero vírgula zero cinco por cento) por dia corrido de atraso na finalização da devida ação, sobre o preço unitário do equipamento, limitado a 5% do valor de aquisição do equipamento para cada ação.
 - o) Ocorrendo reincidência, de NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL dentro do mesmo período de faturamento a CONTRATADA sujeitar-se à multa a 10% do valor de aquisição do equipamento.
 - p) Pelo descumprimento dos parágrafos segundo, alínea “d”, terceiro, alínea “b” e quarto, alínea “b”, da **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**, multa anual de 0,1 (zero vírgula um por cento) % sobre 1/60 (um sessenta avos) do valor global contratado, no caso de reincidência após a 1ª Notificação.
 - q) Pelo descumprimento ou atraso na execução de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, a CONTRATADA sujeitar-se à multa de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) sobre o valor global do contrato.
- 22.3 As multas e as glosas previstas nos incisos acima são aplicáveis simultaneamente, se for o caso, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste contrato.
- 22.4 As multas serão descontadas do valor da nota fiscal/fatura, da garantia contratual ou ainda de outros contratos que a CONTRATADA venha a ter com a CAIXA, e, se excedido o referido valor, será cobrada diretamente da CONTRATADA ou judicialmente.
- 22.5 O somatório das multas previstas neste contrato estará limitado a 10% (dez por cento) do valor global contratado.
- 22.6 Não há limite previsto para as glosas, dadas as características específicas desse instituto jurídico.
- 22.7 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a CAIXA pelo prazo de 5 (cinco) anos poderá ser aplicada nos casos em que a CONTRATADA não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer falsa declaração ou cometer fraude fiscal.
- 23 NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL**
- 23.1 A CONTRATADA deverá se sujeitar a notificação, a exclusivo critério da CAIXA, caso não atinja os níveis mínimos de serviço, ou ocorra insatisfação sobre os serviços prestados ou descumprimento das suas obrigações.

- 23.1.1 Caso seja identificado atraso na reposição de preposto, atraso na reposição da ilha técnica, descumprimento de prazos e/ou não atendimento de solicitações, a CAIXA poderá a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, notificar a CONTRATADA com o objetivo de exigir o fiel cumprimento das obrigações contratuais, bem como alertar sobre a possibilidade de abertura de processo administrativo de penalidade.
- 23.1.2 A cada notificação operacional, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar um plano de melhoria.
- 23.1.3 A notificação será aplicada em casos que não acarretem prejuízos para a CAIXA e que não comprometam a continuidade da prestação dos serviços.

24 PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA

- 24.1 A CONTRATADA fica obrigada a participar de pesquisa de avaliação de desempenho da execução contratual, que poderá ser realizada, a critério da CAIXA, no decorrer da vigência contratual, podendo abordar aspectos tais como:
- a) Qualidade dos produtos/serviços;
 - b) Qualificação dos profissionais;
 - c) Execução das atribuições dos prepostos;
 - d) Aspectos de negociação;
 - e) Cumprimento de ações de melhorias;
 - f) Satisfação geral;
 - g) Outros aspectos relativos à execução do contrato.
- 24.2 Havendo a avaliação de desempenho, a CAIXA informará o conceito obtido pela CONTRATADA e poderá indicar a necessidade de apresentação de Plano de Melhoria pela CONTRATADA, caso ela obtenha avaliação inferior ao limite definido pela Contratante e previamente informado à CONTRATADA.
- 24.3 O Plano de Melhoria deverá ser apresentado pela CONTRATADA à CAIXA tanto em situações de baixo índice na avaliação de desempenho quanto nos casos de notificação operacional.
- 24.4 O Plano de Melhoria, a ser homologado pela CAIXA, deve propor ações objetivas e com prazos determinados, com vistas a elevar o desempenho ou resolver o que foi abordado na notificação operacional.
- 24.5 Quando do não atendimento das ações no prazo estabelecido no Plano de Melhoria homologado pela CAIXA, a CONTRATADA sujeitará às sanções previstas no Contrato.

25 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 25.1 A CAIXA, após recebimento da nota fiscal/fatura e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, no 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente ao da entrega, instalação e recolhimento por trade in (quando for o caso) dos equipamentos e demais serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente, em agência da CAIXA, conforme segue:

Para equipamentos alvos de substituição (Trade in):

100% (cem por cento) do valor do equipamento após comprovação da sua efetiva entrega/instalação, bem como efetivo recolhimento do equipamento obsoleto, objeto de trade in.

Para equipamentos alvos de aberturas de novas agências e adicionais:

100% (cem por cento) do valor do equipamento após comprovação da sua efetiva entrega/instalação.

25.1.1 A CONTRATADA receberá cada equipamento obsoleto pelo valor a ser ofertado quando da proposta comercial, valor esse a ser descontado das faturas de pagamento, de forma que os terminais obsoletos comporão o pagamento, na operação de trade in.

25.1.2 Os serviços eventuais serão por demanda e pagos após o ateste da CAIXA.

25.2 As notas fiscais deverão ser entregues para a CAIXA até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao das entregas, instalações e trade in e/ou prestação dos serviços.

25.2.1 As notas fiscais deverão ser entregues na CN GOVERNANÇA DE TI - CEGTI (SAUS Quadra SEPN 512, conjunto C, Lote 9/10, 4º andar, Asa Norte, Brasília/DF – CEP 70.760-500) ou qualquer outra Unidade que a CAIXA vier a indicar.

25.3 A CAIXA poderá solicitar, ao seu critério, até 10% (dez por cento) do total de equipamentos com a ausência do funil, devendo essa informação constar na formalização do pedido do respectivo lote.

25.4 Neste caso, deverá ser aplicado ao preço final do equipamento desconto no valor correspondente ao custo do funil informado nos itens eventuais, conforme proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

26 GRAU DE CRITICIDADE DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS

26.1 Considerando o grau de criticidade inerente à Segurança da Informação das atividades a serem desempenhadas pela CONTRATADA, classificamos o grau de criticidade como ALTO, por se tratar o objeto de contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de autoatendimento tipo ATM Reciclador com trade-in, com vigência de 60 (sessenta) meses.

26.2 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).

26.3 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

- 26.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 26.5 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 26.6 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 26.7 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 26.8 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 26.9 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.
- 26.10 CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 26.11 CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.
- 26.12 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço.
- 26.13 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es).
- 26.14 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 16 (dezesesseis) horas, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:

- I conhecimento da política de segurança da informação da empresa CONTRATADA e da CAIXA, mencionada no item 23.2;
 - II uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
 - III. proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
 - IV proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
 - V uso seguro de dispositivos;
 - VI uso seguro de e-mails;
 - VII uso seguro de soluções em nuvem;
 - VIII uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
 - IX adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
 - X formas defensivas contra phishing e smishing;
 - XI formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
 - XII formas defensivas contra engenharia social;
 - XIII formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA;
 - XIV vazamento de dados e proteção de senhas;
 - XV metodologia e princípios da Privacy by Design e Security by Design.
- 26.15 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 23.10.
- 26.16 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 26.17 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.
- 26.18 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 26.19 A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.

- 26.20 Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 26.21 CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI no último ano dividido pela quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 23.9, dividido pela quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- 26.22 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:
- a) Notificação Operacional.
 - b) Aplicação de multa pelo descumprimento ou atraso na execução de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, de 0,001% (um milésimo percentual) a 0,05% (cinco centésimos percentuais) sobre o valor global do contrato.
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 26.23 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 26.24 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:
- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
 - b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente.
- 26.25 A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e das sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, disponível no Portal Licitações CAIXA.
- 26.26 A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras

internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação.

- 26.27 A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
- 26.28 O treinamento de segurança da informação e proteção de dados referido no item 2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.
- 26.29 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item anterior e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.
- 26.30 A CONTRATADA deve emitir relatórios, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.
- 26.31 O relatório deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.
- 26.32 A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.
- 26.33 A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 26.34 A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 26.35 A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 26.36 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados e dos demais a seguir:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

- b) Quantidade de relatórios, referidos no item 23.30, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- c) Quantidade de relatórios, referidos no item 23.35, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.
- 26.37 A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.
- 26.38 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 26.39 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.

27 ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 27.1 A fase de encerramento refere-se ao processo de finalização pela CONTRATADA da prestação dos serviços contratados, devendo esta elaborar processo de repasse integral e irrestrito dos conhecimentos e competências necessárias e suficientes para promover a continuidade dos serviços.
- 27.2 A entrega do Plano de Encerramento deverá ser finalizada em, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos anteriores ao término do contrato.
- 27.3 O Plano de Encerramento dos Serviços deve detalhar o processo de repasse dos serviços, tratando, no mínimo, dos seguintes tópicos:
- Estatística de requisições;
 - Problemas recorrentes estratificados por tipo de equipamento;
 - Histórico de utilização de peças;
 - Histórico de horas técnicas (HT);
 - Histórico de serviços eventuais;
 - Histórico de atrasos nos atendimentos;
 - Equipamentos com atendimentos recorrentes;
 - Outras informações que a CAIXA solicitar.

- 27.4 As mídias disponibilizadas pela CAIXA para uso da CONTRATADA durante a execução do contrato, bem como as duplicadas, deverão ser descartadas de forma sustentável, conforme definição da CAIXA.
- 27.5 A CONTRATADA deverá garantir, à CAIXA ou a quem essa indicar, o fornecimento de quaisquer peças e componentes integrantes do equipamento disponibilizado, pelo prazo de 5 (cinco) anos após o término da vigência da última garantia de equipamento.
- 27.5.1 No período de 5 (cinco) anos mencionado em 24.5, os valores das peças/componentes estarão sujeitos à correção anual do ICTI, ou outro índice que venha a substituí-lo, podendo a CONTRATADA reivindicar correção adicional, devidamente fundamentada, caso o preço esteja defasado em relação ao mercado.
- 27.5.2 Os pedidos deverão ser encaminhados à CONTRATADA com antecedência mínima de 90 dias corridos.
- 27.5.3 Em havendo necessidade de alteração de peças/componentes do *hardware*, durante o período indicado em 24.5, a CONTRATADA deverá ajustar API, disponibilizando-a em até 90 dias corridos, sem ônus adicional à CAIXA.

ANEXO I - C

PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO DO ATENDIMENTO**1. PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO – SERVIÇOS COBERTOS PELA GARANTIA**

- 1.1 O prazo máximo de solução para atendimento seguirá o disposto na tabela abaixo, considerando a data/hora de designação da requisição:

Criticidade	Prazo de Solução
Pontos críticos	7 horas
Pontos com 1 a 3 equipamentos	7 horas
Pontos com 4 a 6 equipamentos	9 horas
Acima de 7 equipamentos	11 horas

- 1.2 Os pontos críticos serão definidos pelas UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO limitando-se a 5% (cinco por cento) do parque no âmbito da respectiva Unidade da Federação (UF).

- 1.2.1 O fornecedor receberá mensalmente a relação de pontos críticos, bem como a relação com todos os equipamentos instalados no parque.

- 1.2.2 Inclusões e exclusões ocorridas ao longo do mês não afetam a relação de pontos críticos da UF.

- 1.3 Para análise da criticidade do ponto, será considerado o total de equipamentos de autoatendimento instalados, estando ou não neste contrato.

- 1.4 Não será acrescido nenhum prazo adicional para solução independente da distância do local de atendimento.

- 1.5 A contagem de prazo máximo para solução do atendimento considera o Período Normal (PN) de atendimento.

PN: das 10h00 às 17h00 (horas úteis).

- 1.6 Não haverá contagem de prazo máximo para solução do atendimento fora do PN.

- 1.7 O prazo do SLA inicia-se com a designação do chamado e finda com o horário do envio do tíquete de fechamento do chamado.

OBSERVAÇÃO: Não haverá nenhuma forma de reembolso por deslocamento de técnico ou logística de peças/materiais.

2. PRAZOS MÁXIMOS PARA SOLUÇÃO – SERVIÇOS NÃO COBERTOS PELA GARANTIA

Serviços Sob Demanda	Prazo de Solução
Mudança	05 dias corridos

Remanejamento	05 dias corridos
Desinstalação	05 dias corridos
Preparação para transporte	05 dias corridos
Reinstalação	05 dias corridos
Apresentação de orçamento	2 dias úteis
Execução após aprovação do orçamento	Mesmo prazo previsto para os serviços cobertos pelo encargo fixo mensal
Vistorias	02 dias úteis
Fornecimento de Funil	05 dias corridos
Serviços de reparo do cofre	05 dias corridos
Substituição da fechadura e/ou abertura técnica forçada	03 dias corridos
Recall do painel frontal	07 dias corridos
Entintamento	02 dias corridos, se o equipamento estiver apto ao uso (falso positivo, por exemplo)
Entintamento	05 dias corridos, se o equipamento não estiver apto ao uso

- 2.1 Nos casos dos serviços eventuais, o prazo de solução poderá ser estendido caso haja a necessidade de atendimento da fornecedora de comunicação.
- 2.2 Neste caso o serviço de mudança, remanejamento e reinstalação terão continuidade após a conclusão do serviço da fornecedora de comunicação.
- 2.2.1 A comunicação sobre a continuidade do serviço será feita pela CAIXA à CONTRATADA com 1 (um) dia útil de antecedência.

ANEXO I -D**RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

Documento em Excel disponibilizado juntamente com este edital no site de licitações da Caixa.

ANEXO I - E

MODELO DE RAT – RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO

Logotipo/Nome da	WO	1 RAT Nº
Empresa contratada		

1. ABERTURA (Preenchido pela CONTRATADA)

Unidade		Contato		Fone/Ramal	
Endereço					
Equipamento / Marca / Modelo				N.º Série	
Nº Tombamento (Patrimônio CAIXA)					
Peças/Serviços		Responsável pela abertura da requisição		Data	Hora
Descrição do Serviço: «MotivoSolicitacao»				Atendimento: [] Normal 2 [] Emergencial	
3 Pegar insumos/ equipamentos na CAIXA?		S/ N	Local		Final da Garantia / /

2. ATENDIMENTO TÉCNICO (Preenchido pela CONTRATADA)

4 Técnico		Da ta	Início:	Término:	Visto	
Serviços Executados				Qtde.	Código de Serviço	
5						
Observações				Equipamento em Laboratório		
Necessário 6 Orçamento ?	7 S/ N	Entrega do Orçamento / /	Aprovação	8 Data e hora da Execução	Abrir Pendência	S/ N

3. CUSTO DO ATENDIMENTO

Totalização dos Custos do Atendimento	Valor (R\$)
(+) Serviços	

(-) Atrasos de atendimento da chamada	
(=) Valor Total do Atendimento	

4. FECHAMENTO (Preenchido pela CONTRATADA e pela CAIXA)

Conclusão do Serviço: Data / / Hora _____:_____	O atendimento prestado foi considerado: () Ótimo () Regular () Bom () Ruim 9	
Assinatura e identificação do técnico que prestou o atendimento	Assinatura do Usuário CAIXA responsável pelo Equipamento sob carimbo	Observações:

Observações:

- O Quadro 1 - Abertura deverá ser preenchido pela CONTRATADA, mediante dados fornecidos pela CAIXA quando da solicitação do atendimento.
- O Quadro 2 – Atendimento Técnico, referente aos serviços executados, deverão ser preenchidos pela CONTRATADA, informando as datas, horários, códigos, quantidades, descrições e outros detalhamentos sobre os serviços executados.
- O Quadro 3 - Custo de Atendimento, deverá ser consolidado/conferido pela UNIDADE DE SUPORTE TECNOLÓGICO da CAIXA, durante o processo de homologação do atendimento prestado pela CONTRATADA, de acordo com os valores constantes da Proposta Comercial..
- O Quadro 4 – Fechamento deverá ser preenchido primeiramente pela CONTRATADA, devendo o técnico que executou o atendimento se identificar e assinar, bem como registrar a data e horário de conclusão do atendimento.
- Os demais campos do quadro são de preenchimento exclusivo da CAIXA, pelo usuário responsável pelo EQUIPAMENTO objeto da requisição, que deverá opinar sobre a qualidade do atendimento, registrar suas observações, e dar seu aceite para o atendimento, mediante assinatura sob carimbo.

ANEXO I - F**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SOFTWARE**

Unidade/Empresa		Telefone/ramal	
Usuário/Responsável pelo recebimento		Matrícula/RG	
Software	Versão	série	
Fornecedor		Fabricante	
Equipamento de Instalação			
N. Série	Modelo	Nome Lógico	Fabricante
Observações			
Data de Instalação		Situação	

Situação: P – Próprio A – Alugado D – Demonstração

DECLARO QUE RECEBI O SOFTWARE ACIMA, SOBRE O QUAL ASSUMO A RESPONSABILIDADE DE CONTROLE, GUARDA E CONSERVAÇÃO.

Em: ____/____/____	Assinatura e carimbo:
---------------------------	-----------------------

ANEXO I - G**TERMO DE RECOLHIMENTO DE EQUIPAMENTOS**

=====

(Este documento deve ser preenchido em duas vias)

Contrato nº _____ Cliente: Caixa Econômica Federal

Dependência: _____ Prefixo: _____ UF: _____

Endereço: _____

Retirado(s)

Nº Universal: (Marque o nº de todos os equipamentos DV retirados no ponto)

Atestamos que foi(ram) efetuada(s) a(s) desinstalação(ões) e descaracterização(ões) do(s) bem(ns) acima relacionado(s):

Declaramos, para os devidos fins, que os bens relacionados acima foram entregues pela CAIXA, na forma de Manufatura Reversa, à empresa XXXXX, CNPJ xxxxxxxxxxxxx, a qual ficará responsável pelo recolhimento e descarte ambientalmente adequado dos equipamentos.

Declaramos, ainda, que o Caixa Econômica Federal não é contribuinte de ICMS, razão pela qual está desobrigada da emissão de documentos fiscais desses impostos.

Local e Data: _____ de _____ de _____

Nome do Funcionário (CAIXA): _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

Nome do Funcionário (Fornecedor):

Registro: _____

Assinatura: _____

ANEXO I - H**FLUXO DE INCLUSÃO NA FERRAMENTA DE CHAMADOS DA CAIXA****1. Regras para Integração do Sistema de Atendimento**

- 1.1 Todos os chamados para atendimento às solicitações da CAIXA serão abertos pelas áreas de operações e gestão de incidentes ou pela Central de Atendimento da CAIXA.
- 1.2 A Central de Atendimento da CONTRATADA deverá possuir capacidade para o recebimento e emissão automática de chamados, de modo a permitir a implementação de sistemática de troca de informações eletrônicas protocoladas entre a CAIXA e a CONTRATADA e entre CONTRATADA e a CAIXA, utilizando-se de webservice para abertura, fechamento e atualização de situação dos chamados, no período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano.
- 1.3 O webservice utilizará o padrão SOAP, padronizado pelo W3C (disponível em <http://www.w3.org/TR/soap/>).
- 1.4 Cabe à CONTRATADA a integração do sistema de atendimento com o da CAIXA, de modo que a abertura do chamado e seu respectivo fechamento sejam gerenciados pelo sistema de HELP DESK da CAIXA, sem ônus adicionais.
 - 1.4.1 A CAIXA irá informar à CONTRATADA o formato do registro eletrônico a ser trocado entre os sistemas.
- 1.5 No caso de ser necessário atendimento técnico presencial em alguma unidade da CAIXA, o técnico da CONTRATADA deverá preencher a RAT – Relatório de Atendimento Técnico, conforme modelo apresentado no anexo, e entregar ao Gestor da Unidade Atendida.
 - 1.5.1 O início da indisponibilidade será considerado conforme dados das ferramentas de gerenciamento da CAIXA ou pela abertura de chamado técnico com a CONTRATADA.
 - 1.5.2 Da mesma forma, o final da indisponibilidade será considerado conforme dados das ferramentas de gerenciamento da CAIXA ou pelo encerramento do chamado.
 - 1.5.3 É facultado à CAIXA definir se usará os dados da ferramenta de gerenciamento ou dos horários de abertura e fechamento dos chamados para efeitos de cálculo das indisponibilidades.
- 1.6 A CONTRATADA deverá, após a primeira entrega da documentação de integração de sistemas, finalizar a troca de comunicação entre as partes e disponibilizar em produção a troca de acionamentos, respeitado o prazo máximo de integração deste contrato.
- 1.7 Os dados oficiais para cálculo de SLA e respectivos descontos serão os dados baseados na integração do sistema da CAIXA com a CONTRATADA.

- 1.7.1 Durante o período inicial de integração dos sistemas, para o período em questão, os descontos serão baseados nos dados da CAIXA mediante negociação com a CONTRATADA.
- 1.7.2 Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo de integração valerão os dados da CAIXA de forma sumária.
- 1.7.3 Até que ocorra a integração dos sistemas de atendimento e para os casos de contingências, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA:
 - a) Número telefônico de tarifação reversa (0800) para abertura de chamados relativos a manutenção.
 - b) Caixa postal de correio eletrônico, acessível via internet, para receber as solicitações de instalação, desativação e alteração de endereço.
- 1.7.4 A CAIXA informará para a CONTRATADA a caixa postal eletrônica que será a remetente das solicitações.

2. Modelo de Comunicação

- 2.1 O modelo de integração com fornecedores atende Requisições, Solicitações de Serviços, incidentes e mudanças.
- 2.2 A solução prevê que a comunicação do fornecedor com a CAIXA seja sempre passiva, ou seja, a aplicação criada pelo fornecedor sempre consome o webservice da CAIXA, tanto para busca de novas requisições, ordem de serviço, incidente quanto para a atualização de informações para solicitação.
- 2.3 Desta forma a CAIXA disponibiliza um WSDL com a garantia de certificado digital na extranet, onde o fornecedor deverá efetuar o consumo de informações dos leiautes, para isso o mesmo deve ter o seu IP autenticado, além das credenciais de acesso e a chave referente ao fornecedor/contrato específico.
 - 2.3.1 Salientamos que o acesso é efetuado através de um DNS externo com IP público e após acesso, regras de NAT/Firewall para encaminhamento para um IP interno.
 - 2.3.2 Portanto, foi idealizado que toda a troca de comunicação seja efetuada via leiautes XML via WSDL como caminho primário e como contingência será utilizado a comunicação via e-mail onde o bilhete XML estará contemplado no “corpo do e-mail”.

3. Pré-requisitos - Fornecedor

- 3.1 Autorização: O fornecedor deve preencher o formulário de autorização de conexão externa e encaminhar à equipe CAIXA contratante, solicitando a equipe responsável pela administração do GSC que seja providenciada a criação de chave para acesso ao Webservice CAIXA.
- 3.2 Comunicação: Para realização da integração via troca de arquivos, o fornecedor deve acessar o WSDL disponibilizado pela CAIXA, onde o mesmo deverá informar as

credenciais de acesso. Além das credenciais de acesso (username e senha), é preciso informar o qualificador e código do tipo do arquivo, que serão disponibilizados com as demais informações de acesso.

3.3 Aplicação para captura e envio de arquivos: O fornecedor deverá possuir uma aplicação capaz de:

- a) Interpretar os Leiautes XML de comunicação fornecidos pela CAIXA;
- b) Capturar os arquivos de abertura de requisição disponibilizados pela CAIXA pelo meio webservice;
- c) Validar as informações dos arquivos recebidos de acordo com sua necessidade para atendimento aos chamados;
- d) Encaminhar os arquivos de retorno (aceite/recusa, pendência, conclusão do serviço), de acordo com o leiaute de arquivos padrão definido pela CAIXA.

3.4 Tal aplicação, utilizada na comunicação via webservices, deve ser desenvolvida pelo próprio fornecedor, na linguagem e plataforma que melhor se ajustar ao ambiente de trabalho. A única premissa é que essa aplicação faça uso dos métodos de captura e envio de arquivos disponibilizados pelo sistema da CAIXA.

4. Pré-requisitos - Ambiente CAIXA

4.1 Para que o fornecedor possa receber as requisições abertas pela equipe CAIXA é preciso que ele esteja cadastrado no ITSM – SIGSC e que exista um modelo de requisição criada para o tratamento do referido processo.

4.2 A equipe CAIXA deverá encaminhar as credenciais de acesso para o fornecedor.

4.3 A aplicação do fornecedor deverá ser capaz de receber, interpretar e enviar corretamente os arquivos para atualização das requisições por meio de comunicação webservices, ou e-mail protocolado somente como contingência.

4.4 Visando garantir que essa integração ocorra com o menor risco possível, o gestor deve solicitar à equipe responsável pela administração do SIGSC a realização de testes com o fornecedor a fim de assegurar que a implantação da integração em ambiente de produção ocorra da melhor maneira possível, evitando transtornos com solicitações reais dos usuários.

4.5 Eventuais dúvidas operacionais relacionadas aos serviços e atividades realizadas deverão ser encaminhadas ao gestor contratante ou operacional.

5. Troca de arquivos

5.1 Para os serviços acordados, a equipe CAIXA efetuará a abertura de requisições no sistema corporativo da CAIXA.

- 5.1.1 No momento da designação do chamado ao fornecedor, ficará disponível no webservice, um arquivo em formato XML.
- 5.1.2 Para cada requisição será disponibilizará um arquivo XML, com informações distribuídas de acordo com o leiaute padrão e com os tipos de acionamento realizados.
- 5.1.3 O fornecedor, em seu ambiente, deve possuir aplicação capaz de capturar os arquivos no webservice fornecido pela CAIXA, validar as informações dos arquivos recebidos e encaminhar os arquivos de retorno, também de acordo com o leiaute de arquivos padrão definido pela CAIXA.
- 5.1.4 Ao capturar os arquivos encaminhados pelo CAIXA (via webservices) o fornecedor efetuará validação dos dados recebidos a fim de identificar se haverá ou não a possibilidade de atendimento.
- 5.1.5 Em caso positivo, deverá encaminhar (também via webservices) arquivo de aceite, aceitando o serviço. Em caso negativo, deverá encaminhar arquivo de recusa informando o motivo pelo qual não será possível prestar o atendimento.
- 5.2 Para os atendimento que forem aceitos, ao final do atendimento deverá ser encaminhado pelo fornecedor (via webservices) arquivo de conclusão do(s) serviço(s) informando à CAIXA que o atendimento foi finalizado (conforme leiaute padrão a ser disponibilizado pela CAIXA), para cada ação do fornecedor o mesmo receberá um leiaute de retorno informando se a solicitação foi processada no sistema CAIXA.
- 5.2.1 Caso no momento da validação não seja possível a sensibilização na ferramenta da CAIXA de acordo com o leiaute proposto, o retorno XML informará que não foi processado e apresentará a descrição para o problema encontrado, para que seja dado tratamento por parte do fornecedor, que poderá enviar nova atualização quando a situação for corrigida. Motivos de não processamento de arquivos:
 - c) Padrão de arquivo inválido ou arquivo corrompido;
 - d) Chamado está concluído no sistema da CAIXA e não permite atualização;
 - e) Chamado está cancelado no sistema da CAIXA e não permite atualização;
 - f) Valor inválido para o campo "nomedocampo". (Neste caso, a mensagem deve informar o nome do campo/tag/elemento que possui valor inválido)
- 6. A qualquer tempo, durante a vigência do contrato, a CAIXA poderá solicitar alterações no fluxo de integração, inclusive no leiaute padrão definido para as requisições.

ANEXO I - I**RELAÇÃO INICIAL DOS COMPONENTES E PARTES APLICADAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – NÃO COBERTOS PELA GARANTIA**

Número do item (A)	Descrição (B)	Substituição por novo (R\$) (C)	Base de troca (R\$) (D) -> $D = C * 0,60$	DETALHAMENTO (E)

Regras de utilização do anexo:

- A CONTRATADA deve relacionar toda e qualquer peça que seja passível de troca ou reparo nos equipamentos.
- Qualquer item ou peça não constante da relação acima será desconsiderado nos orçamentos enviados.
- A omissão ou esquecimento da inclusão de eventual componente ou peça não poderá ser alegada pelo fornecedor para o não atendimento aos equipamentos, devendo a contratada efetuar os serviços, sendo seu pagamento autorizado após a devida regularização, respeitadas as condições contidas neste anexo.
- Eventual inclusão de novas peças, somente serão aceitas mediante justificativa formal do fornecedor, e quando derivadas de alteração de condições mercadológicas ou evolução tecnológica, deverá ser mantido o preço do item substituído.
- Deverá ser mantido o preço de mercado da nova peça, quando o seu valor for inferior ao da peça substituída, devendo a contratada comunicar a CAIXA formalmente.
- O número do item não poderá ser alterado durante a vigência do contrato, e dos períodos de garantia.
- Para os atendimentos onde houver a substituição da peça a base de troca será descontado 40% do valor da peça nova, conforme estabelecido no ANEXO I – B - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.
- A lista acima não guarda relação com as peças cotadas para efeito de apuração do vencedor do certame.

- O campo “DETALHAMENTO” deverá possuir redação clara para a identificação do componente utilizado na manutenção do equipamento.

Exemplos de uso da Tabela:

Número do item (A)	Descrição (B)	Substituição por novo (R\$) (C)	Base de troca (R\$) (D) -> D = C * 0,60	DETALHAMENTO (E)
99.111.111.111.11	Placa mãe modelo XXX	R\$ 250,00	R\$ 150,00	Placa mãe “Asus” modelo xxx
99.111.111.111.12	Memória modelo xxxx	R\$ 20,00	R\$ 12,00	Memória RAM - DDR 3 - 2Gb
99.111.111.111.15	HD modelo xxx	R\$300,00	R\$ 180,00	Disco rígido - Modelo - Samsung SATA3 - 500 Gb

ANEXO – I – J**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM API**

A empresa, CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação na **LICITAÇÃO CAIXA nº 348/2025 – CECOT/BR**, que dispõe de equipe adequada e com EXPERIÊNCIA EM INTEGRAÇÃO COM APLICAÇÃO BANCÁRIA E DESENVOLVIMENTO DE API E DRIVERS, para a execução dos serviços de garantia/assistência técnica durante todo o período de vigência do contrato.

Local, data

.....
Assinatura e nome do representante legal da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada, preferencialmente, em papel timbrado da declarante.

ANEXO I - K**MODELO DE DECLARAÇÃO DE APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO
QUALIFICADO, ADEQUADO**

A empresa, CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação na **LICITAÇÃO CAIXA nº 348/2025- CECOT/BR**, que dispõe de aparelhamento, incluindo Ferramental (protótipos, ferramentas, gabaritos etc.) e Teste de Diagnóstico, além de Equipe Técnica especializada para a prestação dos serviços corretivos, preventivos, eventuais, além de colaboradores com experiência em integração ou desenvolvimento de API e drivers (no padrão CEN/JXFS) para a execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico em equipamentos de autoatendimento, condições que serão mantidas durante todo o período de vigência do contrato.

Local, data

.....
Assinatura e nome do representante legal da empresa

Observação: Esta declaração deverá ser apresentada, preferencialmente, em papel timbrado da declarante.

ANEXO I - L

LEIAUTE TICKET ELETRÔNICO – ABERTURA E FECHAMENTO

Documentos disponibilizados juntamente com este edital no site de licitações da Caixa.

ANEXO – I – M**UNIDADES DE SUPORTE TECNOLÓGICO DA CAIXA**

Responsáveis pela Gestão Operacional da Manutenção e Assistência Técnica

CIAUS	COD	ENDEREÇO	CEP	UF de abrangência
CIAUS/BH	7435	Av. Contorno, 8.256 -5º andar - Gutierrez - Belo Horizonte/MG	30.110-062	MG
CIAUS/BR	7436	ST SAUS Quadra 3 BLC e 10º AND ALA NORTE MATRIZ II – Asa Sul – Brasília/DF	70.070-030	DF
CIAUS/GO	7875	Rua 0011, número 250, 4. andar – Ed. Sede CAIXA. Setor Central. Goiânia/GO	74.015-170	GO, MT, MS
CIAUS/MN	7458	Rua Ramos Ferreira, nº 596 6º Andar, Centro - Manaus/AM	69.010-903	AM, PA, AC, RO, RR, AP, TO
CIAUS/PO	7876	Rua Sete de Setembro, 1001 4º andar, Centro Histórico - Porto Alegre/RS	90.010-191	RS, SC, PR
CIAUS/RE	7466	Rua Vinte e Quatro de Agosto, nº 211, Santo Amaro - Recife/PE	50.040-190	MA, PI, CE, RN, BA, SE, PB, PE, AL
CIAUS/RJ	7469	Rua Marrecas, 20 Torre 2 – 4º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ	20.031-120	RJ, ES
CIAUS/SP	7877	Largo da Concordia 211 - 1º andar - Brás - São Paulo/SP	03.012-010	SP

ANEXO I- N**DECLARAÇÃO DE ESTOQUE MÍNIMO DE COMPONENTES E PERIFÉRICOS**

A empresa, CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, para fins de participação na Licitação Caixa nº 348/2025 que dispõe de insumos e capacidade para suportar no mínimo 60 meses o processo de manutenção dos equipamentos e manterá estoque mínimo das peças e componentes de hardware e software – inclusive painéis frontais e APIs – do(s) equipamento(s), para manutenções, suporte técnico ou ampliações, de forma que possam ser mantidas todas as funcionalidades inicialmente contratadas, durante o período de vigência contratual.

Local, data

.....
Assinatura e nome do representante legal da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da declarante.

ANEXO I- O
CHECKLIST DE DESINSTALAÇÃO

Logotipo/Nome da Empresa CONTRATADA	REQUISIÇÃO Nº	10 RAT Nº
--	----------------------	------------------

1. ABERTURA (Preenchido pela CONTRATADA)

Unidade Lotérica		Contato		Fone/Ramal	
Endereço					
Equipamento / Marca / Modelo				N.º Série	
Nº Tombamento (Patrimônio CAIXA)					
Peças/Serviços	Responsável pela abertura do Chamado			Data	Hora
Descrição do Serviço: «MotivoSolicitacao»				Atendimento: [] Normal 11 [] Emergencial	
12 Pegar insumos/ equipamentos na CAIXA ?	S/N	Local		Final da Garantia / /	

2. DESCRIÇÃO DOS PERIFÉRICOS (Preenchido pela CONTRATADA)

Periférico	Marca	Modelo	Número de Série

3. FECHAMENTO (Preenchido pela CONTRATADA e pelo Empresário Lotérico)

Conclusão do Serviço: Data / / Hora ____:____	Nome e assinatura, sob carimbo ou com CPF/CI, do Usuário da UL responsável pelo Equipamento	Observações:
---	--	--------------

Nome, assinatura e identificação do Técnico que prestou o atendimento		
---	--	--

Observações:

- O Quadro 1 - Abertura deverá ser preenchido pela CONTRATADA, mediante dados fornecidos pela CAIXA quando da solicitação do atendimento.
- O Quadro 2 – Descrição dos Periféricos, referente aos equipamentos e periféricos, deverá ser preenchido pela CONTRATADA, informando o periférico, marca, modelo e número de série do equipamento desinstalado.
- O Quadro 3 – Fechamento deverá ser preenchido primeiramente pela CONTRATADA, devendo o técnico que executou o atendimento se identificar e assinar, bem como registrar a data e horário de conclusão do atendimento; e deverá ser preenchido pelo usuário da UL responsável pelo equipamento, registrando suas observações, mediante nome e assinatura sob carimbo ou assinatura com a indicação do nome, CI ou CPF.

ANEXO I - P

**DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS DE PROCESSAMENTO DE
RESÍDUOS INDUSTRIAIS**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

À

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,

LICITAÇÃO CAIXA Nº 348/2025– CECOT/BR

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE), com sede (ENDEREÇO DA EMPRESA LICITANTE), inscrita no CNPJ sob número (CNPJ DA EMPRESA LICITANTE), por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades da lei, para fins de participação na Licitação CAIXA nº 348/2025– CECOT/BR, que possuir condições operacionais de processar o(s) resíduo(s) industrial(ais) ou contratar empresa para descartar de forma adequada todos os componentes que contém o equipamento que serão substituídos nas dependências, durante todo o período de vigência do contrato.

_____, ____/____/____
Local e data_____
Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

RG/CPF:

ANEXO I- Q**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA
ECONOMICA FEDERAL E [NOME DA INSTITUIÇÃO]**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir descritas (em conjunto, “**PARTES**” ou individualmente, “**PARTE**”):

(A) **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira constituída sob a forma de Empresa Pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regendo-se pelo Estatuto atualmente vigente, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lote 3/4, CEP 70092-900, Brasília – DF (“**CAIXA** ou **PARTE DIVULGADORA**”); e

(B) [NOME DA INSTITUIÇÃO E SUA QUALIFICAÇÃO] (“**PARTE RECEPTORA**”).

CONSIDERANDO que a **CAIXA** pretende contratar [OBJETO RESUMIDO DA CONTRATAÇÃO]

CONSIDERANDO que a **CAIXA** pretende disciplinar as informações e documentos fornecidos para a **PARTE RECEPTORA**.

CONSIDERANDO que a **PARTE RECEPTORA** terá acesso a dados da **CAIXA** e da operação pretendida (a “**BASE DE DADOS**” ou “**INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**”) e, portanto, terá acesso a informações confidenciais, sujeita inclusive à Lei do Sigilo Bancário;

CONSIDERANDO que as **PARTES** desejam ajustar as condições de revelação das informações confidenciais a serem disponibilizadas, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso das informações objeto da **BASE DE DADOS/INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**.

RESOLVEM as **PARTES** acima qualificadas, celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** (“**TERMO**”), mediante as cláusulas e condições que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada proteção e tratamento das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** (conforme abaixo definidas) a serem reveladas pela **CAIXA**, obrigando-se a **PARTE RECEPTORA** a manter o sigilo e confidencialidade das mesmas.
- 1.2. As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a toda e qualquer informação que seja revelada pela **CAIXA**.
- 1.3. O presente **TERMO** não constitui um contrato efetivo ou obrigação final com relação à **TRANSAÇÃO**.

- 1.4. O presente **TERMO** não constitui um contrato efetivo ou obrigação final com relação à **PROPOSTA** e à eventual **TRANSAÇÃO**, e nenhum contrato prevendo uma operação ou transação deverá ser considerado como existente entre as **PARTES**, salvo e até que um contrato final e definitivo satisfatório às **PARTES** seja negociado, assinado e entregue.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- 2.1. As **PARTES** se obrigam a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, conforme abaixo definida, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pela **CAIXA** à **PARTE RECEPTORA**, devendo ser tratada como informação confidencial.
- 2.2. Deverá ser considerada como informação confidencial, toda e qualquer informação escrita ou oral revelada à outra **PARTE**, contendo, ou não, a expressão "**CONFIDENCIAL**".
- 2.2.1. O termo "Informação" abrangerá toda informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: toda e qualquer informação ou documentação detida, fornecida ou elaborada pela **CAIXA** a respeito de qualquer aspecto dos negócios, ativos, passivos ou condição financeira, técnicas, especificações, cópias, modelos, fluxogramas, plantas, programas de computador, mídias eletrônicas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, preços e custos, definições e informações mercadológicas, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros, doravante denominadas "**INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**" a que, diretamente ou por meio de seus diretores, empregados e/ou prepostos, venha a **PARTE RECEPTORA** a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiadas durante e em razão das tratativas realizadas.
- 2.3. As **PARTES** comprometem-se, igualmente, a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiro, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados, prepostos e/ou colaboradores, de qualquer natureza, faça uso dessas **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAIS** de forma diversa do previsto neste **TERMO**.
- 2.3.1. Observando o disposto acima, entende-se por terceiro qualquer pessoa física ou jurídica que não seja parte deste Acordo, ainda que sem personalidade jurídica.
- 2.4. As **PARTES** deverão cuidar para que as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** fiquem restritas ao conhecimento dos diretores, sócios, administradores, empregados, assessores, advogados, contadores ou consultores, empregados, parceiros comerciais e/ou prepostos, ou pessoas que sejam por elas indicadas

("Representantes"), que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-los da existência deste TERMO e da natureza confidencial das informações.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

3.1. As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento não serão aplicadas a informação que:

- a) Seja comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão da **PARTE RECEPTORA**;
- b) Já esteja em poder da **PARTE RECEPTORA**, como resultado de sua própria pesquisa. contanto que a **PARTE RECEPTORA** possa comprovar esse fato;
- c) Tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
- d) Seja revelada em razão de requisição judicial ou outra determinação juridicamente válida de Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que a **PARTE RECEPTORA** tome medidas de proteção para que o cumprimento da ordem se limite ao destinatário indicado, devendo também notificar a **CAIXA**, de pronto, dando-lhe ciência da existência de tal ordem, de modo a conferir-lhe tempo hábil para buscar as medidas que julgar cabíveis antes do prazo final para o cumprimento ordenado.
- e) A divulgação da **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** seja autorizada pela CAIXA ou necessária ao registro de uma Oferta Pública junto à Comissão de Valores Mobiliários, dentro das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.2. Se a **PARTE RECEPTORA** for obrigada, em decorrência de qualquer regra (seja de natureza regulamentar ou legal), ordem, instrução ou exigência jurídica que seja emitida por qualquer agência, órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário a revelar qualquer **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL**, deverá, a menos que impedida pela autoridade competente, notificar previamente tal fato à **CAIXA**, o mais breve possível. Nesse caso, salienta-se que a ausência de envio da notificação prévia não poderá eximir a **PARTE** compelida a responder o ofício e/ou a ordem nos termos e no prazo previsto, comprometendo-se, no entanto, a divulgar somente a exata fração das informações necessárias ao cumprimento de tal ordem, nos estritos limites legais.

4. CLAUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

- 4.1. As **PARTES** se comprometem e se obrigam a utilizar a **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** revelada pela outra **PARTE** exclusivamente para os propósitos deste **TERMO**, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.
- 4.2. A **PARTE RECEPTORA** obriga-se a proceder à proteção das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, revelando-as a terceiros apenas se previamente autorizado por escrito pela **CAIXA**.
- 4.3. A **PARTE RECEPTORA** tomará as medidas de proteção na mesma proporção em que tomaria para proteger suas próprias informações confidenciais, a fim de manter as informações confidenciais em sigilo.
- 4.4. Cada **PARTE** permanecerá como única proprietária de toda e qualquer informação eventualmente revelada à outra **PARTE** em função deste **TERMO**.
- 4.5. O presente **TERMO** não implica a concessão, pela **CAIXA** à **PARTE RECEPTORA**, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de edição ou qualquer direito relativo à propriedade intelectual.
- 4.6. A **PARTE RECEPTORA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade relativos a **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** que venham a ser reveladas.
- 4.7. A **PARTE RECEPTORA** compromete-se a separar as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** das informações confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.
- 4.7.1. A **PARTE RECEPTORA** não poderá utilizar as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros, bem como não poderá efetuar qualquer gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso.
- 4.8. Ao aceitar as disposições do presente **TERMO**, a **PARTE RECEPTORA** toma ciência e concorda que outras pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que estejam em uma posição de conflito de interesse com a **PARTE RECEPTORA**, poderão também ser clientes da **CAIXA** e que a **CAIXA** poderá fornecer serviços financeiros ou de outra natureza aos mesmos.
- 4.9. Todavia, a **CAIXA** salienta à **PARTE RECEPTORA** que, consistente com suas políticas institucionais de manter em estrita confidencialidade os negócios de seus clientes, a **CAIXA** obriga-se a não usar, dispor, fornecer ou de qualquer forma se utilizar de informações fornecidas pela **PARTE RECEPTORA**, para outros fins

diversos dos específicos para a **TRANSAÇÃO** e de mesma forma não fornecerá à **PARTE RECEPTORA** quaisquer informações confidenciais recebidas de quaisquer clientes da **CAIXA**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- 5.1. Todas as informações confidenciais reveladas por uma **PARTE** à outra permanecem como propriedade exclusiva da **CAIXA**, devendo a esta retornar, no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da referida solicitação por escrito, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes. Não obstante, as obrigações contidas nesta cláusula não impedem que a **PARTE RECEPTORA** mantenha por período indeterminado cópias de documentos contendo **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** unicamente para a finalidade de atendimento a exigências legais, regulatórias ou estipuladas em suas políticas internas de retenção de registros, permanecendo, nessa hipótese, responsável pelo tratamento confidencial das mesmas.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- 6.1. O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, sendo que o prazo de cumprimento das obrigações definidas neste Acordo é de 2 (dois) anos contados de sua assinatura, ou término de toda e qualquer obrigação nele consubstanciada, o prazo que for maior, mantendo o sigilo das informações confidenciais mesmo após a execução do **TERMO**.

7. CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1. A quebra de qualquer obrigação prevista no presente **TERMO**, ensejará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as **PARTES**, sem prejuízo, de a **PARTE RECEPTORA**, se sujeitar, em razão de ato omissivo e/ou comissivo, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **CAIXA**, inclusive as de ordem moral, de imagem, regulatória ou concorrencial, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. O presente **TERMO** constitui acordo entre as **PARTES**, aplicando-se a todos os acordos, promessas, propostas, declarações, entendimentos e negociações anteriores ou posteriores, escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES**, sejam estas ações feitas direta ou indiretamente pelas **PARTES**, em conjunto ou separadamente, e, será igualmente aplicado a todo e qualquer acordo ou entendimento futuro, que venham a ser firmados entre as **PARTES** relacionados ao objeto deste **TERMO**.

- 8.2. Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade e da economicidade, e preencherão as lacunas com estipulações que, presumivelmente, teriam correspondido à vontade das **PARTES** na respectiva ocasião.
- 8.3. O disposto no presente **TERMO** prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as **PARTES** quanto ao sigilo de **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, tais como aqui definidas.
- 8.4. A omissão ou tolerância das **PARTES** em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste **TERMO** não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.
- 8.5. Nenhuma das **PARTES** poderá ceder seus direitos e obrigações decorrentes deste **TERMO** a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra parte, com exceção das cessões realizadas dentro dos respectivos conglomerados societários das **PARTES**, naquilo que for necessário ao cumprimento das obrigações aqui previstas.
- 8.6. As **PARTES** comprometem-se, por si e por seus administradores, sócios, funcionários, consultores e demais prepostos a abster-se das seguintes práticas: (i) efetuar qualquer pagamento a Autoridade Governamental, funcionário público, partido político ou candidato a cargo político; (ii) praticar qualquer ato de suborno, pagamento por influência, propina ou outro pagamento ilegal ou de natureza semelhante ou comparável, a qualquer pessoa ou entidade pública, independentemente da forma, em dinheiro, bens ou serviços em seu nome ou em nome de outrem; (iii) efetuar qualquer pagamento a administrador, funcionário ou colaborador da outra **PARTE**, para obter tratamento favorável nos seus negócios ou concessões privilegiadas; (iv) praticar ato que possa constituir uma violação à legislação aplicável, incluindo a Lei 12.846/2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA), a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

9. CLÁUSULA NONA - DO FORO

- 9.1. As **PARTES** elegem o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília/DF, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do

presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

[Local], XX de mês de 2025.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Nome: [nome]
Cargo: [cargo]

Nome: [nome]
Cargo: [cargo]

NOME INSTITUIÇÃO

Nome: [nome]
Cargo: [cargo]

Nome: [nome]
Cargo: [cargo]

TESTEMUNHAS:

Nome: [nome]
CPF/MF.: [CPF]

Nome: [nome]
CPF/MF.: [CPF]

ANEXO I- R**TERMO DE RECOLHIMENTO**

(Este documento deve ser preenchido em duas vias)

Contratada: _____ CNPJ: _____

Contrato nº: _____

Cliente: Caixa Econômica Federal

Unidade CAIXA: _____ CGC: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

Equipamentos recolhido (s) *:

Item 1: Nº de Série _____ Nº de Série HD: _____

Item 2: Nº de Série _____ Nº de Série HD: _____

Item 3: Nº de Série _____ Nº de Série HD: _____

...

***IMPORTANTE:** Deverão ser relacionados o número de série de todos os equipamentos retirados da CAIXA e os números de série de todos os HDs neles contidos. Os gabinetes devem ser abertos no momento da desinstalação para a coleta do número de série e destruição física dos HDs.

Declaramos que os bens relacionados acima foram entregues pela CAIXA, na forma de Manufatura Reversa, à CONTRATADA, a qual é responsável pelo recolhimento e posterior inutilização/descarte ambientalmente adequado dos equipamentos objeto de Trade In. Declaramos ainda que foi realizado o procedimento de destruição física dos HDs antes da retirada dos equipamentos das dependências da CAIXA.

Declaramos, ainda, que a Caixa Econômica Federal não é contribuinte de ICMS, razão pela qual está desobrigada da emissão de documentos fiscais desses impostos.

Local: _____ Data ____/____/____

Nome do Empregado (CAIXA): _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

Nome do Empregado (CONTRATADA): _____

Registro: _____

Assinatura: _____

ANEXO I- S**MODELO DE DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE COMPONENTES E PERIFÉRICOS**

A empresa, CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação na LICITAÇÃO CAIXA nº 348/2025, que todos os componentes do equipamento são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e não estão fora de linha de fabricação, declara também que utilizará ao longo do contrato somente componentes homologados conforme apresentado no equipamento durante a fase de homologação, e que novos componentes e periféricos somente serão utilizados nos atendimentos após considerados APTOS e HOMOLOGADOS pela CAIXA, garantindo plenas condições de funcionamento na solução tecnológica utilizada, durante todo o período de vigência do contrato.

Local, data

.....
Assinatura e nome do representante legal da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada, preferencialmente, em papel timbrado da declarante.

ANEXO I- T
GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - MÁXIMO

- 1.1. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 1.2. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 1.3. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 1.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 1.5. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 1.6. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 1.7. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 1.8. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado. observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.
- 1.9. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 1.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.
- 1.11. A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, documento anexo.

- 1.12. A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 1.13. A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte conteúdo:

Domínio Temático	Conteúdo	Carga Horária Anual
Política de Segurança da Informação	- Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA	8 horas
Tratamento da Informação	- Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; - Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”; - Descarte seguro de informação.	
Reporte de Incidentes	- Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA	
<i>Privacy by Design e Secure by Design</i>	- Metodologia e princípios	
Fundamentos para Segurança Digital	- Conceitos básicos de segurança digital; - Uso da Internet	
Segurança de Dispositivos Digitais Pessoais	- Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais; - Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; - Mantendo o dispositivo; - Vulnerabilidades e ameaças	
Segurança em Redes	- Segurança na Internet; - Segurança em redes <i>wi-fi</i> públicas; - Proteção de redes pessoais; - Computação em nuvem	
Segurança do Usuário	- Autenticação no acesso a sistema e a serviços; - Proteção de contas pessoais; - Mídias sociais; - Segurança com e-mails; - Armazenamento e compartilhamento de dados; - Qualidade de vida digital; - Segurança de dados do usuário em viagens	
Segurança e Comportamento em Mídias Sociais	- Netiqueta; - Construindo seu perfil na Internet; - Segurança em mídias sociais; - Administrando seu rastro digital; - Uso saudável de mídias sociais; - Fake News; - Jogos online	
Comunidades Digitais	- Educação na Internet; - Construindo comunidades digitais cidadãs; - Empreendedorismo na Internet	

Criptografia	- Criptografia; - Certificação Digital; - Assinatura Digital	
Direito Digital	- Conceitos jurídicos e legislação relacionada à segurança da informação; - Direitos autorais; - Fraudes; - Assédio virtual; - Crimes cibernéticos; - Crimes na Internet; - *Hacktivismo	
Prevenção à fraude	- Engenharia social (formas defensivas contra **Phishing e ***Smishing)	

- 1.13.1. O treinamento referido no item 1.13 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.
- 1.14. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.13.
- 1.15. A CONTRATADA deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 1.16. A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.
- 1.17. A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 1.18. A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.
- 1.19. Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 1.20. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
- Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI no último semestre, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e

informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

c) Quantidade de relatórios enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado, dividido pela Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

d) Quantidade de relatórios enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado, dividido pela Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.

1.20.1. O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em (a unidade contratante deverá listar as penalidades a serem aplicadas em caso de descumprimento do contrato):

a) Multa;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.20.2. A multa poderá ser aplicada na hipótese de não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do faturamento referente ao mês da ocorrência do descumprimento contratual.

1.20.3. A CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de Plano de Melhoria à CONTRATADA constatado o não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual.

1.20.4. Constatada a execução insatisfatória do Plano de Melhoria, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá promover a rescisão antecipada do contrato, ressaltado o seu direito à indenização pelos prejuízos eventualmente constatados e aplicação da penalidade contratual a ela associada.

1.21. Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a executar o Plano de Contingência aprovado pela CAIXA.

1.22. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.

1.23. No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:

a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;

b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;

c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

- 1.24. A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, disponível no Portal Licitações CAIXA.
- 1.25. A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, que será disponibilizado pela CAIXA.
- 1.26. A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
- 1.27. O treinamento de segurança da informação e proteção de dados será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.
- 1.28. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item anterior e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.
- 1.29. A CONTRATADA deve emitir relatório, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.
- 1.30. O relatório referido no item anterior deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.
- 1.31. A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.
- 1.32. A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 1.33. A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 1.34. A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 1.35. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 1.21 e dos demais a seguir:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 1.14 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato,

em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de relatórios, referidos no item 1.31, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base;

c) Quantidade de relatórios, referidos no item 1.36, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base.

- 1.36. A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.
- 1.37. A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 1.38. A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 1.39. A CONTRATADA deve apresentar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.
- 1.40. A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.

ANEXO I – U**SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS****1 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

- 1.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
- 1.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 1.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 1.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 1.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 1.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 1.7 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 1.8 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 1.9 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 1.10 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.
- 1.11 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 1.12 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas acima.
- 1.13 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.

- 1.14 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 1.15 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:
- a) conhecimento da política de segurança da informação da empresa CONTRATADA e da CAIXA, mencionada no item 1.1;
 - b) uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
 - c) proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
 - d) proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
 - e) uso seguro de dispositivos;
 - f) uso seguro de e-mails;
 - g) uso seguro de soluções em nuvem;
 - h) uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
 - i) adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
 - j) formas defensivas contra phishing e smishing;
 - k) formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
 - l) formas defensivas contra engenharia social;
 - m) formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA;
 - n) vazamento de dados e proteção de senhas;
 - o) metodologia e princípios da Privacy by Design e Secure by Design.
- 1.15.1 O treinamento referido será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 04 horas.
- 1.16 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.15.
- 1.17 A CONTRATADA deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 1.18 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

- 1.19 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 1.20 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, no último semestre dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- 1.21 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 1.22 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:
- a) Executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
 - b) Devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

2 PRIVACIDADE DE DADOS

- 2.1 A CONTRATADA deverá emitir concordância com a seguinte cláusula referente à Privacidade dos Dados:
- 2.1.1 As Partes declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo-se a Lei n. 13.079/2018.
- 2.1.1.1 E, em caso de armazenamento de dados pessoais, a CAIXA se compromete a adotar as medidas de segurança para proteger dados pessoais, e a CONTRATADA atesta que obteve as aprovações necessárias para o uso dos dados cadastrais ora informados, com a finalidade de autenticação e autorização de acesso às dependências da CAIXA e aos equipamentos objeto do contrato.
- 2.1.2 As Partes têm conhecimento que as autorizações poderão ser revogadas a qualquer momento pela respectiva pessoa natural, mediante simples requerimento, e portanto, se comprometem a informar uma a outra a respeito de tais revogações de consentimento, a fim de que as devidas medidas sejam tomadas.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
LICITAÇÃO CAIXA Nº 348/2025
NOME DA PROPONENTE:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de até 6.403 (seis mil quatrocentos e três) equipamentos de Autoatendimento ATMR (Automatic Teller Machine Reciclador), a serem instalados nas agências da caixa em âmbito nacional, com operação de trade-in de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica - dll, drivers, API, firmware, correções de bugs e outros itens de software atinentes à integração do hardware com a aplicação CAIXA - manutenção corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico local e garantia, por 60 (sessenta) meses, contada a partir da instalação dos equipamentos, com operação de trade-in, de acordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos.

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATM Reciclador (A)	6.403	R\$	R\$
Equipamentos Obsoletos (trade in) (B)	Até 12.806	R\$	R\$
SUBTOTAL (C)= (A) + (B)			R\$
Itens Eventuais			
Serviços Eventuais (Conforme item 6.1) – SOB DEMANDA (D)	-----	Variado	R\$
TOTAL HARDWARE (E) = (C) + (D)			R\$
TOTAL GLOBAL			R\$

* Em havendo demandas originais de equipamentos prevendo entregas com scanner de cheques, o valor unitário do item A será acrescido do valor cotado para esse componente.

1. PREÇO GLOBAL: R\$ XXXXXX (POR EXTENSO)

2. O valor mínimo unitário a ser ofertado pela INTERESSADA para o trade-in é de R\$900,00 (novecentos reais).

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Equipamentos Obsoletos	Até 12.806		

Serviços Eventuais				
Código	Descrição	VALOR UNITÁRIO	Quantidade	Valor total para os 60 meses
101	Manutenção Corretiva Eventual – HT1* (Hora Técnica 1)	R\$	8.839	R\$
102	Manutenção Corretiva Eventual - HT2** (Hora Técnica 2)	R\$	544	R\$
104	Hora Plantão Sobreaviso (HT3***)	R\$	272	R\$
105	Reinstalação/Desinstalação de Equipamento	R\$	1.632	R\$
106	Instalação de software (HT1)	R\$	907	R\$
107	Componentes e partes aplicadas nos serviços de manutenção e assistência técnica			
108	Preparação para transporte de Equipamento	R\$	1813	R\$
109	Substituição de fechadura	R\$	14	R\$
110	Abertura do Cofre	R\$	113	R\$
111	Recall de cofre	R\$	91	R\$
112	Recall de Painel Frontal	R\$	54	R\$
113	Vistoria técnica ou de pré-instalação ****	R\$	272	R\$
114	Entintamento (por cassete)	R\$	54	R\$
		VALOR TOTAL		R\$

(*) HT1: Hora técnica executada entre 08h00min e 21h59min, de 2ª a 6ª feira.

(**) HT2: Hora técnica executada entre 22h00min e 07h59min, de 2ª a 6ª feira, e das 00h00min às 24h00min nos finais de semana e feriados bancários.

(***) HT3 (Plantão Sobreaviso): Hora técnica executada para atividades de 2ª a 6ª, das 17h01min às 09h59min e ainda aos Sábados, Domingos e Feriados, das 00h00min às 24h00min.

(****) Como o código 113 é remunerado pela quantidade de HTs, indicamos que o preço unitário a ser fornecido seja o maior entre HT1 ou HT2, ou seja, HT2.

COMPONENTES			
Descrição	VALOR UNITÁRIO	Quantidade	Valor total para os 60 meses
ANTISKIMMING	R\$	54	R\$
CAIXA DE PROTEÇÃO LEITOR BIOMETRICO	R\$	409	R\$
CÂMERA DE REGISTRO DE FACE (CRF)	R\$	84	R\$
CONJUNTO PAINOP	R\$	27	R\$
SSD	R\$	227	R\$
FECHADURA ELETRONICA RANDOMICA	R\$	14	R\$
FONTE - MODULO RECICLADOR	R\$	453	R\$
FONTE PC	R\$	159	R\$
FUNIL	R\$	54	R\$
IMPRESSORA DE RECIBOS	R\$	150	R\$
K7 RECICLADOR - NOTAS COM ENTINTAMENTO	R\$	54	R\$
K7 DEPÓSITO e REJEIÇÃO	R\$	54	R\$
LEITOR NFC	R\$	4895	R\$
LEITOR BIOMETRICO	R\$	409	R\$
LEITOR DE CARTOES	R\$	4895	R\$
LEITOR DE DADOS OTICOS	R\$	136	R\$
MEMORIA	R\$	54	R\$
MONITOR	R\$	91	R\$
PLACA CONTROLADORA DE SENSORES	R\$	54	R\$

PLACA MAE CHIP TPM	R\$	54	R\$
PROCESSADOR	R\$	54	R\$
SENSOR SISMICO	R\$	54	R\$
SCANNER CHEQUES	R\$	6.403	R\$
SHUTTER	R\$	40	R\$
TECLADO PIN	R\$	408	R\$
TECLADO DE FUNÇÕES - ESQUERDA	R\$	91	R\$
TECLADO DE FUNÇÕES - DIREITA	R\$	91	R\$
TOUCH SCREEN	R\$	453	R\$
UNIDADE DE ENTRADA DE CEDULAS	R\$	54	R\$
UNIDADE DE PASSAGEM DE CEDULAS	R\$	54	R\$
UNIDADE DE RECONHECIMENTO DE CEDULAS	R\$	54	R\$
UNIDADE DE TRANSPORTE DE CEDULAS	R\$	54	R\$
UPS	R\$	181	R\$
VALOR TOTAL			R\$

OBS: Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: () dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias, conforme item 5.3.5 do Edital)

PRAZO DE GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS OFERTADOS, não inferior 60 (sessenta) meses a partir da instalação dos equipamentos.

Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante:

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital.
3. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
4. O(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

INSTRUÇÕES:

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao VALOR global, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.

2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>;

2.1 O licitante deverá acessar <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → clicar em “ENTRAR” → realizar login → marcar a modalidade “LICITAÇÃO CAIXA” → escolher a opção “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, localizado no quadro “MINHAS ATIVIDADES” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o

botão “*CONCLUIR/ENVIAR*”.

3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

ANEXO III PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS

CUSTO ESTIMADO CAIXA			
ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATM Reciclador (A)	6.403	R\$ 203.765,87	R\$ 1.304.712.865,61
Itens Eventuais			
Serviços Eventuais (Conforme item 6.1) – SOB DEMANDA (D)	-----	Variado	R\$ 172.435.212,00
GLOBAL		R\$ 1.477.148.077,61	

		Serviços Eventuais				
		Código	Descrição	Valor unitário	Quantidade	Valor total para os 60 meses
101	Manutenção Corretiva Eventual – HT1	101	Manutenção Corretiva Eventual – HT1* (Hora Técnica 1)	112,82	8.839	997.215,98
102	Manutenção Corretiva Eventual – HT2	102	Manutenção Corretiva Eventual - HT2** (Hora Técnica 2)	173,04	544	94.133,76
104	Hora Plantão Sobreaviso – HT3	104	Hora Plantão Sobreaviso (HT3***)	56,38	272	15.335,36
105	Reinstalação/Desinstalação de Equipamento	105	Reinstalação/Desinstalação de Equipamento	282,14	1.632	460.452,48
106	Instalação de Software (HT1)	106	Instalação de software (HT1)	112,82	907	102.327,74
		107	Componentes e partes aplicadas nos serviços de manutenção e assistência técnica			

108	Preparação para transporte de Equipamento	108	Preparação para transporte de Equipamento	394,91	1.813	715.971,83
109	Substituição de fechadura	109	Substituição de fechadura	1.676,66	14	23.473,24
110	Abertura de cofre	110	Abertura do Cofre	1.676,66	113	189.462,58
111	Recall de cofre	111	Recall de cofre	1.933,43	91	175.942,13
112	Recall de Painel Frontal	112	Recall de Painel Frontal	2.625,02	54	141.751,08
113	Vistoria técnica ou de pré-instalação	113	Vistoria técnica ou de pré-instalação ****	644,08	272	175.189,76
114	Entintamente (por cassete)	114	Entintamento (por cassete)	3.674,96	54	198.447,84
				VALOR TOTAL		3.289.703,78

COMPONENTES			
Descrição	Valor unitário	Quantidade	Valor total para os 60 meses
ANTISKIMMING	4.681,08	54	252.778,32
CAIXA DE PROTEÇÃO LEITOR BIOMETRICO	230,89	409	94.434,01
CÂMERA DE REGISTRO DE FACE (CRF)	14.394,83	84	1.209.165,72
CONJUNTO PAINOP	4.255,46	27	114.897,42
SSD	2.429,66	227	551.532,82
FECHADURA ELETRONICA RANDOMICA	6.765,97	14	94.723,58
FONTE - MODULO RECICLADOR	3.022,77	453	1.369.314,81
FONTE PC	1.511,38	159	240.309,42
FUNIL	557,01	54	30.078,54
IMPRESSORA DE RECIBOS	3.348,79	150	502.318,50
K7 RECICLADOR - NOTAS COM ENTINTAMENTO	6.491,53	54	350.542,62
K7 DEPÓSITO e REJEIÇÃO	6.347,94	54	342.788,76
LEITOR NFC	1.537,71	4895	7.527.090,45
LEITOR BIOMETRICO	10.038,33	409	4.105.676,97

LEITOR DE CARTOES	4.041,33	4895	19.782.310,35
LEITOR DE DADOS OTICOS	465,49	136	63.306,64
MEMORIA	912,06	54	49.251,24
MONITOR	3.346,61	91	304.541,51
PLACA CONTROLADORA DE SENSORES	5.592,46	54	301.992,84
PLACA MAE CHIP TPM	2.778,52	54	150.040,08
PROCESSADOR	4.930,44	54	266.243,76
SENSOR SISMICO	1.243,35	54	67.140,90
SCANNER CHEQUES	19.028,76	6403	121.841.150,28
SHUTTER	3.772,69	40	150.907,60
TECLADO PIN	3.065,15	408	1.250.581,20
TECLADO DE FUNÇÕES - ESQUERDA	359,31	91	32.697,21
TECLADO DE FUNÇÕES - DIREITA	359,31	91	32.697,21
TOUCH SCREEN	1.970,33	453	892.559,49
UNIDADE DE ENTRADA DE CEDULAS	18.195,83	54	982.574,82
UNIDADE DE PASSAGEM DE CEDULAS	17.502,38	54	945.128,52
UNIDADE DE RECONHECIMENTO DE CEDULAS	37.029,65	54	1.999.601,10
UNIDADE DE TRANSPORTE DE CEDULAS	43.981,67	54	2.375.010,18
UPS	4.818,35	181	872.121,35
VALOR TOTAL			169.145.508,22

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PROCESSO n.º _____._____._____._____/_____
LICITAÇÃO CAIXA Nº ____/____-____

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ *[indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de LICITAÇÃO CAIXA nº 348/2025, do processo administrativo nº 5688.01.0072.0/2025, em face da autorização do(a) _____ *(indicar o nome e cargo do autor da autorização)* da **CAIXA** de ____/____/____, RESOLVE registrar o preço da empresa _____ *[indicar o nome da empresa, em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, [com sede na _____ *(indicar o endereço completo, inclusive CEP)*, neste ato representada(o) por _____ *(indicar e qualificar o representante do fornecedor)*, doravante designada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas anuais, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e aos preceitos de Direito Privado, bem como as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para o fornecimento de até 6.403 (seis mil quatrocentos e três) equipamentos de Autoatendimento ATMR (Automatic Teller Machine Reciclador), a serem instalados nas agências da caixa em âmbito nacional, com operação de trade-in de equipamentos obsoletos, contemplando serviços de instalação, atualização tecnológica - dll, drivers, API, firmware, correções de bugs e outros itens de software atinentes à integração do hardware com a aplicação CAIXA - manutenção corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico local e garantia, por 60 (sessenta) meses, contada a partir da instalação dos equipamentos, com operação de trade.

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a CAIXA a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro, primeira colocada, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.

Parágrafo Primeiro – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

Parágrafo Segundo – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

A gestão deste instrumento caberá à GEAUS no seu aspecto operacional e à CEFOR, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

Os preços unitários registrados e os quantitativos estimados para cada um dos itens estão elencados na presente ata, conforme segue:

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATM Reciclador (A)	6.403	R\$	R\$
Equipamentos Obsoletos (trade in) (B)	Até 12.806	R\$	R\$
SUBTOTAL (C)= (A) + (B)			R\$
Itens Eventuais			
Serviços Eventuais (Conforme item 6.1) – SOB DEMANDA (D)	-----	Variado	R\$
TOTAL HARDWARE (E) = (C) + (D)			R\$
TOTAL GLOBAL			R\$

Serviços Eventuais				
Código	Descrição	Valor Unitário	Quantidade	Valor total para os 60 meses
101	Manutenção Corretiva Eventual – HT1* (Hora Técnica 1)	R\$	8.839	R\$
102	Manutenção Corretiva Eventual - HT2** (Hora Técnica 2)	R\$	544	R\$
104	Hora Plantão Sobreaviso (HT3***)	R\$	272	R\$
105	Reinstalação/Desinstalação de Equipamento	R\$	1.632	R\$
106	Instalação de software (HT1)	R\$	907	R\$
107	Componentes e partes aplicadas nos serviços de manutenção e assistência técnica			
108	Preparação para transporte de Equipamento	R\$	1813	R\$
109	Substituição de fechadura	R\$	14	R\$
110	Abertura do Cofre	R\$	113	R\$
111	Recall de cofre	R\$	91	R\$
112	Recall de Painel Frontal	R\$	54	R\$
113	Vistoria técnica ou de pré-instalação ****	R\$	272	R\$
114	Entintamento (por cassete)	R\$	54	R\$
		VALOR TOTAL		R\$

(*) HT1: Hora técnica executada entre 08h00min e 21h59min, de 2ª a 6ª feira.

(**) HT2: Hora técnica executada entre 22h00min e 07h59min, de 2ª a 6ª feira, e das 00h00min às 24h00min nos finais de semana e feriados bancários.

(***) HT3 (Plantão Sobreaviso): Hora técnica executada para atividades de 2ª a 6ª, das 17h01min às 09h59min e ainda aos Sábados, Domingos e Feriados, das 00h00min às 24h00min.

(****) Como o código 113 é remunerado pela quantidade de HTs, indicamos que o preço unitário a ser fornecido seja o maior entre HT1 ou HT2, ou seja, HT2.

COMPONENTES			
Descrição	VALOR UNITÁRIO	Quantidade	Valor total para os 60 meses
ANTISKIMMING	R\$	54	R\$
CAIXA DE PROTEÇÃO LEITOR BIOMETRICO	R\$	409	R\$

CÂMERA DE REGISTRO DE FACE (CRF)	R\$	84	R\$
CONJUNTO PAINOP	R\$	27	R\$
SSD	R\$	227	R\$
FECHADURA ELETRONICA RANDOMICA	R\$	14	R\$
FONTE - MODULO RECICLADOR	R\$	453	R\$
FONTE PC	R\$	159	R\$
FUNIL	R\$	54	R\$
IMPRESSORA DE RECIBOS	R\$	150	R\$
K7 RECICLADOR - NOTAS COM ENTINTAMENTO	R\$	54	R\$
K7 DEPÓSITO e REJEIÇÃO	R\$	54	R\$
LEITOR NFC	R\$	4895	R\$
LEITOR BIOMETRICO	R\$	409	R\$
LEITOR DE CARTOES	R\$	4895	R\$
LEITOR DE DADOS OTICOS	R\$	136	R\$
MEMORIA	R\$	54	R\$
MONITOR	R\$	91	R\$
PLACA CONTROLADORA DE SENSORES	R\$	54	R\$
PLACA MAE CHIP TPM	R\$	54	R\$
PROCESSADOR	R\$	54	R\$
SENSOR SISMICO	R\$	54	R\$
SCANNER CHEQUES	R\$	6.403	R\$

SHUTTER	R\$	40	R\$
TECLADO PIN	R\$	408	R\$
TECLADO DE FUNÇÕES - ESQUERDA	R\$	91	R\$
TECLADO DE FUNÇÕES - DIREITA	R\$	91	R\$
TOUCH SCREEN	R\$	453	R\$
UNIDADE DE ENTRADA DE CEDULAS	R\$	54	R\$
UNIDADE DE PASSAGEM DE CEDULAS	R\$	54	R\$
UNIDADE DE RECONHECIMENTO DE CEDULAS	R\$	54	R\$
UNIDADE DE TRANSPORTE DE CEDULAS	R\$	54	R\$
UPS	R\$	181	R\$
VALOR TOTAL			R\$

FORNECEDOR**1º CLASSIFICADO: CNPJ**

Parágrafo único - O(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro reserva está(ão) relacionado(s) no Anexo I desta Ata. **[excluir este parágrafo se não houver cadastro reserva]**

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

Os materiais deverão ser entregues em conformidade com a solicitação da CAIXA, nos prazos e condições indicados no ANEXO I - B (Forma de Execução do Contrato), contados da data de assinatura do(s) Contrato(s) pela última parte, na(s) Unidade(s) nele(s) indicada(s).

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações para o fornecimento na ordem de sua classificação, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro – As contratações de que trata este instrumento serão efetuadas por meio de Contratos emitidos pela CAIXA, contendo as informações pertinentes, tais como o nº. da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, os prazos e endereços para entrega/execução.

Parágrafo Segundo – O Contrato será encaminhado ao fornecedor que deverá assiná-lo e devolvê-lo à CAIXA no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o Contrato, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, a CAIXA poderá convocar os demais fornecedores registrados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto – A CAIXA fará o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação do fornecimento.

Parágrafo Quinto – Durante a vigência da Ata a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, de modo a comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Edital e atribuídas pelo FORNECEDOR.

Parágrafo Sexto – Caso seja detectado que o produto entregue não atende às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a CAIXA rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se o FORNECEDOR a providenciar a substituição do produto não aceitos no prazo de 20 (vinte) dias corridos, bem como a retirada do material rejeitado.

Parágrafo Sétimo – O aceite/aprovação dos bens pela CAIXA, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo FORNECEDOR registrado verificados posteriormente, garantindo-se à CAIXA as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

- I Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, bem como as demais disposições previstas nos contratos, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- II Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados no decorrer da vigência da Ata e dos respectivos contratos a serem firmados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- III Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, quando da assinatura dos contratos;

- IV Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA no tocante ao objeto contratado, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- V Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento previsto neste instrumento, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- VI Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a CAIXA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sujeitando-se as penalidades cabíveis, ressalvando-se o exposto em 3.2 e 3.2.1 do ANEXO I – B – FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
- VII Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- VIII Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste Ata e seus respectivos contratos;
- IX Manter, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- X Manter perante a CAIXA, durante a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

- XIII Observar estritamente a vedação ao nepotismo, sob as penas da lei, declarando neste ato que:
- a) Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
 - c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
 - h) Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
 - i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - Dirigente da CAIXA;
 - Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.
- XIV Manter, durante todo o período de vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;

- XV Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;
- XVI Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a esta Ata, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na CEAUS – Centralizadora Nacional Atendimento Usuários TI, no endereço SEPN 512, CJT C Lote 9/10 – Térreo – Brasília/DF – CEP 70760-500, ou qualquer outra unidade que a CAIXA vier a indicar, prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura desta Ata, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço;
- XVII Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados nos contratos decorrentes da presente Ata, no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA, inclusive transferência da posição contratual para terceiros, quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA ou eventual instituição de transição ou para um adquirente definitivo, garantindo a continuidade do fornecimento até o final do contrato.
- XVIII Indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições desta Ata e dos respectivos contratos, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- XIX Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;
- XX Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXI Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- XXII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.
- XXIII Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA;

- XXIV Manter atualizados, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- XXV Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição na execução do objeto, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- XXVI Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- XXVII Manter, pelo prazo da garantia, estoque de peças, componentes e sobressalentes para reposição, sempre que necessário;
- XXVIII Entregar, comprovadamente, produto novo e de 1ª qualidade, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado;
- XXIX Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega/instalação;
- XXX Informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: nome e número da peça, quantidade contida em cada embalagem, se for o caso, número da Ata de Registro de Preços, nº. e data do Contrato e o nome da fornecedora/fabricante;
- XXXI Identificar o material, individualmente, afixando etiqueta indelével autoadesiva na parte interna do elemento de sinalização instalado onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato), e a data (mês e ano) do fornecimento do elemento de sinalização;
- XXXII Prestar garantia total pelo prazo constante da proposta;
- XXXIII Providenciar, nos prazos definidos no Termo de Referência – Anexo I, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante o período de garantia;
- XXXIV Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente

o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;

- XXXV Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA;
- XXXVI Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx);
- XXXVII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XXXVIII Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Vigésima Terceira.
- XXXIX Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba "Downloads", no link "A CAIXA – Governança Corporativa"), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

Parágrafo Único – Obrigações da contratada específicas ao objeto:

- I. Entregar o equipamento objeto desta contratação, nos endereços/localidades indicados no ANEXO I – D RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, no prazo estabelecido, a contar da data da formalização do pedido pela CAIXA à CONTRATADA;
- II. Recolher o equipamento objeto de trade in, no prazo estabelecido, a contar da data de formalização do pedido pela CAIXA à CONTRATADA;
- III. Arcar com despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) equipamento(s) até o(s) local(is) de entrega;
- IV. Prestar garantia ON-SITE, enquanto vigente a garantia do equipamento no local em que este estiver instalado;

- V. Permitir e viabilizar, durante o processo de fabricação dos equipamentos, que a CAIXA efetue visitas à (s) unidade(s) fabril(is) para verificação de conformidade com o produto homologado, ou disponibilizar unidades aleatórias para inspeção, se requisitadas pela CAIXA, com entrega em local a ser indicado, sem ônus para a CAIXA;
- VI. Providenciar a imediata correção em todas as unidades já produzidas, sem ônus para a CAIXA, e sem prejuízo aos prazos estabelecidos no contrato, caso seja detectada alguma irregularidade;
- VII. Disponibilizar, no ato da assinatura do contrato, endereço eletrônico corporativo para troca de mensagens com a CAIXA, no padrão `atendimentocaixa@nomedaempresa.com(.br)`;
- VIII. Entregar para cada uma das Centralizadoras Regionais de TI e na CEAUS um conjunto impresso de manuais do usuário e documentos em que constem as especificações dos insumos, suprimentos e/ou materiais a serem utilizados, bem como o roteiro e aplicativos necessários para atualização do BIOS;
- IX. Prestar informações sempre que for solicitada pela CAIXA, devendo ser dado retorno em no máximo, 5 (cinco) dias úteis;
- X. Os manuais e documentos, bem como drivers, softwares e mídias digitais, também deverão ser disponibilizados no site do fabricante e/ou da CONTRATADA;
- XI. Fornecer à CAIXA, relação contendo os dados de identificação dos profissionais responsáveis pela gestão e suporte técnico, inclusive de subcontratadas, quando for o caso, em até 15 (quinze) dias corridos a partir da assinatura do contrato, com todos os dados dos gestores operacionais e comerciais, prepostos e técnicos que estão autorizados a executar os serviços de fornecimento, instalação, desinstalação, recolhimento e demais serviços eventuais e em garantia, pertinentes ao contrato, incluindo, no caso dos gestores e prepostos, e-mail, número de telefone fixo e celular, e, no caso dos técnicos, nome, RG, CPF e registro fotográfico;
- XII. Deverá ser encaminhado periodicamente, e sempre que ocorrer exclusão ou inclusão de gestores e técnicos para atendimento à CAIXA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, expediente às Unidades de Suporte Tecnológico da CAIXA, informando os dados de identificação dos técnicos que estão autorizados a executar os serviços contratados, devendo estes, quando requisitados, se apresentarem de modo adequado e devidamente identificados, portando documento de identificação pessoal bem como identificação da empresa contratada;

- XIII. Substituir, sempre que solicitado pela CAIXA, qualquer executor -gestor operacional, preposto ou técnico - cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios às normas de disciplina ou ao interesse da CAIXA, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhes foram atribuídas, afastando-o, no máximo, em 24h00 (vinte e quatro horas) após a solicitação;
- XIV. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA nas demandas dessa natureza será considerada falta grave, sujeitando-a à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia e ampla defesa;
- XV. Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA ou de SUBCONTRATADA, quando for o caso, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- XVI. Verificar, durante as visitas para atendimento das requisições, o local e as instalações do equipamento, recomendando à CAIXA qualquer ação corretiva necessária;
- XVII. Autorizar a CAIXA a descontar os valores correspondentes aos danos sofridos ou prejuízos diretamente nas notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, em relação a este contrato e/ou das notas fiscais/faturas de quaisquer outros contratos que porventura a CONTRATADA mantenha com a CAIXA, ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos;
- XVIII. Disponibilizar, sempre que solicitado pela CAIXA, através de meio eletrônico, relatório estatístico onde estarão demonstrados os dados relativos às requisições do mês, constando número de requisições/ordens de serviço, por Unidade da CAIXA, tabela com estatística do prazo de atendimento, requisições em que ocorreram orçamento e prazo de solução ao problema, número de intervenções por equipamento, bem como outros dados que poderão ser inclusos no relatório, de acordo com a necessidade da CAIXA;
- XIX. Prestar os atendimentos objetos desta contratação, no prazo estabelecido, a contar da data da formalização da requisição pela CAIXA à CONTRATADA;
- XX. A CONTRATADA concorda que a CAIXA, a seu critério, poderá instalar qualquer componente, periférico ou software fornecido por terceiros no

equipamento, sem prejuízo da cobertura contratual dos componentes originais, conforme exposto em 3.9 do ANEXO I – B – FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

- XXI. A instalação desses componentes poderá, a critério da CAIXA, ser executada pela CONTRATADA, e a remuneração desse serviço será feita pela mesma regra aplicada aos serviços não incluídos na garantia;
- XXII. A recusa em não anuir serviços, softwares, componentes e periféricos prestados ou fornecidos por terceiros deverá ser consubstanciada, pela CONTRATADA, por meio de laudo técnico;
- XXIII. Diligenciar para que seus empregados e ou subcontratados, quando for o caso, não prestem serviços que não os previstos no objeto desde contrato;
- XXIV. Apresentar à CAIXA, juntamente com os documentos fiscais, os comprovantes de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, bem como guias de recolhimento de tributos, contribuições e taxas incidentes sobre os serviços e bens fornecidos, quando devidos, relativos à competência do documento fiscal apresentado;
- XXV. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação, incluindo a atualização em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do FORNECEDOR, além daquelas previstas neste instrumento e seus anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato pela contratada, as quais serão reembolsadas à CAIXA.

- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da CAIXA;
- II Notificar formalmente o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento a ser contratado, oportunizada a defesa prévia;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata e nos contratos dela decorrentes.
- IV Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- V Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos.
- VI Exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos por meio do representante especialmente designado.

Parágrafo Único – No caso de supressão de bens nos contratos decorrentes da Ata, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.

- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
- a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
 - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
 - c) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
 - d) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
 - e) Utilização de fontes renováveis de energia;
 - f) Gestão adequada de resíduos;
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
- a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
- a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade

social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.

- IX Aplicar treinamento anual para seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, podendo para isso utilizar material de referência fornecido pela CAIXA e apresentar a respectiva Declaração de Treinamento dos Empregados, anexo ao contrato, comprovando a conclusão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a partir da assinatura do contrato.
- a) Caso a CONTRATADA tenha realizado cursos com temática similar, poderá ser apresentada evidência comprobatória (certificado, declaração ou documento equivalente), no mesmo prazo, sendo a carga horária mínima exigida de 05 (cinco) horas.
- b) A capacitação dos empregados deverá ocorrer a cada anualidade do contrato, durante a jornada de trabalho dos empregados.
- X Promover atividades periódicas relacionadas às normas e rotinas da segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e de segurança a serem observadas, de maneira a fomentar um ambiente de trabalho saudável e seguro para os seus colaboradores, implementando, inclusive, ações de Saúde e Qualidade de Vida para os empregados.
- a) A cada anualidade do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.
- XI Instituir e manter programa de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.
- a) A cada anualidade do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.
- XII Observar, no que couber, a Lei Nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na execução dos serviços.
- XIII Implementar no seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e Gases de Efeito Estufa (GEE), bem como aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local

e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

a) A contratada deverá apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, um dos documentos a seguir:

- Inventário de Efeito de Gás Estufa;
- Relatório de Sustentabilidade publicado de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* – GRI; ou
- Certificado de Crédito de Carbono.

XIV Apresentar o Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos de suas atividades, comprovando o pleno atendimento à legislação específica sobre a matéria, Lei 12.305/2010 e Decreto 10.936/2022.

XV Apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, evidências que comprovem as implementações e melhorias estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente.

XVI Desenvolver política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa.

XVII Estruturar e implementar, sempre que possível, sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

a) A CONTRATADA deverá submeter o Estudo de Impacto de Vizinhança à aprovação da autoridade municipal, estadual ou distrital competente e deverá apresentar cópia dos respectivos protocolos ao Gestor Operacional do Contrato na CAIXA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

O FORNECEDOR providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de 60 (sessenta meses), a contar da data do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à contratada, no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega, instalação e recolhimento por *trade in* (quando for

o caso) dos equipamentos e demais serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente, em agência da CAIXA.

- I. As notas fiscais deverão ser entregues para a CAIXA até o 5º (quinto) dia corrido do mês seguinte ao das entregas, instalações e *trade in* e/ou prestação dos serviços.
- II. Havendo atraso neste prazo, o pagamento e eventual desconto por glosa de serviços será efetuado no mês subsequente, conforme condições abaixo:
 - a) Após a instalação, disponibilização para uso dos equipamentos, mediante conferência do representante da unidade CAIXA e ateste da Unidade de Suporte Tecnológico, incluindo-se a apresentação de documento comprobatório de recolhimento por *trade in* (quando for o caso), será pago 100% (cem por cento) do valor dos equipamentos.
 - b) Serviços Eventuais, após a execução dos serviços, conforme demandado pela CAIXA, podendo ocorrer a qualquer momento durante a vigência do contrato.
- III. As notas fiscais deverão ser entregues na CN GOVERNANÇA DE TI - CEGTI (SAUS Quadra SEPN 512, conjunto C, Lote 9/10, 4º andar, Asa Norte, Brasília/DF – CEP 70.760-500) ou qualquer outra Unidade que a CAIXA vier a indicar.
- IV. A CONTRATADA receberá cada equipamento obsoleto pelo valor a ser ofertado quando da proposta comercial, valor esse a ser descontado das faturas de pagamento, de forma que os terminais obsoletos comporão o pagamento, na operação de *trade in*.
- V. A CAIXA poderá solicitar, ao seu critério, até 10% (dez por cento) do total de equipamentos com a ausência do funil, devendo essa informação constar na formalização do pedido do respectivo lote. Neste caso, deverá ser aplicado ao preço final do equipamento desconto no valor correspondente ao custo do funil informado nos itens eventuais, conforme proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) a identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato;
- b) descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) pelo fornecimento.

Parágrafo Segundo – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

Parágrafo Terceiro – A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o FORNECEDOR, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a contratada esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quarto – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela contratada, serão cobrados diretamente da contratada.

Parágrafo Quinto – O FORNECEDOR, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Sexto – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade do FORNECEDOR.

Parágrafo Sétimo – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preço do fornecedor.

Parágrafo Oitavo – Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

Parágrafo Nono – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido no Contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1+IGP-M1) \times (1+IGPM-2) \times \dots (1+IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução dos contratos decorrentes da presente Ata caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência do fornecedor à legislação anticorrupção.

Parágrafo Terceiro – A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO RESSARCIMENTO

O FORNECEDOR autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos contratos decorrentes da presente Ata ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro – O FORNECEDOR concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo – O FORNECEDOR concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que ao fornecedor, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$VAT = VIN \times (1+IGP-M1) \times (1+IGPM-2) \times \dots (1+IGPM-n)$, onde:

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva do Fornecedor:

- I todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto dos Contratos, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

O FORNECEDOR, quando convocado para assinatura dos Contratos, prestará garantia de execução contratual, equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, devendo apresentar à CAIXA, como condição para a assinatura do instrumento contratual, o comprovante em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II Seguro-garantia
- III Fiança bancária

Parágrafo Primeiro – A **caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do Contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

Parágrafo Segundo – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

Parágrafo Terceiro – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser

tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do Contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do Contrato;

a) O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

I No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

b) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

c) A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

I A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;

II No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;

III A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;

IV Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.

V A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

VI Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas na alínea "a", parágrafo terceiro.

Parágrafo Quarto - Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

Parágrafo Quinto - Para a reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

Parágrafo Sexto – A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

Parágrafo Sétimo – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do Contrato.

Parágrafo Oitavo – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do Contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

Parágrafo Nono – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);

- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não **cumpra suas obrigações**;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no Parágrafo Décimo Primeiro desta cláusula, independente de notificação à Instituição emitente.
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

Parágrafo Décimo – A garantia será liberada após o perfeito cumprimento do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do seu vencimento, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

Parágrafo Décimo Primeiro – A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento e no Contrato.

Parágrafo Décimo Segundo – A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

Parágrafo Décimo Terceiro – O fornecedor deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo nono acima.

Parágrafo Décimo Quarto – A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

a) a substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

Parágrafo Décimo Quinto – Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CAIXA convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Primeiro – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Segundo – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, conforme Cláusula Quarta desta Ata.

Parágrafo Terceiro – É admitido o reajuste de preços registrados, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo ICTI, ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para o fornecimento do bem, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quarto – Na primeira revisão, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data da apresentação da última proposta homologada na licitação. Nas revisões subsequentes, a anualidade será contada da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

Parágrafo Quinto – A atualização dos preços será realizada para todos os valores da Ata (valor unitário, garantia contratual, dentre outros) e será aplicada sobre os valores registrados.

Parágrafo Sexto – Os contratos decorrentes do acionamento desta Ata que já estiverem assinados antes das revisões de preços não serão alcançados por elas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A CAIXA poderá cancelar os preços registrados, e rescindir os contratos vinculados a esta Ata, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- I Quando o Fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- II Quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

- III Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa do Contrato decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75 do Regulamento de Licitações e Contratos CAIXA;
- IV Quando o Fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado;

Parágrafo Primeiro – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Terceiro – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CAIXA, e neste caso faculta-se a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativas à execução do objeto desta Ata.

Parágrafo Sexto – Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da presente Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro – No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.

Parágrafo Segundo - A multa prevista é aplicável, simultaneamente, com o desconto objeto na cláusula décima terceira, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Terceiro – Além da multa prevista no parágrafo primeiro, serão aplicadas nas situações, condições e percentuais a seguir:

a) Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 1% sobre o valor global do contrato;

b) Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 1% sobre o valor global do contrato;

c) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de 0,1% (zero vírgula um por cento), por dia de atraso, limitado a 5% do sobre o valor global do contrato;

c) Pela não realização de atividades periódicas relacionadas à segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e segurança, a partir do 12º mês de vigência do contrato: multa de 1% do sobre o valor global do contrato;

d) Pela não realização de ações de sensibilização sobre a temática combate à discriminação no trabalho e à não utilização de práticas de assédio moral ou sexual, a partir do 12º mês de vigência do contrato: multa de 1% do sobre o valor global do contrato;

e) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a redução ou neutralização de Gases do Efeito Estufa, a partir do 12º mês de vigência do contrato: multa de 1% do sobre o valor global do contrato;

f) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre as ações de logística inversa e reversa assim como incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, a partir do 12º mês de vigência do contrato: multa de 1% do sobre o valor global do contrato;

g) Pelo atraso no envio da aprovação pela autoridade competente do Estudo de Impacto de Vizinhança, a partir do 12º mês de vigência do contrato: multa de 1% do sobre o valor global do contrato.

h) Multas específicas relacionadas ao objeto:

- 1) Pelo descumprimento do prazo de entrega e instalação dos equipamentos que não implicarão em *trade in*, na data final do respectivo Lote, por motivo imputável à CONTRATADA, esta sujeitar-se-á à glosa equivalente ao percentual de 0,3% (três décimos percentuais) por dia corrido de atraso, sobre o preço unitário de aquisição do equipamento, limitado ao valor unitário do equipamento.
- 2) Pelo descumprimento do prazo de entrega, instalação e recolhimento dos equipamentos alvo de *trade in*, na data final do respectivo Lote, por motivo imputável à CONTRATADA, esta sujeitar-se-á a glosa equivalente ao percentual de 0,3% (três décimos percentuais) por dia corrido de atraso, sobre o preço unitário de aquisição do equipamento, limitado ao valor unitário do equipamento.
- 3) Pelo descumprimento do prazo de recolhimento dos equipamentos não associados a uma instalação e que comporão o quantitativo de *trade in*, instalados em Agências ou alocados em depósitos, na data final prevista para a ação, por motivo imputável à CONTRATADA, esta sujeitar-se-á à glosa equivalente ao percentual de 1% (um por cento) por dia corrido de atraso, sobre o preço unitário do *trade in*, limitado ao valor do *trade in*.
- 4) Caso a CONTRATADA não obtenha percentual mínimo de resolatividade de 90% (noventa por cento) por 3 (três) meses consecutivos ou por 6 (seis) meses alternados, em, no mínimo 2 (duas) mesmas Unidades da Federação, dentro de um período de 12 (doze) meses, sujeitar-se-á à aplicação de multa de 0,3% (três décimos percentuais) do valor global do contrato. Caso a CONTRATADA alcance os limites definidos antes do período de 12 (doze) meses, será iniciado novo período de apuração no mês subsequente ao último mês que contribuiu para a aplicação da multa, sendo, neste caso, contabilizado novo período de 12 (doze) meses.
- 5) Pelo descumprimento do prazo de realização da integração, adequação ou indisponibilidade de sua ferramenta de atendimentos de requisições com o Sistema de Gerenciamento de Serviços CAIXA, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 0,0001% (um décimo de milésimos percentuais) por dia corrido de atraso, sobre o valor global contrato.
- 6) Pelo atraso nas atualizações dos softwares básicos (*drivers*, DLL) e em outros aplicativos, como o desenvolvimento de API (Application Program Interface) no padrão CEN/XFS/JXFS (Reciclador), a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 0,0002% (dois décimos de milésimos percentuais) por dia corrido de atraso, sobre o somatório dos valores de aquisição dos equipamentos instalados.
- 7) Pelo atraso no diagnóstico de “bugs” de *hardware*, *firmware* e/ou *software*, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa equivalente ao percentual de 0,0002% (dois décimos de milésimos percentuais) por dia corrido de atraso, sobre o somatório dos valores de aquisição dos equipamentos instalados.

- 8) Caso seja identificada a utilização de componentes, em desacordo com o estabelecido no item 8.10 e subitens deste documento, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa de 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de utilização do componente ou periférico não homologado, sobre o preço de aquisição de cada equipamento envolvido, até a sua devida retirada ou regularização na CAIXA.
- 9) Pelo descumprimento ou atraso na execução de cada ação estipulada no Plano de Melhoria, decorrente da avaliação de desempenho, a CONTRATADA, sujeitar-se-á à aplicação de multa de 0,05% (cinco centésimos percentuais) sobre o valor global do contrato, por mês de atraso na finalização da devida ação.
- 10) Pelo descumprimento da disponibilização da mídia de teste de diagnóstico pela CONTRATADA, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato implicará em multa de 0,001% (um milésimo por cento) sobre o valor global do contrato, a ser computado e cobrado mensalmente e de forma cumulativa.
- 11) Pelo descumprimento dos parágrafos segundo, alínea “d”, terceiro, alínea “b” e quarto, alínea “b”, da **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**, multa anual de 0,1 (um décimo) % sobre 1/60 (um sessenta avos) do valor global contratado, no caso de reincidência após a 1ª Notificação.
 - i) As multas e as glosas previstas na alínea h são aplicáveis simultaneamente, se for o caso, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste contrato.
 - j) As multas serão descontadas do valor da nota fiscal/fatura, da garantia contratual ou ainda de outros contratos que a CONTRATADA venha a ter com a CAIXA, e, se excedido o referido valor, será cobrada diretamente da CONTRATADA ou judicialmente.
 - k) O somatório das multas previstas neste contrato estará limitado a 10% (dez por cento) do valor global contratado.

Parágrafo Quarto - O Fornecedor autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos Contratos decorrentes desta Ata e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Quinto – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) Não manter a proposta;
- i) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- h) Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;
- i) Não apresentar a comprovação de redução da geração de resíduos de produtos tóxicos ou a da emissão de gases do efeito estufa;
- j) Não comprovar a realização de logística inversa e reversa;

Parágrafo Sexto – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Sétimo – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Oitavo – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Nono – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

Parágrafo Décimo – A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o

atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista nas rubricas orçamentárias 3103-01 e 5303-18.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

A rescisão dos contratos decorrentes da Ata ocorrerá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para a contratada;
- III Por determinação judicial;
- IV De forma antecipada pela CAIXA, mediante comunicação escrita à contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – Constituem motivo para a rescisão unilateral dos contratos:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- e) Inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima

será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

Parágrafo Quinto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativamente ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Durante a vigência esta Ata poderá ser utilizada por qualquer estatal regida pela Lei 13.303/2016, que não tenha participado do certame licitatório, desde que observadas as seguintes condições:

- I Prévia anuência da CAIXA;
- II Apresentação de justificativa da estatal que demonstre a vantagem da utilização da Ata;
- III A totalidade decorrente de adesões está limitada ao quantitativo máximo de cada item previsto no Edital e registrado nesta Ata, independentemente do número de estatais que aderirem;
- IV Aceitação do Fornecedor beneficiário, observadas as condições estabelecidas nesta Ata e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes dela, assumidas com a CAIXA;

Parágrafo Primeiro – O órgão e entidade que pretender fazer uso da Ata deve consultar a CAIXA, que avaliará o atendimento às condições exigidas nos incisos do caput desta cláusula e, se atendidas todas, autorizará a adesão.

Parágrafo Segundo – Após a autorização da CAIXA, as estatais deverão efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

Parágrafo Terceiro - Compete a estatal os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à CAIXA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente desta Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- II Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações no local de entrega dos produtos, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- III A detentora do preço registrado informará à CAIXA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;
- IV Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, a CAIXA reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social;
- V A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do Contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis;
- VI A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- VII É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta Ata.
- VIII No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- IX É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

X A assinatura digital é válida para o documento todo, isto é, para o instrumento contratual e seus anexos, desde que tenham sido remetidos em um mesmo documento para serem assinados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste instrumento, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

_____, _____ de _____ de _____
Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

FORNECEDOR 1: CNPJ

FORNECEDOR 2: CNPJ

[incluir todos os fornecedores que manifestaram interesse pelo Portal Licitações CAIXA e apresentaram a proposta ajustada]

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA**2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:**

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS

O FORNECEDOR DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/CPF

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO****Exclusivo para Prestador de Serviço**

[Excluir caso não tenha prestação de serviço acessório que envolva acessos a sistemas e informações internas]

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;

10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba "Downloads", item "Governança Corporativa", no link "Política de Segurança e Informação", ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, ____ de ____ de ____
Local/Data

Assinatura do usuário

Assinatura/matricula da Chefia imediata

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – FORNECEDORES**

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO
MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA– FORNECEDORES

Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS

Eu,....., CPF....., representante da empresa , CNPJ , no cargo de , declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>, www.licitacoes.caixa.gov.br, ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”)

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a ela.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

Nome

ANEXO V**MINUTA DE CONTRATO**

Número do Instrumento Contratual / (Pedido SAP)

CONTRATANTE:

CNPJ:

Endereço:

Representada por: – CPF:

CONTRATADA:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Representada por: - CPF(MF):

1 DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para , conforme especificação contida na Ata de Registro de Preços e no correspondente Termo de Referência/Caderno de Especificações, Anexo I, no quantitativo abaixo:

Seq.	Item	Qtd.	Unid.	Vlr. unitário	Un. Cx.	Vlr. total	Data remessa

1.2 Endereço de entrega: .

2 DOS PRAZOS

2.1 A entrega/execução do objeto deve ocorrer em horário comercial, salvo situações devidamente acordadas com a contratante, nos quantitativos, locais acima e no prazo indicado na Ata de Registro de Preços.

2.2 O presente contrato terá a vigência em conformidade com o definido na cláusula “DOS PRAZOS” da Ata de Registro de Preços, a contar da data de assinatura pela última parte, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

3 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pela perfeita execução do objeto e obedecidas as demais condições estipuladas neste contrato e na Ata de Registro de Preços , a CAIXA pagará à Contratada os preços acima indicados, perfazendo o valor global de R\$ (), pelo período de vigência da contratação.

3.2 Após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, a CAIXA efetuará o pagamento à Contratada, nos termos e condições definidos na cláusula “DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO” da Ata de Registro de Preços.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Observar as condições contratuais constantes da Ata de Registro de Preços , para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4.2 Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes.

5 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

5.1 A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se a atender as disposições estabelecidas na cláusula “DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA” da Ata de Registro de Preços.

6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas constantes da Ata de Registro de Preços .

7 DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Conforme previsto na cláusula “DA GARANTIA CONTRATUAL” da Ata de Registro de Preços.

8 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista na Ata de Registro de Preços.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Este contrato está vinculado às cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº , bem como à proposta da Contratada, apresentada no correspondente certame.

10 DO FORO

10.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato fica eleito o seguinte Foro da Justiça Federal previsto na Ata de Registro de Preços.

, de de .

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

OBS: A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR O NÚMERO DESTES CONTRATO NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL.

ANEXO VI**DECLARAÇÃO MPE**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na LICITAÇÃO CAIXA nº 348/2025 que:

- se enquadra na condição de _____ **(o licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI)**, nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte]** ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempreendedor individual - MEI]**, e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante.

ANEXO VII**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº _____, por meio do seu representante devidamente constituído, para fins do disposto no Edital da Licitação CAIXA n.º 348/2025.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, _____, CPF _____, representante legal da empresa _____ [Inserir nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para a LICITAÇÃO CAIXA nº 348/2025, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados

a) Proposta;

() Proposta Comercial, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

() Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº _____, datado de _____;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista; (Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))

() Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

() CND FGTS

() CND Trabalhista

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

() Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

() Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; (identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)

() Atestados / certidões / declarações _____

() Atestados / certidões / declarações _____

() Atestados / certidões / declarações _____

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; (elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

II – autenticação de cópia de documento, [...]

[...]

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Localidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).

ANEXO IX**HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS****1. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

- 1.1 Quando solicitado, a licitante deverá apresentar sem ônus para a CAIXA **2 (duas) amostras do equipamento ofertado, em até 90 (noventa) dias corridos**, para homologação, após a solicitação da CAIXA, as quais deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações técnicas do Edital.
- 1.1.1 Os ATM apresentados como amostra devem possuir todos os componentes e características previstas no Termo de Referência, ou seja, devem representar um equipamento totalmente funcional como se contratado fosse para instalação na CAIXA, desta forma, não serão admitidas amostras com componentes parciais, para realização dos testes.
- 1.1.2 As amostras deverão vir acompanhadas dos respectivos drivers CEN J/XFS 64 bits e CEN/XFS 64 bits, distribuídas conforme indicado no item 2 deste documento.
- 1.1.2.1 A CONTRATADA deverá fornecer uma solução plenamente compatível com os padrões CEN J/XFS e CEN XFS, conforme especificado no edital. Na eventualidade de algum comando específico não ser contemplado pelos padrões estabelecidos, será admitida, mediante análise e aprovação da equipe técnica da CAIXA, a utilização de uma sequência alternativa de comandos proposta pelo LICITANTE, desde que devidamente integrada às interfaces CEN J/XFS e CEN XFS.
- 1.1.3 A LICITANTE que não entregar a(s) amostra(s), ou entregar fora do prazo estabelecido, ou ainda, entregar amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, inclusive a penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA.
- 1.1.4 A CAIXA utilizará a(s) amostra(s) apresentada(s) para avaliação de suas especificações com as exigências deste Edital, bem como para confronto de sua qualidade com a dos materiais que vierem a ser fornecidos futuramente, sendo admissíveis eventuais estragos no material, oriundos da análise, não cabendo à proponente qualquer valor a título de ressarcimento.
- 1.1.5 A critério da CAIXA, a homologação poderá ocorrer nas dependências da CAIXA ou da LICITANTE vencedora. Nesse caso, a CAIXA informará se será necessária ou não a participação de todas as unidades da CAIXA relacionadas a solução de autoatendimento para homologação.

- 1.2 No momento da homologação da amostra, a LICITANTE deverá entregar declaração informando que todos os certificados exigidos serão apresentados dentro do prazo estipulado neste Edital.
- 1.3 A amostra deverá vir acompanhada de todos os insumos contemplados na solução e necessários para a sua utilização (bobinas, cartões, entre outros que se façam necessários).
- 1.4 A LICITANTE deverá entregar, junto com a amostra, a documentação contendo a especificação de todas as mensagens CEN J/XFS 64 bits e CEN XFS 64 bits do equipamento e seus periféricos, de forma a permitir a integração com qualquer aplicação de autoatendimento.
- 1.5 A LICITANTE deverá entregar, junto com a amostra, aplicação que permita a execução de testes das funcionalidades listadas abaixo, considerando a comunicação com os drivers CEN J/XFS e CEN/XFS e geração de APIs de comunicação de acordo com leiaute estabelecido pela CAIXA e a avaliação de todos os periféricos contidos no equipamento, demonstrando resultado através de relatórios, imagens e logs, atestando o correto funcionamento do equipamento, bem como os periféricos envolvidos.
 - 1.5.1 Saldo.
 - 1.5.2 Extrato.
 - 1.5.3 Saque comercial com cartão.
 - 1.5.4 Saque comercial sem cartão (NFC e biometria).
 - 1.5.5 Depósito on-line, sem envelope.
 - 1.5.6 Pagamento de boleto.
- 1.6 A CAIXA efetuará a conferência dos equipamentos e os avaliará em ambiente de laboratório e, em condições normais de uso.
- 1.7 A LICITANTE vencedora deverá apresentar todas as declarações, laudos, certificações, datasheets, folders ou manuais, comprovações técnicas, entre outros, em até 75 (setenta e cinco) dias corridos a partir da entrega da amostra, necessários a comprovação dos itens exigidos no Termo de Referência, e seus anexos, de forma inequívoca a esclarecer que o equipamento e periféricos atendem ao edital.
- 1.8 Após a conclusão do processo de integração, os drivers e APIs passarão a ser propriedade da CAIXA. Para tanto a LICITANTE deverá entregar à CESOB/CESOA a documentação “Manual de Interface de Software” das camadas de driver: XFS para Windows e J/XFS para o Linux, Debian12 64 bits e versões superiores, além do termo de transferência de direitos de uso e garantia de atualização destes drivers.

- 1.9 Junto aos equipamentos disponibilizados para a fase de testes das amostras, a LICITANTE deverá apresentar a respectiva documentação técnica, informando:
- 1.10 Nome do fabricante do(s) produto(s);
- 1.11 Modelo do(s) Produto(s);
- 1.12 Endereço na Internet (site) do fabricante, onde seja possível a obtenção de literatura técnica (especificações detalhadas, consumíveis, FAQ, etc.) e drivers atualizados do(s) produto(s);
- 1.13 Relação de todos os componentes utilizados na montagem do(s) equipamento(s), detalhando o fabricante e modelo;
- 1.14 Laudo de propriedades acústicas do equipamento;
- 1.15 Relatório Sysmark 30 ou PCMARK10;
- 1.16 Comprovação das certificações e declarações exigidos no Termo de Referência e anexos;
- 1.17 Todas as mídias deverão ser entregues em pen-drives e diretórios definidos pela CAIXA.
- 1.18 A LICITANTE deverá anexar catálogo(s), folheto(s) do produto, especificação técnica, manuais detalhados com todas as recomendações técnicas para instalação e operacionalização, abrangendo características ambientais, elétricas e físicas completas, conforme orientação da CAIXA.
- 1.19 Todos os equipamentos a serem entregues como amostras deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos com os mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação.
- 1.20 A amostra deverá ser acompanhada de correspondência que deverá conter os seguintes dados:

À

Unidade da CAIXA (destino de cada amostra)

Amostras para análise

Licitação CAIXA nº XXX/5688-20xx, data .../.../202x

LICITANTE: nome, telefone e *e-mail*

Representante: nome, telefone e *e-mail*

- 1.21 A CAIXA utilizará a amostra apresentada para avaliação de suas especificações com as exigências deste Edital, bem como para confronto de sua qualidade com a dos equipamentos que vierem a ser fornecidos.
- 1.22 A amostra que for submetida à análise será devolvida no estado em que se encontrar sem ônus para a CAIXA.
- 1.23 A LICITANTE deverá retirar os equipamentos disponibilizados como amostra em até 60 (sessenta) dias corridos a partir da solicitação pela CAIXA, respeitando o disposto no item 4 deste documento.
- 1.24 A LICITANTE que não entregar a(s) amostra(s), ou entregar fora do prazo estabelecido, ou ainda, entregar amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, inclusive a penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA.
- 1.25 A LICITANTE deverá disponibilizar um equipamento em seu ambiente ou em outro local que achar apropriado, sem ônus para CAIXA, bem como, providenciar todas as condições de acordo com as necessidades e orientações da CAIXA para realizar os testes de ataque, simulando as condições comuns aos ataques que a CAIXA sofre em seus equipamentos de autoatendimento, com objetivo de complementar a homologação dos itens relacionados à resistência do cofre e ao sistema de entintamento.
- 1.26 Na hipótese de a empresa licitante ofertar cofre com características protetivas externas alternativas – conforme as condições previstas no item 7.59 do Anexo I-A – deverá apresentar, no mínimo, duas amostras.
 - 1.26.1 Neste caso, uma das amostras será reservada exclusivamente para a simulação de ataque com explosivos.
 - 1.26.2 Quanto à segunda amostra, caso não seja possível realizar os demais testes de arrombamento no mesmo equipamento, sem que um teste prejudique a performance dos demais testes pendentes, a empresa licitante deverá possuir outras amostras, tantas quantas entender necessárias, para que todos os testes sejam realizados integralmente.
- 1.27 Caberá à empresa licitante encaminhar certificados, declarações e laudo técnico conclusivo, emitido por laboratório com reconhecimento nacional ou internacional que ateste a conformidade dos equipamentos com as especificações exigidas no Termo de Referência, em atendimento às comprovações exigidas no Item CERTIFICAÇÕES, no ANEXO I-A Requisitos Funcionais e Não Funcionais HW ATMR.

- 1.28 Durante a vigência do contrato, a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, a fim de verificar a conformidade destes, sem ônus à contratada.
- 1.29 É facultado aos licitantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo a licitante interessada fazer requisição formal para tanto pelo e-mail cecot29@caixa.gov.br.
- 1.29.1 Durante o acompanhamento da avaliação de amostra é facultado a participação de 1 (um) funcionário por empresa licitante, desde que formalizado conforme subitem acima. O acompanhamento será na condição de ouvinte, não sendo permitido durante esse acompanhamento a realização de qualquer interferência nos testes, gravar, filmar ou utilizar qualquer dispositivo eletrônico. Qualquer questionamento deverá ser enviado, formalmente, para o e-mail cecot29@caixa.gov.br.

2. DOS LOCAIS DE ENTREGA DAS AMOSTRAS

- 2.1 As amostras para homologação deverão ser entregues nas seguintes localidades:

Quantidade: 01 Microcomputador

SUART - Arquitetura Tecnológica TI

Endereço: SETOR SAUS QUADRA 3 BLC E 13 ANDAR - ALA SUL - MZ II, ASA SUL.

CEP: 70070-030

Brasília – DF

Quantidade: 1 (uma) amostra com drivers J/XFS e CEN/XFS

CESOB/CESOA – CN Soluções de TI

Endereço: Largo da Concórdia, 211 - 1º andar, Brás - São Paulo/SP.

CEP: 05.802-140

São Paulo – SP

Quantidade: 01(uma) amostra com drivers J/XFS e CEN/XFS

CEAUS - CN Atendimento Usuários de TI/ DF

Endereço: SETOR SAUS QUADRA 3 BLC E 08 ANDAR - ALA SUL - MZ II, ASA SUL

CEP: 70070-030

Brasília – DF

3. **REGRAS DE HOMOLOGAÇÃO**

3.1 A CAIXA avaliará o hardware, o software básico e a aplicação das amostras apresentadas nas dependências da CAIXA ou da LICITANTE, a critério da CAIXA, em condições normais de uso, verificando o seu desempenho e a sua qualidade nas seguintes etapas:

3.2 Avaliação de Hardware:

3.2.1 Comparar o equipamento com a especificação técnica contida no Edital.

3.2.2 Comparar o equipamento com a especificação declarada pela LICITANTE na Documentação Técnica.

3.2.3 Avaliação de qualidade, desempenho, manuseio, ergonomia e resistência mecânica dos componentes e periféricos que compõem o equipamento, em bateria de testes.

3.3 Avaliação de Software básico:

3.3.1 Demonstração da compatibilidade com os sistemas operacionais solicitados;

3.3.2 Testes dos drivers de configuração/softwarewares quanto à compatibilidade para todos os sistemas operacionais solicitados;

3.3.3 Teste de integração das APIs com a solução desenvolvida pela LICITANTE e com a solução existente na CAIXA;

3.3.4 A LICITANTE deverá prestar suporte e acompanhamento à execução dos testes de integração dos drivers e APIs com o hardware, realizados por colaborador(es) CAIXA, em ambiente CAIXA, podendo a critério da CAIXA serem realizados no ambiente da LICITANTE, utilizando a aplicação CAIXA e ferramenta de testes desenvolvida pela LICITANTE, onde será apresentado resultado através de relatórios, imagens e logs, homologando o correto funcionamento do equipamento, bem como todos os seus periféricos.

3.3.5 Será solicitada à LICITANTE a avaliação do hardware utilizado na transação de saque. Para tanto, serão exigidos testes referentes às duas etapas — CONTAGEM e APRESENTAÇÃO das cédulas —, sem, entretanto, a obrigatoriedade de cumprimento de tempo específico para a finalização desses testes.

- 3.3.6 Serão solicitados testes com simulações de transações de saques de valores de R\$ 1.000,00, R\$ 500,00, R\$ 100,00 e R\$ 20,00 e R\$ 28,00 com a disponibilização de relatórios, imagens e logs, sobre terminal de amostra entregue em São Paulo, com coleta e análise dos registros destas transações dos logs da aplicação, segmentando as duas principais etapas da transação AI-AF e BI-BF (I = inicial e F= final) conforme abaixo:

Ciclo AI–AF – Extração/contagem das cédulas;

Ciclo BI–BF – Apresentação das cédulas;

Exemplos de registros do log da aplicação atual da CAIXA sob análise dos tempos dos ciclos A e B (A - Extração/contagem das cédulas e B - Apresentação das cédulas):

Ciclo AI - AF

Extração/Contagem das cédulas:

AI - 2017-10-09 13:49:34,603 DEBUG [AWT-EventQueue-0]
cashdispenser.CashDispenser (CashDispenser.java:229) - Dispenser
Handle = 714

AF - 2017-10-09 13:49:42,975 DEBUG [OpEventQueue]
jxfs.AbstractDevice (AbstractDevice.java:235) - Result:
JXFS_RC_SUCCESSFUL = 0

Tempo de resposta do Hardware: 7,137 segundos

Ciclo BI - BF

Apresentação das cédulas:

BI - 2017-10-09 13:49:43,191 DEBUG [OpEventQueue]
cashdispenser.CashDispenser (CashDispenser.java:258) - Present com
handle = 715

BF - 2017-10-09 13:49:47,004 DEBUG [OpEventQueue]
jxfs.AbstractDevice (AbstractDevice.java:235) - Result:
JXFS_RC_SUCCESSFUL = 0

Tempo de resposta do Hardware: 3,704 segundos

- 3.3.7 As medições serão feitas em 5 iterações por valor de saque e o valor final a ser considerado será a média aritmética entre os valores obtidos a exemplo a tabela abaixo:

Saque valor R\$,00						
<i>Ciclos</i>	Transação 1	Transação 2	Transação 3	Transação 4	Transação 5	Média dos tempos
<i>AI – AF</i>						
<i>BI – BF</i>						
					Total	

- 3.3.8 Para a transação de saque, incluindo todos os ciclos de processamento da aplicação, incluindo identificação do cliente e validação do cartão do cliente, retornos dos sistemas corporativos e resposta do hardware, não será exigido o tempo para finalizar os testes.

- 3.3.8.1 Serão considerados, para esta avaliação, os passos transacionais executados no processo de saque atual, cujo detalhamento será fornecido pela CAIXA no momento da solicitação da amostra.

- 3.3.8.2 Atualmente o processo de saque conta com cerca de 06 (seis) passos transacionais.

3.4 Avaliação da biometria com criptografia:

- 3.4.1 Teste do template biométrico de impressão digital no formato ISO 19794-2 com o método de criptografia DUKPT.

- 3.4.2 O LICITANTE deverá demonstrar, por meio de aplicativo de propriedade do fabricante do leitor biométrico, da API Biométrica, ou do LICITANTE, a correta cifragem do template no leitor biométrico, com aplicativo reproduzindo a solicitação de um CPF, uma impressão digital cifrada, e o aplicativo de teste utilizado deverá demonstrar cada passo do processo DUKPT de cifragem.

- 3.4.3 Como resultado após a demonstração de cada passo do processo DUKPT, deverá ser gerado o arquivo XML contendo o template cifrado, o CPF, o

criptograma, o Key Serial Number necessários para a decifragem pelo sistema de autenticação biométrica da CAIXA.

3.4.4 Toda vez que a CAIXA julgar necessário no processo de homologação, será gerado um arquivo XML conforme citado acima.

3.4.5 O aplicativo de teste de biometria e criptografia deverá ser compatível com Sistemas operacionais Windows IoT Enterprise LTSC 64 bits e superiores e Linux Debian12 64 bits e superior.

3.5 Avaliação da solução de entintamento

3.5.1 A empresa deverá fornecer os seguintes certificados/laudos para análise do sistema de entintamento:

3.5.1.1 Certificado de eficiência da tinta, emitido por Instituição Internacional com reconhecimento público e ilibada reputação, garantindo que a tinta utilizada no dispositivo antifurto para a neutralização de cédula, atende à seguinte classificação:

3.5.1.2 Em relação à mancha: A1 ou A2 ou A3;

3.5.1.3 Ou em relação ao papel da célula: B1 ou B2;

3.5.1.4 Ou em relação à impressão de cédula: C1.

3.5.1.5 Certificado ou declaração emitidos pelo fabricante da tinta de que o código de identificação (DNA) é exclusivo para a CAIXA;

3.5.1.6 Atestado de instituição de notório reconhecimento, nacional ou internacional, de que a tinta não seja prejudicial à saúde de quem manuseia ou opera o equipamento, não sendo tóxica ou corrosiva;

3.5.1.7 Laudo técnico de testes de pressão e estanqueidade, emitido por laboratório credenciado pelo Inmetro, para verificação do nível de resistência de ruptura, no caso de utilização de recipiente em polímeros, com aplicação de 1 bar de pressão, no mínimo, sem que este apresente deformações permanentes e vazamentos de seu conteúdo;

3.5.1.8 Laudo técnico, emitido por laboratório credenciado pelo Inmetro, de que os recipientes são resistentes aos agentes químicos e físicos presentes na composição da tinta;

3.5.1.9 Certificado em conformidade RoHS (Restrição de Substâncias Perigosas). Deverá ser aferido com a apresentação de certificado válido;

3.5.1.10 A licitante deverá juntar ao documento de aceitação vídeo(s) dos testes efetuados a partir da utilização de explosivos da solução objeto desse edital montada em equipamento de autoatendimento.

- 3.5.1.11 Os vídeos deverão apresentar, no mínimo, a montagem do dispositivo de entintamento, os testes de explosão, ataques com furadeira, maçarico (ferramentas mais comumente utilizadas para abertura forçada de ATM) e, ao final, a situação das notas alimentadas no cassete, demonstrando a efetividade descrita no edital.
- 3.5.1.12 O momento da explosão e a demonstração das notas entintadas nos cassetes deverão ser apresentados no mesmo fluxo de tempo, não sendo admitido edições neste trecho do filme.
- 3.5.1.13 Não serão aceitos filmes de equipamentos diferente do indicado no TR ou por similaridade.
- 3.5.1.14 Deverá ser do licitante a responsabilidade por prover todas as condições necessárias para a realização dos testes, inclusive de toda a tramitação legal (locação, desenvolvimento de métodos, aquisição e obtenção de licenças para uso de explosivos, contratação de mão de obra especializada, disponibilização de ferramental e técnicos, etc).
- 3.5.1.15 O filme deverá evidenciar o cumprimento de todos os requisitos de certificação e testes que comprovem o atendimento dos requisitos descritos nesta especificação.
- 3.5.1.16 É de responsabilidade do licitante apresentar uma filmagem que evidencie os cumprimentos dos requisitos desta especificação. Podendo a CAIXA, a qualquer tempo, solicitar complementação das evidências quando considerar que as apresentadas pelo licitante são insuficientes para comprovar o atendimento dos requisitos. Os prazos para complementação de informações será de até 20 (vinte) dias a partir da solicitação da CAIXA.

3.6 Avaliação de resistência do cofre

- 3.6.1 Para os cofres dos ATM ofertados como amostra que sigam as características protetivas externas convencionais, previstas nas especificações técnicas do Termo de Referência, será realizada uma abertura forçada do cofre com utilização de explosivos, sendo facultado à CAIXA definir o local de posicionamento dos explosivos.
- 3.6.2 Para os casos previstos no item 7.59 e subitem do Anexo I-A – ATM com cofres que tenham características protetivas externas alternativas – além do teste com explosivos, será realizada simulação de ataques de arrombamento, sob responsabilidade da CONTRATADA, acompanhada pela CAIXA.
 - 3.6.2.1 Em atendimento aos testes descritos no **item 3.6.3 e subitens**, deverá ser disponibilizado 1 (um) protótipo próprio para os testes do modelo ATMR em local informado pela LICITANTE ou a ser definido pela CAIXA.
- 3.6.3 Deverão ser realizadas, em cada uma das faces do cofre

- 3.6.3.1 Uma abertura forçada da porta do cofre (frontal), utilizando-se equipamentos de corte, ou de furo, ou térmica (exceto lança térmica e corte plasma) ou de impacto.
- 3.6.3.2 Uma abertura forçada de face do cofre (lateral), utilizando-se equipamentos de corte, ou de furo, ou térmica (exceto lança térmica e corte plasma) ou de impacto.
- 3.6.3.3 Uma abertura forçada de face do cofre (superior), utilizando-se equipamentos de corte, ou de furo, ou térmica (exceto lança térmica e corte plasma) ou de impacto.
- 3.6.3.4 Nas simulações de ataque, todas as técnicas descritas acima deverão ser testadas pelo menos em uma face do cofre.
- 3.6.3.5 No caso de utilização de ferramenta lança térmica ou corte de plasma, o sensoriamento do ATM deverá identificar o ataque e encaminhar o alerta para providências;
- 3.6.4 Para os testes de explosivos, deverá ser forçada a abertura do cofre com utilização de explosivos, sendo facultado à CAIXA definir o local de posicionamento dos explosivos.
- 3.6.5 Para a avaliação das amostras, os equipamentos deverão ser submetidos à simulação de abertura forçada, utilizando-se, para isto, ferramentas como, por exemplo, aríete, serra copo, lixadeira, maçarico, máquina de corte, conforme as ações criminosas rotineiras perpetradas contra esses equipamentos.
- 3.6.6 A resistência ao ataque deverá ser de pelo menos 30 minutos consecutivos para abertura de vão de pelo menos 20x20 centímetros de acesso ao interior do cofre, devendo ser comprovada, neste período.
- 3.6.7 Resistência ao impacto, com a capacidade para deformação elástica e plástica para dissipar a energia de um impacto sem rachaduras ou aberturas.
- 3.6.8 Resistência ao corte abrasivo, de forma que os materiais do cofre não sofram penetração ou erosão.
- 3.6.9 Resistência ao derretimento e queima do material protetivo.
- 3.6.10 Os sensores instalados nos ATM para detecção dos ataques que serão realizados nos equipamentos devem estar funcionais e devem enviar mensagens para a aplicação em tempo real.
- 3.6.11 Neste caso, a licitante deverá demonstrar a identificação da detecção dos sensores no software aos empregados CAIXA, bem como fornecer o relatório extraído do referido sistema, em que fique demonstrada a evidência da detecção.

- 3.6.12 Na hipótese de reaproveitamento de um mesmo equipamento para realização de mais testes, os sensores deverão ser reparados e reposicionados para sua posição original de fábrica, para a detecção apropriada no local onde haverá o ataque, bem como restaurados à sua condição de detectar os novos ataques.
- 3.6.13 Não havendo possibilidade de restabelecer ou reposicionar o sensor para a realização de mais testes, ou não havendo possibilidade de reaproveitamento da amostra para continuidade dos testes, a licitante deverá dispor, de imediato, de amostras adicionais para prosseguimento dos testes.
- 3.6.14 A LICITANTE deverá comunicar formalmente à CAIXA o local, o dia e o horário escolhidos para a realização dos testes.
- 3.6.15 Todos os custos relativos à avaliação da amostra serão de responsabilidade exclusiva da empresa licitante, com exceção das despesas de deslocamento de empregados CAIXA eventualmente designados para acompanhar os testes.
- 3.6.16 As simulações devem ser realizadas em território nacional, em ambiente apropriado e adequado para que ocorram sem intercorrências, em local indicado pela empresa licitante que deverá, inclusive, acatar eventuais orientações da CAIXA.
- 3.6.17 O licitante primeiro classificado deverá disponibilizar, no mesmo prazo de entrega das amostras, 02 (dois) protótipos básicos (estrutura e porta do cofre e gabinete superior), neles incluindo fechaduras, sistema de travamento das portas do cofre e do gabinete superior e do painel frontal, no local de fabricação do terminal ou do cofre, desde que em território nacional, para testes com aberturas técnica e forçada (com uso de ferramentas de intrusão).
- 3.6.18 Deverá ser do licitante a responsabilidade por prover todas as condições necessárias para a realização dos testes (locação, desenvolvimento de métodos, contratação de mão de obra especializada, disponibilização de ferramental e técnicos, etc).
- 3.6.19 O licitante deverá deixar disponível, para a execução dos testes, no mínimo 3 esmerilhadoras e no mínimo 30 discos de cortes em aço inox.
- 3.6.20 O licitante deverá desenvolver e instalar sistema que permita acompanhar e analisar a reação dos sensores presentes nos protótipos durante os testes.
- 3.6.21 Somente serão avaliados e testados cofres idênticos aos que serão de fato utilizados.
- 3.6.22 Um dos protótipos deverá ser apresentado em sua forma acabada e o outro sem aplicação de massas ou tintas de acabamento, de forma a permitir a melhor visualização dos processos construtivos utilizados.

- 3.6.23 Ambos os protótipos poderão ser submetidos a ataques, por aberturas técnica e forçada, mediante estudo do modelo e da análise prévia de desenhos técnicos dos projetos em escala 1:1, que deverão ser disponibilizados impressos pela empresa no local dos testes.
- 3.6.24 A almofada da porta do compartimento do cofre poderá ser removida durante a realização do teste, para permitir a visualização dos mecanismos internos da porta.
- 3.6.25 Pelo mesmo motivo, durante as interrupções do teste poderá ser feita a abertura da porta.
- 3.6.26 Caso os protótipos não sejam aprovados nos testes, dois outros deverão ser apresentados para reavaliação e testes, em um prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de comunicação dos resultados à empresa arrematante.
- 3.6.27 A Empresa licitante também deverá disponibilizar técnicos operadores e demais recursos e dispositivos ou equipamentos apropriados para a realização dos testes no local.
- 3.6.28 No sentido de garantir a qualidade e a confiabilidade dos testes e de preservar aspectos de segurança, quanto a estratégias de atuação, sigilo de informações e segurança patrimonial, dentre outros, a empresa licitante deverá fornecer todos os EPI e demais equipamentos de segurança necessários para todos os presentes na realização dos testes, bem como certificar e atestar que é responsável pelos técnicos que irão atuar nas simulações e que os mesmos possuem experiência para realizar os procedimentos
- 3.6.29 A Empresa licitante deverá disponibilizar desenhos técnicos impressos da solução, no local dos testes, de forma a subsidiar a realização dos ataques técnicos e forçados da porta do cofre.
- 3.6.30 Todos os procedimentos dos testes de funcionalidades e de desempenho poderão ser coordenados por representante da CAIXA.
- 3.6.31 O período de duração dos testes de funcionalidades e desempenho das amostras disponibilizadas poderá, a critério exclusivo da CAIXA, ser estendido para quantos dias forem necessários, em razão de logística e disponibilidade de seus empregados.
- 3.6.32 As amostras serão consideradas aprovadas ou reprovadas no teste de resistência – sem prejuízo das demais avaliações previstas no Edital – se atenderem às seguintes condições:
- 3.6.33 A licitante tiver apresentado em tempo hábil à CAIXA toda a documentação (laudos, relatórios técnicos, etc) sob sua responsabilidade.

- 3.6.34 Os equipamentos objeto das simulações tiverem resistido às simulações de ataque conforme os critérios previstos.
- 3.6.35 Após o encerramento dos testes, será emitido pela(s) Área(s) Técnica(s) da CAIXA, parecer conclusivo sobre a aprovação ou reprovação das amostras.
- 3.6.36 A CAIXA se reserva o direito, a seu critério e mediante justificativa técnica, de celebrar contrato ou firmar acordo de cooperação técnica com outra entidade pública ou privada para a realização da análise de amostra, prevista neste Termo de Referência.
- 3.6.37 Com o intuito de evitar possíveis conflitos de interesse e preservar a equidade na disputa pela contratação, não será autorizada a celebração de contrato para o fim proposto acima com empresas privadas licitantes ou que pertençam a um mesmo grupo econômico das empresas concorrentes.
- 3.6.38 O apoio técnico especializado será utilizado apenas para complementar ou suprir as necessidades da CAIXA na execução dos testes de resistência do cofre à ataques e abertura forçada pelo uso de explosivos, não implicando na transferência de responsabilidade pelo serviço ou atividade.
- 3.6.39 A CAIXA se reserva ainda o direito de postergar o período de avaliação da amostra para providenciar os trâmites do contrato/acordo com a entidade.
- 3.7 Avaliação das soluções de criptografia do teclado e dos módulos pagador e reciclador.**
- 3.7.1 A LICITANTE deverá fornecer o teclado e os módulos pagador e reciclador com chaves Master Key previamente carregadas de fábrica (modo custodiado). Isso significa que esses componentes não devem depender de um processo inicial de carga remota de chaves para poderem executar os processos criptográficos especificados.
- 3.7.2 A LICITANTE deverá fornecer o teclado e os módulos pagador e reciclador com chaves iniciais que permitam realizar a carga remota de chaves. Nesse caso, o fornecedor deve providenciar um certificado para a CAIXA na mesma AC que emitiu o certificado do teclado a partir da requisição PKCS #10 gerada pela CAIXA.
- 3.7.3 A LICITANTE deverá fornecer aplicativos de teste para a checagem de todas as funcionalidades de criptografia do teclado, inclusive a carga remota de chaves.
- 3.7.4 A LICITANTE deverá fornecer aplicativos de teste para a checagem de todas as funcionalidades de criptografia dos módulos reciclador e pagador, incluindo a carga remota de chaves e a simulação das funcionalidades do HOST.

- 3.7.5 A LICITANTE deverá fornecer toda a documentação necessária para esclarecimentos dos casos de testes, incluindo as entradas e as saídas esperadas.
- 3.7.6 Para a homologação do hardware deverão ser disponibilizados pela LICITANTE vencedora aplicativos de teste, em inglês (condicionado ao fornecimento de manual com as respectivas traduções) ou português, para simular a utilização do equipamento e periféricos, de modo a comprovar as funcionalidades operacionais e validação dos requisitos exigidos no Termo de Referência e seus anexos.
- 3.7.7 O aplicativo de teste deverá ser operacional e compatível com o sistema operacional Windows 10 (64 bits) e superiores.
- 3.7.8 A licença do software Sysmark 30 ou PCMARK10 (mídia original) e 01 (uma) licença do software Windows 10 Professional 64 bits (pen-drive), deverão ser entregues na SUART – SN Arquitetura TI.
- 3.7.9 O equipamento deverá funcionar sem apresentar nenhuma ocorrência pelo período mínimo de 10 (dez) dias.
- 3.7.10 A LICITANTE deverá disponibilizar e customizar, sem ônus e a qualquer tempo, os drivers e APIs sempre que necessário e devidamente solicitado pela CAIXA.
- 3.7.11 A LICITANTE deverá prestar atendimento de suporte à CAIXA ou ao seu representante designado, durante toda a fase de avaliação, sem custo adicional.
- 3.7.12 Durante a homologação, quando necessário, poderá ser realizada diligência ou convocação de técnicos da LICITANTE vencedora para prestar esclarecimentos, sem ônus para a CAIXA.

4. PERMANENCIA DOS EQUIPAMENTOS APÓS HOMOLOGAÇÃO

- 4.1 Os equipamentos deverão permanecer na CAIXA, após o final da homologação das amostras, pelo período de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, de forma a permitir a avaliação da aplicação de autoatendimento a ser adquirida pela CAIXA, bem como a adequação da aplicação existente na CAIXA, considerando a necessidade de integração das aplicações com todos os periféricos existentes.
- 4.2 Durante o período de avaliação das aplicações, a LICITANTE deverá prestar suporte quando solicitado pela CAIXA.

5. RELATÓRIO TÉCNICO DE HOMOLOGAÇÃO

- 5.1 Ao final da homologação das amostras será gerado pela CAIXA documento contendo análise e avaliação dos requisitos técnicos e formais do Termo de Referência e seus anexos, que será juntado ao processo da contratação.

- 5.2 O fabricante deverá fornecer relatório técnico com todos os resultados de testes, que poderão ser anexados ao relatório da CAIXA.